



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA - 2011

SENADOR FERNANDO COLLOR

DIPLOMACIA E DEFESA

Uma missão constitucional ativa do Parlamento

Prefácio:
MINISTRO CELSO LAFER

BRASÍLIA
2011



SENADO FEDERAL

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Comunicados da Presidência – 2011

Senador Fernando Collor

DIPLOMACIA E DEFESA

Uma missão constitucional ativa do Parlamento

Prefácio: Ministro Celso Lafer

Brasília/DF – dezembro de 2011

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Diplomacia e defesa: uma missão constitucional ativa do parlamento / Fernando Collor ; prefácio: Celso Lafer. -- Brasília : Senado Federal, Gabinete do Senador Fernando Collor, 2012.

372 p.

Comunicados da Presidência – 2011

1. Diplomacia, Brasil. 2. Relações exteriores, Brasil. 3. Política externa, Brasil. 3. Processo legislativo, Brasil. I. Título.

CDD 327.81

Sumário

Apresentação Senador Fernando Collor	9
Prefácio – Celso Lafer	11
1 - Relatos das Audiências Públicas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) – Agenda 2011-2012: “Rumos da Política Externa Brasileira”.....	21
1.1 – 11/04/11 – 8ª reunião – Abertura dos Ciclos de Audiências Públicas da CRE.....	23
1.2 – 25/04/11 – 10ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 1º Painel (Cenário estratégico internacional e perspectivas, Egito – importância para a estabilidade geopolítica da região, e Líbia – impacto econômico no mundo)	27
1.3 – 05/05/11 – 14ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 2º Painel (As insurgências no Mundo Árabe e seus reflexos na estabilidade política do Oriente Médio e da África Setentrional) ...	31
1.4 – 16/05/11 – 17ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 3º Painel (A importância das atividades de inteligência para o Brasil, sua diplomacia e suas Forças Armadas; causas de seus fracassos em prever os movimentos populares no mundo Árabe)	37
1.5 – 19/05/11 – 19ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 4º Painel (A Política Externa dos Estados Unidos, União Europeia e Rússia e seus reflexos no cenário internacional)	41
1.6 – 23/05/11 – 20ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 5º Painel (A política externa de China, Índia, África do Sul e seus reflexos no cenário internacional)	47
1.7 – 30/05/11 – 22ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 6º Painel (Mercosul - Um balanço dos 20 anos do Tratado de Assunção - cenário no entorno da América do Sul - Rodovia interoceânica – Relação comercial entre Brasil, Peru e Bolívia)	51
1.8 – 06/06/11 – 25ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 7º Painel (A influência da China e o Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional).....	57
1.9 – 09/06/11 – 26ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 8º Painel (O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU – perspectivas e inserção do Brasil).....	61

1.10 – 14/07/11 – 31ª reunião – Balanço das atividades da CRE no 1º semestre	65
1.11 – 11/08/11 – 34ª reunião – Agenda Audiência Pública CRE para o biênio 2011-2012	67
1.12 – 15/08/11 – 35ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 2º Ciclo – 1º Painel (O Sistema Financeiro Internacional: do pós-guerra aos dias de hoje. O possível rebaixamento na classificação de credibilidade dos EUA)	71
1.13 – 22/08/11 – 37ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 2º Ciclo – 2º Painel (Espaços Econômicos Internacionais – Nafta, União Europeia e áreas de influência da China e do Japão).....	77
1.14 – 29/08/11 – 39ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 2º Ciclo – 3º Painel (Negociações Econômicas Internacionais – OMC e Rodada Doha)	81
1.15 – 12/09/11 – 41ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 2º Ciclo – 4º Painel (Crise Econômica Mundial de 2008 e suas Consequências – Volatilidade dos preços de commodities e alimentos).....	85
1.16 – 19/09/11 – 43ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 2º Ciclo – 5º Painel (A União Europeia e o Euro – Crise na Grécia, situações na Irlanda, em Portugal, Espanha, Itália e suas implicações na África)	89
1.17 – 03/10/11 – 46ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 2º Ciclo – 6º Painel (Panorama Energético Internacional)	95
1.18 – 06/10/11 – 47ª reunião – Abertura 3º Ciclo – Audiência com o Ministro da Defesa.....	101
1.19 – 06/10/11 – 47ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 3º Ciclo – 1º Painel (O papel das Forças Armadas – Missão constitucional e atividades operacionais; Função social: serviço militar obrigatório ou voluntário)	109
1.20 – 24/10/11 – 51ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 3º Ciclo – 2º Painel (Estratégia Nacional de Defesa – Reparelhamento das Forças Armadas; Indústria Bélica: aquisição de armas e transferência de tecnologia).....	115
1.21 – 21/11/11 – 56ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 3º Ciclo – 3º Painel (Vigilância de Fronteiras – Organização, distribuição espacial na Amazônia e no sul do país)	123

1.22 – 21/11/11 – 56ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 3º Ciclo – 4º Painel (Pré-Sal – Papel das Forças Armadas na defesa do patrimônio e alocação de recursos para essa finalidade)	131
1.23 – 08/12/11 – 60ª reunião – Ciclo de Audiências Públicas: 3º Ciclo – 5º Painel (Forças Armadas em Missões de Paz – Emprego em ações de reforço aos órgãos de Segurança Pública; utilidade como treinamento e legitimidade na sociedade brasileira)	137
2 – Principais relatos das audiências públicas da Subcomissão Permanente para Acompanhamento da RIO+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRER+20..	145
2.1 – 09/06/11 – 26ª reunião – Relato da Audiência Pública da CRER+20 (Alimento: Como Produzir Para Atender às Necessidades)	147
2.2 – 16/06/11 – 28ª reunião – Relato da Audiência Pública da CRER+20 (Energia, para que e como de 09/06/11)	151
2.3 – 07/07/11 – 30ª reunião – Relato da Audiência Pública da CRER+20 (Pobreza: Como superar?)	155
2.4 – 14/07/11 – 31ª reunião – Relato da Audiência Pública da CRER+20 (Economia Verde).....	159
2.5 – 18/08/11 – 36ª reunião – Relato da Audiência Pública da CRER+20 (Cidades: o que fazer?).....	163
2.6 – 22/08/11 – 37ª reunião – Relato da Audiência Pública da CRER+20 (Governança: como administrar as soluções)	165
3 – Principais relatos das audiências públicas da Subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteiras – CREPAFF.....	169
3.1 – 26/05/11 – 21ª reunião – Ciclo Audiências CREPAFF (Fronteiras e Segurança Nacional)	171
3.2 – 09/06/11 – 26ª reunião – Ciclo Audiências CREPAFF (Fronteiras e Segurança Pública)	175
3.3 – 16/06/11 – 28ª reunião – Ciclo Audiências CREPAFF (Fronteiras e Segurança Pública – Secretaria de Segurança da Região Norte de 14/06/11)	177
3.4 – 15/08/11 – 35ª reunião – Ciclo Audiências CREPAFF (Desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteiras)	181
4 – Comunicados sobre a crise no mundo Árabe.	185
4.1 – 17/03/11 – 5ª reunião – Crise política nos países do Oriente Médio e do Norte da África.	187

4.2 – 24/03/11 – 6ª reunião – Situação no Norte da África e no Oriente Médio. Atualização.	191
4.3 – 07/04/11 – 7ª reunião – Crise na Líbia e Síria. Atualização.....	195
4.4 – 02/05/11 – 13ª reunião – Oriente Médio. Norte da África. Líbia e Síria.	199
4.5 – 05/05/11 – 14ª reunião – Oriente Médio. Norte da África. Líbia e Síria.	203
4.6 – 30/06/11 – 29ª reunião – A OTAN e a Situação no Norte da África e Oriente Médio.	207
4.7 – 04/08/11 – 32ª reunião – Declaração presidencial do Conselho de Segurança da ONU sobre a Síria.....	211
4.8 – 25/08/11 – 38ª reunião – Crise na Líbia. Atualização.	213
4.9 – 22/09/11 – 44ª reunião – Crise na Líbia. Atualização.	215
4.10 – 27/10/11 – 52ª reunião – Situação na Líbia - Morte de Kadafi.	219
4.11 – 01/12/11 – 59ª reunião – Primavera Árabe.....	223
5 – Comunicados sobre a Crise Econômica Internacional.	227
5.1 – 14/07/11 – 31ª reunião – Crise financeira na zona do Euro. Itália.	229
5.2 – 04/08/11 – 32ª reunião – Crise financeira. Zona do Euro e Estados Unidos.	231
5.3 – 11/08/11 – 34ª reunião – Crise financeira nos Estados Unidos e zona do euro. Atualização.	233
5.4 – 25/08/11 – 38ª reunião – Crise financeira internacional: Zona do Euro – EUA. Atualização.....	237
5.5 – 12/09/11 – 41ª reunião – Crise financeira internacional.	241
5.6 – 29/09/11 – 45ª reunião – Crise internacional. Eurozone. Atualização.	243
5.7 – 06/10/11 – 47ª reunião - Conjuntura da América do Sul.	247
5.8 – 27/11/11 – 58ª reunião – Cenário Estratégico Internacional... ..	251
5.9 – 01/12/11 – 59ª reunião – Crise na Zona do Euro.	253
5.10 – 15/12/11 – 61ª reunião – Crise do Euro. Cúpula da União Europeia.....	257
6 – Comunicados sobre Notas do Itamaraty.....	259
6.1 – 14/07/11 – 31ª reunião – Nota do Itamaraty nº 258, de 9 de julho de 2011, acerca da Independência do Sudão do Sul.	261

6.2 – 25/08/11 – 38ª reunião – Nota do Itamaraty nº 218, de 24/08/11 – Pleito equatoriano de liberação da importação de bananas.....	263
6.3 – 27/08/11 – 40ª reunião – Nota do Itamaraty no. 314 – Trechos da Declaração conjunta proferida na conclusão da VIII Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima – Inhotim, Minas Gerais, 26 e 27 de agosto de 2011.	265
7 – Comunicados sobre o PLC nº 41, de 2011.....	269
7.1 – 16/06/11 – 28ª reunião – PLC 41, DE 2010 – Acesso a Informações	271
7.2 – 22/08/11 – 37ª reunião – PLC 41, DE 2010 – Acesso a informações públicas.....	275
7.3 – 15/09/11 – 42ª reunião – PLC 41, DE 2010 – Acesso a informações públicas.....	279
7.4 – 22/09/11 – 44ª reunião – PLC 41, DE 2010 – Acesso a informações públicas.....	287
7.5 – 27/10/11 – 52ª reunião – PLC 41, de 2010	301
8 – Comunicados sobre a RIO+20.	305
8.1 – 14/04/11 – 9ª reunião – Preparativos para a Rio + 20.....	307
8.2 – 25/04/11 – 10ª reunião – Preparativos para a Rio + 20.....	313
8.3 – 02/05/11 – 13ª reunião – RIO+20: Reunião no RJ	315
8.4 – 30/06/11 – 29ª reunião – Comunicado da CRE para o Conselho Nacional da Rio + 20.....	319
8.5 – 20/10/11 – 50ª reunião – Rio+20 e a União Interparlamentar.	321
9 – Comunicados sobre a África.....	323
9.1 – 14/07/11 – 32ª reunião – Temas discutidos pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, com a Chanceler Maite Nkoana-Mashabane, por ocasião da visita à República da África do Sul em 23 de julho de 2011.....	325
9.2 – 18/08/11 – 36ª reunião – Informações a respeito das ações do governo brasileiro no combate à fome no leste da África.	327
9.3 – 25/08/11 – 38ª reunião – Relato da Representação do Brasil na FAO acerca da reunião de alto nível sobre a crise no Chifre da África.....	329

9.4 – 08/12/11 – 60ª reunião – Instabilidade na República Democrática do Congo.....	333
10 – Outros comunicados.	335
10.1 – 17/03/11 – 5ª reunião – Processo de Ampliação e Adequação da Rede Brasileira de Embaixadas Cumulativas.	337
10.2 – 17/03/11 – 5ª reunião – Situação de calamidade no Japão em função do terremoto sofrido.....	339
10.3 – 07/04/2011 – 7ª reunião – Medidas cautelares divulgadas pela comissão interamericana de direitos humanos da organização dos estados americanos.	341
10.4 – 14/04/11 – 9ª reunião – Absolvção de terrorista nos EUA. ...	343
10.5 – 16/06/11 – 28ª reunião – Assistência Consular ao Sr. Ricardo Azevedo Souza Costa.....	345
10.6 – 30/06/11 – 29ª reunião – Reeleição do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon.....	347
10.7 – 30/06/11 – 29ª reunião – Ministério das Relações Exteriores Grupo de Supridores Nucleares.....	349
10.8 – 01/09/11 – 40ª reunião – Comunicação recebida do Consulado em Los Angeles em 19 de agosto corrente, relativa ao caso do brasileiro Ricardo Costa, detido no Estado americano do Arizona desde dezembro de 2008.....	351
10.9 – 15/09/11 – 42ª reunião – Questão da Agência de Energia Atômica.	353
10.10 – 22/09/11 – 44ª reunião – Participação da Presidente Dilma na 66ª Assembleia Geral da ONU.....	357
10.11 – 27/10/11 – 52ª reunião – Argentina. Reeleição de Cristina Kirchner.	359
10.12 – 27/11/11 – 58ª reunião – Relato Audiência Pública sobre o Monumento em Pistoia/Itália.	361
10.13 – 01/12/11 – 59ª reunião – Ação das Forças Armadas em nossas fronteiras.	365
10.14 – 15/12/11 – 61ª reunião – Posse da Presidente Cristina Kirchner.	367
10.15 – 15/12/11 – 61ª reunião – Resultado da Conferência de Durban	371

APRESENTAÇÃO

No curso dos trabalhos de 2011 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República, institui como praxe dedicar os primeiros minutos das reuniões para leitura de comunicados. O intuito é o de divulgar de forma resumida a exposição de palestrantes e o debate ocorrido nas audiências públicas da Comissão – com destaque para aquelas do ciclo de audiências da Agenda 2011-2012: *Rumos da Política Externa Brasileira* – bem como informar sobre a participação em reuniões externas e os principais expedientes recebidos das diversas autoridades brasileiras e do exterior.

Além disso, sempre procurei, neste período, trazer ao conhecimento dos integrantes da Comissão e da sociedade brasileira, importantes acontecimentos e eventos ocorridos no mundo no campo das relações internacionais e da defesa nacional, por meio de narrativas, observações e análises do cenário internacional, especialmente no tocante às crises econômicas e políticas de várias regiões do planeta.

Trata-se de uma prática que se insere bem no papel de diálogo e reflexão que as comissões permanentes do Senado devem desempenhar dentro de suas atribuições institucionais. E para melhor cumprir esta importante missão, restava ainda a publicação dos principais comunicados feitos ao longo de todo o ano de 2011, o que é concretizado com o presente compêndio, brindado, vale destacar, com o valioso e oportuno prefácio do Ministro Celso Lafer.

Com isso, cumprimos mais uma etapa de nossa obrigação de divulgar, com a devida transparência, o conteúdo mais relevante de nossos trabalhos parlamentares e, ao mesmo tempo, lançar luzes à população sobre os mais significativos cenários internacionais em todas as suas faces.

Senador Fernando Collor

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Prefácio

CELSO LAFER

1. A representação política ocorre na esfera do público. Representar é um modo de apresentar, de fazer presente, de tornar visível. Não há representação nesta esfera, em contraste com aquilo que ocorre no domínio do privado, que possa se desenvolver a portas fechadas. É, assim, a publicidade, algo inerente à natureza representativa do Parlamento como aponta Bobbio no seu *O Futuro da Democracia*, ao tratar da visibilidade do poder numa democracia, sublinhando o nexó entre o princípio da representação e o caráter público do poder¹.

A publicação de trabalhos, que tenho a satisfação de prefaciar, desenvolvidos e realizados no ano de 2011 pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal, presidida pelo Senador Fernando Collor cumpre, em primeiro lugar, esta função de tornar visível, e ainda mais presente, parcela muito importante das suas atividades.

2. A Constituição de 1988 foi a primeira a prever, no plano da organização do Poder Legislativo, o estabelecimento de Comissões Permanentes e Temporárias e a dispor, no § 2º do art. 58, sobre seus poderes e funcionamento. No processo legislativo o sistema de Comissões tem papel de grande relevância, cabendo destacar a importância de Comissões Permanentes. Estas têm suas atribuições organizadas levando em conta as matérias com as quais se ocupam que, em geral, coincidem com o campo funcional dos Ministérios². No caso da Comissão presidida pelo Senador Fernando Collor, suas atribuições no âmbito do Senado Federal dizem respeito a funções que, no plano do Executivo, cabem ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Defesa.

O Congresso Nacional, como é sabido, tem as responsabilidades inerentes ao abrangente controle da ação do Executivo que, na área de política externa, tem parâmetros dados pelo art. 4º da Constituição, que estabelece os princípios que regem as relações internacionais do Brasil. São dispositivos constitucionais que permitem operacionalizar este controle - o de convocar Ministro de Estado para prestar informações inerentes às suas atribuições³ e a competência para encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, devendo recebê-las no prazo de 30 dias, im-

portando crime de responsabilidade a recusa bem como a prestação de informações falsas⁴.

O Congresso Nacional tem, igualmente, um papel próprio no campo da ação externa do Estado brasileiro, pois é de sua competência exclusiva resolver definitivamente sobre tratados, autorizar o Presidente da República a declarar guerra, celebrar a paz e permitir que forças estrangeiras transitem por território nacional ou nele permaneçam temporariamente, além de autorizar o Presidente e o Vice-Presidente a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a 15 dias⁵.

No âmbito da condução da política externa, o Senado Federal tem atribuições que são da sua competência específica. É o caso da aprovação prévia, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, da escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, assim como a autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios⁶.

As Comissões Permanentes do Congresso Nacional têm também - e é o que cabe realçar neste prefácio - o poder, em razão de matéria de sua competência, de "realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil"⁷. Este dispositivo é uma inovação da Constituição de 1988, pois as anteriores nem as proibiam nem as previam como aponta Manoel Gonçalves Ferreira Filho⁸. É com base neste dispositivo que se realizaram os trabalhos e atividades da Comissão de Relações Exteriores e da Defesa Nacional no Senado Federal que ora são publicadas. Daí a pertinência, para realçar a importância e significado desta publicação, de tecer alguns comentários sobre a função destas audiências e sobre a sua origem no direito constitucional brasileiro.

3. No campo específico da atuação do Parlamento em matéria de política externa, em livro sobre a experiência italiana organizado por A. Cassese, este destaca, nas suas conclusões, que os *hearings* nas Comissões de Relações Exteriores têm como objetivo dar a elas uma informação autônoma, distinta daquelas transmitidas pelos canais do Executivo. Aponta igualmente que, em contraste com a maioria das comissões parlamentares permanentes, que têm como papel precípua a atividade legislativa no âmbito interno, as Comissões de Relações Exteriores, não obstante a contribuição que dão no processo de aprovação de tratados pelo Parlamento, que se internalizam subsequentemente no ordenamento nacional, tem ademais a atribuição de examinar o papel de um país no mundo⁹.

As Constituições anteriores a de 1988 não previam mas não proibiam audiências públicas, que eram matéria dos regimentos internos das Casas do Congresso. É por este motivo que, no período do regime autoritário, no qual o Congresso teve um papel mais circunscrito e basicamente homólogo na área da política externa, realizaram-se regimentalmente, painéis

sobre assuntos internacionais, sem a designação de audiências públicas, mas com objetivos compatíveis com suas aspirações.

Menciono aquele realizado em 1977 pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, na época presidido pelo Deputado Flavio Marcílio e coordenado pelo Deputado Faria Lima, publicado em 1978 com o título de Valores e Rumos do Mundo Ocidental. As diversas sessões deste Painel reuniram expositores do governo, do mundo acadêmico e da sociedade civil. Tiveram como finalidade o exercitar a função do Legislativo como centro e foro de debates, como apontou na abertura dos trabalhos o então Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maciel¹⁰. As atividades deste Painel, dos quais tive a satisfação de participar na condição de Professor e estudioso da matéria, sintomaticamente ocorreram quando da gestão, no Itamaraty, do Chanceler Azeredo da Silveira. Esta gestão suscitou polêmicas e discussões públicas, mas no contexto da abertura política iniciada pelo governo Geisel foi, por conta das afinidades entre o “pragmatismo responsável” da sua administração e a “política externa independente” dos governos Janio Quadros e João Goulart, um ponto de aproximação com a oposição, favorecedor de mais espaço político de debate no Congresso.

Lembro, também, aí já no contexto da redemocratização que se avizinhava, o Encontro de Política Externa promovido em 1984 pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, presidido pelo deputado Pedro Colin e que foi coordenado pelo Deputado Flavio Bierrenbach. Deste encontro participaram os então candidatos à Presidência da República, Paulo Maluf e Tancredo Neves, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Saraiva Guerreiro e estudiosos das relações internacionais. Entre eles, Renato Archer, Marcílio Marques Moreira e Helio Jaguaribe. Também tive a satisfação de participar deste Encontro. Nele, a política externa foi um ponto de contato que explorou o potencial de convergência entre o paralelismo da proposta do Itamaraty de democratização das relações internacionais, articulada com finura no Governo Figueiredo, pelo Chanceler Guerreiro, e o processo interno da transição democrática.

Na abertura dos trabalhos, o Deputado Flavio Bierrenbach realçou, explicitamente, a nova dimensão institucional que a redemocratização traria para o Parlamento e às Comissões de Relações Exteriores, cujo papel deveria ser “cada vez mais importante não apenas como órgãos controladores da política externa, mas sobretudo” com a retomada das prerrogativas do Parlamento à luz da necessidade da sua “co-participação na formulação das diretrizes básicas da nossa política externa que, até hoje, sobretudo ao longo dos últimos anos, tem ficado exclusivamente a cargo do Poder Executivo”¹¹. Naquela ocasião abri a minha exposição para afirmar, lastreado na prática parlamentar comparada, a importância do “sistema dos *hearings* como método de investigação, reflexão e análise”¹².

Este método tem hoje a tutela constitucional prevista pelo art. 58, § 2, II, que expressa adensada consolidação das prerrogativas do Congresso trazidas pela Constituição de 1988. É evidente que a sua prática sempre configura uma oportunidade para a legítima afirmação do Parlamento na vida nacional, posto que realça o nexo entre a representação e o caráter público do poder, apontado por Bobbio.

Nos dias de hoje o papel dos *hearings* no âmbito do controle e da formulação da política externa cresce de importância por novas razões, distintas das motivações que levaram aos painéis de 1977 e de 1984 acima lembrados. Com efeito, estamos inseridos no tempo diplomático de uma era de globalização, na qual o mundo se internaliza na vida dos países, as fronteiras são porosas e aumenta a diluição entre o “interno” da nação e o “externo” da vida internacional. Por isso é indispensável buscar o entendimento de como funciona a “máquina do mundo”. Para esse entendimento, a abrangência temática das audiências públicas realizadas pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal em 2011, concebidas, lideradas e presididas pelo Senador Fernando Collor, que adiante examinarei, concorreram significativamente. Por isso a sua ocorrência e publicação contribuem para a valorização do papel do Legislativo na vida do país. São representativas de uma válida maneira de o Parlamento criteriosamente discutir e avaliar o papel e a inserção do Brasil no mundo mediante a oitiva de entidades da sociedade civil que as audiências públicas favorecem.

4. A necessidade ou a conveniência de escutar o público antes de uma deliberação, que é uma extensão do princípio jurídico de ouvir a outra parte num processo, aponta Agustín Gordillo, é uma das características da audiência pública. É ela uma modalidade do exercício de poder de cariz participativo numa democracia¹³.

A Constituinte que elaborou a Constituição de 1988 deu guarida aos valores de uma democracia participativa. Por isso abriu espaço próprio para as audiências públicas no seu processo deliberativo. Nas normas gerais que trataram das Comissões e Subcomissões constitucionais que se ocuparam da elaboração da Constituição, o Regimento Interno da Constituinte previa, no seu art. 14, que: “As Subcomissões destinarão de 5 (cinco) a 8 (oito) reuniões para audiências de entidades representativas de segmentos da sociedade, devendo ainda, durante o prazo destinado aos seus trabalhos, receber as sugestões encaminhadas à Mesa ou à Comissão”¹⁴.

A Constituinte valeu-se amplamente da participação da sociedade civil nos trabalhos das suas Comissões e Subcomissões. Para os propósitos deste prefácio, lembro as audiências realizadas em 1987 na Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais e, no âmbito

da Comissão de Organização do Estado, as da Subcomissão do Poder Legislativo.

No anteprojeto do relator da Subcomissão acima mencionada, que tratava da organização do Poder Legislativo, não constava texto sobre audiências públicas. Foi ela contemplada em emenda ao anteprojeto do relator, datada de 16/5/87, apresentada pelo Deputado constituinte Jorge Hage que a justificou nos seguintes termos: “A aproximação entre a Sociedade Organizada e o Parlamento deve ser buscada de todas as formas. Ao lado da iniciativa das Leis e da participação na elaboração orçamentária entendemos ser o debate de questões nacionais relevantes de extrema utilidade para manter a sintonia entre a representação Congressual e o País real”¹⁵.

Não é o caso de examinar as diversas etapas que levaram ao texto consagrado na Constituição de 1988. Lembro apenas que, na 11ª Reunião Ordinária da Subcomissão do Poder Legislativo, realizada em 22 de maio de 1987, o relator do anteprojeto da Subcomissão, o Deputado constituinte José Jorge, mencionou que “deu-se às comissões uma nova atividade, a de realizar audiências públicas com entidades representativas da sociedade civil (Emenda 094-4 do constituinte Jorge Hage) tratada agora no inciso II do Art. 18 do anteprojeto emendado”¹⁶. O fecho do processo que levou ao art. 58, § 2º, II, foi a emenda 2 P02040 votada em destaque e objeto de deliberação do Plenário, presidido por Ulysses Guimarães. Esta emenda, fruto da fusão de emendas dos constituintes Henrique Cordova e Fernando Lyra, foi aprovada (votação nº 291, 334 sim, 67 não, abstenções 17, total 418) e no encaminhamento da votação do texto do substitutivo (na época os § 1º e 2º do art. 70), a cargo do constituinte Pimenta da Veiga, este destacou a modernidade da emenda 2 P0240 e realçou o novo interesse que despertará, perante a opinião pública, a realização de audiências públicas na estrutura dos trabalhos das Comissões Técnicas¹⁷.

Como se verifica por este sucinto rastreamento do art. 58, § 2, II da Constituição de 1988, as audiências públicas da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional em 2011, voltadas para ampliar, com a participação da sociedade civil, a inteligibilidade da complexa realidade internacional, estão em perfeita consonância com a letra e o espírito da “ideia a realizar” dos constituintes. São, com efeito, um meio de operacionalizar, de maneira participativa, a missão constitucional ativa do Parlamento mencionada pelo presidente Fernando Collor na abertura do Ciclo de Audiências Públicas da Comissão em 11/4/2011.

5. A cultura da participação política que a Constituição de 1988 consagrou e da qual o art. 58, § 2, II é um exemplo teve um efeito irradiador no Direito brasileiro que cabe recordar.

Ela passou a ser utilizada no processo decisório da Administração Pública com o objetivo de torná-la, por meio de audiências públicas, mais

coordenativa e menos impositiva, favorecendo a colaboração pela utilização do potencial criativo e operativo dos entes da constelação social. As audiências públicas, com efeito, podem contribuir para a sintonia entre a Administração e o País, dar um acesso próprio à informação proveniente da realidade social e prevenir litígios, pré-identificando o seu potencial e permitindo alcançar soluções para seu prévio equacionamento. São, em síntese, um ingrediente de participação política que abrem espaço para a influência válida dos governados na solução de problemas¹⁸. São explicitamente previstas, por exemplo, em matéria ambiental, na prestação de serviços públicos de saneamento básico, no campo da política urbana.

Inovador também tem sido o recurso a audiências públicas pelo STF no processo constitucional concentrado da guarda da Constituição como instrumento para aferição mais adequada, pelos Ministros, das questões submetidas à sua apreciação. A prática das audiências públicas foi disciplinada pela emenda regimental nº 29 de 20/2/2009 que incorporou a audiência pública ao regimento interno do STF cabendo ao presidente e ao relator do processo convocá-las “para ouvir o depoimento de pessoas com experiência e autoridade em determinada matéria, sempre que entender necessário o esclarecimento de questões ou circunstâncias de fato, com repercussão geral e de interesse público relevante”¹⁹.

Anna Cândida da Cunha Ferraz, em preciso trabalho recente, empreendeu a análise de alguns exemplos de audiências públicas já realizadas no STF. Entre os casos examinados estão, no âmbito da lei de biosegurança, a questão de células-tronco embrionárias para fins de pesquisa e terapia, o da interrupção da gravidez em caso de o feto concebido ser anencefálico e a questão da validade da importação de pneus usados e remoldados²⁰.

6. É neste contexto de irradiação de uma cultura democrática participativa que se insere o Ato nº 3 de 2011 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria do seu Presidente, Senador Fernando Collor. O Ato nº 3 disciplina, em conformidade com o art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e o Regimento Interno do Senado, os procedimentos a serem observados nas audiências públicas que a Comissão realiza com entidades da sociedade civil e com especialistas, em temas de relevância nacional. Prevê que o Presidente da Comissão designará expositores favoráveis e contrários à matéria objeto do exame se este for o propósito de uma audiência pública. Conforme se verifica, trata-se da extensão do princípio de ouvir a outra parte que a audiência pública enseja, como instrução do processo de deliberação, consoante a lição de Agustín Gordillo, acima mencionada.

Colher pontos de vista abalizados, favoráveis ou contrários a uma matéria objeto de exame, a fim de obter melhor esclarecimento de uma questão é a prática habitual das audiências públicas realizadas no âmbito da Administração Pública e do STF. É o que também ocorre na Comissão

de Relações Exteriores e do Senado Federal. Exemplares, neste sentido de propiciar o contraditório, foram as audiências públicas realizadas entre abril e outubro de 2009 que discutiram o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul. No prefácio ao volume publicado pelo Senado que as divulgou na sua totalidade, o Senador Eduardo Azeredo que naquela época presidia a Comissão, apontou que as cinco sessões de um ciclo de debates no trato de uma questão polêmica “criaram uma nova metodologia para o exame de acordos internacionais, transparente e aberto aos anseios da opinião pública”²¹.

Estas audiências públicas de 2009, das quais tive a honra de participar como expositor, tinham um foco próprio ligado à atividade normativa do Parlamento. Tratavam de contribuir para uma avaliação, à luz da competência do Congresso de resolver definitivamente sobre tratados, sobre a conveniência de incorporar ao ordenamento jurídico nacional o Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul. Tinham como objetivo o organizado e público acesso a uma informação autônoma e pluralista, distinta dos esclarecimentos transmitidos pelo Executivo que negociou e era favorável à adesão. Neste sentido as audiências públicas de 2009 cumpriram a função preconizada por Cassese. Deram substância aos trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado e motivaram o interesse da opinião pública como vaticinou o constituinte Pimenta da Veiga ao encaminhar a votação que levou ao art. 58, § 2, II da Constituição de 1988.

7. É de outra natureza e escopo o conjunto de audiências públicas de 2011 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. São uma contribuição para o entendimento dos grandes itens da agenda internacional baseada na pluralidade de perspectivas dos expositores, que incluíram autoridades do Executivo e especialistas da sociedade civil nas diversas matérias dos assuntos tratados. Com impacto na opinião pública, tiveram como objetivo avaliar os desafios e possibilidades da inserção do Brasil no mundo e, deste modo, permitir que o Parlamento tenha uma informação apropriada para exercer uma missão constitucional ativa, e não meramente homologatória, para reiterar o que apontou o seu Presidente, o Senador Fernando Collor, na abertura do ciclo de audiências públicas de 2011, no campo da ação externa do Estado brasileiro.

A concepção e abrangência temática das audiências públicas de 2011 da Comissão devem-se à visão do Senador Fernando Collor. São o fruto do seu interesse e domínio dos temas das relações internacionais aos quais a sua gestão Presidencial deu a dimensão própria da experiência de quem, no Executivo, efetivamente conduziu a diplomacia brasileira nos termos da Constituição de 1988²². Com efeito, coube ao Presidente Collor, na sua gestão Presidencial promover, no início da década de 1990, as mudanças necessárias da pauta da política externa, tendo em vista propiciar a melhor

inserção internacional do Brasil à luz das transformações internas do país e das substantivas alterações no funcionamento do sistema internacional, trazidas pelo fim da Guerra Fria. Coube-lhe também, presidir, com alto sentido de direção, a grande conferência da ONU sobre meio-ambiente e desenvolvimento sediada no Brasil - a Rio-92, que foi a primeira das grandes conferências da ONU da década de 1990 sobre temas globais, como posso dar meu testemunho na condição de seu Chanceler e colaborador naquele período.

8. Os ciclos de audiências públicas de 2011, como o leitor verificará, trataram de temas que impactaram a vida internacional, com reflexos para a política externa brasileira, como a crise política no Oriente Médio e norte da África - a assim chamada primavera árabe - e a crise econômica que vem se irradiando a partir de 2008, primeiro nos EUA e agora na Europa, com os sérios problemas que o euro vem enfrentando. Empreenderam-se análises do Mercosul, e do entorno da América do Sul em que estamos inseridos, no contexto dos 20 anos do Tratado de Assunção - assinado pelo Presidente Collor - e que pôs em marcha um aprofundado processo de integração entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Foram examinadas as políticas externas dos EUA, da União Européia, da Rússia, da China, Índia e África do Sul e discutidas as influências da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional. A inserção e as perspectivas do Brasil no âmbito do Conselho de Segurança da ONU foram revistas. Volatilidade dos preços de commodities e alimentos, assim como o estado das negociações da Rodada Doha da OMC, foram avaliados. Também foram apreciados temas ligados à Defesa Nacional, relacionados ao papel das Forças Armadas.

A Comissão de Relações Exteriores e a Defesa Nacional têm duas Subcomissões em funcionamento, a do acompanhamento da Rio+20 (presidida pelo Senador Cristovam Buarque) e a da Amazônia e Faixa de Fronteiras (presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti) e esta publicação compendia os relatos das audiências públicas por elas realizadas.

Comunicados da Presidência sintetizando os pontos centrais das audiências públicas realizadas de 11/4/2011 até 3/10/2011, na Comissão e nas duas Subcomissões acima mencionadas, assim como relatos atualizados dos problemas examinados e de matérias correlatas com a lei de acesso à informação e à situação da África, dão ao leitor um contato imediato com a pluralidade das perspectivas que se fizeram presentes na Comissão de Relações Exteriores e da Defesa Nacional do Senado Federal. Realço que esta pluralidade de perspectivas foi assegurada, como é da natureza e da função de audiências públicas, pelo comparecimento de expositores do governo, diplomatas experientes que exerceram funções e tiveram responsabilidades no trato das questões examinadas, acadêmicos independentes e membros da sociedade civil *lato sensu*.

Ser livre é ser informado. A abrangência temática das audiências e a multiplicidade das informações e análises reunidas no correr do ano de 2011 dão ao Parlamento brasileiro, pela ação da Comissão de Relações Exteriores e da Defesa Nacional do Senado Federal, presidida pelo Senador Fernando Collor, condições de exercer, com efetiva liberdade, suas funções no campo das suas atribuições constitucionais.

9. Gostaria de concluir lembrando as características dos três desafios que permeiam os dilemas da ordem mundial da atualidade, apontados por Andrew Hurrell: como captar interesses comuns e compartilháveis; de que modo gerir as desigualdades do poder e de que maneira se pode mediar a diversidade cultural e o conflito dos valores. Estes desafios transitam pelas especificidades que caracterizam a multifacetada agenda diplomática contemporânea. Esta inclui a intensidade das aspirações de identidade e reconhecimento; as ambições normativas da sociedade internacional; os problemas da paz e da guerra, da violência e da segurança coletiva; os dilemas da gestão de uma economia globalizada e desigual, os obstáculos ao encaminhamento de um desenvolvimento ambientalmente sustentável, e as possibilidades de o regionalismo contribuir, de maneira positiva, para a arquitetura da ordem mundial²³.

As audiências públicas de 2011, e delas tive a satisfação de participar tratando da OMC e da situação das negociações da Rodada Doha, exploram vertentes ligadas a todos esses assuntos, que são indispensáveis para uma pertinente formulação de políticas externas. Cumprem, assim, plenamente, o propósito enunciado pelo Senador Fernando Collor na abertura do ciclo. Este foi o de trazer a *expertise* dos diversos campos do conhecimento para tornar inteligível, com a colaboração da sociedade civil, uma realidade internacional fragmentada, complexa e multifacetada, dando, assim, as condições para a valorização do exercício da missão constitucional ativa do Parlamento na área da diplomacia e da defesa.

1
RELATOS
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

1.1
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(11/04/11 – 8ª reunião)

Abertura dos Ciclos de Audiências Públicas da CRE

Sr^{as} e Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Sr^{as} e Srs. Convidados, demais participantes, a Constituição Federal reserva importante missão para o Senado e para esta Comissão, no âmbito tanto das relações exteriores, quanto da defesa nacional.

Cabe constitucional e regimentalmente a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional referendar os atos internacionais celebrados pelo Poder Executivo, apreciar as indicações de chefes de missões diplomáticas permanentes e acompanhar a política exterior e a política de defesa da nação.

Ao submeter diretrizes e atos do Poder Executivo nos campos externos de defesa nacional ao exame do Parlamento por meio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Constituição adota o sistema de pesos e contrapesos, o *check and balances* do Direito Constitucional Anglo-saxônico. Procura, com isso, criar uma situação de equilíbrio, evitando a excessiva concentração de poderes em um dos ramos do governo. Faz com que haja um compartilhamento da ação governamental entre os Poderes Executivo e Legislativo. Por isso, dá ao Executivo a iniciativa de designar representantes e negociar atos internacionais. E ao Legislativo, a capacidade de examinar e vetar essas proposições.

Assim, o Parlamento tem uma missão constitucional ativa, e não uma função meramente homologatória.

Cabe à Comissão responsabilidade direta no acompanhamento das atividades dos dois agentes por excelência da projeção externa do Estado: o diplomata e o soldado, como registrou Raymond Aron.

Para exercer essa incumbência, há necessidade de constante preparação, pois a realidade internacional frequentemente se nos apresenta de forma dinâmica, difusa, fragmentada.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação virtuais somos assoberbados pelo volume de informações, por dados que nos chegam em tempo real, simultaneamente, de todo o mundo. É essencial, portanto, ter a capacidade de processar, de analisar todas essas informações, e ter um arcabouço teórico que nos permita organizá-las.

Necessitamos, por isso, de instrumentos adequados para fazer com que uma realidade complexa e multifacetada torne-se inteligível. É essa a função de ferramentas analíticas como, por exemplo, a teoria dos sistemas, a teoria dos jogos, os enfoques do realismo e do idealismo em relações internacionais, as teorias da informação e controle.

Necessitamos, também, de precisão na definição de conceitos como poder e legitimidade, para compreender melhor modelos como o de equilíbrio de poder.

Essas ferramentas é que nos permitirão analisar o sistema internacional, fazer previsões, antecipar fatos e tendências. Enfim, elaborar cenários onde deverão atuar nossas estruturas diplomáticas e de defesa.

Para nos aportar conhecimento teórico que contribua para aperfeiçoar o trabalho desta Comissão, decidimos trazer para o nosso convívio especialistas que nos tragam suas *expertises* em campos específicos.

Vamos buscar sua colaboração para tentar melhor entender as questões que dominam a atual conjuntura internacional. Cito, a título de exemplo, a presente situação de instabilidade no mundo árabe, iniciada com a revolta na Tunísia, seguida pela queda de Mubarak, pela onda de manifestações no Bahrein, no Marrocos, no Irã, no Iraque, na Síria, entre outros, e pela crítica situação na Líbia. Essa onda de instabilidade que se espalha em efeito dominó nos provocou uma série de indagações:

Primeira, os serviços de informação dos países objeto da instabilidade teriam sido surpreendidos pelas manifestações?

Segunda, seria esse também o caso das principais potências ocidentais, com todo o seu aparato de Inteligência?

Terceira, a capacidade de resposta dos governos foi prejudicada pela falta de informações adequadas?

Quarta, os governos não detectaram o grau de desgaste de sua legitimidade?

Quinta, quais as consequências em termos energéticos?

Sexta, quais as consequências em termos políticos e humanitários do êxodo de refugiados? E aí também nós temos que ver que em África a situa-

ção também agora tende à normalidade com o que está acontecendo com a *Côte d'Ivoire*, mas que não é objeto da nossa reunião de hoje.

Sétima, qual o papel da internet e das redes sociais nas revoltas?

Oitava, qual o papel político do islamismo?

Nona, qual o cenário estratégico regional que se seguirá ao cataclismo islâmico? Como afetará o equilíbrio de poder?

Décima, como afetará o sistema internacional?

Décima primeira, quais serão as consequências para o Brasil?

Décima segunda, que mecanismos e instrumentos precisam ser aperfeiçoados para garantir a segurança e retirada dos nacionais brasileiros em países em situação de crise?

Questões como essas deverão ser abordadas nesse ciclo de audiências constante de sua agenda 2011/2012, intitulada “Rumos da Política Externa Brasileira”, que ora iniciamos no âmbito da nossa Comissão, porém aberta a todos os Parlamentares, estudiosos e interessados nos temas e, principalmente, ao público em geral.

Sobre esse assunto, aproveito para informar que, nas próximas audiências, deveremos contar com a participação como ouvintes de alunos da cadeira de Introdução ao Estudo de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, ministrada pela professora Clarita Costa Maia.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional emitirá certificado de participação a esses estudantes e demais alunos de outras matérias em instituições superiores que, por ventura, manifestem interesse em assistir e participar das audiências. Para tanto, a secretaria da comissão manterá uma lista de presença específica para o controle da frequência dos estudantes.

Essas audiências contarão com a participação de professores universitários especialistas nas áreas da Ciência Política, Economia, Relações Internacionais, de Defesa e Informações, bem como *experts* do meio empresarial, da imprensa, de organizações de classe, representantes de missões diplomáticas e consultores parlamentares. Instalamos, assim, um fórum de debates, um núcleo de altos estudos que complemente o trabalho institucional da comissão e que também sirva para provocar a discussão de temas diplomáticos e militares pela sociedade brasileira. Tenho convicção de que esta agenda ajudará a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, composta de Parlamentares preparados e interessados em assuntos diplomáticos e militares a ter uma melhor visão dos temas internacionais e a melhor cumprida sua missão. Para tanto, contaremos também com o qualificado suporte técnico da consultoria legislativa do Senado Federal e com a sempre atenta e precisa cobertura e divulgação dos órgãos de comunicação da Casa, em especial a TV Senado, a Agência e o Jornal Senado, aos

quais, de antemão, em nome desta Comissão, agradeço pelo apoio e dedicação e cumprimento pela excelência do trabalho que realizam.

A agenda está formada em cinco ciclos de palestras e debates, dividida em 25 painéis, sempre às segundas-feiras, às dezoito horas, nesta sala da comissão. Estes cinco ciclos abordarão os seguintes macrotemas:

1º Ciclo: Geopolítica e Relações Internacionais;

2º Ciclo: Economia e Finanças;

3º Ciclo: Defesa Nacional;

4º Ciclo: Temas da Agenda Internacional e

5º O Papel das Instituições e Conclusões.

O painel de hoje abordará o tema Cenário Estratégico Internacional e Perspectivas, com os seguintes subtemas: Egito – Importância para a Estabilidade.

1.2
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(25/04/11 – 10ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 1º Painel

“Cenário estratégico internacional e perspectivas; Egito: importância para a estabilidade geopolítica da região; e Líbia: impacto econômico no mundo”

*No último dia 11, às 18h00, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu início ao ciclo de audiências públicas constantes de sua Agenda 2011-2012, intitulada **Rumos da Política Externa Brasileira**.*

O primeiro painel tratou do tema **Cenário Estratégico Internacional e Perspectivas**, com os subtemas **Egito: importância para a estabilidade geopolítica da região**, e **Líbia: impacto econômico no mundo**.

Como expositores, tivemos a presença do Embaixador **Luiz Felipe Lampreia**, ex-Ministro das Relações Exteriores; do Professor da Unicamp, Dr. **Mohamed Habib**; do professor das Faculdades Integradas Rio Branco do Rio de Janeiro, Dr. **Samuel Feldberg**; e do Professor da Universidade de Brasília, Dr. **Pio Penna Filho**.

O primeiro expositor foi o Prof. **Mohamed Habib**, da Unicamp, que assinalou que, para o Brasil, o debate sobre o que vem ocorrendo na Líbia e no Egito fornece a possibilidade de um “momento de reflexão antecipada”, uma vez que o Brasil possui um grande potencial na produção de petróleo. Por isso, sugeriu que se faça uma análise dos últimos cem anos da história do mundo árabe, de modo a se extrair lições que venham a ser úteis ao país, principalmente para se traçar um plano estratégico brasileiro no campo energético, já que se trata de recursos que interferem diretamente na geopolítica e nas relações internacionais. Lembrou que no último século, o tipo de relação entre a Europa e o Oriente Médio, com base nos interesses energéticos, comerciais e geopolíticos, sempre foi estabelecido pelos países centrais em função da hegemonia que exercem na região.

O prof. Mohamed ressaltou que dos 10 países com maiores gastos militares em relação ao Produto Interno Bruto, 7 estão no mundo árabe. E entre os 20 maiores produtores de petróleo, 10 são do mundo árabe. Entretanto, dos 20 maiores consumidores de petróleo, apenas 2 – Arábia Saudita e Irã – pertencem àquele grupo de nações. Ao mesmo tempo, 42% da população do Egito encontram-se abaixo da linha da pobreza, e – nas palavras dele – “em um ambiente de corrupção, nepotismo e falta de liberdade”, além de altos índices de desemprego, deteriorização das políticas públicas e acúmulo indevido de riquezas, o que levou, a seu ver, ao levante de 25 de janeiro no Cairo. Por fim, acrescentou que, “como egípcio que vive há 39 anos no Brasil, não gostaria de ver aqui o que vi no Egito. Por isso, deve-se se levar a sério a questão da política energética brasileira e a questão educacional.”

O segundo expositor foi o Embaixador **Luiz Felipe Lampreia**, que observou que o mundo se surpreendeu com a velocidade dos acontecimentos no Norte da África e no Oriente Médio. Recordou que o movimento começou na Tunísia de “forma inesperada” e rapidamente propagou-se ao Egito. Nesse país, recordou, tentaram identificar o movimento com a “força libertária dos jovens”. Porém, ressaltou o papel dos militares do Egito, que já se encontravam descontentes com o então presidente Hosni Mubarak.

Na opinião do Embaixador Lampreia, a Líbia teria menos importância estratégica que o Egito, pela menor população e menor produção de petróleo. A seu ver, a reação das forças do líbio Muamar Kadafi aos ataques militares dos rebeldes pode levar a situação a um impasse. No seu entendimento, ataques aéreos apenas não bastam para derrubar o governo de Kadafi. Além disso, assinalou que o mais provável é que o interesse dos países ocidentais seja o de restabelecer um mínimo de normalidade, com a retomada da produção de petróleo, que interessa mais diretamente à Itália, à França, ao Reino Unido e à Alemanha. Segundo o Embaixador, os Estados Unidos não têm interesse em uma nova guerra com um país árabe e, segundo ele, “só entraram na Líbia por pressão da opinião pública”. Por isso, trata-se de um conflito que não pode durar muito, a ponto de enfatizar que já existe quem pense que o melhor seria a partição da Líbia.

Por fim, o Embaixador Lampreia voltou a destacar que, dentro do cenário da geopolítica mundial, a Líbia é secundária. Para ele, o importante é estar na Arábia Saudita e em outros grandes produtores de petróleo.

Em seguida, falou o Prof. **Samuel Feldberg**, das Faculdades Integradas Rio Branco do Rio de Janeiro, que também ressaltou a menor importância relativa da Líbia. Na sua opinião, trata-se de um país “relativamente insignificante do ponto de vista de sua capacidade econômica, que produz menos petróleo que o Brasil e exporta basicamente para a Europa”. Tanto é que, de acordo com ele, a Arábia Saudita, “quase que imediatamente”,

aumentou sua produção em 2 milhões de barris de petróleo por dia e, com isso, acalmou os mercados.

Para o Prof. Feldberg, a crise na Líbia acabou “abafando outros cenários importantes”, como a questão nuclear no Irã e os conflitos entre Israel e palestinos. Segundo ele, para o resto do mundo a crise no mundo árabe mostra que se torna cada vez mais importante antever situações semelhantes que possam vir a acontecer. Na sua opinião, uma trégua na Líbia agora pode fortalecer a capacidade do líder Kadafi em se manter no poder.

Falando mais especificamente sobre o Brasil perante a crise árabe, o professor Feldberg aponta para a principal pergunta que devemos fazer junto à ONU, considerando as aspirações do país em integrar de forma permanente o seu Conselho de Segurança. A pergunta seria: o que o Conselho deve e pode fazer diante de crises como esta do mundo árabe?

O quarto e último expositor foi o professor da Universidade de Brasília, **Pio Penna Filho** que, de início, considerou que houve certa precipitação e generalização dos analistas ao supor que o efeito Tunísia e Egito se proliferaria pelo resto do mundo árabe, dentro das aspirações liberais e democráticas do mundo ocidental. Chamou a atenção para o que ele denominou de “recrudescimento da política intervencionista sob o manto do humanitarismo”. Outro fenômeno por ele destacado é a falta de inclusão social existente nesses países, o que potencializou as manifestações.

O prof. Pio Penna alertou ainda para o movimento que se tem verificado de deslocamento de interesses, em termos de exploração de recursos energéticos, dos grandes países ocidentais que estão aos poucos saindo do Oriente Médio para outras regiões. De acordo com ele, “esta pode ser uma perspectiva de longo prazo para o Brasil e para a zona do Atlântico Sul. Vários países estão deixando o Oriente Médio ou focando outras regiões, como se pode ver na atuação da China na África”. Trata-se assim, conclui o professor, de um verdadeiro desafio para o Brasil.

1.3
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(05/05/11 – 14ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 2º Painel

“As insurgências no Mundo Árabe e seus reflexos na estabilidade política do Oriente Médio e da África Setentrional”

*Informo às Sras. e Srs. Senadores que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu sequência, no último **dia 25 abril**, às 18h00, ao ciclo de audiências públicas sobre os “Rumos da Política Externa Brasileira”, integrante de sua agenda 2011-2012.*

Para expor sobre **“As insurgências no mundo árabe e seus reflexos na estabilidade política do Oriente Médio e da África Setentrional”**, tema deste segundo Painel, foram convidados o Embaixador Marcos Azambuja; a professora Dr^a. Arlene Clemesha, da Universidade de São Paulo (USP); o professor Dr. Márcio Scalécio da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); o Dr. Eduardo Viola, da Universidade de Brasília (UnB), e o Dr. Reginaldo Nasser, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

O Embaixador **Marcos Azambuja**, primeiro expositor, disse que a onda de acontecimentos no Oriente Médio recomenda prudência de tom, cautela e sabedoria, por tratar-se de região de grande diversidade cultural cujos regimes vêm sendo sacudidos pela rejeição a sua longevidade, corrupção e incapacidade de se modernizar. Trata-se de movimento a que chamou de espontâneo e que definiu como “insurgência geral de uma civilização”, sem indícios de interferências externas e de tendência não sectária, refletindo, sobretudo, o desejo das populações em combater a corrupção e em clamar por democracia e liberdade.

O Embaixador salientou as diferenças entre o Egito, com um exército forte, e a Líbia, um país fragmentado em tribos e regiões, com um regime caracterizado pelo histrionismo e pela corrupção, que se tornou um cam-

po minado; e manifestou sua inquietação quanto à repressão feroz aos manifestantes pelo governo sírio. O que ocorre na Síria, lembrou, é de extrema importância e gravidade, pois afeta profundamente o Estado de Israel. Em sua opinião, o regime do Presidente Bahar Al-Assad pode sobreviver, mas sua legitimidade terá sido muito afetada.

Ao sinalizar que não se pode prever o desenrolar dos acontecimentos na região, embora acredite no surgimento de novos líderes, o Embaixador Azambuja destacou que o Brasil está no bom caminho e vem se comportando com sobriedade diante da situação, refletida no voto, pela abstenção, da Resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que impôs uma zona de exclusão aérea e permitiu intervenção militar na Líbia para proteger a população civil, reabilitando o princípio da intervenção humanitária. Entretanto, aquele Presidente acabou por extrapolar seu mandato inicial, levando a uma interferência militar que o mundo de hoje não mais comporta. Recomendou prudência e que o Brasil limite sua ação na esfera multilateral e se dê conta de que não tem poder para influenciar os acontecimentos.

A segunda expositora foi a Professora da USP Dra. **Arlene Clemesha**, a qual disse que resultou como denominador comum nessas revoltas o seu caráter laico, em que a tomada das ruas pelas populações em massa deixou nítida a verdadeira dimensão minoritária dos grupos religiosos extremistas, sem respaldo popular ou ampla inserção social. Ressaltou ela que os povos árabes demonstraram desejar a democracia, estão dispostos a lutar para obtê-la e reivindicam a formação de governos representativos e soberanos, em um contexto árabe menos submisso às potências européias e aos Estados Unidos. Registrou também a derrubada de mitos tais como o da submissão da mulher árabe, representada pelo uso do lenço, lembrando que, no Iêmen, uma das grandes oradoras nos protestos de rua é uma mulher, mãe de três filhos.

Para a Professora, tanto na Líbia quanto na Síria – este último um regime secular, mas com um histórico de eliminação dos partidos religiosos pelo partido Baath –, o regime não se dissocia do Estado. No caso da Líbia, alega que não há como substituir Kadafi. A Professora ressaltou a evolução da revolta para uma guerra civil. Na sua opinião, a probabilidade de a intervenção humanitária desdobrar-se em intervenção militar deveria ter sido mais bem analisada pelo Conselho de Segurança, em virtude de suas consequências, na sua opinião, ser uma clara intervenção externa a favor da oposição a Kadafi.

Sugeriu a Dr^a. Clemesha uma solução que não leve ao recrudescimento das posições e que prioridade seja dada pela comunidade internacional à criação de corredores para a distribuição de medicamentos e à ação em defesa da própria Líbia, sem a intenção de prejudicar.

Enquanto que na Líbia a intervenção externa foi feita para proteger os revoltosos, no Barhain ela se deu, por parte da Arábia Saudita, no intuito de reprimi-los, concluiu a Professora, lembrando que as populações da região se politizaram, derrubando também o mito de que o Ocidente é avançado e o Oriente, atrasado.

Esse relato ocorreu na nossa audiência pública realizada no último dia 25 de abril. De lá pra cá, pela velocidade dos acontecimentos, alguns fatos aconteceram, e um deles foi que o mandato aprovado pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), com abstenção do Brasil, foi extrapolado pelas forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), e foram enviados para a Líbia, nesses últimos dias, assessores militares, para ajudar, nas palavras do texto do comunicado que foi feito, os revoltosos a se defender do regime do líder Kadafi. Isso significa, em uma leitura mais clara, o início de uma escalada do conflito líbio e uma escalada da intervenção militar, que passou do no-fly zone para o início de uma escalada terrestre. Vale lembrar que foi exatamente assim que se deu início à guerra do Vietnã, com envio, pelo governo americano àquela região, de conselheiros militares para auxiliar os então vietnamitas na luta do Vietnã do Sul contra o Vietnã do Norte. Em função exatamente disso, por esse voto apresentado ao Conselho de Segurança Nacional, o Governo brasileiro, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, percebeu que uma frase que foi acrescentada de última hora permitiria, em algum instante, que houvesse essa escalada, e não ficaria somente no caráter de exclusão aérea, do no-fly zone. Em função disso, o Brasil se absteve, premunitoriamente se absteve, como estamos hoje presenciando.

O terceiro expositor, o Professor **Márcio Scalércio**, da PUC do Rio de Janeiro, nos deixou algumas sugestões para reflexão: as populações árabes, as primeiras a tomarem as ruas contra o colonialismo no século passado, a elas voltaram agora contra governos autoritários, truculentos, corruptos, ineficientes e retrógrados, vivendo ainda o “dia de ontem”.

O ponto de partida, na sua análise, encontra-se, por um lado, na introdução de mecanismos capitalistas mais sofisticados, que se espalharam por várias regiões do mundo, chegando ao Egito, por exemplo, com a ampliação da classe média, o surgimento de uma juventude mais educada e participativa nesse modelo capitalista de tecnologias sofisticadas. E por outro lado, no que chamou de a “deslavada *realpolitik* do Ocidente”, no apoio às ditaduras do Oriente Médio, fundamentada em três pilares: que o petróleo e o gás continuassem a fluir; que radicais do Islã fossem mortos ou encarcerados e que a segurança de Israel fosse garantida. Para tanto, os regimes da região foram aquinhoados com verbas para se manterem nessa linha.

Ocorre que, de acordo com sua análise, já em 2002/2003, os relatórios da ONU sobre a economia árabe apontavam a estagnação e a falta de perspectivas para o futuro de seus jovens. Veio a crise de 2008, com a elevação do preço das *commodities* e a falta de trabalho, tornando os regimes insustentáveis. E os jovens árabes usam celulares e computadores e participam das redes sociais, ampliando-se essa conjugação de fatores em um “efeito espelho”, em que o Egito se mirou na Tunísia; a Síria no Egito; e os países do Golfo no Egito e na Tunísia, embora apenas nestes dois últimos o movimento tenha sido vitorioso, ressaltando-se a falta de alimentos no Egito, o país mais populoso da região e o peso de sua influência no mundo árabe, tanto de intelectuais quanto dos religiosos.

A diferença, no seu entender, foi a resistência de Kadafi na revolta líbia; a interpretação da resolução do Conselho de Segurança por parte da França e Reino Unido, de “bombardear até derrubar Kadafi” e a perda de prestígio dos Estados Unidos entre aliados e inimigos na região, por renunciar à liderança nesse processo. Os Estados Unidos relutam em assumir um papel mais envolvente por já se encontrarem engajados em dois outros conflitos.

Para o Professor Scalécio, não é verdade que os árabes estão condenados a viver sob regimes autoritários. Mas os desdobramentos no Egito, em sua opinião, serão muito importantes para toda a região. Outro país com grande influência é a Síria. O grupo no poder, da seita sunita, é minoritário; e, apesar de Al-Assad ser um reformista, o professor acredita que seu governo não terá como promover um regime de transição com essa repressão que se verifica dentro do seu país.

O Professor **Eduardo Viola**, quarto expositor, analisou as origens e as dimensões da crise no Oriente Médio: em primeiro lugar, a onda democratizadora; em segundo lugar, as rivalidades geopolíticas entre os Estados da região; em terceiro lugar, os conflitos religiosos existentes que, mesmo não sendo os mais importantes agora, não desapareceram; e, por fim, os conflitos étnico-tribais, como a questão curda e a existência de várias tribos na Líbia, que levaram à guerra civil no país, lembrando uma forte interrelação dessas quatro dimensões.

A baixa capacidade de previsão dos especialistas em relações internacionais e das agências de inteligência que não conseguiram antecipar o levante, está a demandar, na opinião do Professor Viola, uma reflexão profunda, num contexto de aceleração do aumento da complexidade do sistema internacional, o que torna cada vez menos lineares e previsíveis as relações internacionais no mundo.

De acordo com sua análise, essa onda democratizadora que atravessa o Oriente Médio teve início com a realização das eleições gerais no Irã, em 2008. O Professor apontou a necessidade de diferenciar os três tipos

de regime existentes na região: a democracia da Turquia, Israel e Líbano: a semi-democracia, hoje uma realidade no Marrocos, Egito, Jordânia, Iraque, Tunísia e na Palestina - no caso na Cisjordânia - e os regimes totalitários do Irã e da Arábia Saudita, que detêm o controle total da sociedade, assim como os da Síria, do Kwait, do Catar, da Argélia e da Palestina, neste caso especificamente em Gaza. Salientou, ainda, as situações de semi-anarquia da Líbia e do Iêmen, que vive uma situação complicada, e do fortalecimento do autoritarismo no Barhain.

Em sua análise, o professor enumerou alguns pontos importantes quanto ao desdobramento das revoltas. Pergunta ele: a estabilidade do fluxo de petróleo, de grande interesse por parte das grandes potências, será mantida?; Mudanças na região afetam diferentemente as grandes potências da União Européia, os Estados Unidos, a Rússia e a China em termos de *soft Power*. A Rússia e a China temem a “democracia” no Oriente Médio. “E os demais, seriam favoráveis?”; E como reagiriam as potências regionais, a exemplo de Israel, Turquia, Egito e Irã, este último interessado na queda dos sunitas pró-Estados Unidos? O Irã, na opinião do Professor Viola, sente-se ameaçado com a situação síria – a queda de Al-Assad seria um problema muito sério para o regime iraniano. Já Israel, Turquia, Arábia Saudita e Egito temem o que possa ocorrer na Síria, mas nem tanto uma eventual queda de Al-Assad. Quanto a Israel, especificamente, o país tem minimizado essa onda democratizadora, segundo sua análise.

Por fim, o conflito religioso, fundamental no Líbano e no Iraque, pode escalar em outros países onde hoje esse aspecto não tem tanta importância, como na Síria. Além disso o futuro está totalmente aberto na questão dos curdos que, no Iraque, conquistaram significativa autonomia.

Encerrando o Painel, o Professor **Reginaldo Nasser**, da PUC-SP, falou-nos do erro dos estudiosos que vêm confundindo o mundo árabe com o islâmico e mencionou o episódio da doação financeira por parte do filho do coronel Kadafi à *London School of Economics*, expondo um sistema que classificou como corrupção dos institutos de pesquisa do Reino Unido.

Para o Professor, o ano de 1979 foi revelador, com a revolução dos aiatolás no Irã e a guerra no Afeganistão. Ele destacou a conformação do modelo binário de governos islâmicos e ditaduras seculares e as chantagens feitas pelo ex-Presidente Egípcio Mubarak aos Estados Unidos em troca de recursos e armas para contrapor-se ao Irã. Foi assim, segundo o Professor, que Europa e Estados Unidos conduziram sua política no Oriente Médio, evitando o surgimento de radicais islâmicos. Na opinião dele, esse mundo está em extinção e ainda não se pode prever o que ocorrerá.

Hoje, grande parte da população da região vive nas grandes cidades, dominadas pela classe média, com forte presença de jovens e de intelectuais. Na opinião do Professor Nasser, os líderes ocidentais não sabem como

conviver com a democracia desses países. Já o Brasil, a seu ver, deve ter uma posição mais assertiva. A Turquia, em sua análise, é hoje a grande liderança na região e já saiu na frente há muito tempo, como comprovado por sua atuação firme na questão Palestina sem, no entanto, entrar em conflito com Israel.

Para o analista, o Brasil teria um grande papel a cumprir, e indagou: “Por que não se credenciar neste momento? Afinal, os governos que estão se desmontando foram estruturados pelos grandes impérios.” Esta, segundo entende, é uma crise sistêmica, de Estados formados por coligações de elites nacionais e internacionais. Há particularidades, a seu ver, como o poder militar no Egito. Segundo revelou-nos, 30% da economia egípcia está nas mãos dos militares. E finalizou com sua opinião segundo a qual o Brasil deve pensar seriamente em como agir e ter um papel mais importante com relação às revoltas daquela região.

1.4
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(16/05/11 – 17ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 3º Painel

“A importância das atividades de inteligência para o Brasil, sua diplomacia e suas Forças Armadas; causas de seus fracassos em prever os movimentos populares no mundo Árabe”

*No último dia 2 de maio, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou o 3º Painel do ciclo de audiências públicas do biênio 2011/2012 – Rumos da Política Externa Brasileira. O tema abordado foi a **“A importância das atividades de inteligência para o Brasil, sua Diplomacia e suas Forças Armadas”**.*

Participaram como expositores o **Prof. Denílson Feitoza**, Presidente do Capítulo Brasil da Associação Internacional de Analistas de Inteligência de Segurança Pública; o **Prof. José Manuel Ugarte**, da Universidade de Buenos Aires; o **Prof. Eugênio Diniz**, da PUC de Minas Gerais; e o **Dr. Joaquinval Gonçalves**, Consultor Legislativo do Senado Federal.

O primeiro palestrante foi o **Dr. Denílson Feitoza**, que nos alertou sobre a necessidade de estabelecer com clareza as competências da ABIN e do Gabinete de Segurança Institucional. Afirmou que a Lei 9.983, de 1999, é insuficiente para organizar as atividades de inteligência no Brasil, por não definir a quem cabe a sua coordenação. Temos uma situação, segundo o especialista, na qual o GSI é o órgão coordenador e a ABIN, ao mesmo tempo, é a Agência Central das atividades de inteligência. Além disso, diversos outros órgãos federais atuam na área, como a Polícia Federal, o Ministério Público, as Forças Armadas e a Receita Federal.

Só nos últimos dez anos, informou-nos o Professor Feitoza, surgiram no Brasil mais de 60 agências de inteligência, elevando o número total de agências públicas dessa área para mais de 150, aí incluídas 30 dos minis-

térios públicos, as prisionais e as 27 do sistema de inteligência fiscal das secretarias de Fazenda estaduais, entre outras.

Para ele, o Brasil deve seguir o caminho dos países desenvolvidos e com democracias sólidas, onde o controle dessas atividades é exercido pelo Parlamento. Destacou a importância de se regulamentar a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (a Cecaí), pois só teremos uma inteligência de qualidade - capaz de cumprir sua missão de oferecer a melhor informação possível para a tomada das decisões pelo Presidente da República - quando a Cecaí tiver o poder de exercer esse controle. Isso porque, havendo ou não controle externo, os órgãos de inteligência continuarão funcionando e vão se autorregulamentar por meio dos instrumentos internos de que dispõem. E as atividades de inteligência só serão realmente importantes, para o Brasil, quando houver um controle parlamentar forte.

O professor Feitoza sugeriu ao Congresso Nacional uma reforma setorial das atividades de inteligência no Brasil, mediante a aprovação de projetos sobre as operações de inteligência, as ações de busca e a utilização de técnicas operacionais. A ideia seria adotar estratégia semelhante à do Código de Processo Penal, com projetos setoriais específicos. Outro projeto sugerido é o do Plano Nacional de Inteligência, que deve definir os rumos do aparato de inteligência no país, pois a Lei 9.983, de 99, não estabelece mecanismos democráticos para uma política nacional de inteligência.

O segundo expositor, o Dr. **José Manuel Ugarte**, da Universidade de Buenos Aires, destacou a falta de estruturas em nosso país, de inteligência voltada para o exterior. Por esse motivo, as atividades de inteligência brasileira não puderam prever os movimentos populares no Oriente Médio, assim como a de nenhum outro país latino-americano o poderia, pois na região como um todo, esses são organismos com ampla concentração de competências voltadas para o interior e escassa definição legislativa. Nenhum desses países desenvolveu capacidades importantes em matéria de inteligência exterior, inclusive a militar, afirmou.

O Professor Ugarte sugeriu a criação de organismo voltado à inteligência exterior no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a exemplo do Reino Unido, e ressaltou não haver país com papel importante no cenário mundial que não tenha desenvolvido capacidades de inteligência exterior. Lembrou que o Sistema Brasileiro de Inteligência, sob o controle do GSI, está presente no Ministério das Relações Exteriores, mas através da Coordenação Geral de Controle aos Delitos Transnacionais, o que deixa muito claro que a prioridade, no Brasil, não é o apoio à política externa, mas o combate ao crime organizado.

Outra sugestão do professor Ugarte foi a de se criar um organismo de inteligência criminal, como há na Austrália, Canadá e Reino Unido, e apon-

tou as necessidades de se potencializar, nos serviços, o conhecimento de línguas de interesse. Sugeriu ainda estabelecer relações com universidades e *think tanks*, e de se construir grupos de alerta estratégico para a especialização de analistas no combate ao crime organizado. Ao fim e ao cabo, afirmou, são medidas necessárias se quisermos evitar surpresas.

O trabalho que envolve as atividades de inteligência é complexo, como nos mostrou o terceiro palestrante, o Dr. **Eugênio Diniz**, da PUC de Minas Gerais. Mesmo nos casos em que se investe grande quantidade de recursos, haverá sempre limitações devidas à própria natureza do processo de coleta e processamento das informações. Daí a falha dos serviços de inteligência em prever o levante no Oriente Médio, em virtude de seu caráter acelerado. Os movimentos populares no mundo árabe, na sua opinião, expuseram as dificuldades e as limitações do trabalho de inteligência e terão servido para que moderemos nossas expectativas quanto às atividades das agências de inteligência e o que elas podem fazer.

No Brasil, lembrou o Professor Eugênio, para além do Gabinete de Segurança Institucional e da Agência Brasileira de Inteligência, tais atividades vêm sendo executadas por vários órgãos, como as Forças Armadas, a Polícia Federal, o que pode, a seu ver, acarretar dificuldades para o próprio serviço. A falta de uma direção clara do que queremos para a inteligência brasileira foi destacada pelo expositor. Enquanto não se definirem diretrizes, ficaremos sempre a reboque dos acontecimentos.

O professor também apontou deficiências advindas da falta de escrutínio externo dessas atividades e defendeu a importância de, no Brasil, fortalecermos o papel do Congresso Nacional no seu controle.

Por fim, o Dr. **Joanisval Gonçalves**, Consultor Legislativo do Senado Federal, alertou-nos para a situação crítica em que se encontram as atividades de inteligência no Brasil, fragilizadas e incapazes de executar o mínimo de suas missões. Isso se deve a vários fatores, como a falta de um mandato claro e de uma distribuição de competências entre os diversos órgãos, devido a leis incipientes para sua regulamentação; à dificuldade de integração e cooperação entre os mesmos; a ausência de uma autoridade central de coordenação dos serviços; a inexistência de legislação que dê respaldo ao pessoal de inteligência – que tem operado nos limites legais, sem uma lei que os proteja –; um orçamento pífio e, sobretudo, a falta de um mecanismo efetivo de controle dessas atividades pelo Congresso Nacional.

Ele apontou as necessidades mais urgentes do setor, como a reestruturação da legislação existente, capaz de cobrir todas as lacunas nela verificadas. Sugeriu também a criação de um órgão central, que possa reunir tudo o que é produzido pela comunidade de inteligência e interagir diretamente com o Chefe de Estado, tal como é feito pelo escritório do Diretor

Nacional de Inteligência nos Estados Unidos. Para ele, a ABIN precisa ser reestruturada e valorizada com o aporte de mais investimentos e um orçamento significativo.

O controle externo por parte do Legislativo foi enfatizado pelo Consultor como essencial, e a falta do exercício dessa competência tem impedido o Congresso Nacional de dar uma enorme contribuição ao país. A Política Nacional de Inteligência, prevista na Lei 9.983, de 1999, só foi apresentada pelo Governo dez anos depois, tendo sido analisada e votada pela Cecaí e encaminhada ao Executivo no final do ano passado, mas até hoje não foi implementada. O Dr. Joanisval Gonçalves referiu-se também à necessidade de desarquivamento de uma importante iniciativa parlamentar, a PEC 398/2009. Apresentada na última Legislatura, a proposta dá status constitucional às atividades de inteligência e cria mecanismos de controle mais eficientes. O seu objetivo maior é o de cobrir uma lacuna da Constituição de 88, que não faz nenhuma referência às atividades de inteligência, apesar de sua importância para o Estado e para a sociedade.

1.5
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(19/05/11 – 19ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 4º Painel

“A Política Externa dos Estados Unidos, União Europeia e Rússia, e seus reflexos no cenário internacional”

*Dando prosseguimento ao ciclo de palestras sobre “Os rumos da política externa brasileira”, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ouviu, na segunda-feira, 9 de maio, o depoimento dos professores **Dr. Ângelo Segrillo**, da USP; **Dr. Luís Fernando Ayerbe**, da UNESP; **Dr. Christopher Coker**, da London School of Economics e o **Dr. Gilberto Sarfati**, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, sobre “**A política Externa dos Estados Unidos, União Europeia e Rússia e seus reflexos no cenário internacional**”, tema do 4º Painel.*

O Professor **Ângelo Segrillo** nos deu um testemunho especial sobre um país cujo povo é marcado pela falta de consenso quanto à sua identidade: é ela europeia, asiática, ou ambas? Tal dilema influencia, em muito, suas relações com o mundo e opõe ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas que, ao sabor dos tempos, têm formulado a política externa russa.

A chegada de Vladimir Putin ao poder provocou uma mudança do modelo europeu adotado pelo antecessor Boris Yeltsin, que promoveu a aproximação com o ocidente com o objetivo de afastar a influência da “comunista eurásia”. Putin não é eslavófilo nem eurasianista, mas um ocidentalista moderado. Quando confronta o ocidente, é porque os interesses russos foram contrariados, como por ocasião do alargamento da OTAN.

Os russos são também muito sensíveis em relação aos problemas com os antigos países da ex-União Soviética, que consideram sob sua zona de influência, como a Ucrânia e a Geórgia, e não admitem interferências nes-

se domínio. Por outro lado, o país tem momentos de grande cooperação com o Ocidente, como após os ataques do 11 de setembro, em Nova York.

Na relação Rússia-Brasil, o Professor Segrillo vê um bônus extra nos BRICS, por tratar-se de grupo multiplicador capaz de fazer valer a pretensão brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. A Rússia tem sido o país mais receptivo dos BRICS quanto à ambição brasileira, ao contrário da Índia e da China, que vêm adotando posições mais ambíguas.

Na sua opinião, é possível melhorar o comércio Brasil-Rússia, mas falta, principalmente, institucionalizar as relações entre os dois países. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso criou-se a Comissão de Alto Nível de Cooperação, à qual não se deu caráter prioritário. No governo Lula, houve grande crescimento da balança comercial, mas isso se deu mais no âmbito dos BRICS que na relação bilateral.

O segundo expositor foi o Professor **Luis Fernando Ayerbe**, que discorreu sobre a política externa dos Estados Unidos com relação à América Latina, num contexto em que o compartilhamento de responsabilidades do Presidente Obama, semelhante ao de Kissinger, contrasta com a posição hegemônica do período George W. Bush.

Ao assumir o governo, num momento crítico marcado pela crise econômica e duas guerras em andamento, Obama sinalizou com posições diferentes, como no pedido de desculpas por Guantânamo, estabelecendo como fator de segurança nacional a questão econômica, uma vez que, se a economia não vai bem, não poderá haver liderança.

Para o Professor Ayerbe, Barack Obama mantém a tendência de negligenciar a América Latina, assim como vem ocorrendo desde o governo Clinton, porque a região não apresenta nenhuma ameaça.

O professor apresentou dados segundo os quais o orçamento de operações no exterior do Departamento de Estado norte-americano reserva, para o Hemisfério Ocidental, apenas um quinto do montante destinado ao Oriente Médio e a Israel. Na América Latina, a ajuda dos Estados Unidos destina-se a ações de assistência humanitária, à sociedade civil, paz, segurança e de apoio a governos justos e democráticos.

O Professor **Christopher Coker**, da *London School of Economics*, analisou a política externa dos Estados Unidos e da Europa à luz do décimo aniversário dos atentados de 11 de setembro e as lições aprendidas desde então.

Em primeiro lugar, ressaltou que os Estados Unidos reconhecem, agora, que não são tão poderosos como imaginavam que fossem antes do 11 de setembro. Falava-se de um momento unipolar, com o triunfo do liberalismo ocidental. Hoje, porém, o mundo produz novas ideologias tão rapi-

damente quanto *softwares* para os computadores. Como disse o Secretário de Defesa Robert Gates, em 2008, seu trabalho é o de prevenir o surgimento de mais um “ismo”. Mas, segundo Coker, a emergência de outro “ismo” é inevitável e não haverá apenas um, como o fascismo nos anos 1930, ou o comunismo depois da II Guerra Mundial: haverá centenas deles.

Em segundo lugar, os Estados Unidos estão testemunhando o fim de sua própria posição hegemônica no Oriente Médio. Único ator externo importante na região, nos últimos 40 anos, os norte-americanos, em nome da Guerra ao Terror, toleraram abusos contra os direitos humanos por parte de seus aliados, principalmente o Egito. A primavera árabe de agora ameaça esta posição, tanto quanto o prospecto de um Irã nuclearmente armado.

Em terceiro lugar, estamos testemunhando uma mudança no regime pelo qual o mundo é governado. O velho modelo adotado pelos Estados Unidos em 1947 foi fatalmente enfraquecido pela crise econômica de 2008, que varreu um quinto da riqueza nacional norte-americana. O verdadeiro inimigo, na análise de Coker, não foi Bin Laden, mas Alan Greenspan, que havia proibido a regulamentação dos mercados de derivativos. E o colapso do *Lehman Brothers* e do *Merrill Lynch* foi um marco na erosão do poderio norte-americano.

Para Coker, há duas características no mundo “pós-Americano”. A primeira reside no fato de que nada pode acontecer sem o envolvimento dos Estados Unidos, ainda que sua presença seja necessária, mas não suficiente, para a solução das crises globais. A segunda é a tentativa dos Estados Unidos de fazer da Rússia, Índia e China atores mais presentes no gerenciamento do sistema internacional. Porém, segundo ele há um problema: a Rússia nunca levou a sério nenhuma organização da qual é membro e a China mostra pouco interesse na vontade de redesenhar o ambiente político global – o país é tolerante quanto à proliferação nuclear, mas inflexível na regulamentação das questões ambientais. A China está investindo em energia nuclear no Paquistão. E é o Paquistão, e não o Irã, o problema a longo prazo. A conclusão é a de que os Estados Unidos continuam a ser a “nação indispensável”.

Após o desentendimento com a União Européia quanto à invasão do Iraque, os Estados Unidos reconhecem o bloco como um pretense super-Estado. Aparentemente, a Europa não se tornará uma superpotência como a China, por duas principais razões. Em primeiro lugar, o poder europeu é o do magnetismo, não o da projeção. A Europa busca inspirar os demais países por meio da divulgação de seus valores através do mundo: a construção do consenso, do acordo e da barganha coletiva. Em segundo lugar, a União Europeia não está interessada (como os Estados Unidos e a China) em reputação, posição ou honra. A Baronesa Ashton, Alta Representante

da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, assim resumiu a política do bloco: “sem grandeza, mas não sem ambição”.

Dez anos após o 11 de setembro, segundo Coker, podemos dividir o mundo em três zonas. Há países – entre os quais o Brasil – para quem a emoção primária é o que Platão chamava de “apetite”: querem tornar-se ricos, melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos e não estão interessados no gerenciamento do sistema internacional. Em seguida, há o grupo – do qual a Rússia faz parte, embora a maioria desses países seja de muçulmanos – que está profundamente ressentido com o Ocidente, a quem responsabiliza pela sua miséria particular e por sua falta de poder público. Por fim, há o Ocidente, que teme o apetite da China e da Ásia e o ressentimento do mundo islâmico. Coker concluiu que o mundo “pós-Americano” requer dos Estados Unidos a coragem moral de reconhecer que o “excepcionalismo americano” é uma narrativa do século 19, não do século 21.

O Professor **Gilberto Sarfati**, último expositor, enfatizou que a segurança nacional - com enfoque na luta contra o terrorismo transnacional e caracterizada por violações da soberania de outros países - tem sido o ponto central da política externa dos Estados Unidos, após o 11 de setembro.

O primeiro eixo dessa política se dá num cenário marcado por Estados fracos, incapazes de controlar o que ocorre dentro de suas fronteiras, como o Iêmen e a Somália, onde a falta de instituições permite a prática de atividades ilícitas, como a volta da pirataria. Há também os estados-vilões que combatem os interesses globais dos Estados Unidos, como o Irã e a Coreia do Norte – que já possui armas nucleares e é o quarto maior exército do mundo – além da Síria, embora não se possa compará-la com os dois anteriores.

O segundo refere-se à atual situação da economia norte-americana, ainda que as projeções indiquem que seu orçamento militar continuará sendo o primeiro do mundo por mais 50 anos. O terceiro eixo tem caráter ideológico e baseia-se na expansão da democracia, mediante o reconhecimento dos norte-americanos de Estados estratégicos, como no caso do Kosovo. Por fim, há um quarto eixo, o da assistência humanitária e da ajuda econômica a determinados países, aí incluída a intervenção militar na Somália e na Líbia, cujo processo pode sofrer uma escalada.

O professor enumerou as diversas vertentes do alinhamento da política externa norte-americana. Para os isolacionistas, os Estados Unidos não deveriam intervir em outros países; já os realistas defendem o apoio pragmático a países menos democráticos, na busca dos interesses norte-americanos. Os neo-conservadores, entre eles George W. Bush, acreditam que a missão dos Estados Unidos é a de disseminar a democracia no mundo. Já o liberalismo, adotado por Bill Clinton, baseia-se no uso do *soft power* (a habilidade de conseguir seus objetivos pela sedução, em vez de coerção

ou “compra”). Quanto à política externa de Obama, o Professor Sarfati a situou entre o liberalismo e um realismo vacilante, ainda que não se tenha produzido, até agora, nenhum documento a respeito.

Na opinião do Professor, não há política externa comum na União Européia, e a OTAN ainda depende dos Estados Unidos. O Tratado de Maastricht preconizava o “intergovernamentalismo” e, após 1999, formou-se um grupo militar autônomo com atuação na Bósnia, Afeganistão, Chade e Darfur, no Sudão. Por outro lado, o recente Tratado de Lisboa deu poderes limitados à Alta Representação da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Referindo-se à política externa da Rússia, destacou as relações com os países em sua esfera de influência (antigos membros da União Soviética) e a preocupação em extirpar a influência dos Estados Unidos na área, por meio de uma política de dissuasão, observada com a proximidade de Putin com líderes inimigos dos norte-americanos, como Ahmadinejad, Chávez e Kaddafi.

1.6
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(23/05/11 – 20ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 5º Painel

“A política externa de China, Índia, África do Sul e seus reflexos no cenário internacional”

*Informo às Sras. e Srs. Senadores que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu prosseguimento, na última segunda-feira, **dia 16 de maio**, às 18h00, ao ciclo de audiências públicas sobre os “Rumos da Política Externa Brasileira”, integrante de sua agenda 2011-2012.*

Para expor sobre o tema **“A política externa da China, Índia e África do Sul e seus reflexos no cenário internacional”**, tema deste quinto painel, foram convidados o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de China, Ásia e Pacífico (IBECAP), **Dr. Severino Bezerra Cabral Filho**; o professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, **Dr. Oliver Stuenkel**; o **Dr. Ubiratan Castro de Araújo**, da Fundação Pedro Calmon, da Bahia e o **Prof. Ricardo Sennes**, da Universidade de São Paulo (USP).

Os palestrantes analisaram, em especial, o fenômeno das nações emergentes. O primeiro expositor foi o Prof. **Severino Bezerra Cabral Filho**, que destacou a emergência de novos centros de poder mundial e o surgimento da multipolaridade como a nova configuração da estrutura do sistema internacional. Avalia o Professor que, num cenário em que só os grandes sobreviverão, os países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) – mega estruturas de poder por sua indústria, população, território e recursos naturais – estão desafiados a manter o crescimento de suas economias para atingir novos degraus na busca do desenvolvimento sustentável e harmonioso.

Essas nações, na sua avaliação, inserem-se no papel de atores globais que deverão orientar o ritmo do crescimento da economia mundial nas

próximas décadas, uma vez que, juntas, somam 42% da população mundial, 14,6% do PIB e 12,8% do comércio internacional, em números de 2008.

*(A propósito, Sras. e Srs. Senadores, o Banco Mundial divulgou, na última terça-feira, relatório segundo o qual, até 2025, as economias do Brasil, da China, da Índia, da Rússia, da Indonésia e da Coreia do Sul responderão **por mais da metade do crescimento global**. O relatório, intitulado “Horizontes do Desenvolvimento Mundial 2011 - Multipolaridade: a Nova Economia Mundial” informa que as seis nações emergentes crescerão, em média, 4,7% até 2025, enquanto os países avançados, embora mantenham seu peso importante na economia global, terão crescimento médio de apenas 2,3% no mesmo período.*

*A participação desses países no PIB global de **36 para 45%** e o Banco Mundial projeta ainda que, até 2025, o sistema monetário internacional não mais será dominado por uma única moeda, sendo mais provável a presença de várias divisas, com o predomínio do dólar, do euro e do yuan chinês.)*

Retomando a análise do Professor Severino Cabral, ele acredita que o maior desafio que aproxima o Brasil da China é o do desenvolvimento, baseado na busca de novas formas de energia, da preservação do meio ambiente e da transformação das relações intra-sociais. Aos dois países, segundo ele, está reservado um grande papel nesse novo cenário. Por sua vez, os grandes desafios do Brasil, o qual classifica como um gigante na produção de energia e de alimento para o mundo, são o de avançar e inovar na produção e na capacidade de crescimento da economia; de pensar na sua segurança e defesa e de garantir a sobrevivência do homem brasileiro no século 21.

Por outro lado, o Prof. **Oliver Stuenkel**, o segundo palestrante, questionou a unidade dos BRICS e sua vontade de assumir mais responsabilidade global, devido à grande diferença de interesses entre si e o fato de não exercerem liderança nas próprias regiões em que se situam. Lembrou a existência de 300 milhões de pobres na Índia, 80 milhões na China e 40 milhões no Brasil e a baixa capacidade desses países de inovar, produzir e atrair trabalho qualificado, além da falta de investimentos suficientes na educação.

Na sua opinião, assistiremos ao aumento de nossa dependência econômica com relação à China e estamos totalmente despreparados para compreender os chineses. Para ilustrar, lembrou que o Brasil tem mais diplomatas em Roma que em Pequim e mais estudantes na França que na China. Ressaltou a discrepância entre o número de diplomatas brasileiros naquele país – apenas 11 e os 220 diplomatas norte-americanos servindo em sua representação chinesa.

O Prof. Stuenkel afirmou que “conversamos com as pessoas erradas”, uma vez que os interlocutores do Brasil na China encontram-se no gover-

no, embora, na complexa e dupla estrutura do poder chinês, quem decide é o partido. O governo, segundo ele, apenas executa.

Ele nos informou que há, nos Estados Unidos, 120 centros de estudos chineses e nenhum ainda no Brasil; que os indianos estão aprendendo chinês; que os chineses estão, ao mesmo tempo, estudando híndi e contratando pesquisadores locais, que falam fluentemente o português, para estudar o Brasil. Enquanto a Espanha tem 600 empresas atuando na China, o Brasil tem apenas 40. Por isso, alertou quanto à urgência de reforçarmos nossa capacidade de estudar e compreender aquele país.

O Prof. Stuenkel indaga se o Brasil não estaria supervalorizando o BRICS e não acredita que Índia e China estejam preocupados com essa aliança. Concluindo, o acadêmico desaconselha o governo brasileiro a se aliar com esses países, que poderão, daqui a dez anos, ter estratégias contrárias aos interesses brasileiros. Ele tampouco vislumbra na Índia e na China a capacidade de cumprir um papel de liderança mundial tão eficientemente quanto os Estados Unidos, apesar dos vários erros cometidos pelos norte-americanos, especialmente na era Bush.

Em seguida, o Prof. **Ubiratan Castro de Araújo** destacou a relação bilateral entre o Brasil e a África do Sul e a importância do Atlântico Sul no grupo BRICS. Ressaltou que a inexistência de histórico de cooperação, identidade cultural ou política no novo bloco contrasta com a herança cultural comum e os imperativos de uma geopolítica do Atlântico Sul, para além dos interesses conjunturais de governança global, existentes nas relações entre o Brasil e a África do Sul.

A importância da África do Sul no BRICS, a seu ver, reside em sua liderança na África Negra, sobretudo sobre os países de língua oficial inglesa que compõem o *Commonwealth*. Além disso, o Prof. destaca aquele país como um parceiro privilegiado para a consolidação de uma política africana brasileira, embora nossa presença seja ainda muito limitada naquele continente, não havendo estímulos a empresas ou estudantes brasileiros que desejam investir seu potencial na região. Ressaltou, também, a forte presença comercial da China, predominante em todos os países da costa africana: como exemplo, lembrou que o governo chinês construiu e presenteou a Guiné-Bissau com o edifício da Assembléia Nacional do país!

O Prof. **Ricardo Sennes**, a quem coube encerrar o painel, avalia que as mudanças no cenário internacional não necessariamente serão favoráveis ao Brasil. Apesar de constatar a consolidação do BRICS como um movimento político-diplomático, ele expressou uma visão crítica do grupo, o qual definiu como uma “coleção” de países sem o poderio militar ou a capacidade de coerção, em escala global, dos quais o G7 e a OTAN são detentores e de cuja dimensão não abrirão mão num curto prazo.

Para ele, a África do Sul foi “guindada” ao BRICS graças a um movimento de conotação claramente política por parte dos outros quatro países. De acordo com sua análise, apesar de o grupo BRICS ser o fenômeno mais significativo após o fim da União Soviética, o mundo continua assimétrico e concentrado em termos de capacidade tecnológica e inovação. O que se observa agora, a seu ver, é uma desconcentração das trocas internacionais, porém mais no aspecto quantitativo que qualitativo.

Acredita o Prof. Sennes que, à exceção do Brasil - detentor de um cenário de estabilidade - Rússia, Índia e China têm conflitos internos ainda não equacionados e seus sistemas políticos ainda podem sofrer rupturas a médio prazo. O Brasil, ao contrário, é o único país do bloco que se beneficia de um entorno estável, com baixa diversidade cultural, lingüística e religiosa e baixa densidade populacional, não sofrendo, como nos demais países, esses elementos que tendem a gerar instabilidade.

Na dimensão política, o BRICS apoia os princípios básicos da ONU, mas não apresenta alternativas para uma nova ordem global: são países que, segundo ele, evoluíram econômica e politicamente no regime anterior e, portanto, não lhes interessa uma mudança rápida desse sistema. Contudo, o Professor apontou a existência de elementos de tensão e disputa entre os países do BRICS quanto a mercados e fontes de recursos escassos, como a energia, os alimentos e os insumos básicos, e seus reflexos ambientais.

De maneira geral, os países emergentes não estão caminhando no sentido de uma ruptura ou desafio da ordem existente, mas o mundo está vivendo um rearranjo político que implica riscos e importantes decisões estratégicas que não estão sob o controle do grupo BRICS – concluiu o Professor Sennes.

1.7
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(30/05/11 – 22ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 6º Painel

“Mercosul – Um balanço dos 20 anos do Tratado de Assunção; cenário no entorno da América do Sul; Rodovia interoceânica – Relação comercial entre Brasil, Peru e Bolívia”

*A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional promoveu, na última segunda-feira, dia 23 de maio, o sexto encontro do ciclo de audiências públicas sobre os “Rumos da Política Externa Brasileira”, desta vez para analisar o **“MERCOSUL – um balanço dos 20 anos do Tratado de Assunção; o cenário no entorno da América do Sul; a Rodovia Interoceânica e a relação comercial entre Brasil, Peru e Bolívia”**.*

O primeiro expositor foi o **Embaixador Rubens Barbosa**, Presidente do Conselho de Comércio Exterior da FIESP, para quem o MERCOSUL, tal como previsto no Tratado de Assunção, está em crise e paralisado no que diz respeito ao seu objetivo principal, que é o da integração econômico-comercial. Isso porque hoje, segundo ele, os quatro governos – por iniciativa do brasileiro – dão ênfase às áreas política e social. Contudo, esse enfoque não conseguiu impedir o desenvolvimento das trocas comerciais, no valor de 45 bilhões de dólares em 2010, resultado que atribui à iniciativa do setor privado.

Na análise do Embaixador, o organismo vive há muito tempo uma crise institucional, uma vez que seus órgãos não funcionam efetivamente e há descumprimento das regras do Tratado por parte de todos os países. Para ele, falta aos Estados membros vontade política para tomar as medidas necessárias para revigorar e fortalecer o MERCOSUL.

Entre os ganhos do MERCOSUL, o Embaixador citou o envolvimento do setor privado nesse processo – inexistente em 1991 – e o consequente

aumento das trocas comerciais; a “volta” do Brasil para a região; a obtenção de maior conhecimento das oportunidades de comércio e de investimento e a criação do seu Parlamento.

Ele atribui parte dos problemas que têm contribuído para o esvaziamento do MERCOSUL, no contexto da integração regional e da globalização, à crescente presença de produtos industriais da China na região; às restrições unilaterais, como as medidas adotadas recentemente pela Argentina; às medidas tomadas pelo Brasil e à falta de acordos significativos na sua agenda externa.

Para o Embaixador, a falta de inovação, a política cambial e o custo Brasil estão provocando um autêntico processo de desindustrialização do país. Tanto é que, até recentemente, tínhamos 17 mil empresas exportadoras e 15 mil importadoras. Hoje há 34 mil empresas importadoras e 17 mil exportadoras. Denota-se assim que a indústria de transformação está se tornando importadora de máquinas.

Ressaltou ainda que a questão do custo Brasil depende apenas de nós. Precisamos de políticas de governo e reformas estruturais para solucionar as ineficiências da burocracia provocadas por cerca de 40 órgãos e 3 mil atos normativos que interferem no comércio exterior. São fatores que geram a falta de competitividade, a fuga de fábricas para o exterior e o que ele chamou de *desinvestimento* por que passamos. Por fim, o Embaixador Rubens Barbosa destacou a necessidade de o Brasil assumir a liderança do MERCOSUL por meio de medidas concretas (e não apenas de cunho político) e pensamento estratégico, aspectos que até agora, segundo ele, não se verificaram.

O segundo palestrante, o **empresário Roberto Teixeira da Costa**, do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, avalia que, por trás dessa crise institucional do Mercosul, há uma outra, de caráter comercial, representada pelas assimetrias existentes entre o Brasil e a Argentina, cuja solução encontra-se no estabelecimento de parcerias com o país vizinho e mais diplomacia empresarial. Na sua opinião, não devemos nos queixar da instalação de empresas brasileiras naquele país, ainda que, a curto prazo, isso possa custar empregos para o Brasil. A desestabilização da Argentina – afirmou – é extremamente prejudicial ao nosso país. É necessário entendermos o esforço do país-sócio em tentar recuperar sua indústria.

Ressaltando faltar vontade política da parte do Brasil com relação ao MERCOSUL, afirmou que tratamos o Paraguai e o Uruguai como se não contassem e que não se pode ter uma união aduaneira sem que seus sócios não se sintam ouvidos nem prestigiados. Quanto às críticas relacionadas à entrada da Venezuela, opinou que não se pode baseá-las apenas no seu Presidente atual, pois o país tem grande importância para o Brasil na área energética. Para ele, o MERCOSUL fica mais forte com a Venezuela.

Alertou também para o fato de que, se estamos preocupados com a concorrência da China, com o MERCOSUL mais forte estaremos melhor e mais bem protegidos numa disputa internacional.

O empresário louvou a conclusão das obras da Rodovia Interoceânica, que liga Rio Branco, no Acre, a Cuzco, no Peru, permitindo o incremento do intercâmbio comercial e cultural entre Brasil e Peru e o significativo corte dos custos operacionais de veículos e cargas. Essa rodovia, lembrou o Dr. Roberto Teixeira da Costa, é um instrumento poderosíssimo de integração e aproximação com o Pacífico.

Já o terceiro expositor, o **Professor José Tavares de Araújo Jr.**, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, vê como única saída para o MERCOSUL a eliminação do compromisso da Tarifa Externa Comum – TEC – e a reforma da estrutura tarifária brasileira, para torná-la similar à de outros países emergentes e ajustá-la às necessidades da competitividade internacional.

Para ele, os 20 anos de MERCOSUL podem ser relatados a partir de três fenômenos fundamentais: a reforma comercial do Governo Collor; o Plano Real; e as mudanças na legislação cambial introduzidas no Governo Lula, que criaram condições para transformar o real numa moeda conversível. Os três fatores, e a decisões de eliminarem-se as barreiras para a maioria esmagadora do comércio – à época da assinatura do Tratado de Assunção – levaram ao sucesso do organismo, embora o que chamou de “a parafernália do Mercosul” tenha atrapalhado o processo de integração.

Quanto às perspectivas do MERCOSUL, elas devem ser discutidas, na sua opinião, a partir dos dois desafios centrais da nossa economia: o de reduzir seus custos de transação e o de elevar a capacidade inovadora da indústria brasileira. Para ele, a apreciação da taxa cambial exige desse setor a capacidade de competir globalmente, sob o risco de o país sofrer um processo de desindustrialização.

O desafio, concluiu, está na adoção de um ritmo de inovação similar ao de países como China, Índia, Coréia do Sul, Austrália e Nova Zelândia – economias anteriormente fechadas – que passaram a ter capacidade de inovação compatível com as necessidades do mundo contemporâneo.

Ele defende a manutenção dos investimentos da *Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana – IIRSA*, como a Rodovia Interoceânica, para reduzir os custos das transações na região e acelerar a integração, bem como a transformação do Real numa moeda regional, o que proporcionará um novo salto ao MERCOSUL, e, por fim, a eliminação de parte do entulho burocrático do organismo, para completar a consolidação da área de livre comércio e assegurar a sua preservação.

A Consultora Legislativa do Senado Federal, **Dra. Maria Cláudia Drummond**, alertou-nos para a necessidade de aprofundarmos as instituições, com a consolidação do Parlamento do Mercosul, o órgão de representação popular que fará o papel de caixa de ressonância para as decisões tomadas no âmbito das negociações, às quais as populações não têm acesso.

Ela destacou o fato inédito de o seu Protocolo Constitutivo ter sido negociado inteiramente pela Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL e a opção dos legisladores pela “representação cidadã”, ou seja, de proporcionalidade atenuada, semelhante à do Parlamento Europeu, devido à enorme assimetria entre as populações dos Estados-membros.

Como o Parlamento do MERCOSUL não tem competência legislativa e suas decisões não se sobrepõem à dos Parlamentos nacionais, ela ressaltou a competência consultiva de que disporá aquele órgão legislativo, com o objetivo de acelerar os procedimentos internos para a entrada em vigor, nos países membros, dos instrumentos de integração negociados no Mercado Comum. Uma das maiores fragilidades do organismo, como nos mostrou a Consultora, é a lentidão com que suas normas são incorporadas ao direito interno de cada país. Essa competência consultiva viria sanar este problema e dar mais segurança jurídica ao MERCOSUL.

A competência consultiva prevê que o Parlamento do MERCOSUL elabore um parecer sobre as normas que deverão ser apreciadas pelos parlamentos nacionais, antes de serem assinadas pelos órgãos decisórios. A grande vantagem é que o PARLASUL discutirá publicamente essas normas e, caso sejam assinadas pelo Conselho do organismo – de acordo com as sugestões do Parlamento – elas terão tramitação mais ágil nos legislativos nacionais: no caso do Brasil, por exemplo, o projeto resultante tramitará apenas na Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL e nos plenários da Câmara e do Senado. Até o momento, só o Brasil aprovou esse mecanismo. O desafio, agora, concluiu a Dra. Cláudia Drummond, será a implementação da representação cidadã e a realização de eleições diretas para o Parlamento do MERCOSUL.

Finalizando o encontro, o professor de Relações Internacionais da UnB, **Dr. José Flávio Sombra Saraiva**, ressaltou que o MERCOSUL inaugurou um fato histórico para as relações internacionais da América Latina, em virtude de seu pioneirismo na região. Ele destacou a vontade e a inteligência política de seus idealizadores, definindo, entre seus aspectos positivos, a confiança mútua e a cultura da paz, lembrando que o organismo foi o ponto de partida sub-regional para a integração da região prevista com a criação da Unasul.

Nas palavras do professor Saraiva “O MERCOSUL foi um encontro de fronteiras muito importante. E, na confiança mútua, jogamos a bomba no lixo – aquela que tínhamos todas as condições de produzir. Porque a inteli-

gência argentino-brasileira, superando o velho cultivo da rivalidade e até a capacidade já avançada no campo atômico, foi capaz de criar a *diplomacia do átomo*". Para ele, isso foi fundamental, ou seja, a matriz política e estratégia do MERCOSUL em seu desdobramento econômico e sua centralidade econômica. Por isso, não pode faltar na avaliação do MERCOSUL a visão de que ele representa a paz.

Por fim, o professor Saraiva avaliou que será difícil encontrar na Terra mecanismo de confiança mútua do peso daquele construído por brasileiros e argentinos, o qual não se deve apenas a Tlatelolco e outros arranjos dos anos 60, antes do *Tratado de Não-Proliferação Nuclear*. Para ele, houve inteligência política, houve vontade. E o MERCOSUL veio embalado nesse reencontro de fronteiras.

Por outro lado, o professor criticou a persistência de divergências na visão de mundo da política externa de Brasil e Argentina, a recusa dos Estados membros em sacrificar sua soberania e a falta de um visor comum no que concerne à segurança global e à nova conformação da ONU.

1.8
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(06/06/11 – 25ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 7º Painel

*“A influência da China e o Al-Qaeda na África
Setentrional e Meridional”*

*A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou, na última segunda-feira, dia 30 de maio, a sétima audiência pública sobre os “Rumos da Política Externa Brasileira”. Para discorrer sobre “**A influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional**”, foram convidados especialistas de notório conhecimento do tema.*

O primeiro expositor foi o **Prof. Henrique Altemani de Oliveira**, do Grupo de Estudos Ásia-Pacífico da PUC/São Paulo. Ao destacar o que chamou de “renascimento africano”, ele enumerou alguns fatores responsáveis pelo novo status do continente, como a ênfase dada à segurança e à integração do continente; a criação da União Africana, em substituição à Organização da Unidade Africana; e o estabelecimento da “Nova Parceria para o Desenvolvimento da África” – NEPAD.

É nesse contexto que a diplomacia chinesa, sob o slogan da cooperação sul-sul e das relações mutuamente benéficas, legitima sua presença na África assumindo-se como um parceiro do seu desenvolvimento. O Professor ressaltou o caráter não-ideológico da presença chinesa no continente, calcada nos princípios da não interferência e defesa da soberania e autonomia; no direito ao desenvolvimento; e na defesa da estabilidade e da segurança internacional – o que faz da China um ator interessante para a África, devido à sua estratégia de não-ingerência nos sistemas políticos daqueles países.

Por outro lado, afirmou que a presença da China na África tem como base interesses políticos, econômico-comerciais e estratégia de manuten-

ção de fontes contínuas e seguras de abastecimento, uma vez que pressupõe a exploração, naquele continente, de todas as fontes possíveis de recursos minerais, estratégicos e de energia, para garantir a sustentabilidade do crescimento econômico chinês.

O Professor lembrou que os 54 países africanos representam mais de 25% dos votos nas assembleias e fóruns internacionais, fator que considera um ponto atrativo muito forte, tanto para a China quanto para o Brasil. Trata-se, destacou, de uma cooperação técnica, financeira e tecnológica sem condições, exceto quanto ao princípio de “uma só China”, referindo-se à questão do status internacional de Taiwan.

O segundo palestrante, o **Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha**, professor da UnB e consultor da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, afirmou que a nova relevância do continente africano justifica-se pelo fato de que, dos 10 países que mais cresceram no mundo, seis estão na África – um continente que possui 16% das reservas provadas de petróleo; o segundo manancial de água doce e o maior manancial de terra arável do mundo, o que tem provocado uma disputa cada vez maior pelos recursos naturais e pelo mercado africano. Essa disputa, afirmou o Professor Ramalho, vem sendo conduzida há uma década pelos Estados Unidos, China e Índia.

O Professor ressaltou também a corrida armamentista em curso no Oceano Índico, entre China e Índia, fato que considerou preocupante e que atribui à diminuição da presença norte-americana na região.

A manifestação mais importante da presença chinesa no continente africano, na análise do Prof. Ramalho, deu-se em 2008, quando a China reuniu 48 chefes de Estado africanos para relançar o projeto de cooperação no marco do desenvolvimento comum, que prevê a criação de zonas econômicas especiais da China em vários países, ressaltando tratar-se de um aporte que visa favorecer o acesso à terra, aos recursos minerais e à água de que os chineses necessitam para seu desenvolvimento econômico.

A presença da China na África, na sua análise, cria apreensão no Brasil. Ele citou, como exemplo, o caso de Moçambique, onde a Vale e a Petrobrás disputam espaço com companhias chinesas. Além disso, acrescentou, o Brasil também está interessado no acesso aos mercados e na afirmação de sua liderança na região, bem como preocupado com a governança do Atlântico Sul. Trata-se de uma zona de paz e cooperação, e uma área de interesse brasileiro devido à exploração dos fundos marinhos e ao fato de considerarmos o oceano como uma via que nos une àquele continente.

Ele destacou também o perigo representado pela presença da Al-Qaeda na África, que tem funcionado como fonte de inspiração para grupos terroristas locais no uso de atos violentos.

Em seguida, falou o **Prof. Severino Bezerra Cabral Filho**, do Instituto Brasileiro de Estudos de China, Ásia e Pacífico e membro permanente da Escola Superior de Guerra. Ele destacou a simpatia das elites africanas pela China, que “apresenta-se como um país em desenvolvimento, um pouco mais musculoso, com renda, e que pode ajudar mais aqueles que estão precisando”, além de não impor condições.

O maior problema, em sua opinião, são os antigos poderes coloniais, que utilizam organismos internacionais de acordo com seus interesses no continente, citando o exemplo do FMI, que bloqueou um dos grandes projetos africanos – um investimento de 10 bilhões de dólares para a reconstrução econômica do Congo.

O analista recordou o discurso do Presidente Barak Obama ao Parlamento britânico, no último dia 25 de maio. Na ocasião, o Presidente norte-americano, ao mencionar os novos poderes surgidos no mundo – Brasil, China e Índia – argumentou, contra aqueles que enxergam nessa ascensão o declínio dos Estados Unidos e da Europa, que “nossa liderança é agora, porque temos os valores, a ciência, a tecnologia e podemos continuar influenciando o mundo”, pensamento que o Prof. Severino Cabral interpretou como uma clara divisão Norte-Sul.

Entende o professor que os países do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) devem atuar como bombeiros, e não como incendiários do sistema internacional, nessa nova correlação de forças. Brasil e China são, ao mesmo tempo, estabilizadores e revisionistas do sistema – concluiu.

Por sua vez, o **historiador Antônio Barbosa**, Consultor Legislativo do Senado Federal, destacou alguns fatores importantes para que possamos entender a inserção internacional da China, hoje: a organização política do país, baseada na longevidade, na permanência e na forte influência do pensamento confuciano, cujos princípios nem mesmo a Revolução Cultural de Mao Ze Dong conseguiu abafar.

Recordou a atuação do então Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Chu-En-Lai, na Conferência que lançou o movimento dos Não-Alinhados, em Bandung, Indonésia, em 1955. Naquela ocasião, o líder anunciou os cinco princípios que iriam nortear a política externa da China, de não alinhamento e não submissão “aos síndicos que haviam dividido o mundo em dois grandes condomínios”: (1) o respeito à soberania; (2) a não agressão; (3) a não ingerência; (4) a igualdade e (5) os benefícios mútuos – dando sinais claros de um espaço próprio que permitiria à China estabelecer parcerias e cooperação com um mundo que tentava sair da miséria e do atraso.

A referência à estratégia de Chu-En-Lai lembrou ao Consultor que o Brasil teve dois grandes momentos, em sua história recente, nos quais poderia ter se empenhado para criar uma nova visão de política: o primeiro

deu-se em 1945, com os estudos do Prof. Josué de Castro sobre a fome, que levaram à criação da FAO; o segundo foi quando sediou a grande Conferência Rio 92 que trouxe Chefes de Estado e de Governo para discutir o meio-ambiente. Para o Professor Antônio Barbosa, o Brasil poderia ter utilizado esses dois marcos para levar adiante outra forma de se fazer política no mundo.

O último expositor foi o **Professor Jorge Lasmar**, da PUC de Minas Gerais, especialista no estudo da rede terrorista Al-Qaeda. Ele atribui à dificuldade cada vez maior de continuar com a prática de atos terroristas o novo envolvimento da Al-Qaeda em atividades criminosas para financiar sua atuação, como fraudes, tráfico, roubo, extorsão, contrabando e crimes na internet, entre outros, destacando a presença da rede em vários países da Europa, do Norte e do Leste da África, da Península Arábica, da Ásia-Pacífico e, inclusive, no Brasil.

Lembrou o especialista que os agentes mais ativos da Al-Qaeda estão, hoje, na África, onde o Escritório anti-terrorismo da União Africana é mal equipado e dispõe de poucos recursos. Contribuem também para essa presença as fronteiras porosas (que permitem o livre tráfico de explosivos, facilitam a instalação de campos de treinamento e locais de passagem); a existência de governos corruptos, a fragilidade das instituições e o alto grau de informalidade das economias africanas. O leste Africano, informou o Professor, tem sido a prioridade da Al-Qaeda desde a década de 1990, e há na região vários grupos com conexões com a rede, em virtude da crescente radicalização da população muçulmana e da proximidade com a Península arábica. O Professor informou, ainda, que a rede Al-Qaeda atua em seis países africanos com forte presença de interesses brasileiros.

Por fim, o Professor Lasmar mencionou a existência de um documento, elaborado em 2003 por dois generais chineses, sobre “como lutar uma guerra contra os Estados Unidos”. A estratégia por eles apontada não incluiria o uso de exércitos, mas se daria pela maior inserção no mercado capitalista, aprendendo a jogar de acordo com as regras do sistema financeiro e aumentando sua influência cultural, entre outros meios. Nesse sentido, concluiu, a agressiva presença da China na África demonstra claramente sua pretensão hegemônica.

1.9
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(09/06/11 – 26ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 1º Ciclo – 8º Painel

“O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU – perspectivas e inserção do Brasil”

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou, na última segunda-feira, a oitava audiência pública sobre os “Rumos da Política Externa Brasileira”, para debater “O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU – Perspectivas de inserção do Brasil”.

O primeiro expositor foi o **Embaixador Ronaldo Sardenberg**, que já presidiu o Conselho de Segurança da ONU por duas vezes. Após relatar as transformações ocorridas na ordem internacional desde a criação daquele organismo e os obstáculos que se impõem à pretensão do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança, o Embaixador afirmou que, mesmo assim, nunca houve oportunidade, como hoje, tão favorável à candidatura brasileira.

Acredita o Embaixador que o Brasil se fortaleceu com a criação do Grupo G-4 (que inclui a Alemanha, o Brasil, a Índia e o Japão); ganhou prestígio e influência na crise econômica; e espaço relevante entre os países BRIC, grupo que cresce em importância no âmbito internacional. Em favor da reforma, ele afirmou que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança não possuem nem mesmo caráter de representação regional, e não representam ninguém, a não ser a si próprios.

Na sua opinião, o Brasil tem condições objetivas de galgar essa posição, graças a vários fatores, tais como: as suas dimensões; o fato de ter um governo democrático; a sua posição regional e a autonomia no hemisfério; a capacidade política e sua participação nos processos decisórios multilaterais. Além disso, dão substância à posição do Brasil sua experiência e prática adquiridas nos 20 anos em que foi membro não permanente do Conselho de Segurança.

Para a reforma e a expansão do Conselho de Segurança – lembrou o Embaixador Sardenberg – são necessários a maioria de dois terços dos membros da Assembleia Geral e o voto dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Ao ressaltar a oposição da China e a indefinição dos Estados Unidos quanto ao pleito brasileiro, o Embaixador informou que a condição para o êxito de qualquer nova iniciativa de se reformar o Conselho de Segurança é o apoio dos países africanos – o que, segundo ele, não foi possível até o presente momento.

Entre os problemas geopolíticos regionais envolvidos na reforma do Conselho, o Embaixador recordou que a candidatura da Alemanha sofre a oposição da Espanha e da Itália e os Estados Unidos não desejam postos adicionais para a União Europeia; a candidatura do Japão é obstada sistematicamente pela China, que parece interessada no congelamento do processo; a Índia tem a oposição do Paquistão e de outros países islâmicos; os norte-americanos apoiam o Japão e a Índia, mantêm restrições quanto à Alemanha e continuam distantes da candidatura brasileira.

Por fim, o Embaixador Sardenberg informou que o G4 cogita apresentar um projeto de resolução propondo a expansão do número de membros permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança. Caso aprovado, passa-se à fase seguinte, que é a definição dos países que comporão os novos membros permanentes. A proposta, segundo afirmou, tem o apoio firme de 71 países, com tendência de ampliação desse número. Para ele, a questão central para o G4 tem sido a atuação dos chineses, junto aos africanos, para que não apoiem qualquer resolução sobre a reforma.

Por sua vez, o **Professor Creomar Lima Carvalho de Souza**, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC-DF, ressaltou a importância da participação do Congresso Nacional nas decisões e no controle da política externa brasileira, bem como a necessidade de que o debate acerca da pretensão brasileira de um assento no Conselho Permanente seja estendido à sociedade civil.

No seu entender, as decisões da política externa brasileira restringem-se ao Ministério das Relações Exteriores e à Presidência da República, sendo que a sociedade civil não toma parte no processo de escolha das prioridades dessa política. Fez um paralelo com o debate ocorrido nos Estados Unidos, no final do século 19 e início do século passado, entre isolacionistas e pragmáticos, quando se decidiu que o país deveria exercer seu manifesto mundo afora, decisão essa tomada em âmbito democrático, com escolhas – certas ou erradas – feitas e consolidadas no tempo. Entende o Professor que este momento de reflexão está se aproximando para o Estado brasileiro e que a sociedade terá que – em suas palavras – “abrir a caixa preta das decisões da política externa”.

Ele acredita que o esvaziamento da Assembleia Geral, o órgão democrático da ONU, e o fortalecimento do Conselho de Segurança – que, na sua opinião, dá vazão à construção de um sistema desigual e excludente – tornam legítima a aspiração do Brasil e de outros atores. De acordo com sua análise, essa configuração de poder traz consequências reais para a tomada de decisões nas relações internacionais, sobrepondo-se aos princípios que criaram a ONU, que davam aos Estados a possibilidade de serem tratados de forma igual. Na Rio-92, lembrou o Professor, tentou-se conseguir uma correlação de forças entre iguais, para a solução do problema do meio-ambiente. Hoje, dá-se mais ênfase à segurança que a interesses mais elevados – concluiu.

O **Professor Danny Zahreddine**, da PUC-Minas Gerais, falou das condições necessárias para a aspiração brasileira sob o ponto de vista de seu poder real e crescente no cenário internacional, com sua economia em crescimento, recursos energéticos e o uso de novas tecnologias. Lembrou também o que chamou de poder potencial do país, representado por sua biodiversidade, o amadurecimento das instituições democráticas, a melhoria da educação, sua população economicamente ativa e a percepção de poder que o Brasil merece dos demais países.

Entre as razões para legitimar o ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança, ele citou os valores expressados pelo país de respeito ao direito internacional, a não-intervenção, a democracia, o desarmamento e a luta contra a fome e a pobreza, além do seu atual status de potência regional em ascensão.

Para o Professor, é importante que o Brasil faça parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança, uma vez que a agenda do órgão se ampliou nos últimos anos, para incluir, entre outras, as questões ambientais e de direitos humanos, que tocam diretamente nossa política de defesa nacional. Daí a necessidade, na sua opinião, de continuarmos defendendo essa pretensão do Brasil. Quanto à dificuldade em assumir os custos da tomada de decisões, ele entende que este é o custo a assumir para um país que se vê como potência.

O **Professor Albert Fishlow**, do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Colúmbia, em Nova York, acredita que a expansão do Conselho de Segurança da ONU, apesar de inevitável, dar-se-á pelo chamado “Plano B” – o que, na sua opinião, não será uma perda para o Brasil.

(O Professor Fishlow, nesse momento, referia-se aos dois Planos de Reforma do Conselho de Segurança apresentados pelo ex-Secretário-Geral Kofi Annan, em 2005: o Plano A prevê mais 6 membros permanentes e três novos não permanentes; e o Plano B prevê uma nova classe de 8 novos membros, com mandato de 4 anos, renováveis, mais um novo membro não permanen-

te. Os dois planos aumentariam a atual composição de 5 permanentes e 10 não permanentes para 24 membros no total).

Para ele, enquanto persistirem os problemas da China com a Índia e o Japão, e a posição contrária dos chineses quanto à reforma, a expansão pelo Plano A não será possível.

O Professor Fishlow crê que o Brasil já desempenha um importante e influente papel no âmbito do G-20, mas vê dois problemas que o país terá de enfrentar caso obtenha um assento permanente no Conselho de Segurança: primeiro, os altíssimos custos financeiros que essa presença acarretará, devido ao crescente número de intervenções, no mundo inteiro, patrocinadas pelo Organismo. Em segundo lugar, a necessidade que o Brasil terá de alterar sua política de não-intervenção e de respeito à lei internacional. Como membro permanente do Conselho, ele crê que o Brasil terá de adotar uma política mais realista, como a dos Estados Unidos.

Por isso, não vê desvantagens caso seja adotado o Plano B, apesar da atitude contrária do Itamaraty a essa alternativa. Na sua opinião, não se pode comparar os benefícios que o Brasil tem no G20 – como a possibilidade de aumentar sua influência e a de evitar a tomada de decisões – com os que teria como membro permanente do Conselho de Segurança.

1.10
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(14/07/11 – 31ª reunião)

Balanco das atividades da CRE – 1º semestre

Ao término das atividades da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, neste primeiro semestre de 2011, gostaria de trazer ao conhecimento das Sras. e Srs. Senadores, um balanço dos trabalhos realizados.

Desde o dia 23 de fevereiro, quando da instalação da comissão e eleição desta Presidência e da Vice-Presidência, foram realizadas 16 reuniões ordinárias, 13 reuniões extraordinárias, 2 reuniões conjuntas e uma reunião externa (no Ministério da Defesa), totalizando 32 reuniões.

Realizaram-se ainda 10 reuniões da Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, e mais 6 reuniões da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Assim, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizamos 48 reuniões. Se considerarmos as 21 semanas de atividades da comissão neste 1º semestre, chegamos a uma média superior a duas reuniões semanais e mais de 9 reuniões por mês.

Desse total, 17 reuniões foram dedicadas a audiências públicas (9 na CRE e 8 nas subcomissões), com 64 palestrantes, entre autoridades, acadêmicos e especialistas.

Nesse período, foram apreciadas (incluídas as duas de hoje) 29 Mensagens com indicações de chefes de missão diplomática. Aprovamos ainda 34 Projetos de Decreto Legislativo, entre acordos, tratados e convenções internacionais, bem como 21 emendas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO. Entre projetos de lei da Câmara e do Senado e requerimentos, foram mais 55 proposições acatadas. Além disso, aprovamos um Antepro-

jeto de Lei, que já tramita no Senado na forma de Projeto de Lei, e 5 Atos da Comissão regulando os seus trabalhos e seus procedimentos internos.

Sobre o ciclo de audiências públicas para debater os **Rumos da Política Externa Brasileira**, já realizamos – sempre às segundas-feiras, às 18h00 – 8 painéis referentes ao 1º ciclo, cujo tema foi **Geopolítica e Relações Internacionais**. A partir do dia 8 de agosto, vamos retomar nossa agenda de debates, quando iniciaremos o 2º ciclo com o tema **Economia e Finanças**, contendo 6 painéis. Ainda no 2º semestre, teremos o 3º ciclo, com mais 5 audiências, desta feita com enfoque no tema **Defesa Nacional**. Finalmente, no 1º semestre de 2012, concluiremos nossa Agenda realizando o 4º e o 5º ciclos, que abordarão, respectivamente, **Temas da Agenda Internacional**, com 3 painéis, e o **Papel das Instituições**, também com mais 3 painéis de discussão. Ou seja, ao final de abril de 2012, terão sido realizadas 25 audiências deste ciclo de debates de alto nível, que muito tem contribuído para que a Comissão não só reflita, mas também espelhe para o Congresso Nacional e a sociedade brasileira os principais assuntos que compõem o tabuleiro das relações internacionais e as questões da defesa nacional.

Finalmente, agradeço a todas as Sras. e Srs. Senadores, membros titulares e suplentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pela dedicação, pelo empenho e pela efetiva participação em nossas reuniões, sem os quais não poderíamos ter atingido esse expressivo resultado dos trabalhos nesse 1º semestre.

1.11
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(11/08/11 – 34ª reunião)

Audiências Públicas para o biênio 2011-2012 – Início do 2º Ciclo

Na última 2ª feira, dia 8 de agosto, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional iniciou o 2º ciclo de audiências públicas constantes de sua Agenda 2011-2012, voltada para debater os Rumos da Política Externa Brasileira.

No primeiro semestre, realizamos o 1º ciclo com o temário da Geopolítica e Relações Internacionais, dividido em 8 painéis, com os seguintes subtemas:

- 1º Cenário estratégico internacional e perspectivas – Egito e Líbia;
- 2º As insurgências no mundo islâmico e seus reflexos na estabilidade de política do Oriente Médio e da África Setentrional;
- 3º A importância das atividades de inteligência;
- 4º A política externa dos Estados Unidos, União Européia e Rússia e seus reflexos no cenário internacional;
- 5º A política externa da China, Índia e África do Sul e seus reflexos no cenário internacional;
- 6º MERCOSUL: 20 anos do Tratado de Assunção; cenário no entorno da América do Sul; Rodovia Interoceânica – relação comercial entre Brasil, Peru e Bolívia;
- 7º A influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional; e
- 8º O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU – perspectivas.

Ao todo, tivemos a presença de 35 expositores, entre especialistas, diplomatas e acadêmicos do mais alto nível. Os relatos das exposições e dos debates realizados já estão devidamente editados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por meio de uma publicação específica desse 1º ciclo (*mostrar a publicação*). O material já está sendo distribuído

aos membros da Comissão e a todos os demais senadores e deputados federais.

No 2º ciclo de audiências que iniciamos esta semana, serão realizados 6 painéis de debates – sempre às 2as. feiras, às 18h – até o dia 19 de setembro, quando abordaremos temas relacionados à Economia e Finanças. Ainda neste 2º semestre, teremos o 3º ciclo, que acontecerá nos meses de outubro e novembro, com o tema Defesa Nacional. Por fim, no primeiro semestre de 2012, realizaremos o 4º e o 5º ciclos, com os Temas da Agenda Internacional e o Papel das Instituições, perfazendo um total de 25 audiências públicas.

Os 6 painéis deste 2º ciclo estão divididos nos seguintes subtemas:

- 1º O Sistema Financeiro Internacional: do Pós-Guerra aos dias de hoje; e o rebaixamento na classificação de credibilidade dos Estados Unidos, que foi objeto da audiência realizada na 2ª feira;

- 2º Espaços econômicos internacionais – Nafta, Comunidade Econômica Europeia e áreas de influência da China e do Japão;

- 3º Negociações econômicas internacionais – OMC e Rodada Doha;

- 4º Crise econômica mundial de 2008 e suas conseqüências – volatilidade dos preços de commodities e alimentos;

- 5º A União Européia e o Euro; e

- 6º Panorama energético internacional – a política nuclear brasileira.

Como pode ser comprovado por toda essa programação, gostaria de destacar o fato de a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, conseqüentemente, o Senado Federal estarem sempre se antecipando no debate acerca dos principais e atuais temas internacionais. A oportunidade e a convergência dos assuntos abordados em nossa Agenda com os acontecimentos mais recentes e de maior destaque em todo o mundo têm sido a tônica dos debates aqui promovidos.

No 1º Ciclo tratamos justamente do assunto predominante no primeiro semestre, que foram os movimentos populares e a crise política no Oriente Médio e no Norte da África, a chamada Primavera Árabe. Neste 2º Ciclo, iniciamos exatamente com a questão do sistema financeiro internacional e o rebaixamento na classificação de credibilidade dos Estados Unidos, ocorrido na última 6ª feira, e que constitui, no momento, o assunto dominante e a preocupação de todas as nações, notadamente quanto ao agravamento da nova crise financeira que já estamos vivendo e as conseqüências para a recuperação da economia mundial.

Assim, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dentro de suas prerrogativas institucionais, cumpre um dos mais importantes papéis do Parlamento: a reflexão e a promoção do debate aprofundado das áreas e temas que lhe são pertinentes e, principalmente, a busca de soluções e a oferta de sugestões para as políticas públicas do Estado.

1.12
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(15/08/11 – 35ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 2º Ciclo – 1º Painel

*“O Sistema Financeiro Internacional: do pós-guerra aos dias de hoje.
O possível rebaixamento na classificação de credibilidade dos EUA”*

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou na última segunda-feira, dia 8, o primeiro painel do 2º ciclo de debates sobre os “Rumos da Política Externa Brasileira”, iniciado em março deste ano.

Neste 2º ciclo o foco dos debates está voltado para o tema “Economia e Finanças”. O subtema abordado no primeiro painel foi “*O sistema financeiro internacional: do pós-guerra (Bretton Woods-FMI, BIRD) aos dias de hoje; e o rebaixamento na classificação de credibilidade dos EUA*”. Participaram como palestrantes os seguintes convidados: **Drª Tatiana Lacerda Prazeres**, Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; **Dr. Luiz Awazu Pereira da Silva**, Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil; **Dr. Paulo Roberto de Almeida**, Diplomata e professor de Relações Internacionais do UniCeub; e, **Dr. Makhtar Diop**, Diretor do Banco Mundial.

Os convidados debateram as consequências mundiais da crise na economia norte-americana e os possíveis reflexos para o Brasil, considerando nossa atual situação econômica.

A primeira palestrante, **Drª Tatiana Lacerda Prazeres**, secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, apresentou dados sobre as exportações brasileiras nos últimos 60 anos e destacou o crescimento verificado na última década. De acordo com ela, há uma diversificação tanto nos produtos exportados, quanto no destino das exportações do país. Nesse contexto, Ásia, África, Oriente Médio e a própria América do Sul, cujos países sempre foram parceiros tradicionais do Brasil, ganharam importância, enquanto Europa e Estados Unidos perderam posições. O mesmo fenômeno de diversificação ocorreu em relação às importações.

A Dr^a Tatiana Lacerda assinalou que “a tendência é que os países em desenvolvimento se apresentem como os motores dinâmicos da economia mundial e que o comércio exterior brasileiro reflita essa nova realidade”.

Essa tendência mundial, relatou ela, pode ser verificada a partir da redução da participação dos Estados Unidos no comércio mundial, em contraposição ao crescimento chinês. Em 1991, a China detinha 2,1% do comércio mundial. Em 2010, essa participação pulou para impressionantes 10,6%.

O Brasil, de acordo com dados apresentados pela Secretaria do Comércio Exterior, detém atualmente uma participação de 1,4% no comércio mundial. Em 2000, essa participação era de 1%. A expectativa agora é de que, com a nova política industrial adotada por meio do Plano Brasil Maior, o país consiga elevar esse valor para 1,6% em 2014.

As exportações brasileiras, na visão do governo, têm tido um crescimento consistente e acima da média mundial. No ano passado, o superávit foi de 20 bilhões de dólares. De janeiro a julho deste ano o acumulado já contabiliza um superávit de 16 bilhões de dólares. Mas apesar dos bons números, segundo a palestrante, a qualidade do comércio exterior brasileiro é preocupante, devido à ênfase em *commodities* causada pelo elevado preço no mercado internacional. Outra preocupação é a facilitação excessiva das importações devido ao baixo nível atual do dólar. De acordo com ela, o governo tenta sanar essas situações com a nova política industrial adotada no Plano Brasil Maior.

O segundo palestrante, **Dr. Luiz Awazu Pereira da Silva**, diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, iniciou sua exposição chamando a atenção para a necessidade de o sistema monetário internacional ser dotado de mecanismos e regras seguras para que haja confiança nas transações comerciais. Salientou também para a necessidade de haver instituições capazes de monitorar essas regras internacionais, bem como de elementos ou instrumentos que absorvam os desequilíbrios de pagamentos entre receitas e despesas, principalmente por meio de regras que impeçam o desenvolvimento desses desequilíbrios quando forem excessivos.

Em seguida, o Dr. Luiz Awazu estabeleceu um paralelo entre os acordos de Bretton Woods 1 (de 1944) e 2 (de 1971), apontando as principais diferenças e comparando-os com os motivos que levaram à crise atual. Lembrou que no acordo de Bretton Woods 1 o mecanismo era simples, porém baseado em regras rígidas quanto à dependência em relação à moeda de transação internacional, no caso o dólar. Essa moeda teria uma convertibilidade com base num ativo particular, que era o ouro, e as demais moedas poderiam flutuar dentro das suas limitações. Assim, lembrou que a origem da crise nesse sistema do 1º acordo se deu pelo aumento das despesas militares nos Estados Unidos na década de 60, o que ocasionou a elevação

progressiva da dívida americana em títulos e moedas e a desconfiança por parte de alguns detentores desses ativos. Já o Bretton Woods 2, segundo ele, trata-se de um sistema baseado em um dólar conversível não em ouro, mas flutuante, o que acelera o fenômeno de desequilíbrios entre o grande devedor e o grande credor. No caso, ele se refere aos desequilíbrios entre Estados Unidos e Europa e o grande credor emergente que aparece como potência exportadora, a economia chinesa.

Na sua visão, a China, durante o período de expansão do comércio exterior, foi o grande fator contribuinte para a moderação de preços que aconteceu nos anos 2000 na economia global. “Era um sistema – declarou ele – que tinha uma conveniência muito grande para os consumidores americanos pelo nível de preços competitivos praticados pela China.”

Em contrapartida, os Estados Unidos geraram déficits crescentes de conta corrente, financiados via papéis e títulos americanos, num desequilíbrio de suas contas que preocupou alguns acadêmicos e analistas, mas não os investidores. Além disso, houve um desequilíbrio interno nos Estados Unidos caracterizado pela alavancagem de um grau de consumo maior, propiciado pela grande criatividade financeira que possibilitou um maior endividamento das famílias e a exposição de bancos a produtos securitizados. Esse último desequilíbrio causou uma fragilização do sistema financeiro americano.

No debate sobre a importância de se controlar esses desequilíbrios globais que estavam aparecendo na conta corrente dos Estados Unidos – e que certamente, em paralelo, manifestaram-se no crescente acúmulo de títulos americanos nas reservas internacionais chinesas – a própria conjunção internacional criou uma dinâmica global forte nos Estados Unidos para perdurar essa situação. Embora a atitude fosse arriscada, os analistas, de um modo geral, não acreditavam que seria um fator suficiente para provocar a explosão de uma crise de confiança como a que se verifica no momento, analisou o Dr. Luiz Awazu.

Afirmou, também, que em 2008 não houve um colapso da economia como ocorreu em 1929, mas reconhece a gravidade da crise atual, especialmente pelos números negativos da atividade e desempenho econômicos dos tradicionais centros. Para ele, o processo de recuperação poderia ter sido mais rápido se as economias dos Estados Unidos e da Europa tivessem sido retomadas num patamar próximo ao que se verificou no Brasil.

A propósito do enfrentamento da crise, assegurou que o Brasil dispõe de grandes reservas internacionais e, se necessário, capacidade de injetar liquidez na economia. Garantiu também que o Banco Central tem acompanhado com “atenção redobrada” os riscos do cenário internacional e tem buscado as melhores soluções para serem aplicadas no País.

O diplomata **Paulo Roberto de Almeida**, professor de Relações Internacionais do UniCeub, inicialmente esclareceu que não há nada de semelhante entre a crise dos anos 30 e a atual. A recessão, naquela crise, foi muito maior do que hoje. A única semelhança para ele é de que em ambos os casos, “as falhas foram muito mais de governo do que de mercado.”

Sobre a crise atual, o professor foi enfático ao prever que o crescimento econômico dos países avançados continuará lento, devendo levar de quatro a cinco anos para atingir os padrões anteriores à crise. Nas suas palavras, “a dívida dos Estados Unidos subiu o Everest” e este problema afetará pelo menos as próximas duas gerações. Segundo ele, O custo da dívida americana tende a aumentar nos próximos anos, passando de 1 a 2 % do PIB para 5 ou 6%, próximo ao que o Brasil paga atualmente. Apesar disso, e da previsão de uma lenta diversificação de reservas, o professor acredita que a economia americana, por ser a mais flexível do mundo, continuará atraindo capital. Contudo, o dólar vai se desvalorizar, no momento em que “placas tectônicas estão se movimentando e o Atlântico Norte perde espaço para o Pacífico Norte”, numa alusão ao deslocamento do maior fluxo de comércio internacional dos Estados Unidos e Europa para os países asiáticos.

Em sua opinião, os Estados Unidos estão empurrando para o resto do mundo uma parte dos seus desequilíbrios financeiros e fiscais, emitindo liquidez e administrando uma desvalorização do dólar. O professor entende que é muito simples para os americanos agirem dessa forma, na medida em que possuem uma moeda de reserva.

Para o Prof. Paulo Roberto, a Europa deve passar por um processo semelhante ao que a América Latina passou nas décadas de 80 e 90, durante o ciclo das crises no continente Sul-Americano. A Grécia, para o professor, provavelmente será beneficiada por uma espécie de “*Brady bonds*” – uma renegociação com um desconto sobre o valor-face da dívida – assegurando a contratação de novas dívidas com prazos maiores e juros variáveis em função dos títulos. Trata-se de um processo pelo qual o Brasil passou nos anos 80.

Por fim, o palestrante alertou que o custo para o Brasil pelo fato de ser um credor do FMI é grande, devido ao diferencial de juros entre a dívida americana e os juros internos brasileiros.

Encerrou o painel o diretor do Banco Mundial, **Dr. Makhtar Diop**, que apontou as dificuldades para se estabelecer um sistema financeiro estável. Ele opinou que, a grande questão hoje é o desequilíbrio existente entre os países ricos e pobres, provocado pelas grandes diferenças entre os tamanhos dos mercados. No caso do Brasil, avaliou que a redução da desigualdade social no Brasil foi fundamental para a resistência à crise de 2008,

pois ela fortaleceu o mercado interno e tornou o país menos dependente da demanda internacional.

Destacou ainda que os movimentos verificados nos fluxos do comércio internacional e no mercado financeiro estarão também relacionados ao aumento do peso político dos países em desenvolvimento. Para ele, “existe uma grande incerteza, e o mundo vai necessitar de um papel maior dos países de renda média.”

Na sua visão, a inexistência de um padrão mundial médio de desenvolvimento causa instabilidade no sistema internacional. Ele acredita que a falta de igualdade no câmbio e no comércio tem impacto na avaliação de estabilidade e de confiança dos diferentes mercados.

Assinalou também que o conceito de ‘economia média’ será o ponto chave para garantir que se chegue a um sistema mais estável nos próximos anos. E essa média, segundo avalia, será relacionada não apenas aos investimentos dos países perante o mercado internacional, mas estará voltada principalmente ao aumento da própria renda média da população de cada país.

Para o Dr. Makhtar Diop, enquanto não se chega a uma fórmula ideal que permita um novo acordo, seja ele Bretton Woods 3 ou um outro, a transição para um novo modelo econômico será difícil de se projetar por causa das instabilidades que se verificam no mercado internacional.

1.13
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(22/08/11 – 37ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 2º Ciclo – 2º Painel

“Espaços Econômicos Internacionais – Nafta, União Europeia e áreas de influência da China e do Japão”

*A Comissão de Relações Exteriores deu sequência, na última segunda-feira, dia 15, ao segundo ciclo de audiências públicas sobre os Rumos da Política Externa, enfocando o tema “Economia e Finanças”. Neste segundo painel, especialistas debateram os **“Espaços Econômicos Internacionais – Nafta, União Europeia e áreas de influência da China e do Japão”**.*

Foram convidados os seguintes palestrantes:

EMBAIXADOR MARCÍLIO MARQUES MOREIRA;

DR. EDMILSON DE JESUS COSTA FILHO, da União Educacional de Brasília – UNEB;

DR. RENATO FLORES JUNIOR, da Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e Assessor Especial do Presidente da Fundação;

E a DRA. MARTA DOS REIS CASTILHO, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Embaixador **Marcílio Marques Moreira** destacou que, após a segunda Guerra Mundial, a divergência existente entre as economias dos países começou a diminuir, mas não de forma significativa, pois o centro industrializado financiava a periferia que, por sua vez, se endividava – os produtos industriais sempre aumentavam o valor, enquanto as matérias primas perdiam preço. Porém, a situação mudou radicalmente nos últimos 20 anos, quando 60% da população se juntou aos 15% mais ricos, dando início à convergência, cujo grande fenômeno foi a entrada da China nesses

espaços, mudando o jogo econômico mundial, ao mesmo tempo da era da globalização e da adoção de novas tecnologias.

A China, chamada de “fábrica do mundo”, passou a produzir bens mais sofisticados, a preços baixos, e a importar grandes quantidades de matérias primas, provocando o contínuo aumento de seus preços. Prosseguindo em sua análise, afirmou o Embaixador que tal situação permitiu que os Estados Unidos se endividassem sem sofrer pressão inflacionária, pois a China começou a financiar o país para que este tivesse recursos para comprar, criando-se uma simbiose a que chamou de espúria e provocando o desequilíbrio global. Os Estados Unidos, na sua opinião, encantaram-se com o consumo, financiados pela China, pelos países exportadores de petróleo e até mesmo pelo Brasil.

Os países periféricos da Europa, como a Grécia, a Irlanda e Portugal, também começaram a endividar-se, em euros, a preços muito baixos. São nesses momentos de euforia, segundo o Embaixador, que as crises são geradas. E a crise em que vivemos começou com o endividamento das famílias, provocados pelo uso do cartão de crédito sem limites e cuja inadimplência levou à quebra dos bancos, fazendo com que os governos, como o dos Estados Unidos, assumissem esses créditos podres. Concluindo, afirmou o Embaixador que a crise, hoje, passou a ser da economia real. Por esse motivo, o Brasil necessita, nesse momento, de estar muito atento a todos os sinais para captar o jogo que estamos jogando e saber como se deve jogá-lo.

O segundo palestrante, Prof. **EDMILSON DE JESUS COSTA FILHO**, lembrou que o mundo deixou de ser bipolar e que as crises ocorrem porque desrespeita-se o princípio de que não se deve gastar mais do que se tem. Na sua opinião, apesar da diminuição das barreiras, da livre circulação de pessoas, dos passaportes e moeda comum da União Europeia, o bloco tem em seu seio países de perfis industrial, econômico e de desenvolvimento tecnológico assimétricos, não se podendo esperar deles um comportamento igual. Para ele, o mesmo ocorre no âmbito do Mercosul e do Nafta. Porém, em momentos de crise, quando a preocupação inicial é a de restabelecer os parâmetros e fundamentos das economias nacionais, cada país procura primeiro se salvar, antes de pensar na integração.

Destacou o Professor que as crises se devem também à grande dependência da China. E como as crises têm sido recorrentes, surgem as perguntas: - quem vai pagar a conta? - como socializar as perdas? - como resolver o problema? Na sua opinião, a China é quem vai salvar o mundo. Porém, ele vislumbra o momento em que aquele país não mais crescerá a 10% ao ano e reduzirá a compra de matérias primas, o que poderá levar a uma crise muito maior. O Professor Edmilson pregou a importância de se começar a repensar os modelos econômicos atuais.

Para concluir, o Professor propôs uma agenda de discussões para o Congresso Nacional que permita ao Brasil promover melhores condições para o investimento produtivo, tais como a desoneração da carga tributária; o aumento da segurança jurídica das agências reguladoras, a diminuição dos custos de transação; além da melhoria dos indicadores macroeconômicos e de maior fiscalização por parte da sociedade.

Por sua vez, o Prof. **RENATO FLORES JUNIOR** entende que a situação atual requer maior flexibilidade no que se refere aos espaços econômicos no mundo. Ele ressaltou o advento da China e de sua política de “condicionar delicada, lenta e fortemente os Estados Unidos”, mas acredita que não se justifica o medo exagerado da China, país com grandes problemas internos, a quem, nas suas palavras, não interessa conquistar nada, mas somente vender.

O Professor Flores acredita que o modelo europeu de integração, apesar de estar ruindo, não acabará. Para ele, a criação do Euro foi apressada, e o fato de ter uma moeda única, sem um orçamento único, deixou a Europa em “palpos de aranha”. Por sua vez, a China acabou com o Nafta – o México encontra-se em situação muito grave, pois o consumidor norte-americano prefere comprar os produtos chineses, mais baratos. No que se refere ao Mercosul, entende o Professor que devemos aprofundá-lo, mas sem nos esquecermos do espaço de diálogo dos BRIC e da Unasul, que se inicia com a unificação das estratégias de defesa, dos sistemas de saúde e da integração energética dos recursos comuns.

Num mundo menos hegemônico, alega o Professor que não se pode pensar em integração sem incluir o componente estratégico-militar. Ele acredita na possibilidade de uma batalha naval no Índico dentro de 10 anos, e lembrou que o Atlântico Sul é em grande parte brasileiro, assim como a Amazônia, e que a questão do poder apresentar-se-á para o Brasil, mudando a forma de pensar a integração.

O Professor Flores ressaltou que, por mais que um país detenha os chamados *hard e soft power*, se o poder financeiro estiver minguando, esse país também vai minguar – e isso é o que está ocorrendo, na sua opinião, com os Estados Unidos. Para ele, o Brasil tem que inserir-se no mundo pelo *soft power*, por meio de sua cultura riquíssima, sua visão diferente de mundo, multicultural, sua opção pelo diálogo e pela negociação pacífica.

Mas adverte que teremos de pensar na questão militar, aumentando o *hard power* do Brasil, e cuidar do eixo financeiro, que sustenta os demais. Advogou a necessidade de termos uma estratégia industrial inteligente, em que o governo e a sociedade definam quais os setores competitivos a serem preservados e quais os obsoletos a serem abandonados. O Professor antevê tempos turbulentos e sugere que o Brasil precisará de parceiros e de criar condições internas para garantir posições firmes e assertivas – mas não

agressivas – para enfrentar a situação que se anuncia, procurando evitar envolver-se nos diversos conflitos locais que se prenunciam.

Por fim, a Professora **MARTA DOS REIS CASTILHO** recordou que 83% dos acordos existentes consistem em áreas de livre comércio, e apenas 10% em uniões aduaneiras. Isso significa que os países liberam o comércio entre si, mas mantêm sua autonomia quanto às políticas comerciais.

Entre os diversos tipos de acordos, a professora destacou a União Europeia, caracterizada por uma integração profunda entre os 27 países membros; o Nafta (Acordo Norte-americano de Livre Comércio), que abrange diversos temas não comerciais, como trabalhistas e ambientais, não contemplados pelos demais – uma exigência dos Estados Unidos. Por sua vez, a Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático) é um espaço que se iniciou com a cooperação econômica em 1976, resultando na assinatura de acordo de livre comércio apenas em 92, e na implementação 15 anos depois, tempo suficiente para que as estruturas produtivas daqueles países se interligassem mesmo antes da entrada em vigor do acordo. Por sua vez, o Mercosul é uma união aduaneira imperfeita com ambição de mercado comum.

Concluindo, a Professora reforçou que a integração com os países vizinhos é fundamental para o fortalecimento da indústria brasileira e, para que isso ocorra, o Brasil deve assumir os custos de sua liderança na região. Na sua opinião, o Brasil deve participar das cadeias produtivas globais, tirando proveito de suas vantagens competitivas associadas à abundância de recursos naturais, além de adotar políticas tecnológicas, industriais e de capacitação, que possibilitem ao país concorrer com uma potente e articulada indústria asiática.

1.14
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(29/08/11 – 39ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 2º Ciclo – 3º Painel

“Negociações Econômicas Internacionais – OMC e Rodada Doha”

“A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu prosseguimento, na última segunda-feira, dia 22 de agosto, ao segundo Ciclo de Audiências Públicas sobre os Rumos da Política Externa, enfocando o tema Economia e Finanças.

O terceiro Painel teve como tema as Negociações Econômicas Internacionais, OMC e Rodada Doha e contou com os seguintes palestrantes: Embaixador Celso Lafer, Professor Titular da Faculdade de Direito da USP, ex-Ministro das Relações Exteriores e Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes, Presidente do Comitê de Estratégia Empresarial JBS e ex-Ministro da Agricultura; Professora Vera Thorstensen, Professora de Política de Comércio Internacional da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; Professor Aluisio de Lima-Campos, Presidente do Instituto dos Analistas Brasileiros de Comércio Internacional, Professor Adjunto do Washington College of Law da American University e Consultor da Organização Mundial do Comércio para Reforço Institucional.

O Ministro Celso Lafer realçou a amplitude da OMC não somente por abranger novos temas, como serviços e propriedade intelectual, mas também disciplinas mais rigorosas sobre temas que caracterizam o comércio de bens, além do Acordo sobre Agricultura, que, apesar de classificá-lo insatisfatório, incorporou os produtos agrícolas na disciplina do sistema multilateral. A OMC, no seu entender, representa a percepção generalizada da comunidade mundial de que o comércio internacional, regido por normas, favorece a dinâmica do desenvolvimento interno, além de representar um caminho para a redução da pobreza em escala planetária.

Avalia o Embaixador Lafer que a crise econômico-financeira de 2008 poderia ter levado a um protecionismo exacerbado, mas cálculos da OMC

mostram que as novas restrições comerciais afetaram apenas 1% do fluxo comercial em 2009 e 0,9% em 2010.

Na sua análise, o sistema multilateral do comércio, suas regras e o custo do seu descumprimento serviram como uma rede de segurança e uma apólice de seguro contra o protecionismo.

O expositor enfatizou a relação entre câmbio e o comércio, lembrando que, por conta da situação do câmbio, o Brasil não tem hoje condições de fazer concessões adicionais em matéria de produtos industriais, como pleiteiam os Estados Unidos, em virtude do impacto do câmbio na competitividade da indústria brasileira e pela redução da participação da indústria no produto interno.

Mencionou, ainda, a deterioração dos cenários internos de negociação em função da crise, como a situação criada com o fim da validade da Trade Promotion Authority nos Estados Unidos e a crise do euro na Europa. Ele crê que a China também passa por um cenário interno difícil.

O segundo palestrante, o ex-Ministro Pratini de Moraes, disse que os mecanismos de segurança e proteção da OMC interessam ao Brasil. Lembrou que, se a Rússia fosse membro daquele organismo, sua decisão de suspender a compra de carne suína do Brasil, afetando enormemente a suinocultura de Santa Catarina, teria tido outro desfecho. Para evitar a grande dependência de um só mercado, sugeriu o lançamento de uma grande campanha de *marketing* para aumentar o consumo brasileiro da carne suína, além da expansão das vendas do produto para outros mercados. A título de ilustração, lembrou a adoção, pelos exportadores brasileiros de carne bovina, de estratégia para aumentar o número de países importadores, passando de 40 para 192, com o objetivo de resguardar-se de eventuais bloqueios à importação por parte de determinados países.

O ex-Ministro enfatizou que o grande ativo da economia brasileira não é a exportação; é o mercado interno. Para ele, o País está crescendo devido ao incremento do próprio mercado. Já as exportações, especialmente o agronegócio, são importantes para acumular reservas.

Ressaltou o ex-Ministro a importância de voltarmos a atenção para o mercado interno do País, pois esse é grande trunfo da nossa economia, segundo ele.

Ele vê duas grandes limitações para o Brasil. A primeira deve-se à grande extensão territorial, responsável por um custo de ordem logística, que é um dos componentes do chamado custo Brasil. A outra refere-se à ausência de uma estratégia de *marketing* aliada ao desenvolvimento do *design* para vender nossos produtos no exterior. Ele atribui essa lacuna ao fato de sermos uma nação industrial muito recente e que ainda não aprendeu a agregar valor aos produtos, utilizando-se do *marketing*.

Ressaltou que o maior volume do comércio internacional não é o agronegócio nem a indústria, mas os serviços, um setor que depende de muita tecnologia e muito *marketing*. Alertou para a necessidade de sermos competitivos e cercados de muita segurança contra a adoção de medidas abusivas de protecionismo, especialmente o novo protecionismo ambiental – expressão dele – do qual o Brasil tem sido vítima. Na sua opinião, temos de ser mais duros na defesa de nossos interesses e precisamos de mais *marketing* institucional para vender o Brasil nos outros países e facilitar a abertura de mercados.

A Professora Vera Thorstensen destacou dois aspectos que, na sua análise, tem exercido grande influência no comércio internacional.

O primeiro refere-se à existência de mais de mais de 400 acordos preferenciais centrados nos Estados Unidos, na União Europeia, na China e na Índia, que também criam regras para o comércio internacional. Algumas delas são totalmente compatíveis com a OMC, outras, mais abrangentes, além daquelas totalmente novas, sem base multilateral.

O segundo aspecto reside no problema criado pelo impacto da taxa de câmbio no comércio. Verifica-se hoje um desalinhamento cambial entre alguns países emergentes, calculando-se entre 20% a 30% a desvalorização da moeda chinesa, enquanto a moeda brasileira está valorizada em cerca de 30%. O dólar norte-americano está desvalorizado em menos 10%. Na situação atual, temos a moeda brasileira valorizada e importantes mercados desvalorizados.

Recordou a Professora a existência de um dispositivo no antigo acordo, o Gatt, segundo o qual nenhum país deve frustrar os objetivos da política de comércio com o câmbio. O Brasil levou o tema câmbio para a OMC em abril, que aceitou estudar o assunto. Hoje o FMI cuida de câmbio e a OMC, só de comércio.

Entende a Professora que excluir a questão do câmbio das negociações na OMC é esconder uma realidade, pois o organismo é forte porque é transparente e tem regras que devem ser seguidas; porém, quando a previsibilidade dessas regras é quebrada com o câmbio, desaparece a transparência.

Por fim, a Professora chamou a atenção para a publicação, em 1980, de uma diretriz referente a câmbio no Gatt, que, na sua opinião, pode ser um precedente para que tarifas sejam renegociadas diante do elemento cambial. Para ela, o cainho está aberto para o que chamou de uma grande e longa briga.

Concluindo, ela sugeriu que o Brasil, desde já, comece a discutir formas de neutralizar os efeitos do câmbio na OMC, pois o desalinhamento das moedas está tornando o organismo ineficaz.

Encerrando as apresentações desse Painel, o Professor Aluisio de Lima-Campos destacou que, no mundo globalizado em que vivemos, um produto tem componentes fabricados em diferentes países, tornando-se difícil definir suas origens. Em função disso, afirmou que os setores pri-

vados mundiais estão interferindo cada vez mais na política comercial de seus países, principalmente no Primeiro Mundo.

O Professor Lima-Campos comparou a atuação dos vários atores que interferem na política comercial de diferentes países, as instituições da sociedade civil, que classificou de interesse público, o Executivo, o Legislativo e o setor privado, com diversos graus de influência.

Nos Estados Unidos, segundo sua análise, a política comercial é mais transparente. Costuma-se superestimar o poder do Executivo em negociações, mas a autoridade constitucional norte-americana sobre assuntos de comércio cabe ao Congresso, e o Executivo não pode negociar sem autorização expressa do Legislativo. Há no país mais de 12 mil grupos de interesse, que se organizam para influenciar a política comercial, assim como fazem desde as associações de bairros até os Municípios e os Estados da União.

Na União Europeia, a existência de um nível de decisão supranacional, além do nacional, cria uma dificuldade adicional para os grupos de interesse: além da sede em seus países, têm que ter representação também em Bruxelas. Após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, os vários grupos de interesse têm de atuar também junto ao Parlamento Europeu, os quais, se quiserem influenciar na política comercial comunitária, devem fazê-lo.

Bruxelas conta hoje com a presença de 3.700 associações profissionais e grupos de interesse. Há um crescimento da influência do setor privado na Europa, e até mesmo os Estados Unidos contam com 173 associações em Bruxelas.

Quanto à China, ressaltou o Professor que, naquele país, o poder se concentra nos 9 membros do Comitê Central do Partido Comunista, o Politburo, a quem cabem todas as decisões, apesar de contar com 2.987 membros no Congresso Nacional do Povo, que apenas referenda essas decisões. O Ministério do Comércio Chinês encarrega-se de todas as negociações comerciais, mas a orientação é dada pelo Conselho de Estado. A China possui mais de dois milhões de associações, contudo, sem muita influência. O setor privado chegou a ser responsável por 60% da indústria, mas muitas empresas estão falindo, em função da crise financeira, e sendo compradas pelas companhias estatais.

Conclui o Professor com a sugestão de que o setor privado brasileiro se organize e atue em coordenação com o Governo, em caráter complementar. Citando como exemplo as resistências encontradas no setor agrícola na OMC, alega que será mais eficaz uma negociação do setor privado brasileiro com o seu correspondente norte-americano do que esperar que o Governo brasileiro obtenha sucesso tentando influenciar o Congresso norte-americano a atender nossas demandas e a abrir mão dos interesses de seus eleitores – finalizou o Professor.”

1.15

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(12/09/11 – 41ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 2º Ciclo – 4º Painel

“Crise Econômica Mundial de 2008 e suas Consequências – Volatilidade dos preços de commodities e alimentos”

*A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu prosseguimento, no último dia 29 de agosto, ao Segundo Ciclo de Audiências Públicas sobre os “Rumos da Política Externa”, enfocando o tema “Economia e Finanças”. O quarto painel da série reuniu especialistas para analisar a “**Crise econômica mundial de 2008 e suas consequências – Volatilidade dos preços de commodities e alimentos**”.*

Foram convidados os seguintes palestrantes: Dr. ALEXANDRE SCHWARTSMAN – economista, ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central e ex-Economista-chefe do Banco Santander; Prof. CARLOS MIELITZ NETO, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Prof. JOSÉ MARIA DA SILVEIRA, da Universidade Estadual de Campinas; e o Dr. EDUARDO TEIXEIRA, ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, ex-Diretor da Petrobrás e Consultor de Empresas.

O primeiro palestrante, Dr. **Alexandre Schwartzman**, afirmou que a recuperação da crise de 2008 registrou uma simetria entre o desempenho de economias desenvolvidas e emergentes. Porém, enquanto as emergentes chegaram a ultrapassar os níveis de produção anteriores à crise e de forma rápida, nos países desenvolvidos, apesar de o processo de recuperação ter se iniciado razoavelmente cedo, eles sequer recuperaram os níveis de produção observados antes de 2008.

Segundo o Professor, os países desenvolvidos adotam uma política monetária extremamente frouxa, ao inundar o mundo de liquidez, que, por sua vez, busca ativos rentáveis. E esse é um dos vetores que impactam os preços de *commodities*, na medida em que o mercado tenta antecipar se haverá mais ou menos liquidez. Destacou que o vetor monetário-financeiro do preço de *commodities* está muito ligado à má evolução das economias desenvolvidas.

Por outro lado, afirmou o Dr. Schwartzman que a recuperação dos emergentes, em particular da Ásia – e essencialmente da China – apresenta

sintoma de sobreaquecimento em suas economias. A economia chinesa registrou uma taxa de inflação de 6,5% nos últimos 12 meses. A Índia não tem índice de preços ao consumidor - só por atacado - mas está com inflação na casa de 8%; trata-se, como explicou, de uma pressão inflacionária ligada ao próprio crescimento desses países.

O economista disse que, por trás dos preços de *commodities*, estão, por um lado, a persistência de juros baixos no mundo desenvolvido, o que deve durar ainda alguns anos, e, por outro lado, a continuidade do crescimento das economias asiáticas, notadamente a da China - o que representa um benefício extraordinário para a economia brasileira.

Quanto à sustentabilidade do crescimento chinês, observa o economista que a escolha que se coloca diante dos gestores de política econômica na China é bastante clara: ou pisar mais forte no freio e reduzir a demanda, como um todo, ou permitir uma apreciação mais rápida da moeda e tentar fazer a mudança - de uma economia ancorada no crescimento das suas exportações para uma economia apoiada no crescimento da demanda interna.

Por sua vez, o Prof. **Carlos Mielitz Neto**, ao analisar a relação entre a crise financeira e as *commodities*, explicou que a desregulação financeira, nos Estados Unidos, permitiu o surgimento das chamadas inovações financeiras lastreadas em vários tipos de ativos, fazendo com que os créditos se multiplicassem explosivamente e criando também os mercados financeiros paralelos, que incluíram mercadorias e *commodities*, principalmente as agrícolas - um mercado atraente no qual a especulação provoca elevação dos preços e aumento da demanda.

Na opinião do Professor, há, de fato, um contágio da especulação financeira para o mercado real de produtos, pois as *commodities* agrícolas são todas negociadas no mercado mundial por oligopólios, que exploram as tendências de elevação ou queda de preço e amplificam-nas através da administração de estoques. Jogam parte com o mercado futuro, especulando com os preços, projetando a crise ou o crescimento, e se protegem administrando estoques do mercado à vista.

Revelou o professor que, hoje, os preços agrícolas são cada vez mais determinados "financeiramente": arroz, feijão, milho, trigo e carne deixaram de ser alimentos e passaram a ativos, lastreando operações com derivativos. Em decorrência, a alimentação deixou de ser uma responsabilidade pública e passou a obedecer cada vez mais à lógica dos empreendimentos privados - uma lógica especulativa que depende de capitais e taxas de juros, entre outros.

O Professor nos informou que, segundo a FAO, até o ano de 2050 precisaremos de mais 75% de alimentos do que o mundo produz hoje. Os dois maiores problemas são terra e água e o Brasil e a África são a grande fronteira de possibilidades, embora o continente africano tenha problemas sérios de abastecimento d'água e fertilidade do solo. O que se propõe

são programas de estímulo à produção e fixação das pessoas no mundo rural com atividade produtiva. Concluindo, o Professor citou o economista Maynard Keynes, para quem “dinheiro, comida e energia são coisas sérias demais para ficar sob o controle do mercado”. E defendeu a necessidade de intervenção pública, reguladora, nesse mercado.

O terceiro palestrante, Prof. **José Maria da Silveira** afirmou que o aumento da volatilidade dos preços agrícolas registrado no período 2007-2008 repete-se, de certa forma, em 2010-2011. As principais causas são o alto custo da energia, que está provocando o aumento dos preços de produtos agrícolas, os problemas climáticos e a tendência estrutural de aumento da demanda por alimentos. Alertou-nos para o fato de que Paquistão e Índia, ao contrário da China, não estão controlando o crescimento de sua população. No seu entender, a expectativa de crescimento populacional desses países é “assustadora”, assim como seus impactos no aquecimento global.

Pesquisa realizada pela FAO em 81 países revelou que, em 2007 e 2008, 43 deles reduziram suas tarifas de importação e 45 nações mais pobres adotaram medidas para contornar os efeitos da crise. Alguns desses países tiveram que apoiar agricultores devido à alta do preço dos fertilizantes – o que o Professor considera um problema mundial. A propósito, alertou que, no momento em que se pensa discutir uma política nacional para fertilizantes, não basta construir fábricas para desenvolver a indústria, porque, em suas palavras, “fertilizante jogado no solo é desperdício”, pois nossos solos não se adaptam aos fertilizantes que foram desenvolvidos nos países centrais. Lamentou que a pesquisa agrícola brasileira seja complementar aos pacotes tecnológicos que se apresentam, deixando de lado ações importantes que poderiam gerar um padrão tecnológico com menor emissão de gases, menor impacto ambiental e menos custos.

Salientou o professor que a tecnologia foi o fator mais importante para o crescimento da produção e da produtividade na agricultura brasileira, sem aumento significativo da área cultivada, entre 1975 e 2010, o que, na sua opinião, é um bom argumento para se investir na bioenergia. Ele citou estudo do Ipea segundo o qual, entre os agricultores brasileiros, aí incluídos os responsáveis pelo agronegócio e pela agricultura familiar, 40% fazem uso da tecnologia e tem melhorado sua produtividade, enquanto que 60% estão piorando.

A agricultura é responsável por cerca de 20% das emissões de gases do efeito estufa, mas é, na sua opinião, um campo para alternativas de bioenergia que podem fazer absorção de CO₂. Concluiu o Professor que este é um campo estratégico, que deve combinar políticas inteligentes com o conhecimento internacional – hoje cada vez mais concentrado nas mãos das grandes corporações – pois só o conhecimento e o investimento em pesquisa permitirão associações e parcerias para que o Brasil possa competir num cenário cada vez mais agressivo.

O Dr. **Eduardo Teixeira**, encerrando os debates, afirmou que a crise atual é uma ameaça, mas é também uma oportunidade. Recordou que, em 2008, o Brasil vivia um processo de forte expansão, em torno de 6,5% do PIB e, não obstante a violenta desaceleração do último trimestre, a economia conseguiu fechar aquele ano com um crescimento de 5,2% do PIB. Ao contrário do que ocorria anteriormente, não foi o comércio exterior que sustentou o crescimento da economia brasileira, mas o consumo interno, estimulado pelo aumento do emprego, da melhoria da renda e da expansão do crédito e o crescimento do investimento doméstico de forma sustentada. Mas apesar de a economia operar apoiada em indicadores sólidos, a ideia de que o país não foi afetado seriamente pela crise é, na sua opinião, simplificada.

De acordo com sua análise, apesar de o Brasil ter reagido de maneira extraordinária à crise, ela afetou muito o país, via canal externo, provocando uma rápida reversão das expectativas, tanto da parte dos investidores quanto dos industriais. Houve forte e abrupta desaceleração do investimento e do consumo das famílias; grande retração do PIB no último trimestre; a indústria sofreu o impacto principal e o Banco Central tentou estabilizar a saída líquida de recursos externos mediante a venda de dólares. Somente no primeiro semestre de 2010 a produção da indústria manufatureira brasileira voltou ao mesmo patamar do início de 2008. Mas a inflação manteve-se baixa, as finanças públicas sob controle e a taxa de desemprego e a renda real não sofreram muito.

Quanto ao crescimento das reservas brasileiras, acredita o Dr. Eduardo Teixeira que um país que não tem moeda conversível num mundo tão instável como esse, tem que ter reservas acima do “ótimo”. Ele manifestou preocupação quanto à apreciação acentuada e contínua do Real e apontou a diferença entre a valorização da taxa de câmbio como consequência do progresso de um país e, por outro lado, uma valorização não apenas como consequência desse progresso, mas também por claras assimetrias em preços-chave da economia, como é o caso dos juros.

Com relação à crise atual, o economista crê que o Brasil está mais preparado agora que em 2008, com reservas muito elevadas; um sistema bancário sólido, pouco exposto à contaminação externa; as finanças públicas sob controle; a inflação começando a ceder e o emprego, a renda e o crédito doméstico com fôlego para sustentar a expansão adequada do consumo interno.

Advertiu, porém, que apesar de o Brasil não ter dívida externa pública, o setor privado brasileiro está pesadamente endividado e uma mudança rápida na taxa de câmbio pode trazer vários problemas. Mesmo assim, defende a necessidade de uma redução mais rápida da taxa de juros, o que ele vê como a oportunidade para sairmos dessa crise com uma equação fiscal e monetária muito melhor para o crescimento econômico e principalmente para as finanças públicas.

1.16
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(19/09/11 – 43ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 2º Ciclo – 5º Painel

“A União Europeia e o Euro – Crise na Grécia, situações na Irlanda, em Portugal, Espanha, Itália e suas implicações na África”

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu prosseguimento, na última segunda-feira, dia 12 de setembro, ao Segundo Ciclo de Audiências Públicas sobre os “Rumos da Política Externa”, enfocando o tema “Economia e Finanças”. Este quinto painel da série reuniu especialistas para analisar a “A União Europeia e o Euro – a crise na Grécia, situações na Irlanda, Portugal, Espanha e Itália e suas implicações em África”.

Foram convidados os seguintes especialistas:

Dr. ISAÍAS COELHO, Pesquisador do Núcleo de Pesquisas Fiscais da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo

Dr. JOSÉ MANUEL GONÇALVES, Professor da Universidade Cândido Mendes;

Dr. FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais;

E o Dr. WINSTON FRITSCH, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nas palavras do Prof. **ISAÍAS COELHO**, Grécia, Irlanda e Portugal estão na UTI, pois são incapazes de manter o serviço da dívida pública sem ajuda externa. Espanha e Itália enfrentam dificuldades em rolar suas dívidas e já estão recebendo assistência financeira do Banco Central Europeu. Teme-se que a crise contamine todo o sistema financeiro europeu, e através dele, a economia mundial. Segundo informou, há 90% de possibilidade de um calote grego, total ou parcial.

O professor apontou cinco hipóteses que se encontram sobre a mesa: na primeira, a Grécia deixaria o euro, ou voluntariamente, ou expulsa. O país, necessariamente, decretaria o calote da dívida, Portugal e Irlanda passariam a ser a bola da vez e sofreriam com a suspensão de empréstimos bancários e o sistema do euro correria o risco de desmoronar.

Uma segunda possibilidade seria a manutenção da atual estratégia de ajuste e compressão, cuja viabilidade é duvidosa, por ser socialmente penosa e politicamente insustentável. Na terceira hipótese, a Grécia continuaria a fazer parte da zona do euro, mas daria calote na dívida, o que não resolveria o problema da perda de competitividade do país e geraria uma perda de credibilidade das dívidas soberanas da zona do euro: Irlanda e Portugal poderiam também dar calote e o risco de contágio poderia afetar até mesmo a Itália.

Outra hipótese seria a emissão de eurobônus, permitindo que a dívida grega passasse a ser da Europa. Nesse caso, Alemanha e Holanda exigiriam estritos controles fiscais sobre o país, com um alto grau de intervenção. Esse controle aumentaria a importância da Alemanha como potência, mudando a equação de poder na União Europeia e relegando o Reino Unido a um segundo plano, uma vez que o país não faz parte da zona do euro.

Numa última hipótese, os países europeus em boa situação ampliariam a assistência financeira à Grécia. Num cenário pessimista, tal alternativa poderia gerar um efeito dominó negativo, pois o país, no limite do perigo, não tem contribuído para o Fundo de assistência financeira e Irlanda e Portugal poderiam deixar de contribuir também, reduzindo esse fundo, que se tornaria cada vez mais dependente dos países centrais, provocando uma desestabilização capaz de levar ao colapso do euro.

Segundo o Professor, a Europa tem mostrado que, em situações de crise, ela aprofunda sua integração. Por isso, ele acredita na possibilidade da adoção de maior coordenação fiscal na União Europeia, pois falta-lhe uma união monetária com dimensão fiscal. Num cenário otimista, ele crê na possibilidade de avanço no sentido de criar condições para uma confederação ou uma federação política europeia, capaz de lidar com esses problemas, como o Brasil fez, no passado, com as dívidas dos estados.

Concluindo, afirmou que a economia mundial já se encontra em desaceleração e que os países emergentes - entre os quais o Brasil - por representarem apenas 20% da economia mundial, não terão condições de, no cenário de fraqueza do centro, serem a locomotiva que levará adiante o crescimento econômico. Estados Unidos, Europa e Japão somam 70% do PIB global. Ao contrário de 2008, esses países se encontram em uma situação frágil e sem dinheiro para socorrer seus bancos, tornando maior o risco de contágio internacional.

O Professor **JOSÉ MANUEL GONÇALVES** analisou as consequências da crise da zona do euro na África. Em sua opinião, o continente, por sua

vulnerabilidade e dependência financeira é, neste momento, a área da chamada periferia mais ameaçada pela crise na Europa, tanto mais que a ela se soma a crise gerada nos Estados Unidos em 2008, que conduziu à contração dos preços do petróleo, atingindo uma faixa de países que estavam registrando altas taxas de crescimento no continente.

Com 700 milhões de habitantes, a África tem 10% da população mundial e participa com apenas 1% no PIB mundial e 1,3% nas exportações, basicamente em função do petróleo. De 1950 a 2000 o continente africano perdeu, em média, um terço do seu poder de compra e aumentou em 70% sua dependência alimentar com relação ao exterior.

O bloco dos países europeus ainda é o maior parceiro da África - uma consequência do Estado colonial, ainda não superada - embora mais recentemente a presença da China, da Índia e do Brasil tenha reduzido a importância dessa parceria. Por esse motivo, a crise tem forte incidência no Continente. Para a África do Sul - cujo acordo comercial com a União Europeia movimentava atualmente 22 bilhões de euros - a crise na Europa é um problema muito sério. Além disso, há 15 países cuja moeda tem o euro como base, não apenas como fundo de reserva, pois o euro é determinante de sua taxa de câmbio - o franco CFA, que é garantido pelo tesouro francês.

Por outro lado, a contração das economias centrais provocou uma redução drástica dos preços do petróleo, cuja fase de alta manteve o conjunto das economias africanas num ritmo apreciável de crescimento - em torno de 5% ao ano - embora ainda insuficiente para reduzir o abismo de desemprego entre a África e o resto do mundo. A queda de 100 dólares no preço do barril de petróleo faz com que Nigéria e Angola percam, cada um, quase duzentos milhões de dólares por dia. Angola, que cresceu de 15 a 18% ao ano no período de 2002 a 2007, em 2009 apresentou 0,1% de crescimento negativo.

Ressaltou o Professor que essa situação também produziu resultados inesperados. Em virtude da grande retração do crédito europeu para países africanos e, principalmente, das doações - decisivas para as finanças da maior parte da África sub-saariana - tem havido um aumento da participação chinesa e também do Brasil. Como exemplo, recordou que, pela primeira vez desde a abolição da escravatura, o Brasil foi o primeiro fornecedor de Angola no primeiro trimestre deste ano.

Apesar de diversificar sua atuação na África, onde se mostra como uma das alternativas em parceria internacional, o Brasil ainda mantém três grandes parceiros no continente: a Nigéria (o maior comprador de açúcar brasileiro), Angola (do qual compramos petróleo, e onde há grandes investimentos de empreiteiras e presença de empresas de serviço brasileiras) e a África do Sul, país com o qual o Brasil mantém um comércio bastante diversificado,

onde se insere estratégia de produção de várias empresas multinacionais. A África é o quinto parceiro comercial do Brasil, neste momento.

O Professor **FREDERICO GONZAGA JAYME JUNIOR** julga que a crise de 2008 tem um papel fundamental na situação atual, que toca de forma bem diferenciada os países europeus, de acordo com seu nível de desenvolvimento. Grécia e Portugal têm problemas de arrecadação tributária em decorrência da fragilidade de suas economias, e apresentam orçamento público constante e progressivamente deficitário, gerando uma perda de credibilidade das suas dívidas soberanas, particularmente na zona do euro.

Recordou ele que, a partir de 2008, quando o Banco Central Europeu começou a diminuir a taxa de juros, nos países mais frágeis a inflação aumentou, devido aos problemas fiscais. De um lado, entende o Professor que não há mais como fazer política monetária na Europa e nem nos Estados Unidos, porque a taxa de juros já atingiu o seu limite nesses países; por outro lado, os países da periferia europeia não têm capacidade de desvalorizar sua moeda por estarem atrelados ao euro.

A dívida pública na Europa passou de 65 para mais de 100% do PIB nos países menos desenvolvidos e para mais de 80% nos desenvolvidos. Em tese, afirmou o especialista que uma dívida de 100% do PIB não é muito problemática - desde que ela seja capaz de ser financiada - mas o grande problema é a inexistência da capacidade de financiamento da dívida da Grécia e de Portugal, razão pela qual ele não acredita no sucesso dos pacotes de salvamento dessas economias, pelo FMI e pelo Banco Central Europeu.

Na opinião do Professor, o Banco Central Europeu tem uma política muito conservadora e uma preocupação excessiva com o controle de preços, baseada no *Bundesbank* alemão, historicamente conservador em virtude do trágico episódio da hiperinflação alemã dos anos 20. Para ele, a instituição não se preocupa com a evolução do desemprego nos países em dificuldade.

No seu entender, a União Monetária Europeia é incapaz de superar as diferenças estruturais entre suas nações e de manter iguais os seus ciclos econômicos, tendo a atual crise evidenciado as limitações institucionais desse modelo. Finalizando, ele criticou o enfoque ortodoxo do modelo europeu e sua incapacidade de garantir a flexibilidade necessária para o crescimento dos países de sua periferia. Nas suas palavras, se a Alemanha continuar impondo uma política semelhante à que o FMI submeteu o Brasil nos anos 80, Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda não terão condições de se recuperar.

Concluindo as apresentações, o Professor **WINSTON FRITSCH** ressaltou que, devido à grande interdependência entre as economias dos Estados Unidos, da União Europeia e do Japão, a questão norte-americana é muito importante para a solução da questão europeia. Na sua opinião, sem a reversão do quadro dramático de queda do crescimento dos Estados

Unidos, de 4,5 para 1,5% em oito meses, as consequências para a Europa serão muito mais dolorosas.

Apesar de os países em desenvolvimento representarem apenas 20% do PIB mundial, ele acredita que o Brasil, graças a sua inserção multilateral nos fluxos de comércio e às economias domésticas da China e da Índia, sofrerá as consequências dessa crise sistêmica, porém um pouco mais protegido que anteriormente.

Lembrou o especialista que, na crise de 2008-2009, com a quebra inesperada de uma grande instituição financeira, houve paralisia imediata do crédito e até mesmo dos fluxos internacionais de comércio (na época, o Prof. Fritsch dirigia o Lehman Brothers no Brasil). Para o Brasil, essa crise não foi, no seu entender, uma “marolinha”.

Na sua opinião, a solução da crise depende, em primeiro lugar, do crescimento das economias extra-zona do euro. Recordou o que ele considera um dos grandes dramas da política dos Estados Unidos, a que chamou de a “tragédia da decomposição da razoabilidade do partido republicano norte-americano”. Baseada no sistema *checks and balances* (ou pesos e contrapesos), essa política sempre teve algum espaço de manobra política, como se viu à época da solução da crise de 2008, mas agora chegou-se a um impasse que não tem dado sinais de se resolver no espaço de poucos meses a um ano e meio. (O professor se referia à recusa do Partido Republicano em aceitar as propostas da administração Obama para contornar a crise atual).

O professor apontou dois cenários para os impactos dessa crise sobre a economia brasileira: o primeiro seria o de uma recessão prolongada na Europa, mas acompanhada de solução dos problemas, com efeito reduzido, porém provavelmente longo na nossa economia. Ele aposta na preservação do euro e num acordo político capaz de estabilizar as economias periféricas rapidamente, antes que as economias mais fortes possam ser atingidas.

O segundo cenário refletiria um choque de confiança, com impacto muito severo a curto prazo, via mercados de ativos financeiros, muito semelhante ao da crise do Lehman Brothers, com consequências imprevisíveis, em que todos sofrerão durante muito tempo, inclusive o Brasil, porque a Europa demorará muito tempo para se recuperar. Mas o Brasil, segundo sua análise, tem hoje um sistema financeiro menos suscetível a grandes variações de endividamento, devido à taxa de câmbio. Ele afirmou que a atual crise afetará o câmbio e provocará cortes de linha de crédito à exportação, mas esse impacto interno não será tão grande como o ocorrido em 2008.

Finalizando, ressaltou o professor que a salvação do euro, necessária para sustentá-lo e prevenir novas crises, dependerá da formação de uma verdadeira federação fiscal europeia.

1.17
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(03/10/11 – 46ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 2º Ciclo – 6º Painel

“Panorama Energético Internacional”

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional deu prosseguimento, no último dia 19 de setembro, ao 2º Ciclo de Audiências Públicas sobre os Rumos da Política Externa, enfocando o tema Economia e Finanças.

Este sexto e último painel do 2º Ciclo reuniu especialistas para analisar o **panorama energético internacional** e a audiência contou com os seguintes convidados: - **Dr. Maurício Tolmasquim** – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; - **Dr. Rex Nazaré Alves** – Diretor de Tecnologia da Faperj; Ex-Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN; Ex-Governador brasileiro na Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA; e Professor Emérito do Instituto Militar de Engenharia – IME; - **Dr. Eduardo Leão Sousa** – Diretor-Executivo da União da Indústria de Cana de Açúcar – UNICA.

O **Dr. Rex Nazaré Alves** iniciou sua exposição tratando do crescimento populacional, um importante fator de pressão energética. Observando a população global até o presente, destacou seu crescimento exponencial a partir do século XIX. Para o futuro, disse ele, a tendência é de crescimento ainda mais acelerado, especialmente no continente africano, que ultrapassará China e Índia até 2035, o que significa que o aumento populacional será concentrado na população de baixa renda.

Sobre o outro fator, o aumento do consumo per capita, ressaltou que a Índia, parte da América Latina e quase toda África ainda não ultrapassaram o patamar mais básico de consumo per capita - de 1,5 tonelada equivalente de petróleo - TEP. O consumo abaixo desse limite, explicou o convidado, está correlacionado a maiores níveis de mortalidade infantil e

de desnutrição. Assim, asseverou, há ainda uma enorme dívida social a ser solucionada.

Com relação às fontes energéticas primárias e para produção de eletricidade, o Dr. Rex Nazaré Alves mostrou que o suprimento energético global ainda é baseado fortemente em energias não renováveis, especialmente em carvão, gás natural e petróleo, combustíveis fósseis causadores do efeito estufa. As fontes renováveis, mesmo com o crescente aproveitamento das energias eólicas, geotérmicas, solares, de biomassa e do lixo, não ultrapassam 30% de participação na matriz mundial.

Ao analisar a matriz energética mundial frente à brasileira, o painellista mostrou que o Brasil possui grande vantagem comparativa, com 84% de seu consumo elétrico suprido por hidroeletricidade - limpa e renovável. Já o restante dos países, os dados apresentados mostram que mais de dois terços do consumo de eletricidade tem por fonte combustíveis fósseis.

O palestrante apontou que as projeções indicam que carvão e gás continuarão a dominar a matriz energética mundial até, pelo menos, 2035, principalmente o gás nos países desenvolvidos. Ao contrário do petróleo, cujo número de países produtores será reduzido significativamente dentro de 25 anos, as reservas de carvão mineral continuarão abundantes. Em razão disso, o Dr. Rex Nazaré Alves enfatizou a necessidade de desenvolvimento tecnológico para essa fonte.

Após mostrar as linhas de transporte globais de petróleo e gás natural e destacar a relevância delas, o convidado ressaltou que a importância do domínio do mar para proteção dessas rotas aumentará ainda mais nos próximos anos.

Em seguida, elencou os principais desafios de longo prazo para o setor energético: as mudanças climáticas, a garantia de suprimento energético, as incertezas econômicas atuais e a necessidade de implementação de tecnologias de baixo carbono.

Como pressupostos para lidar com esses desafios, enumerou as ações políticas de governo, o desenvolvimento tecnológico, a adequação dos preços energéticos, a mudança de comportamento dos usuários finais e a eliminação dos subsídios para os combustíveis fósseis.

Com relação ao desenvolvimento de novas tecnologias limpas, o Dr. Rex Nazaré Alves revelou ter como princípio o entendimento de que nenhuma fonte energética pode ser desperdiçada, motivo pelo qual disse ser firmemente favorável à condução de pesquisas em todos os campos.

Ao concluir, o expositor lembrou o caráter essencial que tem a energia para o bem-estar populacional e para o desenvolvimento econômico e social. Além disso, destacou que é um fator importante para a independên-

cia de um país, sendo essencial a busca por autonomia energética, e um elemento indutor de crises internacionais.

Ao apresentar o setor sucroenergético, o **Dr. Eduardo Leão Sousa**, o segundo palestrante, mostrou que se trata de um segmento com 432 plantas e 70.000 fornecedores, responsável por 1,28 milhões de postos de trabalho, com receita superior a 50 bilhões de reais. Em 2010, o setor trouxe à balança comercial brasileira um superávit de quase 14 bilhões de dólares, tornando-se a segunda principal fonte energética nacional. Desde 1975 até hoje, o aproveitamento dessa fonte energética resultou na redução de 600 milhões de toneladas de carbono – a utilização do álcool como fonte de combustão para os veículos.

O palestrante disse ainda que o segmento sucroenergético teve dois grandes momentos de expansão: o Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool) e a adoção da tecnologia “flex” de motores automotivos. Os motores bicompostíveis, inclusive, levaram o setor à taxa de crescimento de 10% ao ano desde o início da última década até 2008, quando a crise financeira global causou uma drástica redução desse ritmo.

A partir da crise, com a redução do crédito, o setor mudou o foco do investimento em novas unidades para a aquisição e fusão das usinas existentes. Com esse novo processo, houve a entrada de grandes grupos petrolíferos e multinacionais negociadoras de grãos. Segundo o convidado, essa reconfiguração resultou em grupos mais consolidados e mais aptos para iniciar um novo ciclo de investimentos.

O palestrante disse que o potencial de consumo de etanol deverá dobrar na próxima década, mas que é preciso enfrentar a perda de competitividade frente à gasolina. Para isso, disse que os produtores atualmente buscam, junto ao governo, um tratamento tributário mais justo ao etanol e, junto às montadoras, melhorar o consumo dos automóveis para o combustível.

Em seguida, o Dr. Eduardo Leão Sousa voltou-se às projeções globais para o etanol. Primeiro, citou os três grandes indutores do interesse internacional no combustível: a redução do efeito estufa, a segurança energética e a diversificação de renda para os produtores agrícolas. Destacou que muitos países já estudam tornar obrigatória a mistura de biocombustíveis na gasolina, tanto por motivos ambientais como para reduzir a dependência por petróleo importado. Mencionou, inclusive, as boas perspectivas brasileiras nos mercados americano e europeu para a próxima década.

O expositor advertiu, contudo, que, apesar do cenário externo favorável, há dois riscos a serem enfrentados. O primeiro, as barreiras tarifárias dos Estados Unidos e da União Européia. O segundo risco, a multiplicação significativa de iniciativas de certificação de sustentabilidade, que ameaça o exportador brasileiro com exigências muito variadas e de difícil satisfa-

ção. Em sua opinião, os indicadores devem ser equilibrados e adotar critérios convergentes. Além disso, a aferição deve também considerar a sustentabilidade econômica, a par das sustentabilidades ambientais e sociais.

Com relação ao mercado interno, o convidado recomendou: aprimorar o planejamento e a previsibilidade do mercado de combustíveis, permitindo antecipar problemas e aumentar a segurança do abastecimento doméstico; aumentar a eficiência dos motores bicompostíveis e do processo produtivo do etanol; revisar a estrutura tributária, inclusive com o uso da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre operações com combustíveis, a CIDE-Combustíveis, como instrumento regulatório para garantir a competitividade de combustíveis renováveis frente aos combustíveis fósseis e incentivar, por regulação, a expansão do uso da bioeletricidade.

Por fim, para o mercado externo, disse ser necessário eliminar barreiras tarifárias e não-tarifárias, que distorcem o comércio internacional; informar outros países sobre os benefícios do uso do etanol em relação às mudanças climáticas e aumentar as cooperações técnica, científica e econômica entre os países em desenvolvimento.

O **Dr. Mauricio Tolmasquim**, antes de passar ao tema da inserção do Brasil no cenário energético internacional, elencou dois eixos essenciais à compreensão da questão: a segurança energética e as mudanças climáticas.

Quanto ao primeiro eixo, disse que o país se encontra em uma situação bastante confortável. Tem dependência externa de energia inferior a 5%, é autossuficiente em petróleo e dispõe do etanol como combustível renovável de sucesso comprovado.

Sobre a produção de petróleo, lembrou o progresso nacional desde o primeiro choque do petróleo na década de 70, até a descoberta do pré-sal, que vai possibilitar ao Brasil quase triplicar a sua produção diária até 2020. Esse aumento de produção, aliado ao uso do etanol, permitirá ao país exportar mais de 3 milhões de barris de petróleo por dia. O palestrante lembrou que o Brasil ocupará posição estratégica bastante relevante no ocidente, já que, ao contrário da maioria dos outros exportadores, não apresenta complicações geopolíticas, é reconhecido como respeitador de contratos internacionais e tem um regime democrático estável.

Quanto às mudanças climáticas, apontou que, apesar de ser o terceiro maior emissor de gases causadores de efeito estufa, isso se deve mais ao desmatamento, sobretudo na região amazônica, do que à produção energética. Consideradas apenas as emissões do setor energético, sem contar o desmatamento, o Brasil ocupa a 17ª posição, com 15 vezes menos emissão do que o primeiro colocado, os Estados Unidos. Além disso, consideradas apenas as emissões do setor elétrico, ocupa a 49ª posição, emitindo 100 vezes menos do que os Estados Unidos e a China.

A matriz energética brasileira, portanto, dá ao país imensa vantagem estratégica no setor. Além disso, o palestrante salientou que é possível o país manter a matriz limpa, mesmo com crescimento. O Brasil, afirmou ele, possui o terceiro maior potencial hidroelétrico do mundo, mas deste só aproveita um terço. Um complicador, no entanto, é que 60% desse potencial está localizado no bioma amazônico. O convidado disse que ninguém discorda da importância fundamental desse bioma, e de que ele deve ser preservado.

No entanto, disse acreditar ser possível o desenvolvimento do potencial hidroelétrico da região sem que isso antagonize com a conservação ambiental. As hidroelétricas, segundo ele, podem até mesmo ser o vetor de desenvolvimento sustentável da região, preservando o ambiente e resgatando as populações locais de condições sociais inadequadas. Além disso, as usinas existentes e as previstas ocupariam menos do que 0,5% do bioma, e os projetos atuais e futuros são a fio d'água, que sacrifica potencial elétrico a troco de maior conservação ambiental.

O Dr. Maurício Tolmasquim disse, ainda, que o Brasil tem potencial eólico já determinado de 143 gigawatts, energia comparável a 10 vezes o que, hoje, gera Itaipu, por exemplo, com possibilidade de ser dobrado pelo uso de torres mais altas.

O palestrante enalteceu os últimos desdobramentos do setor, noticiando que, em recente leilão, o país alcançou a menor tarifa eólica do mundo, atraindo a atenção de vários países. O bom preço, em sua análise, deve-se à forte concorrência do sistema de leilões brasileiro. No último deles, mais de 400 parques eólicos participaram. Além disso, a expansão dessa fonte no Brasil tem atraído investimento de várias indústrias internacionais.

Por fim, o convidado disse acreditar que o Brasil tem grandes chances de virar uma grande potência energética e ambiental neste século. O Brasil, arrematou, pode vir a conjugar vantagens únicas no setor: tornar-se importante exportador de petróleo e, ao mesmo tempo, ter uma das matrizes energéticas mais renováveis e limpas do mundo.

1.18
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(06/10/11 – 47ª reunião)

**Abertura do 3º Ciclo das audiências públicas
com o Ministro da Defesa**

*Ao dar início ao 3º Ciclo da Agenda de debates sobre os Rumos da Política Externa Brasileira, desta feita com o tema **Defesa Nacional**, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional promoveu, na última quinta-feira, dia 29 de setembro, audiência pública com o Exmo. Sr. Embaixador **Celso Amorim**, Ministro de Estado da Defesa, para tratar do “**Orçamento de defesa e a modernização das Forças Armadas brasileiras**” e a “**Participação brasileira no Haiti**”.*

Sobre o orçamento e a modernização das Forças Armadas, o Ministro considerou que a defesa nacional será tão mais robusta quanto conte com o apoio do conjunto da sociedade – o que se reflete no apoio de seus representantes eleitos.

No passado, segundo ele, o Brasil se preocupava muito mais com seus vizinhos do que com a segurança internacional *lato sensu*. Hoje, essa realidade mudou inteiramente, já que o País se projeta cada vez mais no plano externo. Nas palavras do Ministro, “não temos qualquer temor em relação aos vizinhos – com os quais cooperamos fortemente. Não podemos conceber mais nossa defesa como o fizemos naquela época. Há necessidade de termos em conta que um país tão importante quanto o Brasil não pode ser visto por seus parceiros como um Estado indefeso, incapaz de garantir ele próprio a sua soberania. Para tanto, faz-se necessário construirmos capacidade dissuasória crível. Nosso País não pode delegar a defesa a terceiros”, disse o Ministro da Defesa.

E continuou tratando da Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Presidente Lula, em 2008. Disse o Ministro, que essa estratégia balizou

as grandes prioridades em termos de aquisição de armamento por parte das três forças em curto, médio e longo prazos.

O documento aponta os setores nuclear, espacial e cibernético como focos prioritários de investimento. Por isso, é necessário oferecer à indústria nacional condições mínimas de competitividade – o que será concretizado pela Presidente Dilma Rousseff, por meio do envio de medida provisória ao Congresso que institui a Lei de Produtos de Defesa.

De acordo com o Ministro Celso Amorim, a Estratégia Nacional de Defesa estabelece forte vínculo entre o desenvolvimento do País e o fortalecimento de sua defesa, do qual deriva a definição política de robustecer a indústria de material de emprego militar brasileira.

É muito reduzido o volume de recursos disponível para modernização das Forças Armadas, asseverou o Ministro, uma vez que o pagamento de salários, aposentadorias e pensões tem girado em torno de 75% do total do orçamento de defesa nos últimos 10 anos. A seu turno, o custeio vem se situando na casa dos 12%, o investimento em apenas 8% e os encargos com dívidas em 5% do total.

Colocando em perspectiva comparativa o orçamento de defesa brasileiro, constata-se que o volume total de recursos investidos é baixo como proporção do PIB - vem se mantendo em patamar médio de 1,5% desde a redemocratização. A média mundial é, de acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa sobre a Paz de Estocolmo (SIPRI), de 2,6%.

Considerando os países dos BRICS, temos uma média, excluindo o Brasil, de 2,65%; sendo que a Rússia investe 4,4%; a Índia 2,8%; a China 2,2%; e a África do Sul, que mais se assemelha com o nosso patamar de investimento, em 1,3. Isso sem levar em conta o fato de que o tamanho significativo do produto interno bruto da China e da Índia faz com que, em termos reais, os seus orçamentos sejam bastante maiores que o brasileiro. Em 2011, o orçamento das Forças Armadas Brasileiras alcançará cerca de 1,38% do PIB. Prevê-se uma ligeira melhora em 2012, ano em que o orçamento estará situado ao redor de 1,39% do PIB, dos quais R\$ 17,7 bilhões destinados a custeio, investimento e dívida. Ainda assim, ressaltou o Ministro, muito longe do ideal.

Segundo ele, com o investimento atual não somos capazes sequer de manter em condições aceitáveis os níveis de disponibilidade dos meios operativos que possuímos e de treinar adequadamente o nosso pessoal. Isso significa, em linguagem clara, que, com esse investimento, não temos condições de fazer com quem nossos aviões levantem voo, com que nossos navios possam navegar, com que nossos equipamentos terrestres possam trafegar. Isso é uma grave deficiência que precisamos superar rapidamente.

Isso aponta, continuou o Ministro, para a inadiável necessidade de formularmos um mecanismo diferenciado para o orçamento da defesa, de modo a garantir a continuidade do fluxo de recursos para os projetos prioritários, essenciais para o País. Sem isso, não seremos capazes de conferir sustentabilidade de longo prazo à indústria nacional de material de emprego militar – realidade evidenciada no passado pelos grandes atrasos registrados nos programas do submarino nuclear e do Veículo Lançador de Satélites.

O Ministro registrou, assim, sua expectativa de apoio do Congresso na recomposição dos valores solicitados pelo Ministério da Defesa para seus programas, quando da votação do orçamento de 2012. Disse ainda torcer para que as condições macroeconômicas permitam que não haja contingenciamentos no próximo ano.

A seguir o Sr. Ministro Celso Amorim destacou os principais projetos em andamento na sua Pasta, começando pela Marinha:

PROSUB (Programa de Submarinos) – Essencial para a construção dos submersíveis convencionais e nucleares que sejam capazes de negar o uso do mar a forças navais hostis, protegendo as riquezas que se encontram em nossas águas jurisdicionais e sobre a plataforma continental. O projeto está em pleno andamento.

Solicitação orçamentária em 2012: 2 bilhões e 855 milhões de reais .

Previsão na proposta do Orçamento 2012: 2 bilhões e 150 milhões de reais.

Se cortes se repetirem em anos subseqüentes, o projeto terá seus prazos postergados, o que não seria conveniente, particularmente no que se refere à construção do submarino nuclear.

PROGRAMA DE OBTENÇÃO DE MEIOS DE SUPERFÍCIE (PROSUPER) – Pretende dotar a Marinha de meios de superfície (5 fragatas de 6.000 toneladas, 5 navios-patrolha oceânicos de 1.800 toneladas e 1 navio de apoio logístico), de maneira a substituir os envelhecidos meios navais disponíveis hoje e aprimorar sua capacidade de combate e de vigilância das nossas águas jurisdicionais. Os navios de que dispomos hoje possuem entre 35 e 50 anos de fabricação. O projeto está estimado em torno de 7 bilhões de dólares, mas ainda não foi submetido formalmente ao Ministério da Defesa, o que deverá ser feito em outubro deste ano.

Solicitação orçamentária em 2012: R\$ 506 milhões.

Previsão na proposta do Orçamento de 2012: R\$ 65 milhões.

No que se refere ao Exército, entre os principais projetos, o Ministro Celso Amorim apresentou os seguintes:

AQUISIÇÃO DO BLINDADO GUARANI – Trata-se de projeto desenvolvido com a IVECO, cuja fábrica encontra-se em Minas Gerais (Sete La-

goas). Prevê-se a aquisição, em 20 anos, de 2.044 unidades desse blindado, que contará com elevado nível de nacionalização e cuja patente pertence ao Exército. Com o envolvimento de centenas de fornecedores locais, permitirá a geração de empregos, renda e tecnologia no Brasil. Há reais possibilidades de exportação desse blindado para países da América do Sul e da África.

Solicitado em 2012: R\$ 203 milhões.

Previsto na proposta de Orçamento de 2012: R\$ 190 milhões.

SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON) – É um complexo sistema de vigilância e monitoramento de fronteiras terrestres que abarcará desde o Amapá até o Rio Grande do Sul. Será crucial para aumentar a capacidade de gestão do Estado brasileiro sobre a faixa de fronteira – tanto em sua dimensão de defesa, como na de desenvolvimento. O SISFRON tem implicações diretas sobre nossa capacidade de repressão a ilícitos transnacionais. Previsto para ser implementado em 10 anos a um custo estimado de R\$ 9 bilhões. Comporá, juntamente com o SISDABRA (Sistema de Defesa Aero-Espacial Brasileiro) e o SISGAAZ (Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul) – ainda em fase de concepção –, o grande sistema de monitoramento do território brasileiro.

Solicitado em 2012: 1 bilhão e 736 milhões de reais.

Previsto na proposta de Orçamento 2012: R\$ 105 milhões.

CENTRO DE DEFESA CIBERNÉTICA (CDC) – Em fase inicial de implantação, o CDC constitui iniciativa extremamente importante para a estruturação de uma rede nacional de proteção cibernética – transversal às Forças Armadas e capacitada a proteger outras redes de interesse do Governo.

Solicitado em 2012: R\$ 110 milhões.

Previsto na proposta do Orçamento 2012: R\$ 90 milhões.

PROJETO ASTROS 2.020 – Visa a equipar o Exército com um sistema de mísseis e foguetes de longo alcance (até 300 km) de alta performance. Servirá como potente instrumento de dissuasão e poderá ser empregado na defesa da plataforma continental brasileira. O sistema será projetado e desenvolvido pela AVIBRÁS. Criará 6.600 empregos diretos, gerará retorno importante em impostos (estimado em R\$ 360 milhões) e envolverá mais de 80 empresas fornecedoras e 10 centros de pesquisa nacionais.

Solicitado em 2012: R\$ 209 milhões

O valor solicitado será atendido da seguinte forma:

R\$ 45 milhões por meio de crédito suplementar aberto em 2011; e

R\$ 164 milhões por meio de crédito especial a ser aberto em 2011, para ser aplicado em 2012.

Dentre os programas da Aeronáutica, o Ministro destacou os seguintes:

MODERNIZAÇÃO DOS P-3BR – Execução de serviços de revitalização e modernização de 9 aviões de Patrulha Marítima P-3 Orion, da FAB, de um total de 12 adquiridos no ano de 2.000 do acervo da Marinha dos Estados Unidos. Os aviões serão dotados de sistemas atualizados. Os serviços estão sendo executados pela empresa espanhola EADS CASA, com transferência de tecnologia.

Solicitado em 2012: R\$ 309 milhões

Previsto na proposta de Orçamento 2012: R\$ 228 milhões.

PROJETO HXBR - Projeto pioneiro de aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral das Forças Armadas. O projeto é marcado pela transversalidade, pois permitirá o reequipamento das aviações das três Forças e capacitará a Indústria Aeronáutica Brasileira para o desenvolvimento e produção de aeronaves de asas rotativas. Prevê-se a aquisição de 50 helicópteros EC 725, conhecido na FAB como H-36, além de simuladores de vôo, suporte logístico e transferência de tecnologia em diversas áreas ligadas à produção e manutenção de helicópteros.

Solicitado em 2012: 1 bilhão e 121 milhões de reais.

Previsto na proposta do Orçamento 2012: R\$ 900 milhões.

PROJETO FX-2

Iniciado em 1995 e retomado em 2007, o Comando da Aeronáutica decidiu pela aquisição de uma plataforma de múltiplo emprego que, em longo prazo, será a espinha dorsal da aviação de caça brasileira. Operacionalmente, o Projeto F-X2 visa a substituir os Mirage F-2000, F-5M e A-1M, com finais de vida útil previstos, respectivamente, para 2013, 2021 e 2023. Em termos estratégicos, essa aeronave representará a possibilidade de o Brasil entrar como parceiro em um programa de alta tecnologia, com resultados duradouros para a Indústria de Defesa Nacional e com a possibilidade de se produzir futuramente no país uma aeronave de caça de 5ª geração. Atualmente, a decisão sobre o Projeto F-X2 aguarda a existência de condições macroeconômicas mais favoráveis. Imagina-se que isso possa acontecer em 2012. Note-se que a vida útil dos Mirage-2000 que mobilizam o 1º Grupo de Defesa Aérea sediado em Anápolis – responsável pela defesa de Brasília – termina em dezembro de 2013.

PROJETO KC-390 - O objetivo do projeto KC-X é o desenvolvimento e a aquisição de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em vôo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves C/KC-130 da FAB. Em 2009, o Comando da Aeronáutica assinou contrato com a Embraer para o desenvolvimento e fornecimento de protótipos da aeronave, denominada KC-390. O vôo do primeiro protótipo está previsto para 2014 e a conclusão do desenvolvimento da aeronave para 2016.

Além da aquisição de 28 aeronaves para a FAB e de mais cerca de 40 para os parceiros internacionais do projeto (Argentina, Chile, Colômbia, Portugal e República Tcheca), projeta-se um mercado endereçável mundial de 700 aeronaves (77 países), sendo a fatia de mercado para as futuras vendas do KC-390 de pelo menos 250 aeronaves.

O Ministro salientou que atrasos no cronograma do KC-390 podem implicar perdas significativas para a Embraer, em função da entrada em operação de outros concorrentes nesse nicho de mercado.

Solicitado em 2012: 1 bilhão e 370 milhões de reais.

Previsto na proposta do Orçamento 2012: R\$ 544 milhões.

PROJETO VLS - OVLS-1 é o primeiro veículo lançador de satélites desenvolvido no Brasil. O objetivo do projeto é desenvolver e qualificar um Veículo Lançador de Satélites capaz de inserir um satélite de 125 kg em órbita circular equatorial, a uma altitude mínima de 200 km, com inclinação de 25 graus. O projeto possibilitará a capacitação do país em alta tecnologia, autonomia em lançamento de satélites, sinergia com foguetes de sondagem e permitirá a consolidação de tecnologia indispensável à satelitização de engenhos espaciais. O orçamento atual do programa espacial brasileiro é da ordem de R\$150 milhões ao ano. A Agência Espacial Brasileira, informou o Ministro, calcula que o orçamento anual adequado para dar seguimento acelerado ao programa deveria girar em torno de R\$ 800 milhões a R\$1 bilhão.

O Ministro da Defesa citou, ainda, como relevantes, os seguintes Projetos, para os quais não há previsão de recursos na proposta orçamentária de 2012:

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA AMAZÔNIA AZUL (SISGAAZ) – Sistema de comando, controle e monitoramento de importância capital para a vigilância do nosso litoral, tanto em sua vertente de defesa, quanto de salvaguarda da vida humana no mar e de prevenção de ilícitos em nossa costa. Será integrado ao SISFRON (Exército) e ao SISDABRA (Aeronáutica) conferindo ao Ministério da Defesa capacidade de monitorar em tempo real as fronteiras marítimas, terrestres e o espaço aéreo brasileiros. Ainda em fase de desenvolvimento de arquitetura, demandará investimento da ordem de R\$ 800 milhões.

AQUISIÇÃO DE MEIOS DE ARTILHARIA ANTIAÉREA – Projeto ainda em discussão no âmbito do Ministério da Defesa. É de extrema importância face ao grave sucateamento dos meios antiaéreos existentes no Brasil. A artilharia antiaérea constitui elemento imprescindível para a defesa de instalações sensíveis, como centros de decisão política, infraestruturas críticas (Itaipu, usinas nucleares de Angra dos Reis, linhas de transmissão,

portos etc.) e instalações sensíveis (bases aéreas, navais – incluindo a futura base de submarinos nucleares – quartelamentos, entre outros).

Com relação à MINUSTAH, a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti, o Ministro Celso Amorim anunciou que as tropas brasileiras deverão reduzir gradativamente o seu contingente no Haiti. “Não podemos ficar lá para sempre, mas também não podemos sair de forma irresponsável”, observou. Na avaliação do Ministro, a realização da segunda eleição presidencial no país sem qualquer conflito é uma prova de que os haitianos podem começar a controlar o próprio país. “Será bom para eles”, afirmou.

O Brasil comanda as tropas de paz da ONU no Haiti desde 2006 ao lado de outros países. Atualmente, mais de 2.200 soldados brasileiros encontram-se naquele país. Até o início de 2012, a ONU espera retirar 1.600 soldados, sendo apenas 250 brasileiros. “Proporcionalmente, a retirada dos nossos soldados será mais lenta que a dos demais países que fazem parte da força de paz”, revelou o ministro. O terremoto ocorrido no ano passado no Haiti gerou atraso na retirada das tropas do país, que ainda tem cerca de 600 mil pessoas desabrigadas, do total de um milhão que perderam suas casas durante a tragédia. A tropa brasileira tem ajudado não apenas na segurança, mas na reconstrução do país.

O Ministro aproveitou, ainda, a oportunidade para agradecer a rápida atuação do Congresso Nacional na aprovação de autorização para o envio de navio da Marinha do Brasil que irá servir de Capitânea da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL – Força Interina das Nações Unidas no Líbano – em que, reforçando o crescimento do prestígio do Brasil, pela primeira vez a embarcação de comando e o comandante de uma força integrada por países do 1º mundo são brasileiros.

Concluindo, disse o Ministro que a melhoria do padrão orçamentário do Ministério da Defesa é uma necessidade premente, por se tratar de fator chave para a implantação dos projetos contemplados na Estratégia Nacional de Defesa. Tendo em conta a relação entre defesa e desenvolvimento nacional, ressaltada pela eleição do setor como uma das áreas prioritárias da nova política industrial do Governo, ficam claros os benefícios sociais gerados pelo investimento em defesa.

A isso agrega-se o papel de destaque que o Brasil ocupa no plano internacional, o que não permite que continuemos a ter Forças Armadas precariamente equipadas para o cumprimento de suas tarefas constitucionais.

1.19
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(06/10/11 – 47ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 3º Ciclo – 1º Painel

“O papel das Forças Armadas – Missão constitucional e atividades operacionais; Função social: serviço militar obrigatório ou voluntário”

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu continuidade, no último dia 3, ao 3º ciclo de audiências públicas sobre os “Rumos da Política Externa”, com enfoque na Defesa Nacional. Para este segundo painel sobre o tema, foram convidados especialistas para debater “O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS: MISSÃO CONSTITUCIONAL E ATIVIDADES OPERACIONAIS; FUNÇÃO SOCIAL: SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO OU VOLUNTÁRIO”.

A audiência contou com os seguintes convidados:

GENERAL LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil;

DR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES, Consultor do Senado Federal;

DR. JOÃO QUARTIM DE MORAES, Professor Titular da UNICAMP

O General Rocha Paiva iniciou sua apresentação com uma frase do Chanceler Barão do Rio Branco, para quem *“não se pode ser pacífico sem ser forte”*. Ao recordar que as Forças Armadas, segundo a Constituição, destinam-se *“à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais [...] e da lei e da ordem”*, o General afirmou que *“as Forças Armadas do Brasil estão preparadas para a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, mas estão em situação de indigência militar para a defesa da Pátria”*.

Além do previsto na Constituição, ressaltou o General que a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas estão definidos por leis complementares, como as que tratam de sua **atuação** no desenvolvimento

nacional; na defesa civil; contra delitos transnacionais na faixa de fronteira (especificamente caracterizada como atividade de segurança pública); e de sua participação em missões de paz e humanitárias, em apoio à política exterior, entre outras atividades.

Quanto ao decreto que dispõe sobre a Política de Defesa Nacional, o General Rocha Paiva destacou a orientação estratégica de valorização da ação diplomática, como instrumento primeiro da solução de conflitos, e da capacidade militar apta a gerar efeito dissuasório, tendo enfatizado a clara relação existente entre diplomacia e defesa. Em sua opinião, *“política exterior é diplomacia e defesa”*.

De acordo com a estratégia nacional de defesa, compete aos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores promover a manutenção da estabilidade regional, mediante a cooperação nas áreas de fronteira. O documento também estabelece que “os Ministérios da Defesa, das Relações Exteriores e as Forças Armadas contribuirão para fortalecer, expandir e consolidar a integração regional”.

Ao comentar observação manifestada em palestra por estrategista indiano, segundo a qual “a diplomacia brasileira tem maior envergadura e é muito mais arrojada do que podem apoiar as Forças Armadas brasileiras”, o General Rocha Paiva afirmou que *“a liderança militar foi alijada do núcleo decisório do Estado”*.

Ao discorrer sobre o atual jogo global de poder, em que potências disputam espaço com o objetivo de assegurar recursos em qualquer parte do mundo, projetando seu poder econômico, político e militar, o General afirmou que a nova fronteira de disputa dos conflitos internacionais é a África e a América do Sul. O General citou projeção segundo a qual as áreas de fricção já estão a caminho dessa nova fronteira, aproximando-se do nosso entorno estratégico, que é a costa ocidental africana, o Atlântico Sul e a América do Sul, disputando posições com o Brasil naqueles países que nós pretendíamos fossem nossos aliados incondicionais.

Ele questionou se o Mercosul e a Unasul terão o sucesso imaginado pelo Brasil - o de um fórum unido em torno da liderança brasileira, para que ele possa se projetar internacionalmente com segurança no seu entorno estratégico. Aventou a hipótese de que nossos vizinhos podem aliar-se a rivais mais poderosos, com muito mais a oferecer, no campo militar, do que a cooperação brasileira na área do ensino militar. e como ficaria nossa liberdade de ação em conflitos extra regionais se tivermos problemas na região. Para termos liberdade de ação, só há uma opção: o Brasil tem que ser uma potência militar.

Mencionou os possíveis rivais do Brasil, que cobiçam nossos recursos e têm poder para explorar nossas vulnerabilidades, uma vez que o Brasil não tem poder de dissuasão militar pra lhes fazer face. Podem fazer alian-

ças, semelhante à ocorrida com a China, no século 19 e usar organismos internacionais para nos pressionar, não só no campo militar. São ameaças potenciais a Rússia, Europa, Japão, China, Índia e América do Norte.

Entre os interesses brasileiros a defender, citou as áreas geoestratégicas da Amazônia, lembrando que dela depende a integração da América do Sul e sobre a qual necessitamos ter soberania plena; o Atlântico Sul, área de projeção rica em petróleo e gás; os minerais estratégicos, os aquíferos e a biodiversidade em todo o território nacional. E entre as áreas que necessitam de mais atenção no campo militar, o General destacou Roraima, a Foz do Amazonas, o Nordeste e a defesa da infraestrutura nas áreas das bacias petrolíferas do litoral centro-sul.

Avaliando possíveis ameaças aos interesses brasileiros, afirmou o General que “*nem a longo prazo o Brasil terá poder militar para dissuadir uma superpotência, isolado ou coligado*”, para reiterar que, atualmente, “*as Forças Armadas não têm condições de cumprir com sua missão de defesa da Pátria*”. Essas ameaças podem, na sua opinião, ser reduzidas se o Brasil - uma das 5 maiores potências econômicas do mundo dentro de pouco tempo - num prazo de 20 a 30 anos, tiver um Exército com 12 brigadas prontas para expulsar, antecipar e revidar, além de 5 forças de emprego local nas áreas mais ameaçadas, a nossa força terrestre seria uma das cinco maiores do mundo. Juntando-se a isso um poder aéreo e naval num nível aproximado ao da França e Grã-Bretanha, teremos um excelente poder de dissuasão.

Concluindo, manifestou-se a favor do serviço militar obrigatório, alegando que, apesar de o alistamento ser universal, o universo recrutado é limitado, pois o Exército alista 1,7 milhão, dos quais apenas 50 a 60 mil incorporam. Além disso, acredita que o Exército brasileiro é um espaço de integração das classes, e uma escola de civismo, valores e patriotismo. *Sem o serviço militar obrigatório, há o risco de as Forças Armadas se transformarem numa classe fechada, pouco representativa, um grupo de interesses com tendência ao mercenarismo* – concluiu.

Por sua vez, o Dr. JOÃO QUARTIM DE MORAES destacou a importância da conexão entre política externa e defesa nacional, temas que, na sua opinião, não podem ser discutidos separadamente, sob pena de enfraquecer o debate. Ele referiu-se à globalização como palavra-chave de nossa época que excluiu a “quase plena” liberalização da circulação de capitais, bens e trocas. O fato é que, segundo ele, não se confirmou a esperança suscitada, como se imaginava na década de 90, após a derrocada da União Soviética, de caminharmos na direção de um só planeta. Após quase meio século de bipolaridade, a esperança era a de que caminhávamos para um mundo sem fronteiras, sem guerras, em que a eficiência econômica seria o padrão do mundo.

Ocorre que a Otan, após dissolvido o Pacto de Varsóvia, não só permaneceu como ampliou e mostrou uma agressividade que até então não tinha mostrado, comprovando que sua prudência anterior era fruto da existência do Pacto de Varsóvia. Há uma sequência quase ininterrupta de agressões abertas, assumidas. Poucos previram possível, como exemplificou com o caso da ex-Iugoslávia, a dissolução de um país. O especialista diz-se preocupado com o que considera “*uma empresa de recolonização planetária pela coligação da Otan*”.

Na sua opinião, seria uma ingenuidade imaginar que as riquezas do Brasil não suscitem cobiça. Quanto às chamadas novas ameaças, afirmou o Professor Quartim de Moraes que não deixa de preocupar o fato de, em nome da proteção de etnias indígenas, possam as potências, “capazes de todos os extremos de hipocrisias, como o bombardeio humanitário”, criar um Estado independente em nome de uma etnia. Isso porque, ressaltou, o último argumento é a força. Essas preocupações não devem ser exageradas, mas nos levam à questão sobre “*que tipo de forças armadas precisamos para podermos nos afirmar, num país que tem uma política externa independente*”?

Para ele, os últimos 20 anos de agressões mostraram um domínio completo do ar, por isso, na sua opinião, sem uma defesa aérea séria e credível não estaremos livres de uma chantagem ou ameaça de uma potência que cobice nossas riquezas. Na sua análise, é preciso, de fato, desenvolver a nossa capacidade de defesa militar de maneira a desencorajar expectativas de apoderar-se daquilo que nós temos. Ou então renunciemos à política externa independente e a essa projeção da importância econômica do Brasil na cena internacional. Ele vê com preocupação a inserção de critérios como direitos humanos como justificção da política externa. Concluindo, alegou que nossa política externa tem de responder aos interesses de nosso desenvolvimento econômico e daqueles que compartilham da vontade de criar uma nova geografia econômica do planeta. Temos que mostrar aos que cobiçam nossas riquezas, a nos respeitar.

Por fim, o Dr. JOANISVAL GONÇALVES lamentou que, no Brasil, não se discute a importância da defesa nacional. Há um desinteresse em se discutir o tema, por uma dificuldade em se distinguir entre defesa e segurança. Não se percebe em nossa sociedade, a seu ver, as ameaças ao país. Há ausência de cultura de planejamento, de segurança e de inteligência no Brasil.

O Brasil tem dificuldades, na sua opinião, em planejar grandes eventos. Citou o especialista a Conferência Rio +20, que reunirá cerca de 150 Chefes de Estado no Brasil, no próximo ano; em 2013, a Copa das Confederações; a visita do Papa Bento XVI, na Conferência da Juventude; em 2014, a Copa do Mundo, que trará milhares de pessoas ao país, assim como a

Olimpíadas em 2016 e os Jogos Para-Olímpicos. Receberemos delegações que são alvo de terrorismo.

Após um relato histórico das Forças Armadas no Brasil, que atuaram como um “poder moderador”, citou o Professor intervenções militares na área política e a volta aos quartéis. Hoje, ressaltou, as Forças Armadas, de maneira muito efetiva, atuam dentro do Estado democrático, sob o controle civil, cumprindo com sua missão constitucional. Sua missão constitucional reza que elas são instituições nacionais permanentes. E as Forças Armadas, destacou, não têm a segurança nacional como competência, sua missão é completamente distinta da atuação policial e elas não estão preparadas para combater a criminalidade. Concluiu o Professor pela necessidade de se investir no setor de inteligência e em reformas na legislação penal, processual e de execução penal no Brasil.

1.20
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(24/10/11 – 51ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 3º Ciclo – 2º Painel

“Estratégia Nacional de Defesa – Reaparelhamento das Forças Armadas; Indústria Bélica: aquisição de armas e transferência de tecnologia”

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu sequência, no último dia 17, ao 3º ciclo de audiências públicas sobre os “Rumos da Política Externa”, com enfoque na Defesa Nacional. Nesse segundo painel da série, o tema foi “ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA – REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS E INDÚSTRIA BÉLICA: AQUISIÇÃO DE ARMAS E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA”.

Para debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas: GENERAL ADERICO MATTIOLI, Diretor do Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa; SR. CLÁUDIO MOREIRA, Consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (ABIMDE); PROFESSOR GUNTHER RUDZIT, Coordenador do Curso de Relações Internacionais da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP); e, PROFESSOR DARC ANTONIO DA LUZ COSTA, Presidente da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (FEDERASUR) e ex-Vice-Presidente do BNDES.

O General Mattioli considera um “marco histórico” a implantação da Estratégia Nacional de Defesa e a consequente criação da Secretaria de Produtos de Defesa, o órgão responsável pelo planejamento da política de compras de produtos de defesa. A Estratégia, ressaltou, estabeleceu um planejamento centralizado para a política de compras, por intermédio da Secretaria, e uma operacionalização descentralizada, a cargo das três Forças. Afirmou o palestrante que a diretriz de garantir, nas decisões de compra, a primazia e

o desenvolvimento das capacidades tecnológicas nacionais em produtos de defesa tem sido seguida “a ferro e fogo” pela Secretaria.

Afirmou o general que a defesa está passando por uma mudança conceitual, da era industrial para a era do conhecimento. Estaríamos pecando – disse ele - se perseguíssemos apenas a modernização de nossos produtos e isso não é o que queremos, mas sim uma transformação, chegar rápido à era do conhecimento, ganhar novas capacidades, e é nisso que as três Forças estão se esforçando, com planejamento sob o guarda-chuva do Ministério da Defesa.

O General destacou as demandas que se apresentam às três Forças – a Amazônia Verde, a Amazônia Amarela, das infraestruturas do sul ao nordeste e a Amazônia Azul, do litoral e da bacia petrolífera.

Quanto às nossas fronteiras, o General afirmou que, atualmente, “não as vemos como riscos, mas como fatores de integração e cooperação. Quando colocarmos estes planos em ação, pretendemos fazer uma interface com as forças dos países vizinhos, por meio de programas intercambiáveis, para que nossos irmãos possam se valer dos benefícios desses programas para fazer face aos crimes de fronteira”. Destacou, ainda, o interesse do país na Unasul, ressaltando que as fronteiras são fator de oportunidade e integração.

Os produtos de defesa, comentou o General, têm alto valor agregado. Ainda que não se destinem à exportação, sua fabricação, no Brasil, evitaria as importações. Afirmou que a base industrial de defesa é uma alternativa real e imediata para ajudar o país a alterar o quadro de exportador de commodities e importador de média e alta tecnologia. A base industrial de defesa pode, na sua opinião, contribuir muito para o desenvolvimento nacional.

Concluindo, lembrou a intenção de se regulamentar a Comissão Mista da Indústria de Defesa (no Ministério da Defesa e nas Forças Armadas), com interlocução e o apoio do Fórum da Indústria de Defesa, formado por federações das indústrias, associações e empresas e os órgãos governamentais que formam o Comitê Técnico da Indústria de Defesa. Defesa, segundo afirmou, “não é assunto militar, mas da sociedade como um todo, e envolve todos os ministérios”.

O Professor GUNTHER RUDZI iniciou sua exposição com a definição de Antônio Houaiss para Segurança Nacional, que é a “garantia das instituições permanentes, destinada a assegurar a integridade e a soberania do Estado e a garantia das demais instituições civis do país, em respeito às leis e à ordem interna. Na sua opinião, esse conceito é fundamental porque, no Brasil, confunde-se o significado de segurança e o de defesa. Ele atribui a origem dessa “confusão” à Constituição de 1988, que retirou o capítulo Segurança Nacional para introduzir, em substituição, o de Defesa Nacional

- o que, no seu entender, é compreensível, em virtude do ocorrido durante os governos militares.

Segurança, como explicou o professor, é o TODO de um país, que pode ser ameaçado ou ter vulnerabilidades diversas, capazes de levar a uma ameaça, como um “apagão” - o que caracteriza uma ameaça à segurança nacional, embora o uso dessa expressão ainda seja evitado no país. A política de segurança nacional de um governo, segundo ele, tem que deixar claro quais são seus objetivos e as ameaças e vulnerabilidades que percebe, tanto interna quanto externamente. A falta de energia é um problema de política energética e não pressupõe a utilização do Ministério da Defesa para corrigi-lo, assim como uma eventual falta de alimentos é uma questão de política agrícola e a especulação contra o real, ocorrida em 1998-99, foi um problema de política econômica, para cuja solução não se acionou o Ministério da Defesa.

Esse conjunto, prosseguiu o especialista, é a política de segurança nacional do governo, que define o escopo de atuação setorial, incluindo-se a política de defesa nacional, que deve ser o instrumento militar de um governo.

Recordou o professor que, apesar de o Brasil, teoricamente, ter “eliminado” a referida expressão, ainda encontra-se em vigor a Lei de Segurança Nacional, de dezembro de 1983, tipificando os crimes e caracterizando uma confusão de conceituação. Ao comentar o Plano de Defesa Nacional, segundo o qual “defesa nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”, o professor afirmou que nessa visão, defesa vai além do setor militar, trazendo um problema de conceituação, uma versão da lógica de Carl von Clausewitz, segundo a qual “a guerra é a continuação da política por outros meios”. Colocar o país a serviço da defesa significa que estamos empregando todos os setores da sociedade a serviço da defesa, ou seja, do ministério militar - o que caracteriza uma volta à prática adotada pela Alemanha antes da I Guerra Mundial, quando o país girava em torno da guerra.

Segundo o Professor, essa visão, trazida pelos militares que estagiaram na Alemanha naquela época, ainda perdura no Brasil e o Plano Nacional de Defesa traz uma confusão, ao colocar a estratégia nacional de defesa inseparável da estratégia nacional do desenvolvimento. Na realidade, ele enfatizou que um apoia o outro, pois sem a base industrial, o Brasil não consegue assegurar a sua defesa, mas a segurança vai muito além da defesa.

A Estratégia, ao incluir problemas propriamente militares, segundo o especialista, parte do pressuposto de que defesa vai além da área militar. Portanto, a Estratégia de Defesa Nacional teria por objetivo organizar toda

a sociedade brasileira. Para além disso, ele mencionou as complicações do ponto de vista militar, como o de estabelecer um efetivo C3I para as Forças Armadas (comando, controle, comunicação e informação), construindo essa estrutura militar moderna de forma integrada, com apenas um satélite, como prevê a Estratégia. Para ele, seria necessário que o Estado-Maior Conjunto tivesse a capacidade – que hoje não tem, dentro da estrutura do Ministério da Defesa – de fazer um projeto de Força único, caso contrário, as três Forças continuarão a fazer seu planejamento separadamente.

Quanto ao estímulo à integração da América do Sul, fomentando a cooperação militar, o Professor também vê três questões a serem resolvidas se quisermos aprofundar este processo: a integração das indústrias, quando há cadeias produtivas com lógicas tecnológicas distintas; a integração com conceitos de negócios sustentados por mecanismos econômicos diferentes; e a integração num cenário em que cada Estado tem projetos de Forças com requisitos distintos.

Recordou o Professor que a Estratégia de Defesa identifica, na sua implementação, “bloqueios tecnológicos impostos por países desenvolvidos, retardando os projetos estratégicos de concepção brasileira”, para afirmar que “ninguém investe bilhões para repassar tecnologia e criar concorrência”. Ele enfatizou que nem os Estados Unidos, com orçamento de 711 bilhões de dólares, desenvolvem toda a tecnologia utilizada por suas Forças Armadas, optando pela integração de cadeias produtivas com lógicas tecnológicas semelhantes; conceitos de negócios sustentados por mecanismos econômicos semelhantes e tecnologias que atendem projetos de força e requisitos de aprestamento muito próximos. Isso é conseguido junto a empresas de países aliados, que operam conjuntamente.

Acrescentou o especialista que, para a transferência de tecnologia, é necessário ter capacidade para absorvê-la, área em que a educação é fundamental para todos os setores. Como exemplo, mencionou o caso da empresa *Foxcom*, que deverá produzir *tablets* no Brasil mas está com dificuldade em encontrar parceiros, por não haver aqui engenheiros o suficiente para o desenvolvimento do produto, indagando como não seria para a indústria de defesa. A aquisição e a venda de equipamentos de defesa não são, a seu ver, uma transação normal ou o mesmo que importar um carro – o equipamento militar tem profundas implicações políticas e diplomáticas, enquanto que os Estados – tanto vendedores quanto compradores – ficam vinculados durante o tempo de vida útil do material, ou cerca de 25 anos, no mínimo, no caso de um caça. Daí a necessidade de se levar em consideração as implicações diplomáticas, uma vez que o país ficará ligado a outro durante todo esse período – concluiu o Professor Rudzit.

Por sua vez, o Dr. CLÁUDIO MOREIRA informou que a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança – ABIMDE, foi

criada em 1985, tendo incorporado a área de segurança, em 2006, e a de segurança pública, mais tarde. A entidade hoje tem quase 150 empresas associadas, responsáveis por 25 mil empregos diretos e 100 mil indiretos, representando 2,7 bilhões de dólares em vendas. São empresas de alta especialização tecnológica, das quais 35 exportam – 20 delas, regularmente, somando exportações no valor de 1 bilhão de dólares.

A Associação abriga empresas que produzem desde aviões, submarinos, carros de combate, armas e radares até capacetes e coturnos. Entre as características da indústria de defesa, o consultor ressaltou a necessidade de capital, daí a importância do apoio do Estado, e o foco de atuação, que tem de ser dirigido ao mercado governamental, ao civil e à exportação. A base industrial de defesa é o conjunto das empresas, instituições civis e militares do país, que participam das etapas de pesquisa, projetos, desenvolvimento e manutenção de produtos de defesa, com o concurso de universidades, institutos militares de ensino, centros de pesquisa e desenvolvimento, empresas de infraestrutura e indústrias de base e empresas de defesa, incluindo indústrias e serviços.

O consultor descreveu o ambiente estratégico sul-americano como uma área que goza de certa condição de harmonia, apesar de registrar desavenças episódicas, mas onde existe um esforço de cooperação. A região engloba 12 países com raízes históricas comuns, baixa densidade demográfica, solução pacífica das disputas, bolsões de insegurança urbana, assimetrias regionais e sociais, abundância de recursos naturais, alto potencial agroindustrial e distantes dos centros de poder. No cenário internacional, ele descreveu a nossa perspectiva de defesa no mundo, classificando a América do Norte e Europa como regiões dinâmicas, a América do Sul como complexa e a África do Leste, Oriente Médio e Ásia como incertas.

A Associação destaca a importância da relação entre a estratégia nacional de defesa e a do desenvolvimento, que busca a autonomia, embora não absoluta. E mencionou a assinatura da Medida Provisória 544, no último mês de setembro, que estabelece normas especiais para as compras, contratação e desenvolvimento de produtos de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa, criando a figura do produto estratégico de defesa, o conceito de Empresa Estratégica de Defesa e um regime tributário especial de incentivos às empresas classificadas como tal.

O último debatedor foi o PROFESSOR DARC ANTONIO DA LUZ COSTA, que ressaltou a diferença entre segurança – um estado – e defesa, que é um ato. Daí seu entendimento de que as questões relativas à segurança devem sempre preceder ao estabelecimento de uma política de defesa. A ordem deve ser segurança e defesa e não, defesa e segurança. Em primeiro lugar, entende o Professor que é preciso estabelecer as bases sobre as quais

se possa assentar a segurança de uma Nação e a de seus cidadãos e depois pensar em como se defender, caso essas bases sejam ameaçadas de rompimento.

Desse modo – prosseguiu – devemos entender que a preocupação no trato do tema não pode ser exclusivamente militar, mas que se devem contemplar também digressões no campo político, econômico, técnico-científico, cultural, psicológico e social. Uma concepção de segurança para o Brasil, obrigatoriamente, deve fazer parte de um projeto para a sua inserção no mundo, e este, por sua vez, uma componente relevante de um projeto nacional. Antes de tudo, este conjunto está intrinsecamente inserido nas questões de natureza estratégica e não são, portanto, temas capazes de ter uma apresentação livre de metodologia. A metodologia clássica para a solução dessas questões, acrescentou o Professor, é a de submetê-la ao triângulo indissociável, que une a política, a estratégia e o poder.

Lembrou o Professor, que vivemos num mundo em transição e que é preciso entender que estamos, todos nós, alterando a ordem vigente. Como exemplo, afirmou que o Brasil está se transformando num país rico, mesmo que as pessoas ainda não tenham consciência disso, e que riqueza e poder andam juntos. Para ele, é importante entender que uma concepção de segurança do Brasil tem que observar essa questão do triângulo indissolúvel: a política deve responder o que devemos fazer; a estratégia responde como fazer; e o poder responde, de que meios dispomos para fazer.

Sobre o tema da defesa, avaliou o professor que, diferentemente do que se tenta propalar, alta tecnologia de armamentos só traz vitória em situações muito especiais, como a da Guerra do Golfo. Mesmo assim, tem os seus limites, como se constata no Iraque e no Afeganistão de hoje, afirmou. Armas de alta tecnologia não transferem muita ajuda em áreas como o Vietnã ou a Somália, onde a diplomacia resultante de uma liderança, na sua opinião, teria sido algo muito mais efetivo. Ao olharmos a história – prosseguiu o professor – pode-se afirmar que o armamento sempre foi menos decisivo na guerra que o moral das tropas. Isso sempre será verdade, porque – nas suas palavras – o moral das tropas está cada vez mais associado à opinião pública. E a conquista desse espaço – lembrou – se faz pela permanente identificação do interesse público com o interesse nacional, algo que exige uma postura ativa por parte do beligerante.

Para o Professor, em clima de guerra, é o interesse nacional que estabelece o interesse público, e não o contrário. Em segundo lugar, ele entende que, ao longo da história; o desenvolvimento da tecnologia de armamentos vinha sendo vagaroso, mas hoje, novas famílias de armamentos aparecem a cada década. Entretanto, [os países] retardatários chegam aos mesmos resultados, gastando mil vezes menos – afirmou.

De acordo com sua análise, hoje, as Forças Armadas podem ser de duas naturezas: aquelas intensivas em pessoal, mais adequadas aos países pobres; e aquelas intensivas em material, caras e mais adequadas aos países ricos. Assim como as forças armadas de índole ofensiva costumam bem mais caro que as de índole defensiva.

Concluindo, afirmou o Professor que os gastos com defesa devem estar diretamente relacionados com o valor das riquezas a serem preservadas, e que o Brasil figura, hoje, como detentor de riquezas - construídas ou naturais - que o colocam entre os cinco países mais ricos do planeta. A média de gastos anuais desses países é de cerca de 3,5% de seu produto interno bruto, enquanto que o Brasil gasta bem menos que a metade disso: 1,6%. Na sua opinião, devemos, no Brasil, dar bastante ênfase ao estudo da guerra eletrônica e formas de ataque e defesa no campo da informática. Ele vê o Brasil como um país com um grande futuro e que a integração da América do Sul é inevitável. Ele acredita que os países emergentes têm de assumir sua posição no mundo, entre eles, naturalmente, o Brasil.

1.21
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(21/11/11 – 56ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 3º Ciclo – 3º Painel

“Vigilância de Fronteiras – Organização, distribuição espacial na Amazônia e no sul do país”

*A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu continuidade, no último dia 24 de outubro, à série de audiências públicas para debater os “Rumos da Política Externa 2011-2012”, cujo 3º Ciclo enfoca a Defesa Nacional, com o 3º Painel deste Ciclo, que debateu a “**Vigilância de Fronteiras: organização e distribuição espacial na Amazônia e no sul do país**”.*

Foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas no tema: GENERAL DE EXÉRCITO **EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS**, COMANDANTE MILITAR DA AMAZÔNIA; PROFESSOR **RICARDO VÉLEZ RODRIGUES**, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA; JORNALISTA **MARCELO RECH**, EDITOR DO SITE INFOREL; e, o MINISTRO **CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES**, CHEFE DO DEPARTAMENTO DA AMÉRICA DO SUL II, DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

Ao iniciar sua exposição, o **GENERAL VILLAS BÔAS** afirmou que, apesar de a questão fronteiriça ser uma das preocupações do governo – demonstrada por uma série de programas idealizados e em implantação – poderemos caminhar numa direção bastante complexa, semelhante à que vem ocorrendo no México, se não anteciparmos uma série de providências em algumas áreas da nossa fronteira. Ele alertou que o Brasil, em vias de se tornar a quinta economia do mundo, é um ator global que tenta desenvolver capacidades em todos os campos de projeção de poder, mas ainda possui metade do seu território não ocupado e não integrado à dinâmica do desenvolvimento nacional.

Segundo informou o general, essa é a situação em que se encontra nossa faixa de fronteira, com uma extensão de 16 mil km, e na qual vivem 10 milhões de pessoas. Se considerarmos a largura dessa faixa, que é de 150 km, temos 2 milhões e meio de km², o que equivale a 27% do território nacional, que, por sua vez, equivale à terceira maior área entre os países da América do Sul, logo após Brasil e Argentina. Lembrou o palestrante que apenas Rússia e China possuem fronteiras mais extensas e com mais países que o Brasil.

Outro aspecto importante a ser considerado, enfatizou o General, é a existência de grande quantidade de unidades de conservação e de terras indígenas ao longo da nossa faixa de fronteira. Isso gera o que classificou de terrenos “amortizados” ou “congelados”. Poucas áreas, na Amazônia, não estão tomadas por esse tipo de terreno.

No caso das terras indígenas, por exemplo, elas são contíguas com aquelas ocupadas pela mesma etnia, em territórios vizinhos. Também o preocupa a grande permeabilidade existente em certas áreas – como entre o sul do Mato Grosso e o Paraguai, proporcionada tanto pela linha seca quanto pela grande quantidade de rodovias – e, na Amazônia, os cerca de mil rios que penetram no território brasileiro, cada um representando uma via de navegação por onde passam todo tipo de comércio e pessoas, legal e ilegalmente – o que torna gigantesca a tarefa de vigilância.

Isso dá margem aos inúmeros ilícitos transfronteiriços, como o tráfico de drogas, armas e munições, roubo de cargas, crimes ambientais, refúgio de criminosos, contrabando, exploração sexual infanto-juvenil, tráfico de pessoas e de veículos roubados, roubo de gado, pistolagem, evasão de divisas, turismo sexual e assim por diante. O general revelou a preocupação de que a plantação de coca, na tríplice fronteira Peru-Brasil-Colômbia, está se aproximando do nosso país, e há indícios de que a atividade conta, do lado peruano, com a participação dos índios Ticunas (há livre trânsito desta população, nos dois lados da fronteira). Ele informou que a Polícia Federal apreendeu, recentemente, diversas armas e munições em posse dos Ticunas brasileiros (há cerca de 40 mil deles no Brasil), e ainda que tanto os policiais colombianos quanto a Polícia Federal têm detectado indícios da presença de cartéis mexicanos na região, com um *modus operandi* muito mais violento, provocando o aumento da violência no lado peruano da fronteira.

Outro problema mencionado pelo palestrante refere-se aos crimes ambientais: madeireiros peruanos têm invadido o nosso território, na área dos índios Ashaninkas, na fronteira com o Acre, para a extração ilegal de madeiras nobres. O problema agrava-se porque a legislação ambiental peruana é muito mais permissiva que a nossa, sendo essa madeira legalizada no Peru e, muitas vezes, exportada pelo nosso território.

Daí a necessidade, segundo o expositor, de que as atuações na fronteira sejam integradas – com a participação de todos os órgãos de governo – contínuas e permanentes, caso contrário, correm o risco de se perder. Outro aspecto é a cooperação internacional, tanto nessas operações quanto na sua permanência. Para tanto, é necessário que se harmonize a legislação ambiental nos diversos países envolvidos.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – o Sisfron – em desenvolvimento pelo Exército, informou o General, é uma rede de sensores na linha de fronteira, interligados aos sistemas operacionais, com capacidade para resposta imediata a problemas detectados. Em cerca de dez anos, adiantou o General Villas Bôas, toda a fronteira brasileira estará coberta pelo sistema, utilizando-se de satélite e em ação integrada a outros órgãos do governo.

A implantação desse sistema proporcionará um instrumento de integração regional; o combate ao crime transnacional e resultará no aumento da segurança nos centros urbanos; teremos maior preservação ambiental e proteção da biodiversidade e das populações indígenas; o sistema será um vetor de melhoria da qualidade de vida, ampliando a presença do estado junto às populações das regiões desassistidas; acarretará geração de empregos e grande impacto na indústria de defesa nacional; assim como o atendimento às necessidades militares de reaparelhamento para vigilância e monitoramento, garantia da lei e da ordem e maior presteza no atendimento às emergências de defesa civil, concluiu o palestrante.

O PROFESSOR RICARDO VELEZ RODRIGUES apontou cinco áreas estrategicamente sensíveis na faixa de fronteira que, na sua opinião, estão sujeitas a problemas relacionados com a segurança. São elas a fronteira com a Colômbia; com a Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Venezuela; com o Paraguai e a Bolívia; a Tríplice Fronteira e a região do Aquífero Guarani.

Para o Professor, os riscos estratégicos na fronteira com a Colômbia são a presença das FARC na região do Uaupés, bem como na zona fronteira com Tabatinga, trazendo um forte risco de insegurança para a população brasileira daquela zona, em decorrência do tráfico de armas e de drogas, além da presença de traficantes vinculados às FARC no interior do estado do Amazonas.

Na fronteira com a Guiana, o especialista vê um risco indireto, devido à disputa, entre aquele país e a Venezuela, pela região limítrofe do Essequibo; e um risco sensível, decorrente da farta presença, no território vizinho, de ONGs que buscam interferir nas questões indígenas, notadamente na Reserva Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima. Por sua vez, na fronteira com o Suriname, o Professor Velez Rodrigues recordou a atuação do chamado “suri-cartel”, nos anos 80 e 90, que trocava armas por drogas com as Farc e do qual participou o traficante Fernandinho beira-mar. Por outro

lado, afirmou que o atual Presidente, Desi Bouterse, é aliado do Presidente Chavez, da Venezuela, na questão da implantação do modelo de socialismo bolivariano. Para o professor, há forte risco de aumento das tensões, na Amazônia e no Amapá, por conta do tráfico de drogas e de armas.

Por outro lado, ele não crê na existência de problemas na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa – um departamento ultramarino da França e o principal território da União Européia no continente. Ressaltou que o Centro Espacial de Kourou, construído pela Agência Espacial Européia, em 1968, pode ser importante aliado para a política espacial brasileira.

Quanto à fronteira com a Venezuela, o Professor acredita na existência de um risco sensível, decorrente da política bolivariana do Presidente Hugo Chávez e do projeto expansionista do “socialismo bolivariano”, com ramificações no Equador e na Bolívia, além de enclaves das Farc em território venezuelano.

No caso da Bolívia, o Professor acredita que a eleição do Presidente Evo Morales representou riscos sensíveis para os interesses brasileiros, por duas razões: a estatização de empresas estrangeiras e o aumento da produção de cocaína distribuída no mercado brasileiro. Ele citou informações da própria polícia boliviana, segundo as quais aumentou-se a área de plantio de folhas de coca de 12 para 20 mil hectares e as “exportações” de cocaína atingiram 24 toneladas anuais.

Na fronteira com o Paraguai, os riscos sensíveis, na avaliação do Professor Vélez Rodrigues, são aqueles decorrentes do tráfico de armas e de drogas e do contrabando de mercadorias. Ele vê também um risco moderado nas pretensões do governo paraguaio de revisar o Tratado de Itaipu.

Por sua vez, a área da tríplice fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai – um triângulo que compreende Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu e Ciudad de Leste – é, como informou, o maior centro de contrabando da América do Sul e onde se encontra uma grande e ativa comunidade árabe e muçulmana, cuja maioria é constituída por xiitas e a minoria, por sunitas, havendo ainda uma pequena população de cristãos emigrados do Líbano, Síria, Egito e dos territórios palestinos. A maior parte desses imigrantes árabes vive do comércio da Ciudad de Leste, mas reside em Foz do Iguaçu. Ciudad de Leste tem cerca de 55 bancos e casas de câmbio diferentes e, de acordo com avaliação dos Estados Unidos, a cada ano, 6 bilhões de dólares, resultantes de fundos ilegais, são lavados na cidade – uma quantidade equivalente a 50% do PIB paraguaio.

Por fim, ele destacou a região do Aquífero Guarani, o terceiro maior reservatório de água subterrânea do mundo, com cerca de 1,2 milhões de km² de superfície, dos quais 850 mil km² se encontram no Brasil e o restante divididos entre Argentina, Paraguai e Uruguai, em ordem de extensão. O Professor acredita que, certamente, teremos riscos também com essa

riqueza natural, pois, segundo a revista norte-americana *Fortune*, a água promete ser, no século 21, o que foi o petróleo para o século 20: um bem precioso, que determina a riqueza das nações.

Concluindo, o Professor disse que, em face desses riscos potenciais, o Estado brasileiro costurou uma resposta à altura, com a implantação dos sistemas SIPAM-SIVAM, no século passado e, atualmente, com o SISFRON, aliado ao submarino de propulsão nuclear da Marinha e ao projeto de uma nova frota de caças para a Aeronáutica. Porém, Vélez Rodrigues registra a existência, no país, de um “clima de retaliação” relacionado às Forças Armadas, aos organismos de segurança, aos sistemas de inteligência e às forças policiais, que se traduz em orçamentos muito pequenos e nos cortes orçamentários a eles destinados. Para ele, essas restrições orçamentárias, que perduram há 25 anos, significam que a sociedade brasileira tem atrasado a necessidade de dar às Forças Armadas os instrumentos necessários para a sua missão de vigilância das fronteiras e revelam o descaso da sociedade civil com os projetos de modernização das Forças Armadas e dos efetivos policiais.

O jornalista **MARCELO RECH** fez um relato de sua experiência pessoal ao percorrer vários trechos do outro lado da fronteira brasileira. O jornalista observou, ao percorrer recentemente toda a fronteira do Brasil com a Colômbia, a integração existente entre os exércitos dos dois países, o que, no seu entendimento, vai muito além do preconizado nos acordos, com tomada de medidas imediatas e contribuindo para a construção da confiança entre os dois países. Ele exaltou também a importância da presença do Exército Brasileiro na solução de vários problemas na faixa de fronteira, ressaltando o aspecto humano nas relações internacionais. Acrescentou que a integração das cidades fronteiriças tem uma dinâmica própria, criando soluções para os problemas que se apresentam no dia-a-dia.

Ele falou do encontro que teve com o único prisioneiro que conseguiu escapar do cativeiro das Farc, John Pinchão, cujas informações levaram à operação do Exército colombiano para a libertação da senadora Ingrid Bettancourt. Pinchão revelou ao jornalista que esteve várias vezes no lado brasileiro da fronteira, às vezes sem o saber, mesmo algemado e acorrentado, para mostrar como é permeável a fronteira entre os dois países. Revelou, também, que os guerrilheiros sabiam por onde entrar no Brasil para se abastecer de alimentos.

O jornalista afirmou que não acredita no fim da guerrilha das Farc, pois, na sua opinião, isso não interessa nem ao governo colombiano nem ao dos Estados Unidos, pois enquanto existir guerrilha isso significa dinheiro, treinamento e recursos, aprovados pelo Congresso dos Estados Unidos para a Colômbia. Por isso, entende que teremos de conviver com esse problema por muito tempo. Ele revelou, também, que conhece seis

guerrilheiros das Farc que vivem no Brasil e frequentam o corpo diplomático aqui acreditado, e participam de reuniões em universidades.

Por fim, lamentou que, no Brasil, o sistema de inteligência esteja, na sua opinião, completamente abandonado. Para ele, um país que será, em breve, a quinta economia do mundo, com a projeção internacional já alcançada, não possuir uma inteligência qualificada, respeitada e reconhecida pelo seu governo, autoridades e a sociedade, é um país que lhe causa certo temor.

Encerrando o encontro, o **MINISTRO CLEMENTE DE LIMA BAENA SOARES** informou da conclusão, no dia 24 de outubro, da terceira reunião da Comissão vice-ministerial de integração fronteiriça Brasil-Peru, que analisou todos os temas relacionados com a cooperação fronteiriça bilateral. Essas ações, acrescentou, aplicam-se, em alguns casos, à cooperação existente entre o Brasil e demais países vizinhos.

Com o Peru, informou o Ministro, o Brasil mantém cooperação para o desenvolvimento social; cooperação técnica de caráter econômico-produtivo; grupo policial de cooperação fronteiriça; grupos de cooperação ambiental; de integração física; cooperação energética na fronteira; controle integrado de espaços de fronteira; mecanismos de desenvolvimento de micro e pequenas empresas na faixa de fronteira, assim como o financiamento para esses negócios. Ele destacou, também, a cooperação técnica existente entre a Caixa Econômica e bancos da Venezuela e do Peru para a implementação dos programas “Minha casa, Minha vida” e o Cadastro único e a “bancarização” na fronteira.

Com relação ao combate aos ilícitos transnacionais, a proteção às populações indígenas e preservação ambiental, ele comentou as dificuldades para a implantação de mecanismos capazes de beneficiar todos os países da região amazônica. Isso porque, já há alguns anos, o Itamaraty tenta negociar, junto com o SIPAM, um método de disponibilizar as informações que temos para os países vizinhos. No entanto – acrescentou – há uma grande dificuldade para o financiamento dessa operação. Ainda que disponibilizemos esses dados, sua leitura é muito difícil para os outros países, na medida em que demanda a construção de centros para a leitura das informações fornecidas pelo SIPAM. Tais centros poderiam custar de 30 mil a três milhões de dólares, o que torna difícil sua implementação em alguns países.

Apesar disso, o Ministério das Relações Exteriores tem buscado, com o auxílio da Organização para o Tratado de Cooperação Amazônica, e junto a fontes de financiamento como o BID e o Banco Mundial, viabilizar recursos que possam ser aplicados nesses países para a construção de alguns destes centros. Essas ações visam a que todos os países da Amazônia tenham o benefício das importantes informações do Sipam.

Quanto à cooperação técnica na área de saúde, informou que o Itamaraty está buscando acordos que beneficiem as populações de ambos os lados da fronteira, alertando para o risco de se onerar, em muito, o Sistema Único de Saúde, assim como as finanças dos nossos estados fronteiriços.

O Ministro sugeriu a criação de um fundo para a fronteira norte, semelhante ao FOCEM – que é o Fundo para a convergência estrutural e o fortalecimento da estrutura institucional do Mercosul. Na sua opinião, esse fundo poderia beneficiar as populações em várias áreas, como as de saúde, educação, cooperação técnica, construção de pontes, e até mesmo de controles integrados de fronteira. Esse fundo, acredita, iria beneficiar não somente o Brasil, mas também todos os países vizinhos.

Ao concluir, o palestrante ressaltou que a implementação de ações acordadas entre o Brasil e seus países vizinhos seria muito difícil sem o envolvimento dos governos estaduais e municipais, citando como exemplo a conclusão, após 30 anos, da ponte sobre o rio Tacutu, entre o estado de Roraima e a Guiana, com o apoio do governo do estado e do Exército Brasileiro, o que evidencia a cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores, o Exército e um governo estadual.

1.22
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(21/11/11 – 56ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 3º Ciclo – 4º Painel

“Pré-Sal – Papel das Forças Armadas na defesa do patrimônio e alocação de recursos para essa finalidade”

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu continuidade, no último dia 7 de novembro, à série de audiências públicas para debater os “Rumos da Política Externa 2011-2012”, cujo 3º Ciclo enfoca a Defesa Nacional, com o quarto Painel deste Ciclo, que teve como tema: “Pré-sal: O papel das Forças Armadas na defesa do patrimônio e na alocação dos recursos”.

Foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas no tema: Almirante-de-Esquadra **LUIZ UMBERTO DE MENDONÇA**, CHEFE DO ESTADO MAIOR DA ARMADA; Brigadeiro-do-Ar **CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR**, PRESIDENTE DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA AERONAVE DE COMBATE – COPAC, do Comando da Aeronáutica; e, o ENGENHEIRO **SIMON ROSENTHAL**, Professor da Divisão de Assuntos Científicos e Tecnológicos da Escola Superior de Guerra.

O Professor **SIMON ROSENTHAL**, ao falar da importância da ciência, tecnologia e inovação, afirmou que o Brasil registra um grande hiato tecnológico em relação aos países desenvolvidos e, como a tecnologia avança a velocidades cada vez maiores, não podemos aceitar essa situação, sob o risco de andarmos para trás. Na sua opinião, apesar da abundância dos seus recursos naturais, o Brasil ainda produz bens de baixo conteúdo tecnológico e valor agregado.

Para mudar este quadro, a solução, a seu ver, encontra-se na educação, acompanhada de planejamento – mas, segundo o professor, ainda não desenvolvemos, no Brasil, a mentalidade de trabalhar com planejamento. No seu entendimento, nas poucas vezes em que se planejou em áreas liga-

das à ciência, tecnologia e inovação, os resultados obtidos foram significantes, tendo ele citado os exemplos da Petrobrás, da Vale do Rio Doce, da Embrapa e da Embraer. Para ele, planejar não é garantia de sucesso, mas a falta de planejamento leva ao insucesso, assim como alocar recursos em projetos sem planejamento leva ao desperdício.

O Professor Rosenthal destacou que o século 21 assistirá ao fim da utilização do petróleo e outras fontes fósseis - não renováveis e poluentes - para queima de combustível. Por esse motivo, os países desenvolvidos estão investindo em pesquisa e tecnologia de fontes alternativas de energia, como hidrogênio, solar, eólica e nuclear. Ele acredita que, em quatro décadas, elas constituirão a matriz energética principal do mundo.

Para ele, apesar de o Brasil encontrar-se numa situação bastante favorável - com abundância de energia hidráulica e de biomassa, além das fontes fósseis existentes e a recém-descoberta bacia do pré-sal - não podemos nos contentar com o que temos, pois o investimento em pesquisa de outras fontes pode ser o trampolim para que o Brasil se transforme em uma nação desenvolvida. Ele acredita que, no momento em que os países avançados conseguirem desenvolver a tecnologia das energias alternativas, eles terão novas fontes de energia barata, limpa e poder - e que o Brasil terá de investir nessa área também.

O Professor ressaltou a importância de dotar as Forças Armadas de poder de dissuasão sobre a chamada Amazônia Azul (que abarca as águas territoriais nas 12 milhas a partir da costa; a zona econômica exclusiva, nas 200 milhas a partir da costa; e ainda 960 mil km² da plataforma continental), com vistas a defender a soberania nacional e a integridade do nosso patrimônio. Para ele, as ameaças à bacia do pré-sal vêm de países do hemisfério norte. Lembrou que os Estados Unidos não ratificaram a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, e reativaram a Quarta Frota, criada na 2^a. Guerra mundial e desativada em 1958.

Quanto aos recursos para o reaparelhamento das Forças Armadas, o Professor Rosenthal assim se pronunciou: -“no momento em que a sociedade e as autoridades estiverem de acordo quanto à aplicação de recursos neste setor, o dinheiro aparecerá”. Ele firmou que, se quisermos continuar como produtor de *commodities*, sob “domínio econômico e tecnológico, sutil e silencioso”, não há necessidade de mais recursos para as Forças Armadas. Porém, se quisermos que o Brasil caminhe firmemente em direção aos países desenvolvidos, esse processo terá de envolver ciência, tecnologia, inovação e planejamento, e torna-se fundamental que as Forças Armadas sejam muito bem equipadas.

Ressaltou o Professor a importância da integração dos países da América do Sul, que possuem energia, água e alimentos em abundância, pois eles se tornarão muito mais fortes ao atuarem juntos, nas negociações, do

que separadamente. Ele acredita que, no momento em que o Brasil se tornar um país desenvolvido, ele será, também, uma grande potência, pois, assim como a China, é um dos poucos países com massa crítica para se tornar, além de desenvolvido, uma potência. Concluindo, destacou que precisamos ter o poder da dissuasão para que nos façamos respeitar, para que os embates que o Brasil venha a enfrentar se restrinjam ao campo da diplomacia. Num país com poder de dissuasão – concluiu - a diplomacia trabalha com muito mais facilidade.

Para o **ALMIRANTE-DE-ESQUADRA LUIZ UMBERTO DE MENDONÇA**, a descoberta de petróleo na camada pré-sal, em 2007, conferiu uma importância muito maior ao Atlântico Sul, em razão do que esse potencial produtivo pode representar para a economia mundial. O Brasil tem a maior extensão litorânea contínua no Atlântico Sul; 90% de suas trocas comerciais são efetuadas pelo mar; 80% do seu petróleo e gás vêm do mar. Com a exploração de petróleo e gás na bacia do pré-sal, o tráfego será tão denso quanto o atual, mas numa área muito mais extensa, pois a bacia do pré-sal situa-se de 150 a 300 km do litoral.

Recordou o Almirante que o litoral sudeste é uma das áreas prioritárias definidas pela Política de Defesa Nacional, em função das perspectivas de exploração de suas riquezas – o que exigirá um grande esforço para o seu monitoramento e segurança. Informou ele que a Marinha já está atuando na área além da bacia do pré-sal, que envolve todos os recursos vivos e não-vivos da massa líquida, do solo e do subsolo de toda essa extensão a que o Brasil terá direito a explorar, uma vez obtido o reconhecimento da “Amazônia Azul” pela Convenção das Nações Unidas sobre os direitos do Mar. E para poder cumprir com essa tarefa, avaliou que Marinha terá de expandir suas capacidades num prazo de tempo relativamente curto.

Para garantir o cumprimento de suas missões de segurança marítima e de defesa do pré-sal, informou o Almirante que a Marinha preparou o Plano de Articulação e Equipamento, segundo o qual, num prazo de 30 anos, a Força terá duas esquadras – a existente no Rio de Janeiro e a outra na região norte/nordeste, em local ainda a ser definido. A curto prazo – prosseguiu - a Marinha elegeu como prioridades o programa nuclear; o programa de desenvolvimento de submarinos; o de obtenção de meios de superfície; a obtenção inicial de 27 navios-patrolha, de 500 toneladas, hoje chamados de navios de apoio a plataformas; e um sistema de gerenciamento da Amazônia Azul.

Segundo o Almirante, a Marinha necessitará, nos próximos trinta anos, de um total de 223,5 bilhões de reais, assim distribuídos: até 2015, 27 bilhões de reais; a médio prazo, 84 bilhões e, a longo prazo, 111 bilhões. O submarino a propulsão nuclear, considerado o mais importante para o país em inovação e tecnologia, foi concebido ainda em 1979, com a criação

do Centro Experimental de Aramar e o Programa Nuclear - que consiste no domínio do ciclo de combustível e na construção de um sistema de propulsão nuclear - que a Marinha está desenvolvendo para incluí-lo no projeto do submarino nuclear brasileiro, uma vez que o contrato com a França exclui qualquer transferência de tecnologia nessa área.

Em suas considerações finais, defendeu o Almirante que, na defesa do Pré-sal, a estratégia da dissuasão é prioritária em tempo de paz, por ser a melhor forma de se evitar conflitos armados. Destacou que a Marinha tenciona dispor de uma Força Naval compatível com a estatura político-estratégica e com as necessidades do país. Mas, para obtê-la, dependerá de uma política de Estado concreta e de aporte contínuo de recursos financeiros, visando assegurar o cumprimento dos seus programas – atuais e futuros – no mesmo ritmo da ampliação das atividades econômicas na Amazônia Azul, destacando-se aquelas na área do pré-sal.

O **BRIGADEIRO CARLOS BAPTISTA JUNIOR**, sintetizando a visão da Força Aérea, afirmou que a bacia do pré-sal - cuja segurança é responsabilidade do Estado brasileiro - será motivo de cobiça. Por esse motivo, urge desenvolver planos de defesa, de contingência e de mitigação de problemas, incluindo-se seu treinamento, testes e orçamento específico. Ressaltou que a distância de 300 km entre a área do pré-sal e o litoral torna difícil tanto sua defesa quanto o salvamento de uma embarcação ou a busca de uma aeronave acidentada. Enfatizou a necessidade de se priorizar o orçamento para a aquisição das capacidades de defesa, incluídas tanto no planejamento da Força Aérea quanto no da Marinha para que as duas Forças, juntas, possam defender as riquezas do pré-sal.

Ressaltou também que a FAB trabalhará na bacia do pré-sal com base em três eixos principais: - o do controle do tráfego aéreo, para garantir a segurança do transporte de apoio, que sofrerá grande incremento, especialmente do tráfego de helicópteros; - o da defesa nacional, e o terceiro eixo, que é o das missões subsidiárias, tais como o apoio a eventuais acidentes ambientais na área, ou acidentes em plataformas. A Força Aérea, informou, estará presente, juntamente com a Marinha, nas missões de busca e salvamento. Ele afirmou, ainda, que a bacia do pré-sal terá, com o apoio da Força Aérea, a última palavra em termos de controle e segurança do espaço aéreo. Destacou, porém, que, apesar de as aeronaves da Força Aérea e da Marinha serem a maneira mais rápida de se atingir essa área, elas não dispõem de recursos específicos para a missão.

Quanto à defesa da área, mencionou o Brigadeiro a importância de se identificar as ameaças a esse novo centro de gravidade, distante do nosso continente, onde qualquer oponente tentará infringir um dano, em caso de conflito - daí a necessidade de pronta resposta a qualquer ato contra

os nossos interesses e de meios para sua execução. As riquezas dessa área exigem, no entender da Força Aérea, uma dissuasão real e permanente.

O Brigadeiro Baptista Junior mencionou os projetos relacionados à área do pré-sal, desenvolvidos pela Força Aérea. Além das aeronaves de patrulha e guerra antisubmarino P-3, ao custo de 495 milhões de dólares, ele ressaltou a modernização de 43 aeronaves de ataque MX, pela Embraer, ao custo estimado de um bilhão e cem milhões de dólares.

Com o atraso do processo de seleção e de decisão sobre o caça FX-2, a Força Aérea adquiriu mais algumas unidades da aeronave F-5M, que estão sendo modernizadas, a exemplo do que já foi feito com o primeiro lote desses equipamentos. O valor do contrato gira em torno de 135 milhões de dólares. Outro projeto em curso diz respeito ao desenvolvimento, junto com a Embraer, de uma aeronave de transporte médio, da categoria de 23 toneladas, capaz de reabastecer a frota da FAB em pleno ar. O valor referente ao desenvolvimento desse projeto é de 4 bilhões de dólares, montante esse que não inclui o custo de cada aeronave. Segundo o brigadeiro, esta aeronave, modelo KC390, é o grande desafio da Embraer, pois possibilitará à empresa uma nova alavancagem na obtenção de tecnologia que a capacitará a entrar num outro nicho do mercado mundial.

Informou o Brigadeiro que o início das operações do Veículo Aéreo Não Tripulado, conhecido como Vant, tem mostrado a extrema valia dessa aeronave, e que sua utilização na área do pré-sal tem comprovado ser bastante adequada. A FAB acredita que há muito espaço no pré-sal para a utilização de veículos aéreos não tripulados, de várias categorias e já tem previsão de iniciar a fabricação desse tipo de aeronave no país.

Por fim, falou do projeto HX-BR, de aquisição de 50 helicópteros de médio porte, para as três Forças, capazes de atingir todos os postos do pré-sal. A nacionalização de 50% dos componentes desses helicópteros capacitará empresas nacionais a produzir equipamentos necessários na exploração do pré-sal. O valor desse contrato é de um bilhão e oitocentos milhões de euros. Porém, afirmou o Brigadeiro que falta o FX-2 nesta equação, e que a FAB aguarda, ansiosamente, a definição governamental sobre o caça, que complementarará a velocidade, o alcance e o poder de fogo de sua tropa.

1.23
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(08/12/11 – 60ª reunião)

Ciclo de Audiências Públicas: 3º Ciclo – 5º Painel

“Forças Armadas em Missões de Paz – Emprego em ações de reforço aos órgãos de Segurança Pública; utilidade como treinamento e legitimidade na sociedade brasileira”

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional concluiu, no último dia 21 de novembro, a primeira fase da série de audiências públicas para debater os “Rumos da Política Externa 2011-2012”, cujo 3º Ciclo enfocou a Defesa Nacional. Para o quinto e último Painel deste Ciclo, que debateu “As Forças Armadas em Missões de Paz – emprego em ações de reforço aos órgãos de segurança pública; e utilidade como treinamento e legitimidade na sociedade brasileira”, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas no tema:

General-de-Brigada **LUIZ GUILHERME PAUL CRUZ**, 5º SUB-CHEFE DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO e EX-COMANDANTE DA FORÇA DE PAZ NO HAITI;

Brigadeiro-Engenheiro **FRANCISCO CARLOS MELO PANTOJA**, DIRETOR DO INSTITUTO DE AERONÁUTICA E ESPAÇO;

O DR. **EDUARDO MARSON FERREIRA**, PRESIDENTE DA HELIBRÁS;

E o Ministro **NORBERTO MORETTI**, CHEFE DA DIVISÃO DE PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O General PAUL CRUZ ressaltou que o Brasil já participou de 47 operações de paz das Nações Unidas, individuais ou com tropa. Desde a UNEF-1, em 1956, no Oriente Médio, até a atual MINUSTAH, no Haiti, mais de 32 mil militares brasileiros se fizeram presentes nesse tipo de operação,

assim como mais de 2.200 militares encontram-se atualmente em missão no exterior.

Explicou o general que as operações de paz ocorrem na fase do pós-conflito e suas metas são a construção da paz e a prevenção contra o retorno desse conflito. As etapas anteriores do processo incluem a prevenção do conflito e a negociação para a paz – que cabem à diplomacia – e, por vezes, a imposição da paz – tipo de operação da qual o Brasil não tem participado.

A MINUSTAH – explicou-nos o General – foi criada por uma resolução do Conselho de segurança da ONU, a pedido do próprio Haiti, em virtude do longo período de desestabilização vivido por aquele país, em consequência de problemas sociais, econômicos e políticos, cuja população se encontrava abaixo da linha de pobreza. O objetivo da MINUSTAH é o de se fazer presente no Haiti para reverter este quadro, na medida do possível.

Antes da instalação da MINUSTAH, a situação no Haiti era de desordem política e social, com a presença de gangues e grupos de ex-militares exercendo controle sobre várias áreas; havia grande deficiência na prestação de serviços públicos como educação, energia, tratamento de esgoto, suprimento de água e limpeza urbana; um governo com baixa aprovação; uma polícia mal preparada e equipada, tornando o ambiente inseguro para o trabalho de agências humanitárias.

As missões da força militar, ressaltou o palestrante, são as de prover um ambiente seguro e estável; apoiar as ações de assistência humanitária. A tropa brasileira está concentrada na capital, Porto Príncipe, que tem dois milhões de habitantes, e compõe-se de 10 batalhões; 4 companhias independentes; 6 companhias de engenharia; 2 unidades de aviação; uma unidade marítima e um hospital militar, empregando, ao todo, 8.940 militares. Recente resolução do Conselho de Segurança determinou a redução de 1.600 militares, como parte do processo de evolução da missão. As tropas são selecionadas e treinadas especialmente, por um período de seis meses, seguindo as orientações das Nações Unidas.

Referindo-se à missão de promover um ambiente seguro e estável, a força opera, em conjunto com a polícia das Nações Unidas e a nacional, em pontos de controle de circulação, segurança de instalações, desarmamento e estabelecimento de “pontos fortes” – como os comissariados da polícia local, significando a transição da responsabilidade pela segurança, das Nações Unidas, para a Polícia Nacional do Haiti. Opera, ainda, na escolta de comboios e patrulhas, operações contra gangues e de controle de distúrbios, trabalhos de engenharia, como pavimentação de ruas e perfurações de poços d’água, apoio à assistência humanitária e o apoio logístico ao processo eleitoral, que se revelou muito importante, ao permitir a realização de eleições naquele país, que hoje conta com um governo eleito, o que caracteriza a estabilidade política.

Agora que as tropas militares começam a ser desmobilizadas, em virtude da evolução do processo de paz, o general ressaltou que o método de trabalho dos militares brasileiros, de evitar o uso de blindados e viaturas, fazendo seu serviço a pé, em contato direto com a população, fez a grande diferença, criando confiança. A intensidade dessas operações estabeleceu paradigmas para a atuação de outras missões das Nações Unidas.

Recordou o General que o terremoto devastador ocorrido em janeiro de 2010 provocou uma rápida e forte resposta militar. Hoje, o Haiti tem um presidente eleito, um Primeiro Ministro e já houve a determinação de se iniciar o processo de redução de efetivos.

Quanto ao Brasil, nas operações de garantia da lei e da ordem, como determina a Constituição, o General enfatizou que os militares estão presentes, em participação com a polícia e em interação com outros agentes e a população, nas ações de patrulhamento intenso e permanente; no controle de circulação e operações contra gangues; e no controle de distúrbios, como nas operações do Morro do Alemão, no Rio, para a qual muito valeu a experiência de trabalhar com vários atores, adquirida em missões de paz.

O general Paul Cruz afirmou que, tanto no Brasil, quanto nas Nações Unidas, os militares cumprem com seu dever baseados nos valores da sociedade brasileira e que, para seu treinamento, as Forças Armadas têm recebido todo o apoio do governo. Em suas considerações finais, ele acentuou que a força militar é incapaz de garantir paz e estabilidade duradouras – que só podem ser obtidas pelo fortalecimento das estruturas políticas, sociais e econômicas, em qualquer país, e que é primordial, numa situação de crise, a integração e a coordenação do trabalho de todos os atores envolvidos no terreno.

Por sua vez, o Brigadeiro-Engenheiro FRANCISCO CARLOS MELO PANTOJA enfocou sua palestra na contribuição do programa espacial brasileiro às missões de paz. O programa iniciou-se em 1966, com a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA e o desenvolvimento de foguetes de sondagem; em seguida, passou-se à estratégia para desenvolver veículos lançadores de satélite. Ele entende que se, por um lado, os investimentos para o setor eram insuficientes, provocando atrasos, por outro lado, essa demora acabou levando ao desenvolvimento industrial nessa área, o que considera um ganho estratégico, levando ao desenvolvimento de competências em lançamento. Esse conhecimento adquirido permite, hoje, o envolvimento em vários empreendimentos de veículos espaciais.

De 1990 até hoje, revelou o Brigadeiro Pantoja, foram investidos 261,5 milhões de dólares no segmento de foguetes do Programa Espacial brasileiro. Hoje, esse valor equivale ao preço de um satélite médio. Mesmo assim, os resultados obtidos vão muito além do esperado, com tecnologia

nacional nessa área, dado o montante de recursos a ela destinados. Ele informou que, no ano de 2010, os Estados Unidos destinaram 40 bilhões de dólares apenas ao setor espacial da NASA, seguidos da Agência Espacial da União Europeia, com 4 bilhões de dólares; da Rússia, com 3,09 bilhões e a China, com 3 bilhões de dólares. O Brasil investiu 200 milhões em todo o programa espacial, incluindo foguetes, satélites e infraestrutura.

Ao longo desse período, o Brasil lançou mais de 400 foguetes. Ele ressaltou o domínio da tecnologia nacional nessa área, o conhecimento e a competência em pesquisa e desenvolvimento do setor espacial brasileiro, fruto dos trabalhos do ITA, dos centros de pesquisa e da indústria, associados a este programa. Esses resultados do conhecimento são de grande valor estratégico para o país – destacou o Brigadeiro. Atualmente, há 177 empresas da indústria aeroespacial no Brasil.

Durante sua palestra, o Brigadeiro Pantoja exibiu o filme de um foguete nacional, em operação na Suécia, que está sendo exportado para a Europa e faz parte do programa de micro-gravidade europeu, sendo apenas um dos vários foguetes brasileiros que estão sendo exportados para outros países.

No que diz respeito à relação do programa espacial com as missões de paz, o Brigadeiro o considera uma ferramenta tecnológica, se considerarmos, por exemplo, o emprego de satélites meteorológicos, fundamentais para o fornecimento de informações sobre o tempo em locais remotos, como o alto mar ou em regiões inóspitas; por sua vez, em ambientes onde não se dispõe de infraestrutura, fruto de guerra ou catástrofe, os satélites de comunicação, voltados para uma determinada área, irão suprir o fluxo de informações, inclusive as estratégicas. Outra ferramenta é o emprego de satélites para o controle do tráfego aéreo, para comunicação, vigilância e navegação das operações aéreas de uma missão - um sistema global a ser implantado em breve, para além dos satélites de geoposicionamento – o chamado GPS, em utilização pelas tropas das forças de paz, e o monitoramento e alerta de catástrofes.

Concluindo, ressaltou o Brigadeiro o grande alcance social do programa espacial brasileiro, e recordou estudo feito pela Câmara dos Deputados, segundo o qual “o Programa Espacial enfrenta uma demanda maior do que os recursos alocados são capazes de atender”.

O Dr. EDUARDO MARSON FERREIRA fez um relato da inserção da indústria aeronáutica no contexto das missões de paz e da manutenção da lei e da ordem e de segurança pública. Ele ressaltou, como exemplo, o emprego de helicópteros nas missões humanitárias de resgate das vítimas das enchentes do início do ano, no Rio de Janeiro, assim como em Santa Catarina, nas enchentes de 2008. Os helicópteros usados foram tanto das Forças Armadas e das forças policiais, quanto de particulares.

Nas missões de paz, recordou o resgate dos reféns das FARC, na Colômbia, em 2009 e 2010 – uma operação realizada com a autorização das Nações Unidas, sob os auspícios da Cruz Vermelha. Outra missão de resgate foi realizada, em outubro, com o novo helicóptero EC725, recentemente adquirido pelas Forças Armadas, para libertar funcionários da Funai, prisioneiros de uma tribo no Pará. Foi uma operação “casada”, da qual participaram a FAB, o Exército e a Polícia Federal.

O Dr. Marson Ferreira recordou as origens da Helibrás – um projeto industrial e de transferência de tecnologia desenvolvido pela indústria francesa Aerospatiale e a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais, que iniciou suas atividades em 1978, no Centro Tecnológico da Aeronáutica e implantou sua fábrica, dois anos mais tarde, na cidade mineira de Itajubá. A Helibrás foi formada por inspiração do governo brasileiro, interessado numa indústria aeronáutica de asas rotativas.

Em 33 anos de existência, revelou, a indústria já entregou mais de 550 aeronaves, como o “Esquilo” e o Puma, e conta com 573 colaboradores, ocupando-se também da manutenção dos motores e das pás aqui no Brasil. A empresa mantém um centro de treinamento, onde já formou mais de 10 mil profissionais, entre pilotos, mecânicos e técnicos especializados. São de fabricação da Helibrás-Eurocopter (a empresa acionista francesa), 65% da frota de helicópteros das Forças Armadas, assim como 80% da frota das polícias e bombeiros, além de uma participação de 45% no mercado particular. No setor de *off-shore*, a empresa detém 30% do mercado.

O palestrante informou que, desde 2008, a empresa está engajada no projeto EC725/225, fruto de um contrato pioneiro assinado com o governo brasileiro para a fabricação de 50 aeronaves, destinadas às três forças, com o objetivo de implantar uma indústria completa de helicópteros no Brasil. O projeto apoia-se em 4 pilares: o desenvolvimento de um centro de engenharia no Brasil; as atividades da linha de produção de helicópteros; um centro de simulação e treinamento e um polo de manutenção, reparo e revisão. Fazem parte desse projeto várias indústrias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O objetivo é empregar 50% de valor agregado nacional na produção desse helicóptero. As três primeiras unidades já foram entregues às Forças Armadas, no final do ano passado. Outro projeto refere-se à modernização dos helicópteros “Pantera” e “Esquilo”, do Exército Brasileiro.

Ele informou da realização de seminário, na Universidade Federal de Itajubá, sob os auspícios da Agência Brasileira para o Desenvolvimento Industrial, para o lançamento de um centro de tecnologia de helicópteros, cujo objetivo é servir de receptáculo de transferência de tecnologia para helicópteros. Até 2020, concluiu, empresa estará construindo um helicóp-

tero totalmente nacional, num projeto que envolve a indústria, o governo e a universidade.

A propósito da fabricação de helicópteros, o Ministro NORBERTO MORETTI iniciou sua palestra revelando que um dos grandes desafios hoje, nas Nações Unidas, é o de contar com o número necessário daquelas aeronaves para as operações de paz, a ponto de o Secretário Geral da ONU ter advertido o Conselho de Segurança quanto às dificuldades no cumprimento de seu mandato na força de paz da República Democrática do Congo, pela carência de helicópteros, fundamentais, naquela área, no combate à violência contra civis.

O diplomata discorreu sobre a legitimidade da participação das Forças Armadas em operações de manutenção da paz. Para ele, do mesmo modo que, no plano interno, as ações do Estado devem se revestir de uma clara legitimidade política, também na nossa ação externa essa é uma necessidade evidente, para que fique claro, para a sociedade brasileira, não só o peso dessa escolha do Estado, mas o fato de que ela está calcada em fontes que a legitimam.

Essa legitimidade, de acordo com sua análise, baseia-se em três fontes essenciais, sendo a primeira a Constituição federal, cujo artigo 4º define as principais diretrizes que devem nortear a política externa brasileira. Ele observou que existe quase que uma perfeita correspondência entre várias dessas diretrizes e a atuação das Forças Armadas em operações de paz.

Uma delas é a defesa da paz, no exercício das relações exteriores do Brasil – e esse é o objetivo das missões de paz nas quais atuam nossas Forças. Ele lembrou que o Brasil contribui, hoje, com a Fragata União, para a força-tarefa marítima da missão de paz das Nações Unidas no Líbano.

Outra diretriz diz respeito ao privilégio a ações pacíficas de solução de controvérsias, e as operações de paz têm como objetivo criar um ambiente de estabilidade e segurança que permitirá às partes envolvidas no conflito encontrar uma solução política. Quanto à diretriz que se refere ao princípio da não-intervenção nos assuntos internos de países soberanos, lembrou o palestrante que, no caso das operações de paz, como a MINUSTAH, é necessário o consentimento prévio daquela nação.

A Constituição estabelece, também, a diretriz do respeito aos direitos humanos – e todas as operações de paz, hoje, têm um elemento importante na promoção dos direitos humanos. Por fim, uma das diretrizes também contidas no artigo 4º da Constituição, também observada nas operações de paz, é a contribuição para a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

A segunda fonte de legitimidade da participação das nossas Forças Armadas em operações de paz - destacou o diplomata - é a determinação,

contida em lei, de que o envio de tropas para estas missões seja objeto de aprovação pelo Congresso Nacional.

Finalmente, a terceira fonte de legitimidade é a própria Carta das Nações Unidas, da qual o Brasil é signatário, que confere ao Conselho de Segurança a responsabilidade primária pela manutenção da paz e a segurança nacional, e é o Conselho que estabelece as missões de paz.

Concluindo, ressaltou o palestrante que o tipo de ação desenvolvida por nossas Forças Armadas, que vai além do uso da força – tanto nas operações no exterior quanto naquelas de cunho social, dentro do nosso país - também confere a essa participação sustentabilidade política, pois se esta não fosse bem vista por nossa população, o Congresso Nacional, sempre sensível à opinião da população brasileira, não teria respondido afirmativamente à solicitação do Executivo para o envio de missões tanto ao Haiti quanto, mais recentemente, ao Líbano. Para ele, o “boina azul” brasileiro é uma personificação desses preceitos constitucionais e dos valores dos brasileiros.

2

PRINCIPAIS RELATOS DAS AUDIÊNCIAS DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CRER+20

2.1 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA (09/06/11 – 26ª reunião)

Relato da Audiência Pública da CRER+20

“Alimento: Como Produzir Para Atender às Necessidades”

Em relação à outra Subcomissão, a de Acompanhamento dos Trabalhos de Implementação da Rio+20, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, foi realizada, no último 2 de junho, às 18h00, audiência pública com o objetivo de debater o tema “Alimento: Como Produzir Para Atender às Necessidades”.

O Sr. WERNER FUCHS - **Conselheiro Representante da Sociedade Civil no CONSEA**, citou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, de 2006, para informar que o Brasil possui normas legais para assegurar o direito humano à alimentação adequada, definida como sendo a que tenha cultivo de base agroecológica ou que possua matriz de produção orgânica. Reconheceu que a lei está em descompasso com outras medidas na produção de alimentos, principalmente na liberação de transgênicos, pois veda a produção orgânica com sementes geneticamente modificadas.

Ressaltou que há um distanciamento entre os gestores públicos e os agricultores, refletido na terminologia usada para designar o homem do campo nos documentos oficiais, que figura nos registros como produtor rural. Segundo o Sr. Fuchs, os agricultores se enxergam como camponeses ou homens do campo; o produtor, para eles, é a terra ou o animal.

Alertou para um problema que ocorre na Europa, em que só é permitido o uso de sementes certificadas, o que impede os agricultores de usarem novas variedades, mais resistentes, ou de trocarem sementes entre si. Segundo ele, os agricultores ficam reféns das empresas, que são donas das sementes. Citou notícia veiculada recentemente na Alemanha, intitulada “Europa Semeia Fome”, na qual se afirma que a França passa por uma grande seca em função das mudanças climáticas, e que os agricultores estão

impedidos de se adaptarem, pois as leis europeias proíbem o uso de sementes não aprovadas.

Afirmou que o Brasil, após a compra da Agroeste, não tem mais autonomia sobre o mercado de sementes certificadas, hoje controlado por seis grandes multinacionais. Se essas empresas se recusarem a vender sementes para o país, não se pode fazer nada, afirmou o Sr. Fuchs.

Sobre a questão dos agrocombustíveis, se existe ou não competição com a produção de alimentos, acredita que não, desde que haja policultivo, cultivo consorciado ou rotação de culturas. Se for monocultura, como na produção de etanol, haverá competição. Deve haver plantações que atendam tanto à alimentação quanto à indústria, em que se produzam alimentos e energia.

O Sr. SÍLVIO PORTO, Diretor da CONAB, identificou os fatores críticos para a agricultura no momento: a crescente demanda dos países emergentes; a utilização de produtos agrícolas para agrocombustíveis; as secas prolongadas, os invernos rigorosos e as chuvas torrenciais; a especulação do mercado de *commodities* no mundo, a infraestrutura de logística no Brasil e a concentração econômica do setor.

O palestrante apontou que o consumo per capita de alimentos cresceu em todos os continentes. Por outro lado, apontou também o aumento da população de subnutridos no mundo durante os últimos cinco anos, revertendo movimento de queda observado entre 1995 e 2005. Destacou ainda uma redução na relação entre estoque e consumo de alimentos.

Explicou que a produção agrícola mundial é concentrada em 8 a 10 produtos principais. E afirmou que a continuação desse modelo pouco variado aumenta os riscos de escassez alimentar.

Salientou também que há uma disputa por área entre culturas destinadas à alimentação e culturas para a produção de biocombustível. Alertou para o risco dessa disputa deslocar a produção agrícola, ameaçando os biomas do cerrado e da amazônia. E lembrou que nos últimos dois anos fenômenos climáticos anômalos foram sentidos em todo o planeta.

Chamou ainda a atenção para a especulação em torno das *commodities* agrícolas, e salientou que o volume de dinheiro investido no setor é muitas vezes maior do que a produção agrícola.

Por fim, sobre a produção agrícola nacional, destacou o aumento dos custos de transporte da produção e do preço dos fertilizantes. Citou também a dificuldade dos produtores em negociar com as grandes redes de supermercado, que dominam o setor de comercialização.

O Sr. ANDRÉ NASSAR, – Diretor Geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ICONE, afirmou que o modelo do agronegócio é parte importante da solução para produzir alimentos no

mundo. Apesar de ser contrário a uma agricultura 'estrativista' e ao desmatamento, denunciou a visão maniqueísta contra o agronegócio. Segundo ele, esta seria uma interpretação errônea que vem ganhando força na burocracia brasileira. Além disso, mostrou-se cético quanto à ação do Estado para garantir a segurança alimentar e quanto à eficácia do uso de estoques reguladores para combater a volatilidade dos preços. Declarou ainda que o modelo da agricultura brasileira não está falido, e sim melhorando, e que, apesar dos problemas inerentes ao setor, o modelo é bom.

O palestrante lembrou a queda no preço dos alimentos experimentada a partir da década de 70, quando começou a adoção pelo mundo de novos métodos e tecnologias na produção agrícola. Destacou que ainda há espaço para aumento de produtividade pela adoção de técnicas agrícolas básicas, especialmente no continente africano.

Afirmou que o modelo de agricultura industrial tem capacidade para resolver os problemas ambientais que gera, e que a rejeição desse modelo pode levar à escassez de alimentos. Por fim, o Sr. Nassar apontou que a intensificação da pecuária brasileira liberará áreas de pastagem para a expansão agrícola, ao mesmo tempo em que reduziria o desmatamento do bioma amazônico.

O Sr. Ministro MILTON RONDÓ FILHO, da Coordenação de Ações Internacionais de Combate a Fome do Itamaraty, salientou que já há escassez de alimentos no mundo. Segundo ele, um bilhão de pessoas passam fome não devido a um problema de produção, mas porque há uma parcela da população que come demais ou utiliza alimento para outros fins. Desse modo, defendeu que a questão a ser discutida é a de como fazer com que essas pessoas tenham acesso à comida.

Falando especificamente sobre o Brasil, disse que apenas recentemente se passou a dar importância ao mercado interno de alimentos, com a preocupação de alimentar o povo brasileiro antes de se pensar na exportação. Comentou que se trata de uma questão recorrente no cenário internacional e de vital importância na defesa da soberania nacional.

A respeito da mercantilização dos alimentos, afirmou que o direito à alimentação, estritamente ligado ao direito à vida, não pode ser objeto de comércio. Acredita que somente trabalhando em conjunto os pilares social, econômico e ambiental, em um contexto democrático, será possível resolver o problema da fome. Para ele, é necessária a democratização tanto da produção quanto do acesso à comida.

Sobre a produção sustentável, acrescentou que a Embrapa deveria pensar na produtividade ligada aos modos de produção, comparando a produtividade alcançada com a agricultura sustentável com a alcançada com a não-sustentável.

Falando da dicotomia alimentos e energia, questionou o uso do melhor solo brasileiro, a terra roxa, para o plantio de cana-de-açúcar.

Ao tratar da governança internacional, destacou alguns pontos que vem sendo colocados em discussão no Brasil, como a questão da transparência dos estoques públicos e privados, o problema do armazenamento da produção por parte de grandes empresas – o qual tem sido enfrentado pelo G20 – e a inclusão da sociedade civil no Comitê de Segurança Alimentar da FAO/ONU.

Como sugestão para a Rio +20, sugeriu que haja mais democracia, com fóruns dos países com a participação governamental, da sociedade civil e parlamentar para a discussão do assunto.

Por fim, enfatizou que a produção sustentável de alimentos é um tema no qual o Congresso pode efetivamente contribuir, uma vez que o cerne do problema é o déficit democrático.

2.2

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(16/06/11 – 28ª reunião)

Relato da Audiência Pública da CRER+20

“Energia, para que e como”

A Subcomissão Permanente para o Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas realizou, no último dia 9 de junho, audiência pública para debater o tema “Energia, para que e como”.

A reunião contou com a presença do Professor Neilton Fidélis da Silva, da Coppe, Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Sr. Carlos Rittl, Coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do World Wildlife Fund, do Sr. Pedro Henrique Torres, Coordenador da campanha de clima do Greenpeace, e do Sr. João de Deus Carvalho, consultor para projetos de energia solar.

O Senador Cristovam Buarque, Presidente da Subcomissão, informou que o debate tinha como objetivo auxiliar todos os países na busca de propostas a serem apresentadas na Conferência Rio+20 que pudessem reorientar o modelo de desenvolvimento mundial dos últimos dois séculos, modelo que, segundo o Senador, já começa a apresentar as suas fragilidades. Enfatizou também a necessidade de se saber se o mundo realmente precisa de mais energia e se haveria alternativas viáveis ao uso de combustíveis fósseis.

O Sr. João de Deus Carvalho, consultor na área de energia solar e primeiro expositor, afirmou que a energia termossolar é a única matriz energética totalmente limpa, abundante e renovável, além de ser mais barata e mais confiável do que as energias fotovoltaica e eólica.

O Prof. Dr. Neilton Fidélis da Silva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, iniciou sua exposição apontando que “energia sempre foi um tema central do desenvolvimento humano e que, nos últimos séculos, tornou-se

uma necessidade essencial da própria humanidade”. “Tanto é assim”, continuou, “que o acesso à energia é considerado como direito fundamental em alguns países”.

Destacou que não há previsão expressa de acesso à energia como direito fundamental. No entanto, em seu entendimento, não é possível alcançar os objetivos fundamentais pretendidos pela Constituição Federal sem que todos possuam acesso à energia.

O expositor afirmou que uma condição indispensável para o desenvolvimento de qualquer sociedade moderna é a existência de um sistema energético que garanta um abastecimento regular e que seja baseado em recursos abundantes de custos racionais, de fácil transporte e de suficiente qualidade. Lembrou que o Brasil assumiu o compromisso de redução de emissões por meio da Lei nº 12.187, de 2009. Em busca desse objetivo, o plano do setor energético foi estabelecido com base na expansão da oferta de renováveis na produção de energia elétrica, na expansão da oferta de combustíveis líquidos renováveis e no incremento da eficiência energética.

Ressaltou que o plano de desenvolvimento energético também tem como objetivos, além da redução de emissões, a segurança energética, a modicidade de preços e tarifas e a universalização do acesso às fontes de energia. Por fim, mencionou o grande potencial eólico do País, em especial na Região Nordeste. Explicou que o planejamento deve esperar os desdobramentos do desastre nuclear japonês antes de considerar o uso de energia nuclear como alternativa.

O Sr. Pedro Henrique Torres, do Greenpeace, começou afirmando não estar otimista quanto ao futuro ambiental do Brasil, especialmente considerados os fatos, que reputou negativos, da aprovação de Belo Monte, da continuação do programa nuclear, da expansão da exploração do petróleo e do projeto de Código Florestal. Disse que o País está negativo na pauta ambiental – não acredita – e que precisa ainda dar sinais concretos de que busca um desenvolvimento verde e limpo. Sobre energia nuclear, o palestrante afirmou que o País pode abandonar o seu uso sem maiores consequências, visto que esse tipo de energia só contribui com 2% da matriz energética nacional.

Citou o exemplo de países como Suíça e Alemanha, mais dependentes do poder nuclear, que já se comprometeram a substituir de suas matrizes esta fonte energética. Afirmou também que são necessários incentivos do Governo para baratear as energias solar e eólica, e que é possível uma matriz energética nacional composta de 93% de energia de fontes limpas e apenas 7% provenientes de combustíveis fósseis. Por fim, disse que o planeta não comportaria a extensão às demais nações dos níveis de consumo dos países desenvolvidos. Por isso, afirmou, há necessidade de adoção de um modelo de desenvolvimento verde e limpo.

O último expositor, Sr. Carlos Rittl, do World Wildlife Fund, assinalou que “o Brasil ainda tem tempo para tomar medidas que lhe permitiriam chegar à Rio+20 como um país que caminha para um modelo de desenvolvimento sustentável de baixo carbono e que gere inclusão social”. “O Brasil participaria da Conferência”, continuou, “não somente como anfitrião, mas como um país capaz de liderar, por exemplo”. Afirmou que é possível chegar a 2050 com 100% do suprimento energético mundial provindo de fontes limpas e renováveis.

O palestrante apresentou um estudo da sua organização que estabelece um cenário sustentável para o País até 2020, em que, comparado ao plano oficial do Governo para o desenvolvimento do setor elétrico, teríamos 38% de economia de energia; redução de 12% de gastos, representando a economia de 33 bilhões de reais; e criação de oito milhões de postos de trabalho e redução de áreas alagadas por barragens. Afirmou que o Brasil já dispõe do conhecimento científico necessário à implementação desse cenário, tanto no governo, quanto no meio acadêmico e no setor privado. Possui também a infraestrutura institucional adequada, além de contar com economia forte e crescente e com inúmeros investimentos em projetos energéticos.

Por fim, o expositor alertou para o fator de que, apesar de a matriz energética brasileira ser uma das mais limpas do mundo, tem crescido o uso de fontes termelétricas no País.

2.3

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(07/07/11- 30ª reunião)

Relato da Audiência Pública da CRER+20

“Pobreza: Como superar?”

Em relação à Subcomissão Permanente para Acompanhamento da Rio+20 do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foi realizada no dia 30 de junho de 2011 a audiência pública que tratou do tema “Pobreza: como superar?”.

Estiveram presentes a Professora Marília Leão – Presidente da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos; o Professor Marcel Bursztyn – do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB; e a Professora Diana Sawyer – Pesquisadora Sênior do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo das Nações Unidas em Brasília.

A **Professora Marília Leão**, Presidente da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, afirmou, de início, que sua exposição teria como objeto específico a fome, lembrando que pobreza e fome estão sempre relacionadas. Destacou que o direito à alimentação tem grande relevância dentro do rol dos direitos humanos porque equivale ao direito à vida. Explicou ainda que o conceito de fome é mais amplo do que o usualmente conhecido, pois considera também as situações de insegurança alimentar, quando a família não pode garantir com certeza seu abastecimento futuro.

A professora mencionou o programa “Fome Zero” como importante passo nesse sentido. Segundo ela, o programa construiu bases muito sólidas para enfrentar a pobreza no país. Citou avanços como a eliminação quase que total da desnutrição infantil, mas alertou que ainda há muito a ser alcançado.

Destacou como essencial o fato de o programa “Fome Zero” ter como objetivo diminuir a pobreza atacando suas causas estruturais. Asseverou

que qualquer nova ação governamental neste sentido deverá também ter como objetivo principal resolver as causas estruturais da pobreza. Alertou, sobre o ponto, o fato de o novo programa de erradicação da pobreza do Governo Federal não tratar a educação básica universal como um de seus objetivos.

Mesmo considerados os avanços, a palestrante indagou se não seria necessária uma alocação mais eficiente dos recursos para o combate à pobreza, priorizando, por exemplo, os programas sociais que estiverem produzindo os melhores resultados.

Sobre a transferência de renda, louvou o fato de esse método quebrar o paradigma do assistencialismo existente no país até então, dando forma direta ao alívio da pobreza. Além disso, destacou que, a par da garantia de renda mínima, os programas governamentais dão visibilidade social às famílias participantes, incluindo-as em cadastro único acessível aos dirigentes governamentais.

Salientou o paradoxo atual do meio rural brasileiro, qual seja: um dos maiores produtores mundiais de alimento tem justamente no campo as situações de pobreza mais dramáticas. A professora mencionou a possibilidade de combate à pobreza rural pelo incentivo à produção sustentável de alimentos, por meio da agricultura familiar.

Por fim, a expositora explicou que a principal razão para a fome no Brasil é a falta de renda, pois não há falta de alimentos ou obstáculos intransponíveis de abastecimento. Neste contexto, chamou atenção para a elevada carga tributária incidente sobre os alimentos, inclusive os mais básicos.

A **Professora Diana Sawyer** começou explicando que há vários conceitos de pobreza. O mais comum, de acordo com ela, é o conceito vinculado a necessidades básicas como moradia, saúde, educação, água potável, entre outras.

Mencionou, ainda, o conceito de pobreza ligado à capacidade e à liberdade das pessoas em definir suas próprias necessidades, o que amplia a noção de pobreza para muito além das carências econômicas, inspirando a criação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

A professora afirmou que também não há uma maneira única de definir uma linha de pobreza. É possível estabelecer um nível absoluto, ou então um nível em relação aos indicadores de outros países. Diante dessas complexidades na medição do que é pobreza, concluiu que não há resposta simples à pergunta de ser ou não possível erradicá-la.

A palestrante também comentou a crescente urbanização observada no mundo todo durante os últimos anos. De acordo com a professora, o avanço da urbanização não está sendo acompanhado pela redução das ta-

xas de pobreza, como seria o esperado. Esses dois fatores combinados, pelo contrário, estão criando condições para o aumento dos riscos ambientais urbanos.

Ao tratar da discussão entre o uso de transferência de renda e o de provimento de serviços no combate à pobreza, a palestrante afirmou que o antagonismo entre os dois métodos é apenas aparente. São, ao contrário, métodos complementares, especialmente considerando que será necessário expandir os serviços oferecidos pelo Estado para atender o aumento da demanda causado pela transferência de renda.

O **Professor Marcel Bursztyn**, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, afirmou não haver dúvidas de que o país tem conseguido bons resultados no combate à pobreza. Expressou, no entanto, preocupação sobre o risco de acomodação em relação ao problema, e indagou em que medida essa tendência é sustentável, e em que medida se está diante de uma perspectiva de se prescindir dos instrumentos de atenuação da pobreza utilizados atualmente.

O professor lembrou que pobreza é um problema quase tão antigo quanto a civilização, e que toda sociedade complexa tem desigualdades nos níveis de bem-estar de sua população.

Antes de tratar do programa brasileiro de transferência de renda, explicou que o combate à pobreza pode ser feito em três níveis: educação, saúde e renda. O Brasil, destacou, optou por atacar o problema resolvendo a questão da renda. O professor reconheceu que as medidas trouxeram resultados expressivos, com grande parcela da população sendo elevada a níveis de renda superiores.

No entanto, ressaltou a necessidade de análise mais detida sobre o acontecido, sobretudo porque, de acordo com ele, não foi tão difícil alcançar esses resultados, levando-se em conta o baixo nível de renda anterior, a situação demográfica favorável e a expansão da economia brasileira. Alertou também para o fato de as melhorias na saúde e na educação terem sido relegadas a segundo plano.

Destacou que, ainda que útil, o mecanismo de transferência de renda não é isento de limitações e efeitos colaterais. Mencionou, por exemplo, que foi observado em outros países uma dificuldade em cobrar as condicionalidades impostas à população para o acesso ao benefício. Ressaltou também a forte correlação entre o grau de universalização desses programas e o crescimento do apoio político das populações atendidas ao governo em exercício.

Concluindo, o Professor comemorou os resultados alcançados até agora, mas asseverou a necessidade de se conceber uma saída para o mecanismo de transferência de renda.

2.4

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(14/07/11- 31ª reunião)

Resumo da audiência pública da CRER+20

“Economia Verde”

Foi realizado, no último dia 7 de julho de 2011, pela Subcomissão Permanente da Rio+20, a audiência pública, que contou com a presença da Srª Maria Amélia Enríquez, da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, do Professor Donald Sawyer, Professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, e da Srª Elisa Tonda, representante do Pnuma no Brasil. Com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Rio+20, os palestrantes foram convidados para debater o tema “Economia Verde”.

O Senador Cristovam Buarque, que presidiu a reunião, antes de conferir a palavra aos expositores, explicou que o propósito do painel seria o de buscar uma definição para o que é economia verde e de analisar se esta seria adequada a reorientar o modelo de desenvolvimento da humanidade.

A Srª Elisa Tonda afirmou, de início, que a sua exposição teria como base o “Relatório sobre Economia Verde”, recentemente elaborado pelo Pnuma, e explicou que o relatório traz uma definição do que é economia verde, mas ressaltou que se trata de uma definição inicial, sobre a qual gostaria muito de receber comentários e exposições.

Segundo a expositora, economia verde pode ser definida como uma economia que resulte em um melhor bem-estar do ser humano e em maior igualdade social, ao mesmo tempo em que não expõe as gerações futuras a riscos ambientais significativos ou à escassez ecológica.

Mencionou a seguir que um aspecto não contido na definição, mas sobre o qual é útil refletir, é a relação entre o tema da economia verde e os

esforços dos últimos anos para combater a pobreza mundial. Sobre o ponto, afirmou que as práticas associadas à economia verde podem contribuir também para a redução da pobreza.

Ainda sobre a definição, explicou que a economia verde seria uma economia baseada no uso reduzido de carbono, na utilização eficiente de recursos e em padrões de produção e de consumo sustentáveis.

Apontou, então, que o relatório traz, como condição da transição para uma economia verde, o redirecionamento de 2% dos investimentos atuais para este objetivo, concentrados os recursos em dez setores considerados prioritários para impulsionar essa transição: agricultura, edificação, energia, pesca, silvicultura, indústria, turismo, transporte, gestão de resíduos e água.

Citou também outras condições, como novos marcos regulatórios e fiscais, desenvolvimento de tecnologias e um cenário de governança mundial que favoreça esta transição. Salientou, ainda, que, cumpridas as medidas elencadas no relatório, já a partir de 2050, as projeções de crescimento mundial seriam superiores às projeções baseadas no modelo atual de desenvolvimento, após o que concluiu que a noção de que o crescimento econômico é incompatível com o cuidado do meio ambiente é apenas um mito, um mito que o relatório do Pnuma ajuda a desconstruir.

Noticiou por fim que já há países que se dedicam à implementação das medidas do relatório em busca concreta de uma transição para uma economia verde, o que a deixa muito esperançosa e confiante na eficácia dessas medidas.

A Sr^a Maria Amélia Enríquez, da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, começou destacando que, apesar de o conceito de economia verde ter surgido em 1989, o tema começa a aparecer como proposição política pública por volta de 2008, com a situação de crise experimentada pelo mundo.

Ela discorre sobre essa questão, compara dados de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, afirmando que os benéficos do crescimento econômico diminuem à medida que se aumenta o nível de renda, e encerrando, a palestrante observou que essa perspectiva de crescimento limitado leva a conclusões delicadas como a de que superação da pobreza requer uma justa repartição da renda, a de que a transição demográfica requer medidas de controle populacional e de que a única forma de garantir a proteção ambiental é reduzir o consumo atual.

O Professor Donald Sawyer, da Universidade de Brasília, é professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, de início, afirmou que a economia verde estava diretamente associada a

mudanças climáticas, tratando de assuntos como baixo carbono, eficiência energética e energias renováveis.

Notou que, após 2007, começaram as tentativas de relacionar a economia verde também com a biodiversidade e ecossistemas; alertou para as possibilidades de que, apesar de os prospectos da adoção da economia verde serem positivos, esses efeitos benéficos poderão não se concretizar e daí surgirem efeitos negativos e inesperados. Advertiu também que o conceito de economia verde pode vir a se distanciar do conceito de desenvolvimento sustentável amplamente aceito pelos países na Conferência Eco92, e destacou o risco de aquele não ser aceito por unanimidade na Rio+20.

Esse é um ponto importante que o Professor coloca.

Mas ele afirma também que o modelo de desenvolvimento sustentável requer essencialmente uma mudança sistêmica dos padrões de produção e de consumo. O conceito de economia verde permite o risco de resultar apenas em medidas incrementais, os chamados projetos verdes, que não bastariam para resolver o problema dos padrões insustentáveis atuais.

Concluindo, ele destacou que a economia verde como o desenvolvimento sustentável podem ser perseguidos, mas advertiu que não se deve perder de vista os avanços da Eco92, que reputou um marco na história da humanidade”.

2.5
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(18/08/11 – 36ª reunião)

Relato da Audiência Pública da CRER+20

“Cidades: o que fazer?”

A Subcomissão Permanente para Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo Senador Cristóvam Buarque, realizou no último dia 11 de agosto, 5ª feira passada, audiência pública para debater o tema “Cidades: o que fazer?”.

Participaram como palestrantes os seguintes convidados: o Sr. **Sebastião Carlos dos Santos** – Presidente da Associação dos Catadores de Gramacho (Rio de Janeiro); o Sr. **Tom Rebello** – Arquiteto; e o Sr. **Hazem Galal** – Assessor Empresarial da Pricewaterhouse&Coopers.

O Sr. **Sebastião Carlos dos Santos** inicialmente pontuou que os catadores de lixo ainda são vistos como sujeitos socialmente excluídos, apesar de prestarem serviço de extrema importância para a sociedade e para o meio ambiente. Além disso, a atividade continua a ser realizada nos lixões e nas ruas, lugares impróprios à dignidade dos catadores.

O expositor apontou que os catadores começaram a se organizar em âmbito nacional a partir de 2001. Como reivindicações da categoria, mencionou: a disponibilização de galpões com estruturas dignas para a coleta seletiva; a inclusão dos catadores na atividade de coleta seletiva; o reconhecimento e a regulamentação da profissão; a não privatização do setor e, por fim, o estabelecimento de uma legislação que confira às empresas geradoras de resíduos a responsabilidade pelo correto destino destes.

O palestrante afirmou que, mesmo com a aprovação recente da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a grande maioria dos municípios ainda não dispõe de coleta seletiva.

Apesar disso, o Brasil apresenta bons níveis de reciclagem para alguns produtos, como latas de alumínio e resina PET. O convidado explicou que isso se deve não à existência de uma política pública, mas à pobreza e à exclusão social, que impulsionaram parte da população para a atividade de catar lixo.

Para demonstrar a necessidade de regulamentação do mercado de coleta seletiva de lixo, o Sr. Sebastião Santos destacou que o país perde 8 bilhões de reais ao ano por não ter um sistema eficiente dessa coleta seletiva. Disse, por fim, que se trata de um mercado economicamente viável, mas informal e socialmente injusto.

O arquiteto **Tom Rebello** destacou que as tendências atuais de planejamento urbano não favorecem mais o surgimento de grandes cidades. As novas indústrias buscam agora as cidades médias, onde há uma melhor qualidade de vida.

Em relação às grandes cidades existentes, os exemplos de sucesso atuais mostram o valor de medidas como o deslocamento de alguns serviços para longe dos centros das cidades e a revitalização dessas áreas centrais.

Quanto à desmigração, disse acreditar ser uma solução para os problemas urbanos das grandes cidades. Para tanto, elencou como necessária a conjugação de projetos habitacionais, educacionais e de saúde nas cidades médias com instrumentos de incentivo de retorno a elas.

O último expositor, o **Sr. Hazem Galal**, enfatizou que as expectativas mundiais quanto ao papel do Brasil na Conferência Rio+20 são ainda maiores do que as da Rio 92. O país, argumentou, caminha para, em 20 a 30 anos, ser a 5ª economia mundial. Com isso, maior será o impacto de seu exemplo de como atingir um desenvolvimento sustentável.

Em seguida, o convidado destacou a oportunidade que o país terá ao sediar grandes eventos internacionais nos próximos anos. Segundo ele, esses eventos poderão ser catalisadores de desenvolvimento regional sustentável, diminuindo, por exemplo, o déficit de investimento urbano nas cidades-sede.

Advertiu, no entanto, que, para realizar esse potencial de crescimento, as cidades têm que se preparar em termos de infraestrutura, segurança, mobilidade urbana, sustentabilidade e outros fatores de desenvolvimento social.

Como uma das medidas desse preparo, o Sr. Hazem Galal sugeriu observar as experiências de outras cidades pelo mundo, para identificar e aproveitar as melhores práticas. Neste ponto, recomendou o estudo anual coordenado por ele, que compara a atratividade para negócios e a qualidade de vida de 26 cidades pelo mundo.

Por fim, o expositor sugeriu a criação de um índice de desenvolvimento e de competitividade para mensurar e acompanhar o avanço das principais cidades do Brasil, a começar pelas cidades-sede da Copa de 2014.

2.6

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(22/08/11 – 37ª reunião)

Relato da Audiência Pública da CRER+20

“Governança: como administrar as soluções”

“Resumo da audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, subcomissão permanente para acompanhamento da Rio+20, do regime internacional sobre mudanças climáticas, presidida por S. Ex^a, o Sr. Senador Cristovam Buarque.

Foi realizada no dia 18 de agosto de 2011 por esta subcomissão, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Essa reunião contou com a presença da Professora Márcia Leuzinger, Universidade de Brasília; da Professora Solange Teles da Silva, Universidade Presbiteriana Mackenzie e Universidade do Estado do Amazonas; e também do Professor Marcelo Varella, Centro Universitário de Brasília, UniCeub.

Com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e realização da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a Rio +20, os palestrantes foram convidados para debater o tema Governança, Como Administrar as Soluções. A Professora Márcia Leuzinger inicialmente explicou que governança é a conjugação de atores públicos e privados para que se possa chegar a uma finalidade consensual, alcançada por concessões dos atores envolvidos.

Disse, em seguida, que a Constituição Federal, ao declarar o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, reparte a responsabilidade de defesa desse direito entre o Poder Público e a coletividade, e ao criar essa função ambiental pública e privada, remete à ideia de governança ambiental, que é a conjugação de atores públicos e privados para o fim consensual de proteção do meio ambiente.

A professora passou, então, a detalhar o papel dos diversos atores dentro dessa função ambiental. O Poder Executivo atua por meio de políticas públicas ambientais, do poder de polícia, da intervenção do Estado na propriedade e do fomento de ações privadas benéficas ao meio ambiente. Apontou que cabe ao Poder Legislativo a edição de normas de proteção ao meio ambiente. Nesse ponto, ressaltou a necessidade de conscientização dos parlamentares e do eleitorado quanto ao tema e expressou preocupação quanto às discussões do novo Código Florestal que, segundo ela, pode levar à perda de florestas de biodiversidade e a complicações climáticas.

Quanto ao Poder Judiciário e à sua função de solucionar conflitos de natureza ambiental, disse ser necessária a capacitação dos magistrados no assunto. Essa necessidade decorre do número reduzido de cursos de Direito que oferecem a disciplina de Direito Ambiental como obrigatória. Disse que, nessa função ambiental, o Ministério Público é bastante atuante e cumpre papel fundamental por meio das ações civis públicas, dos termos de compromisso e de sua função de fiscal da lei em processos ambientais.

Destacou também a relevância do papel da sociedade, por meio de organizações não governamentais, igrejas, universidades e outras associações ou por pequenas ações individuais. Sobre essas, afirmou que é impossível proteger o meio ambiente sem a conscientização dos bilhões de seres humanos que habitam o Planeta.

A professora afirmou que a cooperação internacional nas questões ambientais não ameaça a soberania das nações. Em sua opinião, é natural e necessário que os países assumam obrigações nos temas em que a atuação individual de uma nação possa causar impacto significativo para todo o mundo, a exemplo das questões nucleares e ambientais.

A Professora Solange Teles da Silva começou enumerando os elementos da boa governança: participação, consenso, transparência, agilidade, eficiência, efetividade, equidade, inclusividade e respeito ao Estado de Direito. Em seguida, a professora levantou a questão de como administrar o Planeta a longo prazo se as democracias são baseadas em eleições locais e em mandatos de curto prazo.

Elencou, então, duas medidas importantes para lidar com essa questão: a alfabetização ecológica e a adoção do princípio de não retrocesso da proteção ambiental. Sobre a alfabetização ecológica, disse ser necessário, além da educação das crianças, capacitar os líderes políticos locais, nacionais e internacionais para compreender os fenômenos que fazem parte da complexidade ambiental.

Sugeriu, então, que esse poderia ser um projeto brasileiro, a ser expandido para outros países. Em relação ao não retrocesso da proteção ambiental, argumentou que o Brasil é signatário do Protocolo de San Salvador, que proclama o direito de todos ao meio ambiente sadio e estabelece que

esse direito é de realização progressiva. A convidada adiantou que um provável tema da Rio+20 será o da constituição de um organismo internacional para o meio ambiente.

Revelou que, ainda não há um consenso sobre o assunto, mas advertiu que qualquer que seja a solução adotada, é preciso evitar a duplicação e a sobreposição de competências, diminuir os custos e promover a união de esforços para aumentar a eficiência da cooperação internacional ambiental.

O Professor Marcelo Varella explicou que o Direito Internacional Ambiental foi construído dentro de uma lógica de aumento gradativo dos níveis de obrigatoriedade dos seus tratados e da adesão voluntária dos Estados. O convidado explicou também que o sistema de controle dos tratados ambientais dispõe de três mecanismos: relatórios, inspeções e instrumentos de mercado, e revelou que esses mecanismos de controle ainda são pouco efetivos e são utilizados de forma esparsa.

Em sua opinião, o grande desafio da Rio+20 será como aumentar a efetividade do sistema de controle dos tratados ambientais, e é esse ponto, continuou ele, que dá a oportunidade de o Brasil assumir uma posição de protagonista no cenário mundial. Para isso, o professor enfatizou a necessidade de o Brasil bancar a criação de mecanismos mais efetivos para a proteção ambiental, ainda que seja contra a posição dos países dominantes, que continuam reticentes nesse ponto”.

3

PRINCIPAIS RELATOS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA E FAIXA DE FRONTEIRAS - CREPAFF

3.1

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(26/05/11 – 21ª reunião)

Ciclo Audiências CREPAFF

“Fronteiras e Segurança Nacional”

A reunião da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ocorrida na última terça-feira, dia 24 de maio de 2011, com a presença da Senadora Ana Amélia, realizou, às 9 horas, audiência pública com o tema: Fronteiras e Segurança Nacional, com a presença dos seguintes convidados: Major-Brigadeiro Gerson Nogueira Machado de Oliveira, subchefe de operações da Chefia de Preparo e Emprego do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas; Dr. Oslaim Campos Santana, diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal; Dr. Glauco Costa de Moraes, oficial de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); Conselheiro Luiz Maria Pio Corrêa, coordenador da Coordenadoria-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores.

O Major-Brigadeiro Gerson Nogueira Machado de Oliveira relatou o incremento da integração das ações das Forças Armadas na faixa de fronteira com outros órgãos federais e estaduais como a Polícia Federal, agências humanitárias, ONGs, otimizando, assim, as ações de combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais numa busca constante de maior interação com esses órgãos.

O Brasil – informou-nos o brigadeiro – assinou acordo de cooperação com todos os países da América do Sul e a Força Aérea desenvolve operações com a França, na fronteira com a Guiana, além de Venezuela, Colômbia, Peru Argentina e Uruguai.

Nossa faixa de fronteira, segundo ele, tem 150 quilômetros, abrange 588 Municípios e tem uma extensão de cerca de 17 mil quilômetros de fronteiras com dez países, envolvendo onze Estados e sua vigilância pressupõe combinação de segurança e desenvolvimento em seu conceito estratégico. Apesar de ser uma atividade de alto alcance estratégico, o Brigadeiro ressaltou que a legislação brasileira é acusada de dificultar o desenvolvimento regional, especialmente no sul do País, em virtude da maior densidade populacional. Para além da burocracia existente, porém, após a aprovação da lei de medidas de destruição, em 1998, regulada em 2004, houve sensível diminuição do tráfico pela via aérea, embora tenha sido registrado aumento do ilícito por via fluvial e terrestre.

O Dr. Oslaim Campos Santana, por sua vez, destacou a Operação Sentinela, que opera em caráter permanente desde o ano passado, nos 11 Estados da fronteira oeste e norte, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional de Segurança Pública, a Receita Federal, as Polícias Estaduais de Fronteira e as Forças Armadas, além das ações fruto da cooperação internacional.

Para ele, a integração com as Forças Armadas tem sido fundamental para o sucesso das operações. Entre os tipos de crime da faixa de fronteira, o representante da Polícia Federal citou o tráfico de drogas, de armas, de pessoas, contrabandos vários, crimes financeiros, cargas ilícitas, sonegação fiscal, exportação ilegal de veículos, crimes ambientais e até mesmo a corrupção de agentes públicos. Ressaltou que não basta, nessas operações, apenas o patrulhamento ostensivo; ele tem de ser precedido pela inteligência.

Já o Dr. Glauco Costa de Moraes discorreu sobre as operações da Abin na faixa de fronteira, onde a agência mantém poucos escritórios, mas desloca equipes em missões exploratórias responsáveis pela coleta de dados chamada de produção de conhecimento, com o objetivo de orientar as decisões políticas do governo federal.

O analista informou à Subcomissão que a Presidenta da República determinou o reforço da presença da agência na faixa de fronteira, e que já existe um plano prevendo a intensificação dessas operações. E ressaltou a presença de ainda poucos adidos de inteligência junto a embaixadas brasileiras no exterior.

Por fim, o conselheiro Luiz Maria Pio Corrêa relatou, entre as competências do Ministério das Relações Exteriores, a da participação em fóruns internacionais nos planos bilateral e multilateral relacionados aos crimes transnacionais, mediante a assinatura de acordos, negociações e a presença em vários organismos que atuam no combate a esse tipo de ilícito, em Viena, Washington, Paris, nas Nações Unidas, na OEA, no Mercosul, na Unasul, entre outros.

Explicou que a defesa e a segurança são temas de exercício da soberania nacional e destacou o trabalho dos consulados brasileiros com suas informações sobre fluxo de comércio e viagens, entre outros, que ajudam o Ministério das Relações Exteriores a melhor cooperar com os órgãos que atuam diretamente nas questões de segurança e combate a esses crimes.

Ao encerrar, lembrou o conselheiro que as representações brasileiras no exterior abrigam, cada vez mais, aditâncias policiais de defesa e de inteligência, acrescentando que o Ministério não está envolvido com segurança, mas atua como facilitador de operações.

A audiência pública realiza demonstrou, com solidez, que é imprescindível fortalecer a segurança nas fronteiras brasileiras, mas também promover o desenvolvimento da população que vive nessas áreas.

A Subcomissão é presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, que presidiu essa audiência pública realizada na última segunda-feira.

3.2

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(09/06/11 – 26ª reunião)

Ciclo Audiências CREPAFF

“Fronteiras e Segurança Nacional”

A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira promoveu, na última **terça-feira**, dia **7 de junho**, encontro do ciclo de audiências públicas sobre as **“Fronteiras e Segurança Pública”**, desta vez para receber a contribuição dos Secretários de Segurança dos Estados da Região Sul e Mato Grosso do Sul.

O Secretário de Segurança Adjunto do Rio Grande do Sul iniciou a sua apresentação abordando a questão da violência. Afirmou que se trata de um problema que afeta todos os países e que constitui um óbice importante ao desenvolvimento do Brasil. Tanto é, que está entre as três principais preocupações dos brasileiros.

O Secretário informou que ocorreram no último ano no país 51 mil homicídios, o que coloca o Brasil no 2º lugar do ranking mundial, superado apenas pela Rússia. Além disso, no período entre 1998 e 2008, constatou-se um crescimento desses índices, que demonstra a ineficiência da atuação reativa empregada no combate ao problema, e evidencia a necessidade de combinar a repressão qualificada com a prevenção, a exemplo da experiência bem sucedida das UPPs no Rio de Janeiro.

Citou, ainda, que 64% dos encarcerados no Brasil são jovens entre 19 e 24 anos, em sua maioria presos em razão de tráfico de entorpecentes. Relacionou como principais delitos relacionados à questão de fronteiras o descaminho, o contrabando, o tráfico de armas e drogas, a exploração de menores, o turismo sexual, o abigeato (roubo de gado), o roubo de veículos, a evasão de divisas, a rota de fuga e, por fim, a imigração clandestina.

Entende o Secretário que a melhoria do controle das fronteiras refletirá positivamente sobre a questão global da violência, pois aumentará o nível geral de segurança e, principalmente, restringirá o tráfico de armas e drogas, que são fonte primária de diversos outros crimes. Essa melhoria depende da atuação integrada do Legislativo, Executivo e Judiciário. Para

ele, há necessidade de atuação sistêmica e integrada, com a participação dos três níveis de governo – União, Estados e Municípios – e emprego intensivo de tecnologia e inteligência.

Nesse sentido, o Rio Grande do Sul desenvolveu projeto específico no combate ao roubo de gado, integrando 37 Municípios e o Estado. Foram criados Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, compostos pelo prefeito e todos os órgãos policiais (estaduais e federais) presentes no município, que se reúnem periodicamente. A iniciativa demonstrou a necessidade de integração com os vizinhos, o que induziu ao estabelecimento de protocolos com os Estados fronteiriços, favorecendo relações harmônicas e reduzindo drasticamente os índices desse ilícito.

Manifestou o expositor sua expectativa positiva diante do próximo lançamento pelo governo federal do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras, ressaltando a importância da participação e integração entre os diversos órgãos, tais como ABIN, Exército Brasileiro, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretarias de Segurança dos Estados, sem esquecer dos Municípios.

3.3

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(16/06/11 – 28ª reunião)

Ciclo Audiências CREPAFF

“Fronteiras e Segurança Pública – Secretaria de Segurança da Região Norte de 14/06/11”

A Subcomissão Permanente da Amazônia e Faixas de Fronteiras promoveu, na última terça-feira, dia 14 de junho, o III Encontro do Ciclo de Audiências Públicas sobre as Fronteiras e a Segurança Pública, dessa vez para receber a contribuição dos Secretários de Segurança dos Estados da Região Norte.

A audiência contou com a participação dos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão, Blairo Maggi, Randolfe Rodrigues, Valdir Raupp e Acir Gurgacz.

O primeiro expositor foi o Sr. Marcos Roberto da Silva, Secretário de Segurança do Amapá, que iniciou a sua apresentação falando sobre a expectativa positiva causada pelo recente lançamento do Plano Estratégico de Fronteiras do Governo Federal. Frisou o Secretário que, até o momento, os Estados não têm definido o seu papel nesse plano, havendo necessidade de sua inclusão. Isso porque, embora as fronteiras estejam afetas à União, os Estados qualificam pessoal, devem prover a segurança das populações e precisam trabalhar de forma integrada com os órgãos federais.

Citou, ainda, a primeira reunião de Secretários de Segurança Pública da Amazônia, ocorrida em 30 de maio, na cidade de Porto Velho, em Rondônia, que resultou na criação do Conselho de Secretários de Segurança de Fronteira da Região Norte e na expedição do documento conjunto denominado “Carta do Madeira”, na qual são elencadas ações de interesse comum a serem implementadas. O expositor destacou as grandes diferenças regionais, inclusive entre Estados da mesma Região, que afetam a questão fronteiriça, citando que o Amapá possui setecentos quilômetros de fronteiras sobre rios. Os principais problemas dizem respeito à entrada de drogas, à prostituição infantil e aos brasileiros trabalhando na ilegalidade na Guiana Francesa, especialmente garimpeiros, o que requer ação integrada com as autoridades francesas. Lembrou que os problemas devem se intensificar com a próxima inauguração da ponte binacional que une os dois países, e exemplificou a falta de infraestrutura, citando que, na rodovia que liga a

capital ao Oiapoque, só existe um posto de controle da Polícia Rodoviária Federal a nove quilômetros de Macapá.

O segundo expositor, Sr. Zulmar Pimentel dos Santos, Secretário de Segurança Pública do Amazonas, ressaltou que também aguarda pela definição do papel dos Estados no Plano Estratégico de Fronteiras, destacando a importância da reunião realizada em Porto Velho para o estabelecimento de bases de planejamento integrado. Destacou o Secretário a intensa dificuldade em patrulhar a extensa linha de fronteira, especialmente nas áreas despovoadas, frisando que a maior parte é constituída de rios, o que demanda patrulhamento fluvial. Citou o problema dos índios, que não se atêm aos limites fronteiriços e que, inclusive, sofrem aliciamento de organizações outras. Segundo o expositor, a maior preocupação é com o tráfico de drogas, as quais ingressam no País principalmente pelos rios e em pequenas aeronaves, já que o País vizinho, a Colômbia, é o maior produtor mundial.

Além disso, acentuou que, se antes o Estado do Amazonas era apenas passagem, hoje verifica-se significativo aumento do consumo tanto na capital como no interior. A entrada ilegal de imigrantes peruanos e colombianos e na fronteira seca, na região de Tabatinga, avulta o problema da criminalidade, notadamente contrabando, descaminho e passagem de carros roubados.

Representando a Secretaria Pública do Pará, o Coronel José Roberto Damasceno explicou que a fronteira paraense se caracteriza por ser quase totalmente desabitada, sem infraestrutura de transporte e comunicação, com a sede dos três Municípios fronteiriços situada a 450 quilômetros da fronteira, o que inviabiliza um controle efetivo. Citou como principal problema o tráfico de mulheres, ressaltando a ocorrência também de apreensão de drogas. Informou o expositor que o Estado capacitou novecentos policiais e tem conhecimento da área, mas faltam meios que possibilitem ações efetivas de controle da fronteira, que dependem de embarcações e helicópteros.

Destacou a necessidade de presença continuada, o que dificilmente poderá ser executado pela Força Nacional, já que essa realiza operações esporádicas e também não possui conhecimento e experiência locais. Por fim, lamentou o tempo exíguo concedido pelo Governo para apresentar o Plano Estadual à Secretaria Nacional de Segurança Pública.

O Secretário de Segurança Adjunto do Mato Grosso, Sr. Alexandre Bustamante, citou a exiguidade dos meios federais voltados para a segurança da fronteira em seu Estado, destacando a existência de apenas uma delegacia da Polícia Federal e nenhum posto da Polícia Rodoviária Federal. Essa situação levou o Estado a criar, por meios próprios, em 2012, segundo ele, o Grupamento de Fronteira, que, por meio de postos de fronteira e operações periódicas, vem sistematicamente aumentando suas apreensões, principalmente de armas e drogas.

O quinto expositor, Sr. Ildor Reni Graebner, Secretário de Segurança do Acre, salientou que o seu Estado possui 1.350 quilômetros de fronteira

com o Peru e 618 quilômetros de fronteira com a Bolívia e que, por absoluta falta de meios, as ações voltadas à segurança dessa faixa se resumem ao controle, compartilhado com a Polícia Federal e a Força Nacional, das pontes internacionais e ações esporádicas na fronteira com o Peru. Frisou que espera uma ocupação mais efetiva da fronteira por forças federais, em decorrência do plano estratégico recém-lançado pelo Governo Federal. Salientou ainda que o Estado tem boas relações com os vizinhos e citou a visita oficial ao Estado de Pando, na Bolívia, em que foram firmados protocolos para cooperação na apuração e combate a ilícitos e na entrega de delinquentes. Mencionou um plano de metas de redução da criminalidade que, mediante ações integradas e continuadas, proporcionou uma redução de 50% em tais índices nas áreas visadas.

Finalmente, o Secretário manifestou que espera apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública na obtenção de barcos e viaturas apropriados e que há necessidade de aumento de efetivos, meios de comunicação e de coleta de dados para expandir tais ações para a área rural.

Encerrou as exposições o Secretário de Segurança Pública de Rondônia, Sr. Marcelo Nascimento Bessa, que esclareceu que a fronteira internacional do seu Estado com a Bolívia é toda fluvial e se estende por 1.342 quilômetros. Nessa região, ocorrem ilícitos como a exploração... Enfim, essas questões todas que não vou repetir, todos esses problemas que nós já conhecemos e elencamos aqui, ditos por outros secretários. Citou o agravamento dos problemas sociais. Importante aqui é o fato de ele dizer que o seu Estado, Rondônia, tem uma fronteira, que é toda fluvial, com a Bolívia, que se estende por 1.342 quilômetros, mais o outro Estado, que é o Acre, que tem 618 quilômetros de fronteira com a Bolívia.

Manifestou o expositor, Sr. Marcelo Nascimento Rosa, Secretário de Segurança Pública de Rondônia, a expectativa positiva em relação aos resultados decorrentes do I Encontro de Secretários de Segurança. Nesse sentido, citou que houve uma operação, denominada Cerco Integrado da Fronteira, conduzida pelo Estado, com um pequeno efetivo especializado, planejamento e integração entre diversos órgãos estaduais e federais e com resultados bastante significativos.

Essa reunião foi presidida por S. Ex^a o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Amazônia e Política de Fronteiras.

3.4
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(15/08/11 – 35ª reunião)

Ciclo Audiências CREPAFF

“Desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteiras”

*A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira realizou no dia 9 de agosto, 3ª feira da semana passada, o 1º Painel do ciclo de audiência públicas destinado a debater o tema “Desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteiras”. Estiveram presentes à reunião os seguintes convidados: **Sra. Ana Maria Oliveira de Souza** – Coordenadora de Estudos Econômicos e Empresariais da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; **Sr. Oduval Lobato Neto** – Gerente Executivo de Gestão de Programas Governamentais – Banco da Amazônia S/A; **Sra. Cláudia Cybelle Freire** – Coordenadora de Programas Macro Regionais do Ministério da Integração Nacional; **Sr. Antônio José Alves Júnior** – Chefe do Departamento de Relações com o Governo do Gabinete da Presidência do BNDES; **Sr. Wagner de Siqueira Pinto** – Gerente Executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável – Banco do Brasil; e, **Sra. Maria Leticia de Paula Macedo** – Gerente Nacional de Estratégia de Relacionamento Internacional da Caixa Econômica Federal.*

A **Sra. Ana Maria Oliveira de Souza** explicou que a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA desenvolve um programa de interiorização do desenvolvimento desde 1997. Por este programa, a receita arrecadada com a Taxa de Serviços Administrativos é reinvestida em projetos de produção, infraestrutura, promoção e turismo e capital intelectual

nos municípios nos quais a superintendência atua. A expositora destacou que 93 dos municípios beneficiados estão localizados na faixa de fronteira.

De acordo com ela, no entanto, contingenciamentos orçamentários fazem com que nem todos os recursos arrecadados sejam aplicados. Desde 2008, informou, os únicos recursos disponíveis foram os de emendas parlamentares.

Revelou, ainda, que nos últimos dois anos 207 projetos, que beneficiariam até 50 mil famílias, não puderam ser realizados por falta de financiamento. Informando que as previsões apontam para um percentual de liberação de recursos abaixo do total arrecadado pela SUFRAMA, a expositora expressou preocupação com a não realização de importantes projetos para a região.

O **Sr. Oduval Lobato Neto** iniciou apontando que o Banco da Amazônia opera em todos os nove estados da Amazônia Legal, onde é responsável por mais de 72% do crédito de fomento. Suas operações de crédito são direcionadas principalmente para a agricultura familiar e para as microempresas. Os recursos estimados para 2011 somam 6,9 bilhões de reais, e provém de fontes diversificadas, sendo o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte a principal delas.

Disse que o banco participa de programas do governo federal como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF – e o Programa Amazônia Sustentável. Ele calcula que o Banco da Amazônia já atendeu mais de 78 mil famílias desde 2004 dentro do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Dentre as iniciativas da instituição, o palestrante destacou o FNO-Itinerante, que busca, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, dar maior inserção econômica aos municípios de menor renda.

Por fim, o palestrante enumerou desafios identificados pelo banco na busca de desenvolvimento econômico, como: melhorar o nível de organização dos produtores, consolidando-se a cultura do cooperativismo; proporcionar a titularidade das terras; ampliar e melhorar a oferta dos serviços de assistência técnica e extensão rural; melhorar as infraestruturas econômica, social e logística e viabilizar os licenciamentos ambientais.

Já a **Sra. Cláudia Cybelle Freire** explicou, de início, que a faixa de fronteira é considerada um dos “endereço da pobreza” no país e, por isso, é tratada como área prioritária pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Dessa forma, o Ministério da Integração Nacional desenvolve programa de desenvolvimento exclusivo para os 588 municípios da região

O programa investe cerca de 300 milhões de reais por ano na faixa de fronteira, sendo que 97% dos recursos do programa advêm de emendas parlamentares. Quanto à forma de aplicação desses recursos, a palestrante destacou ações como, estudos para melhor compreensão da faixa de fronteira e entendimento com parlamentares para melhor adequar os investi-

mentos à política do Governo Federal para o território. Enfatizou também a importância da integração de esforços com os países vizinhos e de ações concertadas da União, dos Estados e dos Municípios.

O **Sr. Antônio José Alves Júnior**, começou explicando que o BNDES não tem programa específico para a faixa de fronteira. Contudo, disse ele, a redução das desigualdades sociais e regionais é parte da missão do banco e integra os valores promovidos pela instituição. Disse ainda, que o BNDES desenvolve há algum tempo uma política regional, já bastante robusta, que inclui microrregiões na faixa de fronteira. Nesse sentido, já há resultados expressivos e o banco está pronto para aumentar sua colaboração.

O **Sr. Wagner de Siqueira Pinto** adiantou que iria tratar do tema pelo detalhamento da estratégia negocial de desenvolvimento regional sustentável. Definiu esta como uma atuação de negócios do Banco do Brasil que pretende fomentar atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas. A lógica da estratégia é identificar vocações produtivas nas comunidades em que o banco atua e, mediante articulação com a sociedade, fortalecer essa cadeia produtiva.

O convidado informou que a aplicação dessa nova estratégia já beneficiou mais de um milhão de pessoas. Relatou que a experiência do Banco do Brasil com a estratégia aponta que seu uso implica uma redução dos índices de inadimplência dos contratos.

Além do desenvolvimento regional sustentável, o expositor mencionou também uma parceria com o Exército Brasileiro para instalação de 14 postos de atendimento para atender militares e cidadãos nas fronteiras da Venezuela, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia.

A **Sra. Maria Leticia de Paula Macedo**, última expositora, afirmou que não existe um programa específico da Caixa Econômica Federal para a faixa de fronteira, pois a própria natureza da instituição, que combina elementos de bancos comerciais e sociais, influi no direcionamento de ações para essa região.

De acordo com a palestrante, a permeabilidade atual do banco, presente em todos os municípios do país, permite suprir serviços de crédito, inclusão bancária, habitação e saneamento, transferência de benefícios, gestão de fundos e loterias por meio de unidades bancárias móveis, montadas em embarcações ou veículos terrestres, e de correspondentes bancários. Sobre os correspondentes bancários, disse que, além de resultarem na inclusão bancária das populações remotas, essas unidades promovem o desenvolvimento das economias locais. Esse longo alcance dos serviços oferecidos beneficia as regiões de fronteira mais isoladas.

Mencionou ainda outras ações do banco com impacto nas regiões fronteiriças, tais como: cooperação internacional com foco no cone sul; ampliação do relacionamento com os países de fronteira, e apoio de arranjos produtivos locais nas áreas de fronteira.

4

COMUNICADOS SOBRE A CRISE NO MUNDO ÁRABE

4.1 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA *(17/03/11 – 5ª reunião)*

Crise política nos países do Oriente Médio e do Norte da África.

A situação de instabilidade no mundo árabe tem-se agravado, tanto no que diz respeito ao espraiamento da onda de manifestações e revoltas, quanto na deterioração do quadro, que chegou a configurar uma guerra civil, no caso da Líbia, mas que, pelos acontecimentos dos últimos dias, já se restabelece.

Movimentos de revolta continuam a ocorrer no Egito e na Tunísia, disseminaram-se para o Iêmen (sede de importante núcleo do Al Qaeda na península árabe), o Bahrein (base da quinta frota americana), a Argélia, o Iraque, a Jordânia, e o Omã. A Arábia Saudita, sentindo-se cercada, proibiu quaisquer manifestações.

Se as rebeliões egípcia e tunisiana lograram, com rapidez e sem muita resistência, derrubar os governos, o quadro da Líbia é mais complexo, pois o regime de Kadafi tem mostrado vontade de resistir, e não hesita em utilizar os meios de que dispõe. O líder Kadafi conta com lealdades tribais que soube cultivar, ao mesmo tempo em que criava milícias em um sistema paramilitar. Quanto às forças armadas convencionais, o regime procurou favorecer apenas os setores mais confiáveis. As unidades do Leste do país, região tradicionalmente pouco leal ao Coronel Kadafi, são as menos equipadas e treinadas. A força aérea, muito bem aparelhada, tem se colocado ao lado do líder da Líbia, e se mostrado extremamente útil à sua resistência.

O dirigente líbio está procurando mostrar a legitimidade do regime que chefia por meio de manifestações pró-governo. Busca, de outra parte, agir no plano externo, ao culpar a Al Qaeda pelas ações rebeldes e ameaçar a Europa com o fluxo de imigrantes avassalador que sua queda provocaria.

Cumprir lembrar que a Líbia é importantíssimo fornecedor de petróleo para a França e a Itália, que possui ótimo relacionamento com Kadafi, particularmente a Itália. Basta dizer que, em 2008, na cidade de Benghazi, essa mesma cidade que hoje está sendo fruto de uma grande disputa entre os rebeldes e o governo líbio, Líbia e Itália assinaram um Tratado de Ami-

zade e Cooperação, inclusive de cunho militar, a ponto de conter cláusulas como a proibição de a Itália ceder suas bases para um eventual ataque contra o regime de Kadafi, bem como a obriga Roma a compartilhar seus planos militares com Trípoli. O Reino Unido possui vultosos investimentos petrolíferos na Líbia e é grande supridor de armas para o país.

Após a fase de indecisão inicial, os Estados Unidos estão assumindo posição mais afirmativa contra a Líbia. Além do patrocínio de sanções, deslocaram belonaves para a região, e estudam opções militares no âmbito da OTAN. Entre essas opções constam a ajuda militar e logística aos rebeldes, o estabelecimento de uma zona de interdição do espaço aéreo, o chamado no-fly zone, que implica destruição, inclusive, de instalações aéreas e a interferência, o jamming, nas telecomunicações líbias, medidas pouco prováveis de serem adotadas, porque não obtêm essas medidas, o apoio do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou dos países que fazem parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Uma intervenção militar teria, evidentemente, um altíssimo custo político na região.

Em outra vertente, nota-se que o Irã, apesar de problemas internos (desemprego, oposição forte, programa nuclear sob intensa pressão dos EUA), tem ocupado espaço político na região. Ao eliminar Saddam Hussein no Iraque e ao combater o Talibã no Afeganistão, os Estados Unidos neutralizaram dois inimigos do Irã. Alterou-se o equilíbrio de poder regional, e o Irã tem hoje influência no Afeganistão e no Iraque, além de contatos estreitos com segmentos do Egito, do Iêmen, e de Bahrein.

De um ponto de vista mais amplo, deve-se observar que a Rússia tem se manifestado contrária à perspectiva de ações mais fortes contra o regime líbio, como a já citada no-fly zone. A China tem mantido certa distância diplomática da crise, mas a acompanha com temor e cuidado, e tampouco apoia medidas bélicas. Recorde-se que ambas as potências têm populações muçulmanas que já manifestaram insatisfação bem recentemente.

A China adota a política de combater manifestações no nascedouro, quando o custo de evitá-las é mais baixo, e já está controlando com maior rigidez a internet, os telefones celulares, e a atuação de jornalistas estrangeiros.

A crise no mundo árabe levou ao aumento dos preços do petróleo, em momento delicado em que a economia mundial tenta firmar sua recuperação. Mesmo com o aumento de produção da Arábia Saudita o panorama é muito volátil, pois a monarquia saudita está cercada pela instabilidade.

Quanto às causas da onda de revolta, podem-se destacar algumas como comuns a todos os países, como a elevação dos preços dos alimentos e o desemprego. Houve também melhoria dos níveis de instrução o que, junto com a falta de oportunidades de trabalho, leva à frustração, principalmente entre os jovens e a classe média.

Por outro lado, há a influência externa, pela difusão de meios de comunicação como televisão a cabo e internet. Essa disseminação faz com que se importem referências de padrões de consumo de países desenvolvidos que, inatingíveis pelas camadas mais pobres, também levam a fortes decepções.

Do ponto de vista político, temos regimes autoritários, de longa duração, que não construíram canais adequados de comunicação da sociedade com o sistema político. Ou seja, é deficiente a transmissão de demandas e apoios da sociedade para o sistema político. Assim, o sistema fechou-se, e comunica pouco com a população, que se viu impedida de participar da vida política. A renovação deixou de existir.

O fechamento do sistema ajuda a explicar a falta de lideranças bem definidas na oposição, o que pode levar à maior duração da instabilidade política. Uma grande e nova diferença em relação a outras situações do passado é a utilização das redes sociais, via internet, para a disseminação da rebeldia. De outra parte, registre-se que as atuais manifestações não possuem caráter religioso.

4.2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA (24/03/11 – 6ª reunião)

Situação no Norte da África e no Oriente Médio. Atualização.

Gostaria de trazer ao conhecimento das Senhoras e Senhores Senadores uma necessária atualização do cenário político e de conflitos da chamada “Primavera Árabe”, não só em função dos informes dados na última reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, mas principalmente em virtude das constantes e diárias mudanças dos fatos, acontecimentos e decisões que envolvem esse tema e que hoje mobiliza, prioritariamente, a política externa das principais nações do mundo.

A situação no Norte da África e no Oriente Médio continua a deteriorar-se, com a onda de manifestações e repressões atingindo também a Síria, e com o agravamento da crise na Líbia, agora internacionalizada.

No dia 17 de março, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas votou a resolução 1.973, com base no Capítulo VII da Carta da ONU, quando se abstiveram o Brasil, a China, a Rússia, a Índia e a Alemanha.

Tão logo aprovada a resolução, que autorizou a utilização dos meios necessários para evitar as agressões humanitárias do regime líbio, a França mobilizou sua força aérea – com aviões Rafale – para bombardear posições na Líbia, colocando em vigor a *no-fly zone* possibilitada pela decisão do Conselho. A seguir, o Reino Unido e os Estados Unidos passaram também ao ataque com mísseis de longo alcance.

Registre-se a mudança de posição francesa, país que ainda no começo da onda de instabilidade árabe apoiava o Governo da Tunísia, oferecendo-lhe, inclusive, meios de resistência.

Houve mudança radical também na posição norte-americana, pois o Governo de Barak Obama esteve, no início do ciclo de instabilidade, relutante em apoiar as forças de insatisfação e assim perder aliados de longa data como o Egito do Sr. Mubarak.

O líder Kadafi reagiu à imposição da zona de exclusão aérea com o anúncio de um cessar fogo que não se materializou, pois suas tropas continuaram a avançar. Por outro lado, reforçou o tom de suas ameaças à aliança ocidental.

É interessante notar que se trata, por enquanto, de uma coalizão *ad hoc*, de que participam as forças do Reino Unido, da França, dos Estados Unidos, da Itália, do Canadá, da Espanha, da Dinamarca e da Bélgica.

O Catar e outros países árabes – como o Kuwait, a Jordânia, os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita – estariam prontos a dar sua contribuição, em menor escala.

Apesar de divergências no interior da coalizão liderada por Estados Unidos, Reino Unido e França, busca-se acordo para se unificar o comando das operações no âmbito da OTAN. Embora ainda não formalizada, a colocação da ofensiva sob a égide da Aliança Atlântica caminha rapidamente e o presidente americano, em contato com o presidente francês Nicolas Sarkozy e o premier inglês David Cameron, já teria obtido sua anuência.

A OTAN está patrulhando a costa líbia para implementar o embargo de armas, embora a Alemanha, que se opõe à intervenção, tenha tirado belonaves do comando da Organização.

Importa registrar a posição da Itália, antiga potência colonial, cujo Tratado de Amizade e de Cooperação com a Líbia, de 2008, continua tecnicamente em vigor, pois não foi denunciado. Esse ato internacional veta o uso do território italiano para incursões contra a Líbia, o que impediria, por exemplo, a utilização das bases da Aliança Atlântica de Nápoles e Sigonella. Assim, o Governo italiano, por seu Ministro da Defesa, declarou que o Tratado está suspenso, ou seja, não será aplicado.

Tanto o Governo italiano de Berlusconi quanto o francês de Sarkozy estão com problemas políticos e com baixa popularidade e vêm, na participação na coalizão anti-Kadafi, uma oportunidade de recuperação. A França, ademais, com divergências internas tanto no âmbito ~~tanto~~ da orientação das relações exteriores, quanto no seu serviço diplomático, vê terreno propício para retomar a posição internacional que considera merecer.

O Brasil, que se absteve na votação da resolução, considerando que o uso da força poderia piorar a crise humanitária, tem-se manifestado a favor de um cessar fogo e de que os ataques terminem no prazo mais breve possível. Embora não tenha condenado explicitamente os ataques, reitera solidariedade ao povo líbio e apoia a iniciativa de negociações pelo envio especial das Nações Unidas e pela União Africana.

Embora seja precoce analisar os resultados da chamada operação ***Odyssey Dawn***, está claro que os ataques aéreos enfraquecerão, mas não anularão, as forças leais ao regime líbio. A oposição só avançará se contar com ajuda militar mais direta da coalizão. Há o risco de um impasse e até mesmo da divisão da Líbia em porções antagônicas. O Governo norte-americano descarta, por enquanto, o uso de tropas terrestres, que são as que podem fazer ocupação territorial e, eventualmente, estabilizar o país. O Governo inglês se disporia a participar de operações terrestres, desde que de pequena envergadura.

Apesar de a resolução do Conselho de Segurança não prever a mudança do regime, os que são favoráveis à mudança – o Reino Unido e a França –, é difícil imaginar cenário em que a coalizão aceite que o líder líbio continue como protagonista. Kadafi é símbolo político importante para amplas parcelas da população árabe, e está a desafiar ostensivamente os principais atores ocidentais de hierarquia de poder mundial – os Estados Unidos, o Reino Unido e a França.

4.3

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(07/04/11 – 7ª reunião)

Crise na Líbia e Síria. Atualização.

Alguns acontecimentos da semana passada confirmam o entendimento sobre a complexidade e a gravidade da situação no norte da África e no Oriente Médio, especificamente na Líbia.

Os ataques da coalizão intensificaram-se, o Presidente dos Estados Unidos fez pronunciamento sobre o tema, e realizou-se a Conferência de Londres sobre a Líbia no dia 29 de março de 2011.

A intensificação das ações aéreas para a implementação da **no-fly zone** permitiu aos rebeldes importantes avanços, favorecidos na segunda onda de invasões aéreas pela utilização de aviões a hélice para atacar diretamente as colunas de Kadafi. Esses aviões, em vôos com menos altitude, podem ser extremamente precisos para atingir tropas e veículos em zonas mais povoadas, embora apresentem maiores riscos tanto para seus pilotos quanto para civis nas áreas-alvo.

As ofensivas aéreas mostraram, no entanto, a quase total dependência dos rebeldes em relação ao apoio da aviação de guerra da coalizão, pois, à medida que as tropas governamentais líbias se recompunham e passavam ao contra-ataque, os rebeldes entravam em desorganizada retirada. No momento em que se realizava a Conferência de Londres sobre a Líbia, as forças de Kadafi reconquistaram terreno e continuava o impasse caracterizado pelos avanços e recuos. Mais bem armados e treinados, os soldados do regime anulam as hostes rebeldes que se caracterizam tanto pelo entusiasmo, quanto pela falta de preparo, de equipamento e de organização. É possível que os recuos das forças governamentais obedeçam também a razões táticas, pois o líder líbio preferiria combater nas cidades, onde os bombardeios aéreos seriam praticamente inviabilizados pelo temor de que atingissem a população civil.

Na véspera da Conferência de Londres, o Presidente dos Estados Unidos fez pronunciamento em que defendeu e justificou a ação militar. Naturalmente reiterou que a finalidade básica é a defesa da população civil em relação ao que ele chama de tirano ilegítimo. Mais importante, no entanto, foi sua reafirmação da liderança norte-americana e do direito de intervenção por razões humanitárias. Embora com nuances de estilo em relação às

iniciativas do Governo anterior, Obama mantém clara a opção pela substância representada pelo direito de intervenção, se necessário, aos interesses americanos.

A Conferência de Londres mostrou, de um lado, o empenho da coalizão em implementar a Resolução 1.973 e, de outro, a mudança da visão inicial de operação, de defesa da população civil, para o objetivo atual de mudança do regime líbio. Para essa mudança, já se admite o apoio mais direto aos rebeldes, por meio do fornecimento de recursos, inclusive armas.

A Secretária de Estado Hilary Clinton declarou que o fornecimento de armas ainda não foi objeto de decisão, mas que seria legítimo. A defesa da entrega de armamento aos rebeldes esbarra, porém, no fato de que os revoltosos teriam que ser treinados por assessores militares, tanto no manejo de armas quanto em disciplina e tática militar. Trata-se de um treinamento que levaria pelo menos alguns meses para ser efetivo.

Ademais, o Presidente da França Nicolas Sarkozy e o Primeiro-Ministro britânico David Cameron defendem a saída do líder líbio e a discussão da Líbia pós-Kadafi. A mudança de enfoque da operação *Odyssey Dawn*, agora sob o comando operacional da OTAN, e o apoio à oposição, significarão um envolvimento muito mais direto da coalizão na guerra civil líbia. A liderança da oposição, o Conselho Nacional de Transição, tampouco se destaca pela organicidade. Com mais de 31 membros de diversificada extração, o Conselho mostra pouco consenso, pouca coerência interna.

De um ponto de vista mais amplo, registre-se que a China e a Rússia buscam se manter distantes da crise líbia, mesmo porque temem a reação de suas populações muçulmanas e não têm a ganhar com a intervenção. A Rússia tem destacado que a coalizão, ao se envolver na guerra civil líbia, ultrapassa a Resolução 1.973. A China, em 29 de março, antes da reunião em Londres, quando o presidente Hu Jintao recebeu Sarkozy em Pequim – manifestou-se também firmemente contrária à ação militar, que não protegeria, segundo o dirigente chinês, os civis e poderia até levar à divisão da Líbia.

A entrada mais direta da coalizão – de que participam países árabes – no problema líbio traz maior incerteza quanto à duração da crise e o grau de ressentimento que a intervenção provocará no mundo muçulmano. Pode-se considerar, no momento, a possibilidade de alguns cenários para o desenrolar da situação da Líbia:

- a) o primeiro: vitória de Kadafi sobre os rebeldes, o que seria inaceitável para a aliança, por causa do alto grau de comprometimento já atingido;
- b) o segundo: divisão do país em território rebelde e área dominada pelo regime, situação em que as duas partes não deixariam de se hostilizar;

c) o terceiro: apoio decisivo da coalizão aos rebeldes que, vitoriosos, exigiriam o exílio de Kadafi, ou pediriam, com respaldo da aliança, seu julgamento pelo Tribunal Penal Internacional;

d) o quarto: prolongamento do atual impasse, o que seria extremamente embaraçoso e teria alto custo, principalmente para o Governo Barack Obama, mas também para os outros líderes, David Cameron e Nicolas Sarkozy;

e) por fim, o quadro de sucesso dessas negociações diplomáticas – esse seria o último cenário –, que estão sendo entabuladas no campo diplomático sob a égide da ONU e da União Africana, que pode ser praticamente descartado no curto prazo, pelo nível de comprometimento bélico já atingido pelas partes.

Todos esses cenários teriam como denominador comum a prorrogação da instabilidade no norte da África e no Oriente Médio, com conseqüências econômicas graves para uma economia mundial em busca de recuperação.

A Síria, por seu lado, também apresenta sinais de divisão interna, com manifestações favoráveis e contrárias ao regime, que, ao mesmo tempo, reprime com violência e promete reformas. O presidente Bashar al Assad, cujo partido Baath está no poder desde 1963, tem prometido abertura do regime, mas suas reformas, tardias, agora levam ao risco de uma derrocada do governo. Não se pode esquecer a radical posição síria contra Israel, e suas boas relações com o Irã – complicadores adicionais em situação explosiva.

4.4

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(02/05/11 – 13ª reunião)

Oriente Médio. Norte da África. Líbia e Síria. Atualização.

A situação na Líbia se caracteriza por cenário de impasse entre os rebeldes e as forças governamentais. Os ataques aéreos da OTAN foram de alguma ajuda para os opositores do regime que, no entanto, realizaram apenas avanços efêmeros.

A desorganização, a falta de preparo militar e de comando dos rebeldes fizeram com que, na semana passada, o Reino Unido, a França e a Itália decidissem pelo envio de assessores militares para treinar as forças anti-Kadafi. Essa iniciativa representa o envolvimento da Aliança Atlântica em operações terrestres e pressupõe um grande e maior risco político, pois a preparação dos rebeldes é tarefa que demandará alguns meses. Os Estados Unidos não enviarão assessores militares, mas apenas ajuda financeira (ajuda não letal, conforme definida pelo Pentágono), e estão atacando posições do regime com aviões não tripulados, dentro de sua política de evitar participação mais direta e arriscada. Recorde-se que a entrada dos americanos na Guerra do Vietnã deu-se pelo envio de assistentes militares para treinar tropas governamentais contra os vietcongues.

O primeiro ministro inglês James Cameron disse estar ciente de que suas tropas devem estar preparadas para uma participação de longo prazo na guerra civil líbia, comprovando a situação de impasse. De sua parte, a Rússia advertiu sobre a possibilidade de a intervenção da OTAN facilitar uma série de guerras civis no mundo árabe, pois os revoltosos têm a expectativa de ajuda da União Atlântica.

Pode-se concluir que houve uma avaliação perfunctória da legitimidade e da solidez política de Kadafi, bem como de sua determinação de usar os meios necessários para se manter no poder. Por outro lado, a análise da Aliança sobre os rebeldes parece não ter levado em conta sua falta de disciplina, de capacidade bélica e liderança coesa. Na verdade, como afirmam *experts* militares norte-americanos, os rebeldes são praticamente

desconhecidos pelos governos da coalizão. Essas falhas de informação e de avaliação levaram à atitude precipitada de intervenção na Líbia.

A crise na Síria tem-se agravado com o aumento de manifestações de insatisfação e incremento da repressão, da qual participa o exército. O presidente Bashir al Assad, desde que assumiu o poder (sucendendo o pai Hafez), tem acenado com reformas liberalizantes, e tomou a iniciativa de suspender a Lei de Emergência – equivalente a um estado de sítio. Não obteve o esperado efeito de acalmar os insatisfeitos e optou por tentar esmagar duramente a onda de rebeldia. O país, como todos nós estamos acompanhando, encontra-se à beira de uma situação bélica.

Tendo obtido a independência da França em 1949, a Síria, que já foi unida ao Egito nasserista de 1958 a 1961, constitui um mosaico étnico-religioso governado autocraticamente pelo partido Baath desde 1963. Com mais de 22 milhões de habitantes, a Síria tem posição geográfica estratégica e sua política externa é fortemente anti-israelita. Interveio na guerra civil do Líbano, de onde só se retirou em 2005. São próximas as suas relações com o Iran, com o Hesbollah e com o Hamas.

O regime de Bashir al Assad tem controle firme sobre as forças armadas e vários grupos étnicos e religiosos consideram o Governo Baath como fator de estabilidade. A oposição não possui uma liderança clara que se contrapõe à ainda grande popularidade e ao pulso político do presidente.

No que diz respeito à reação ocidental, o primeiro-ministro James Cameron, o presidente Nicolas Sarkozy, e o primeiro-ministro Berlusconi condenam firmemente a forma violenta com que o governo sírio tem combatido as manifestações e advogam a imposição de sanções pela ONU, assim como faz o Governo norte-americano. Registre-se o fato de que a Síria já é objeto de várias sanções, o que deixa pouca margem de manobra para a coalizão. A China e a Rússia, que já se abstiveram quando da votação da resolução do Conselho de Segurança sobre a Líbia e sobre a *no fly zone*, juntamente com o Brasil, não apoiarão ações contra a Síria. O país de Bashir al Assad, por seu peso político regional, dificilmente será objeto de uma atitude mais agressiva por parte das potências ocidentais.

Em outra vertente, os governos da França e da Itália, às voltas com a onda de refugiados ilegais do norte da África, pediram no último dia 26 de abril mudanças no Tratado de Schengen de 1985, que permitiu o livre trânsito entre 25 países da União Européia. Essa posição deverá ter reflexos negativos para os imigrantes em toda a Europa (inclusive, indiretamente, para os brasileiros).

Dois fatos acrescentam-se ao já conturbado cenário no mundo Árabe: a morte, por ataque da OTAN, de um dos filhos do líder líbio Muamar Kadafi e de três de seus netos; e a morte do principal mentor da Al-Qaeda,

Osama Bin Laden, fruto de uma missão secreta das forças especiais dos Estados Unidos.

O ataque da coalizão que matou o filho de Kadafi foi visto pelos opositores da intervenção da OTAN como uma ação que vai além do mandato contido na resolução da ONU de proteção da população civil. Os partidários de Kadafi têm uma vítima de forte simbolismo político para reforçar a luta contra os rebeldes apoiados pela aliança atlântica. Os seguidores de Kadafi atacaram as missões diplomáticas dos EUA, do Reino Unido e da França em Trípoli, ao mesmo tempo em que o regime atacava com mais força ainda o reduto rebelde de Misrata.

A morte de Osama Bin Laden mostra suas consequências em dois planos. De um lado, reforça entre os norte-americanos a popularidade de Obama e legitima a luta contra o terrorismo que herdou do presidente Bush. De outro, deve aumentar o sentimento anti-norte-americano no mundo árabe, e acirrar ainda mais os ânimos nos seguimentos mais radicais.

Bin Laden, procurado desde o ataque de 11 de setembro às torres gêmeas exercia uma função mais de mentor do que de executivo da organização terrorista, mas seu papel simbólico continuava importante. Em sua manifestação, o Presidente Obama destacou que os Estados Unidos lutam contra o terrorismo e não contra o Islã, mas deve-se registrar o fato de o corpo de Bin Laden ter sido jogado ao mar – evitando que passasse a existir um túmulo que se transformasse em local de peregrinação. O fato de Bin Laden não ser mais o principal executivo da Al-Qaeda, que está sendo conduzida por outras lideranças, faz com que as potências ocidentais continuem a temer, com mais razão ainda, a ocorrência de ataques terroristas. Registre-se que a Al-Qaeda funciona como uma rede, fundamentada em células ativistas locais, descentralizada, em uma espécie de sistema de franquias, com amplas ramificações e muita capilaridade.

O cenário provável é de continuidade de ações terroristas, agora com o combustível da morte do líder Osama Bin Laden. É essa situação que a Secretária de Estado Hilary Clinton tinha em mente ao declarar que a luta contra a Al-Qaeda continua.

4.5 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA (05/05/11 – 14ª reunião)

Oriente Médio. Norte da África. Líbia e Síria. Atualização.

A situação na Líbia caracteriza-se por cenário de impasse entre os rebeldes e as forças governamentais. Os ataques aéreos da OTAN foram de alguma ajuda para os opositores do regime que, no entanto, realizaram apenas avanços efêmeros.

A desorganização, a falta de preparo militar e de comando dos rebeldes fizeram com que, na semana passada, o Reino Unido, a França e a Itália decidissem pelo envio de assessores militares para treinar as forças anti-Kadafi. Essa iniciativa representa o envolvimento da Aliança Atlântica em operações terrestres e pressupõe maior risco político, pois a preparação dos rebeldes é tarefa que demandará alguns meses. Os EUA não enviarão assessores militares, mas apenas ajuda financeira (ajuda não letal, conforme definida pelo Pentágono) e estão atacando posições do regime com aviões não tripulados, dentro de sua política de evitar participação mais direta e arriscada.

O primeiro ministro inglês James Cameron disse estar ciente de que suas tropas devem estar preparadas para uma participação de longo prazo na guerra civil líbia, comprovando a situação de impasse. De sua parte, a Rússia advertiu sobre a possibilidade de a intervenção da OTAN facilitar uma série de guerras civis no mundo árabe, pois os revoltosos têm a expectativa de ajuda da União Atlântica.

Pode-se concluir que houve uma avaliação perfunctória da legitimidade e da solidez política de Kadafi, bem como de sua determinação de usar os meios necessários para se manter no poder. Por outro lado, a análise da Aliança sobre os rebeldes parece não ter levado em conta sua falta de disciplina, de capacidade bélica, de liderança coesa. Na verdade, como afirmam experts militares norte-americanos, os rebeldes são praticamente desconhecidos pelos governos da coalizão. Essas falhas de informação e avaliação levaram à atitude precipitada de intervenção na Líbia.

A crise na Síria tem-se agravado com o aumento de manifestações de insatisfação e incremento da repressão, da qual participa o exército. O presidente Bashir al Assad, desde que assumiu o poder (sucendo o pai Hafez), tem acenado com reformas liberalizantes, e tomou a iniciativa de suspender a Lei de Emergência – equivalente a um estado de sítio. Não obteve o esperado efeito de acalmar os insatisfeitos e optou por tentar esmagar duramente a onda de rebeldia. O país encontra-se à beira de uma situação bélica.

Tendo obtido a independência da França em 1949, a Síria, que já foi unida ao Egito nasserista de 1958 a 1961, constitui um mosaico étnico-religioso governado autocraticamente pelo partido Baath desde 1963. Com mais de 22 milhões de habitantes a Síria tem posição geográfica estratégica e sua política externa é fortemente anti-israelita. Interviu na guerra civil do Líbano, de onde só se retirou em 2005. São próximas as suas relações com o Iran, com o Hesbollah e com o Hamas.

O regime de Bashir al Assad tem controle firme sobre as forças armadas e vários grupos étnicos e religiosos consideram o Governo Baath como fator de estabilidade. A oposição não possui uma liderança clara que se contraponha à ainda grande popularidade e ao pulso político do presidente.

No que diz respeito à reação ocidental, o primeiro ministro James Cameron, o presidente Nicolas Sarkozy, e o primeiro ministro Berlusconi condenam firmemente a forma violenta com que o governo sírio tem combatido as manifestações e advogam a imposição de sanções pela ONU, assim como o faz o Governo norte-americano. Registre-se o fato de que a Síria já é objeto de várias sanções, o que deixa pouca margem de manobra para a coalizão. A China e a Rússia, que já se abstiveram quando da votação da resolução do Conselho de Segurança sobre a Líbia (a *no fly zone*) não apoiarão ações contra a Síria. O país de Bashir al Assad, por seu peso político regional, dificilmente será objeto de uma atitude mais agressiva por parte das potências ocidentais.

Em outra vertente, os governos da França e da Itália, às voltas com a onda de refugiados ilegais do norte da África, pediram, no último dia 26 de abril, mudanças no Tratado de Schengen de 1985 – isso, se aprovado, vai criar um turno, como se diz, na União Europeia e no restante do mundo –, que permitiu o livre trânsito entre 25 países da União Europeia. Essa posição deverá ter reflexos negativos para os imigrantes em toda a Europa (inclusive, indiretamente, para os brasileiros).

Dois fatos acrescentam-se ao já conturbado cenário no mundo árabe: a morte, por ataque da Otan, de um dos filhos do líder líbio Muammar Kadafi e a morte do principal mentor do Al-Qaeda, Osama bin Laden, fruto de uma missão secreta das forças especiais dos Estados Unidos. O ataque da coalizão que matou o filho de Kadafi foi visto pelos opositores da inter-

venção da Otan – além do filho, três netos de Kadafi também morreram – como uma ação que vai além do mandato contido na resolução da ONU de proteção da população civil.

Os partidários de Kadafi têm uma vítima de forte simbolismo político para reforçar a luta contra os rebeldes apoiados pela Aliança Atlântica. Os seguidores de Kadafi atacaram as missões diplomáticas dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França em Trípoli, ao mesmo tempo em que o regime atacava com mais força ainda o reduto rebelde de Mizrata.

A morte de Osama bin Laden mostra suas consequências em dois planos: de um lado, reforça, entre os norte-americanos, a popularidade de Obama e legitima a luta contra o terrorismo que herdou do Presidente Bush; de outro lado, deve aumentar o sentimento anti-norte-americano no mundo árabe e acirrar ainda mais os ânimos nos segmentos mais radicais.

Bin Laden, procurado desde o ataque de 11 de setembro às Torres Gêmeas, exercia uma função mais de mentor do que de executivo da organização terrorista, mas seu papel simbólico continuava importante.

Em sua manifestação, o Presidente Obama destacou que os Estados Unidos lutam contra o terrorismo, não contra o Islã, mas se deve registrar o fato de o corpo de Bin Laden ter sido jogado ao mar, evitando que passasse a existir um túmulo que se transformasse em local de peregrinação.

O fato de Bin Laden não ser mais o principal executivo da Al-Qaeda, que está sendo conduzida por outras lideranças, faz com que as potências ocidentais continuem a temer, com mais razão ainda, a ocorrência de ataques terroristas. Registre-se que a Al-Qaeda funciona como uma rede, fundamentada em células ativistas locais, descentralizada, em uma espécie de sistema de franquias, com amplas ramificações e com muita capilaridade.

O cenário provável é de continuidade de ações terroristas, agora com o combustível da morte do líder Bin Laden. É essa situação que a Secretária de Estado, Hillary Clinton, tinha em mente ao declarar que a luta contra a Al-Qaeda continua.

A morte de Bin Laden foi objeto de intensas manifestações de júbilo nos Estados Unidos e elevou a popularidade do presidente americano. Fez aflorar, no entanto, um paradoxo que caracteriza a política externa norte-americana: de um lado, como potência hegemônica, os Estados Unidos têm interesses estratégicos em escala global e, dentro de uma visão para eles – Estados Unidos – realista, avocam o direito do uso da força para defender esses interesses, algumas vezes independentemente de ser ouvido o Conselho de Segurança das Nações Unidas; de outro lado, colocam-se como defensores dos princípios democráticos e dos direitos humanos, o que faz com que eles, dessa forma, consigam legitimar, no seu entender, o uso da violência.

A questão da divulgação da foto de Bin Laden morto insere-se nesse quadro mais amplo. Ao dizer que a divulgação coloca risco para a segurança nacional, o governo americano faz uma opção pela defesa da segurança, em detrimento da publicidade exigida pelos difusores de notícias.

4.6 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA (30/06/11 – 29ª reunião)

A OTAN e a Situação no Norte da África e Oriente Médio

O cenário das rebeliões no Norte da África e Oriente Médio mostra impasse na Líbia, crescimento da repressão na Síria e afloramento de problemas internos da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Mais de dois meses depois do início dos bombardeios da OTAN na Líbia, o regime do Coronel Kadafi continua a ter uma atitude desafiadora. Apesar das perdas infligidas pela Aliança Atlântica, o Governo líbio se mantém firmemente no poder e as forças de oposição não têm obtido vantagens decisivas. A ajuda financeira e logística ocidental aos rebeldes não alterou significativamente o cenário do início das hostilidades. A Alemanha, no último dia 13 de junho, reconheceu o Conselho Nacional de Transição dos rebeldes como legítimo representante do povo líbio e comprometeu-se a ajudá-lo financeiramente. Essa atitude da Alemanha, tomada após um período de clara hesitação, segue o exemplo dos reconhecimentos por parte da União Européia, do Reino Unido, da França, dos Estados Unidos, da Itália, da Espanha, dos Emirados Árabes Unidos, da Austrália, de Gâmbia, de Malta, da Jordânia e do Senegal. Recorde-se que a Alemanha absteve-se na votação da resolução nº 1973 das Nações Unidas, em março deste ano, o que permitiu a intervenção da OTAN ao estabelecer a no-fly-zone e determinar a defesa da população civil.

No que diz respeito à Síria, a repressão tem aumentado, sem conseguir coibir, no entanto, as manifestações. As forças armadas, de mais de duzentos e vinte mil homens, têm continuado fiéis ao regime de Bashir-al-Assad, e não se registram defecções relevantes. Os protestos sírios, apesar de contínuos, não atingiram os grandes centros urbanos de modo decisivo e a atuação da Irmandade Muçulmana, ou Fraternidade Muçulmana, tampouco é importante. Há, no entanto, crescente mal estar entre a minoria

dominante alauita e a maioria sunita. No plano diplomático, a França está em campanha por resolução do Conselho de Segurança da ONU que condene a repressão. Uma resolução nesse sentido conta com firme oposição da China e da Rússia.

Ainda no contexto da chamada primavera árabe, no Iêmen, cujo presidente continua hospitalizado na Arábia Saudita desde o ataque ao palácio presidencial em que foi ferido, também a situação é de impasse. As potências ocidentais, encabeçadas pelos Estados Unidos, pelo Reino Unido e pela França têm pressionado a Arábia Saudita – que tem enorme influência no Iêmen – a definir a situação do Presidente Saleh, sem, contudo, gerar mais instabilidade. Registre-se que o Iêmen é considerado um dos santuários da Al Qaeda e seu Governo tem sido usado pelos norte-americanos para a luta antiterrorista. No Marrocos o rei Mohamed VI anunciou, no último dia 17 de junho, pessoalmente, em fala do trono, reformas constitucionais em que abdicaria de parte de seus poderes. O governo marroquino tem sido cuidadoso na repressão de manifestações de oposição.

A instabilidade árabe, particularmente a intervenção na Líbia, teve um significativo desdobramento ao fazer aflorar fissuras no âmbito da OTAN. O Secretário da Defesa Robert Gates, que deixará o cargo em breve, tem feito fortes declarações no sentido de criticar a pequena participação da Europa no financiamento das atividades da Aliança Atlântica e a diminuição dos orçamentos individuais de defesa. A atitude crítica de Gates foi seguida por manifestações do Secretário Geral da OTAN Anders Rasmussen. Ambos preocupam-se com a falta de coordenação das Forças Armadas européias, que possuem frequentemente programas paralelos de armamento, equipamentos logísticos, informação e treinamento, o que leva à duplicação de esforços e ao desperdício de recursos. Destacam que durante a guerra fria, os Estados Unidos contribuía com cinquenta por cento dos recursos da OTAN e agora aportam setenta e cinco por cento dos recursos da OTAN.

Embora, no caso específico do Afeganistão, a OTAN seja um exemplo de cooperação européia com os Estados Unidos, fica o contraste entre o montante de quarenta mil soldados europeus em relação aos cem mil soldados americanos.

A campanha da Líbia é a prova evidente da falta de proporção de meios, pois, na primeira missão da Aliança Atlântica não liderada pelos Estados Unidos, a França e o Reino Unido já esgotam sua munção e têm de ser socorridos pelos norte-americanos. Há, também, dependência dos Estados Unidos para o reabastecimento em vôo dos caças da coalizão e para o fornecimento de dados estratégicos (supridos pelos aviões-radares AWAC's americanos).

O inesperado prolongamento da intervenção na Líbia está colocando pressão excessiva nos gastos de defesa tanto do Reino Unido quanto da França, o que tem sido objeto de queixas discretas de militares de alta patente dos dois países.

No entanto, recente divulgação pela imprensa de reclamações de importantes comandantes militares ingleses a respeito da pressão sobre as forças armadas pela participação simultânea nas campanhas do Afeganistão e da Líbia levou o Primeiro Ministro inglês David Cameron a criticar pública e duramente, no último dia 21 de junho, a posição dos militares. De sua parte, o Presidente Sarkozy criticou as manifestações de Gates e afirmou que a Europa está cumprindo sua missão.

Em outra vertente, o chanceler italiano defendeu, no último dia 22, uma suspensão das hostilidades com a finalidade de permitir a prestação de ajuda humanitária na Líbia. Lembre-se que o Governo da Itália tem sido firme aliado dos Estados Unidos e que muitas operações aéreas da Aliança Atlântica na Líbia partem de bases italianas da OTAN, contrariando os termos do tratado de 2008, assinado em Benghazi, que não permite que Roma ceda bases militares suas para ataques a território líbio. Essa nova posição mostra também uma insatisfação com a duração, custos, e falta de resultados evidentes da intervenção da coalizão na Líbia.

Não se deve esquecer, entretanto, que a reclamação sobre o peso da contribuição dos Estados Unidos para a OTAN tem como pano de fundo uma crescente clivagem entre a visão norte-americana e europeia do próprio papel atual da OTAN. De um lado, os europeus não compartilham o enfoque americano de reação à ameaça terrorista por meio de ações bélicas. E, na verdade, não crêem na eficácia dessas ações. De outra parte, com o fim da ameaça soviética presente na guerra fria, os europeus sentem-se mais seguros, não têm mais a sensação de perigo iminente perto de suas fronteiras. A opinião pública europeia não vê, portanto, justificativa para maiores dispêndios militares, principalmente em período de pouco crescimento econômico, de desemprego, e de ameaça ao euro pela crise da Grécia, da Irlanda, de Portugal e, possivelmente, da Espanha.

Cresce, assim, a discussão tanto sobre o papel da OTAN em um mundo pós-guerra fria quanto sobre os limites territoriais de atuação da Aliança Atlântica.

A esse debate acrescenta-se a discussão interna nos Estados Unidos sobre a legalidade da atuação norte-americana na Líbia – feita sem autorização do Congresso, considerada dispensável pelo Executivo e pelos democratas. O argumento principal do Presidente Obama é a não existência de participação direta de forças americanas em combates. Os republicanos, em busca de sintonia com a opinião pública, têm atacado também os custos dos compromissos bélicos dos Estados Unidos. Note-se que o anun-

cio feito por Obama sobre a antecipação da retirada de tropas do Afeganistão foi recebido com polêmica nos Estados Unidos e com satisfação pelos membros europeus da OTAN.

As dificuldades da OTAN e a própria disputa interna nos Estados Unidos sobre a legalidade da intervenção na Líbia indicam que dificilmente haverá outra ação armada direta ocidental no Norte da África e Oriente Médio. Assim, mesmo que a situação da Síria se agrave, é, por enquanto, remota a possibilidade de participação bélica da Aliança Atlântica.

4.7
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(04/08/11 – 32ª reunião)

**Declaração presidencial do Conselho de Segurança
da ONU sobre a Síria.**

*Outro item importante dentro das comunicações
é a declaração presidencial do Conselho de Segurança
das Nações Unidas sobre a Síria, divulgada ontem, dia
3 de agosto.*

O Conselho de Segurança das Nações Unidas manifesta grande preocupação com a deterioração da situação na Síria e lamenta profundamente a morte de várias centenas de pessoas.

O Conselho de Segurança condena as violações generalizadas dos direitos humanos e o uso da força contra civis por parte das autoridades sírias.

O Conselho de Segurança pede o fim imediato de toda a violência e conclama todas as partes a agir de forma mais moderada possível e a abster-se de represálias, inclusive de ataques contra instituições estatais.

O Conselho de Segurança demanda as autoridades sírias a respeitar plenamente os direitos humanos e a cumprir com suas obrigações, de acordo com o Direito Internacional.

Os responsáveis pela violência devem ser responsabilizados.

O Conselho de Segurança toma nota do compromisso anunciado pelas autoridades sírias em promover reformas. Lamenta a falta de progresso na sua implementação e conclama o governo sírio a implementar os seus compromissos.

O Conselho de Segurança reafirma o seu firme compromisso com a soberania, a independência e a integridade territorial da síria. Enfatiza que a única solução para a atual crise na Síria passa por um processo político

inclusivo e liderado pelos sírios, com vistas a efetivamente atender às aspirações e preocupações legítimas da população, o que permitirá o pleno exercício das liberdades fundamentais por toda a população, inclusive a liberdade de expressão e de reunião.

O Conselho de Segurança insta as autoridades sírias a melhorar a situação humanitária em áreas de crise, por meio da suspensão do uso da força contra as cidades atingidas e permitir o acesso célere e desimpedido de agências humanitárias internacionais e de seus funcionários e a cooperar plenamente com o Alto Comissariado para os Direitos Humanos.

O Conselho de Segurança solicita, por fim, ao Secretário-Geral informar ao Conselho de Segurança sobre a situação da Síria em até sete dias. Ou seja, não se trata de uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas algo que antecede em alguns passos uma eventual decisão por meio desta declaração, esse é o título oficial que eles dão a este documento, “Declaração Presidencial do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a Síria”.

E para que isso fosse alcançado, ressalte-se o papel muito importante desempenhado pela nossa Embaixadora Viotti, sobre recomendação do Ministro Patriota e determinação da Presidenta Dilma para que se busque uma forma que não leve a um entorevero, como aquele que ocorreu, está ocorrendo na Líbia. A diplomacia brasileira teve um papel muito importante nos entendimentos, nas negociações dentro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para que essa declaração pudesse vir a lume”.

4.8

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(25/08/11 – 38ª reunião)

Crise na Líbia. Atualização.

A entrada dos rebeldes líbios na capital Trípoli, quebrando o impasse bélico de mais de seis meses de insurgência, mostrou a importância do apoio da OTAN aos revoltosos. Além dos ataques aéreos que neutralizaram o poderio das forças convencionais de Cadafi, a chegada a Trípoli foi possibilitada pela ajuda de assessores militares ingleses, franceses e do Qatar para a organização e treinamento das improvisadas tropas rebeldes. A França e o Qatar, principalmente, forneceram armas, munições, remédios e combustível. O Reino Unido, junto com os Estados Unidos cuidaram de reunir, analisar e passar aos rebeldes informações obtidas tanto por agentes em terra, quanto por aviões de espionagem AWACS e por artefatos aéreos não tripulados. O bloqueio naval da OTAN e o apoio da intensificação dos bombardeios da Aliança Atlântica permitiram aos rebeldes romper o “circulo de ferro” das tropas do regime que defendiam Trípoli.

A operação para a conquista da capital contou com a orientação estratégica dos assessores ocidentais e mostrou um grau de organização que nunca seria obtido apenas pelas improvisadas forças rebeldes. Foram estabelecidas três colunas de ataques e um núcleo dentro da capital, composto de inimigos do regime que receberam armas contrabandeadas e escondidas, em lugares seguros, até o momento de ataque. Ademais, houve infiltração de insurgentes em Trípoli antes do avanço do final de semana (20 e 21/08). Embora tenham conseguido entrar no “compound” fortificado de Bab al Azizia, o que tem grande valor simbólico, os combates continuaram em Trípoli e não se sabe o paradeiro de Cadafi e de seus filhos. Tampouco há certeza sobre a continuação dos combates em outras regiões.

Imediatamente após a invasão da capital verifica-se um vácuo de poder, pois ao mesmo tempo em que o regime não se mostra capaz de prover segurança e serviços essenciais, o Conselho Nacional de Transição está envolto em dúvidas e incertezas. Embora venha obtendo crescente reconhecimento internacional, trata-se de órgão que não tem unidade, e seus membros têm como fator de união apenas a luta contra o líder líbio. As divergências internas são grandes e não há uma liderança firme. Alguns membros pertenceram ao regime e o abandonaram no decorrer das hostilidades e continuam a existir divisões étnicas e religiosas. Os rebeldes do oeste têm dificuldades em aceitar a liderança de Bengazi, no leste, e, ademais, é apenas relativo o controle dos líderes políticos rebeldes sobre os grupos armados, que também se veem com suspicácia.

O avanço rebelde sobre Trípoli representa uma vitória política para a OTAN, para o Presidente Sarkozy, para o Primeiro-Ministro Cameron, e até certo ponto, para o Presidente Barak Obama. No entanto, se confirmada a derrocada de Cadafi, as potências ocidentais se verão às voltas com as dificuldades da transição. A Líbia não tem tradição democrática, suas estruturas estatais são frágeis, as rivalidades e lealdades tribais são enraizadas, e a liderança de Cadafi era pouco institucionalizada. A união e pacificação do país será tarefa extremamente difícil para o C.N.T. (Conselho Nacional de Transição), e ações de vingança contra elementos de regime serão mais um fator de instabilidade.

Ao se configurar o cenário de queda do regime e a implantação de governo do C.N.T., as potências ocidentais terão demonstrado o acerto de sua aposta na rebelião da Líbia – país estratégico no Mediterrâneo e detentor de reservas de petróleo e gás importantes qualitativa e quantitativamente. O C.N.T. deverá favorecer as empresas ocidentais já presentes (como a ENI italiana, a inglesa BP, a francesa Total, a Repsol espanhola, além das americanas) e dependerá da ajuda dos Estados Unidos, da França, do Reino Unido, da Itália (antigo colonizador) para a transição e reconstrução do país.

Ao receber em Paris um dos líderes do movimento rebelde Mohammed Dhibri, o Presidente Sarkozy anunciou que a França e o Reino Unido patrocinarão uma reunião internacional sobre o futuro da Líbia, que se realizará na capital francesa no dia primeiro de setembro. Declarou, ademais, que o Conselho Nacional de Transição terá apoio militar francês pelo tempo que for necessário.

A debilidade das lideranças da revolta líbia, a instabilidade que o país vive, e que deve perdurar por algum tempo, bem como o comprometimento das forças e recursos da Aliança Atlântica com a insurgência, indicam um cenário no qual as potências ocidentais (principalmente Reino Unido e França) exercerão um protetorado de fato sobre o país.

4.9 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA *(22/09/11 – 44ª reunião)*

Crise na Líbia. Atualização.

A situação da Líbia, embora definida em grandes linhas com a entrada dos rebeldes em Trípoli e seu controle sobre grande parte do território, mostra a continuidade de fortes bolsões de forças leais a Cadafi. Os insurgentes têm encontrado muita resistência das tropas do antigo regime em Ben Walid e Sirte, além de Jafra e Sabha, cidades em que parte da população também combate os inimigos de Cadafi. Além de bem armadas e muniçadas, as brigadas pró-Cadafi contam com dinheiro em espécie e ouro, retirados de Trípoli antes da derrocada, para manter a luta. O fato de Cadafi não ter sido detido, e manter comunicação por meio de rede de televisão síria, enviando mensagens encorajadoras, contribui para a manutenção de seu mito de herói da resistência anti-imperialista.

No plano político, perduram as divisões internas do Conselho Nacional de Transição e a busca por ascensão de grupos islâmicos mais radicais que, apesar de pouco numerosos, são mais organizados do que as facções leigas e de islâmicos moderados. Continua, ademais, a ser tênue o controle da liderança revolucionária sobre os vários bandos armados que estão na capital, e que não aceitam entregar suas armas para o Conselho Nacional de Transição. Esses bandos patrulham a capital líbia e costumam ter como alvos imigrantes africanos negros (a Líbia tem mais de dois milhões de imigrantes de África) a quem acusam de serem mercenários a serviço do regime de Cadafi.

Em 12 de setembro o Líder do Conselho Nacional de Transição Mustafá Jalil foi a Trípoli pela primeira vez depois da tomada da capital e discursou na agora chamada Praça dos Mártires, local onde Cadafi se dirigia a multidões de seguidores. Essa praça tem grande valor simbólico, pois foi onde, há seis meses, morreram as primeiras pessoas que protestavam contra o regime do Coronel Cadafi, no começo do processo revolucionário. Ciente das disputas internas da atual liderança líbia, das clivagens religio-

sas regionais e tribais, o governante de fato da Líbia pronunciou discurso conciliatório e procurou distanciar o embrião de governo que lidera dos sectarismos de esquerda, de direita ou de caráter religioso. Situou o movimento revolucionário como sendo de um povo muçulmano pacífico e favorável a um islamismo moderado. Acenou com justiça para os derrotados, defendeu a participação das mulheres no novo governo e declarou gratidão às forças da OTAN pela ajuda aos rebeldes. Apesar de poder contar com o apoio das potências ocidentais, Reino Unido, França e também EUA, o presidente do CNT tem uma tarefa dificilíssima pela frente: no curto prazo, vencer os focos de resistência leais ao antigo regime, conseguir o domínio territorial completo do País e implantar um governo efetivo. A médio e longo prazos deverá compor as diversas facções para dar a Líbia uma estabilidade que possibilite a reconstrução e a retomada da prosperidade.

No plano diplomático verificaram-se várias ações significativas, como a visita à Líbia do Primeiro Ministro inglês James Cameron e do Presidente francês Nicolas Sarkozy. Os líderes das principais potências na campanha do OTAN foram ao país em visita conjunta (15.09.2011) que simbolizou empenho na manutenção do processo de transição e reconstrução sob seu estrito controle. Saudados pela população como libertadores, prometeram o apoio da Aliança Atlântica até quando fosse necessário, aconselharam os vencedores a evitar vingança contra os membros do “ancien regime” e defenderam a prisão e o julgamento do Coronel Cadafi. Para a captura do antigo líder líbio foi prometida ajuda aos rebeldes, embora não declarassem a forma desse apoio. Deve-se lembrar, no entanto, a presença de forças especiais e de agentes de informação ingleses e franceses no país. Embora seja clara a intenção de empresas das duas potências (e da Itália) de participarem da reconstrução e do fornecimento de petróleo líbio, tanto Sarkozy quanto Cameron reiteraram as razões humanitárias da intervenção da OTAN, por eles patrocinada.

Ainda no campo diplomático, registre-se que a China finalmente reconheceu o Conselho Nacional de Transição e a União Africana, que tentou sem sucesso mediar o conflito líbio, também o fez. No dia 20 de setembro, no contexto da Assembleia da ONU o Presidente Obama reuniu-se com o líder do CNT Mustafá Jalil em Nova York. O presidente norte-americano elogiou a participação da comunidade internacional na luta dos rebeldes, advertiu a respeito das dificuldades que ainda terão pela frente e prometeu o apoio e a parceria dos EUA. Disse também que a missão da OTAN continuará enquanto for necessária para proteger o povo líbio. Ao mesmo tempo, o Presidente dos EUA anunciou a volta do Embaixador americano a Trípoli e a reabertura de sua Embaixada.

Registre-se que a campanha da Líbia mostrou um modelo de intervenção sofisticado, encabeçado pelo Reino Unido e pela França, com apoio

logístico e na área de informações dos EUA. O fato de a participação ter sido basicamente por ataques aéreos e sem a presença ostensiva de tropas terrestres evitou baixas europeias e repercussão negativa na opinião pública da Europa e dos EUA. A intervenção foi convalidada pela cobertura multilateral da ONU e da estrutura de segurança coletiva da Aliança Atlântica, que funcionou como o instrumento formal para a imposição da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Foi uma eficiente construção diplomática em que se logrou administrar as divergências tanto na ONU quanto na OTAN para legitimar, por meio do multilateralismo, a intervenção das potências ocidentais.”

4.10 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA (27/10/11 – 52ª reunião)

Líbia: Morte de Cadafi.

A morte do Coronel Cadafi nas mãos dos rebeldes, junto com a queda de Sirte, cidade onde nasceu em 1942 e seu último bastião, tem importante aspecto simbólico. Representa a vitória da rebelião e o controle territorial praticamente total por parte do Conselho Nacional de Transição. Os dois fatos darão também uma injeção de ânimo nos protestos da Síria e do Iêmen.

As circunstâncias da morte do antigo líder líbio, no entanto, tisnam, tanto interna quanto externamente, a imagem cultivada pelo CNT de liderar revolta democrática e de ser mentor de uma “guerra justa” (no sentido tomista). Dentro da Líbia subsistem parcelas leais ao Coronel que não aceitam a barbaridade de seu fim e, no exterior, as chocantes imagens da morte do prisioneiro levaram a pedidos de investigação pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, e por ONGs ligadas à defesa humanitária.

Aparecem agora, mais claramente, os difíceis problemas que deverão ser enfrentados pela Líbia pós-Cadafi. O Conselho Nacional de Transição – embrião de governo – está eivado de disputas internas, na medida em que se trata de um amálgama de forças diversas, cujo único denominador comum era o desejo de mudar o regime. Entre os membros do CNT estão desertores do antigo regime, representantes de diversos segmentos sociais laicos, e grupos islâmicos de distintas correntes. As recentes declarações de Mustafa Jalil, de que a Líbia terá uma constituição baseada no Corão, levantam preocupações com um possível aumento da influência de setores religiosos. São controvertidas as próprias lideranças de Mustafa Jalil, presidente do órgão, e de Mohamad Jibril, que atua como primeiro-ministro do governo provisório.

O CNT possui um plano de construção de instituições democráticas, por meio da elaboração de uma constituição e da realização de eleições,

mas a consecução desse projeto é dificultada pela própria composição heterogênea das lideranças rebeldes. Ademais, as várias brigadas informais que lutaram contra Cadafi têm se recusado a entregar suas armas ao CNT e não reconhecem seu comando. Os distintos grupos armados se veem com suspicácia, e desconfiam de que podem ser prejudicados durante o processo de transição. Além de colocar em vigência regras democráticas, o atual órgão dirigente líbio terá também que estabelecer uma estrutura policial e militar nova – projeto incompatível com a persistência de bandos armados autônomos e, com frequência, rivais. Há também preocupação com armas químicas e convencionais (mísseis antiblindados e antiaéreos) desaparecidos dos arsenais do governo durante os combates.

Acresce que o coronel Cadafi governou a Líbia por mais de quarenta anos sem colocar em vigor instituições sólidas, mesmo que não democráticas. A liderança do coronel era extremamente forte e personalíssima. Sustentava-se por meio da alimentação de lealdades de caráter tribal, regional ou familiar, e manejava as dissensões existentes no país, dentro da visão de “divide et impera”. Os recursos governamentais e os frutos da produção de petróleo e gás eram alocados com o fito de reforçar lealdades ou incrementar divisões de acordo com as necessidades de poder do líder líbio. Tendo mantido juntas regiões e tribos sob o manto de um governo por ele pessoalmente controlado, a falta de Cadafi coloca a questão de se saber qual a argamassa que doravante manterá o país unido.

No plano diplomático, os países que lideraram a campanha da OTAN fizeram-se presentes em território líbio nos últimos dois meses. Em setembro verificou-se a visita conjunta do Primeiro-Ministro inglês James Cameron e do Presidente francês Nicolas Sarkozy. Em outubro a Secretária de Estado Hillary Clinton (18/10) e o Ministro das Relações Exteriores italiano Franco Fratini (01/10) reuniram-se com o CNT. A Secretária de Estado norte-americana prometeu ajuda não militar à transição e à reconstrução, destacando que o apoio conta com dificuldades no Congresso americano, e o chanceler italiano destacou o papel da Itália, cessão da base da OTAN em Nápoles, por exemplo.

Note-se que a Itália, antiga potência colonial, até o começo da rebelião era muito próximo a Cadafi. Registre-se também que a ENI, a companhia estatal de petróleo italiana, já está atuando na retomada e normalização da produção de petróleo e gás da Líbia. Também têm forte interesse as empresas petrolíferas inglesa (BP) e francesa (Total). As visitas diplomáticas podem ser consideradas como um simbólico ato de “fincar a bandeira” em território líbio, pelas potências que contribuíram de forma decisiva para a queda do regime de Cadafi.

Não se pode esquecer também o papel do Qatar no esforço bélico para a derrubada do governo líbio. O Qatar colocou seus jatos de combate

a serviço da OTAN, forneceu armas e assistência militar de suas forças especiais aos rebeldes, inclusive com a participação dessas forças na tomada de Trípoli, e estará na linha de frente da exploração petrolífera da Líbia pós-Cadafi.

No que diz respeito à OTAN, é importante notar que a Aliança conseguiu superar divisões internas e agir de forma extremamente rápida, imediatamente após a resolução da ONU que legitimou sua intervenção. Os Estados Unidos tiveram papel essencial na campanha, por meio do fornecimento de informações, apoio logístico, reabastecimento de aviões de combate no ar, fornecimento de munição. Sem a ajuda norte-americana, a operação seguramente duraria muito mais do que os seis meses que, aproximadamente, foram gastos para liquidar o antigo governo líbio.

Os Estados Unidos inauguraram um novo tipo de intervenção externa, com atuação menos conspícua, a chamada “leading from behind”. Esse modelo de participação bélica menos ostensiva é muito útil ao presente momento, em que os Estados Unidos ainda continuam engajados em operações no Iraque e no Afeganistão. No último dia 21/10 o Presidente Barak Obama, inclusive, confirmou a retirada de tropas do Iraque até as festividades natalinas. E tem a vantagem adicional de não produzir mortes – inaceitáveis pela sociedade americana, que apoia intervenções externas, desde que sem baixas pelo lado americano.

A Líbia pós-Cadafi, apesar de sua complexidade, permite a apresentação de dois cenários distintos. De um lado, a fragmentação do país em partes dominadas pelas brigadas rebeldes que se uniram para derrubar o regime, e que poderão se engalfinhar em uma situação de guerra civil. De outro, apesar das dificuldades, o CNT conseguiria manter, com muita dificuldade, o país intacto territorialmente, embora dividido entre tribos e facções. Essa última configuração estaria de acordo com os interesses das potências ocidentais pois, embora precária, a relativa estabilidade ensinaria terreno propício à reconstrução e retomada plena da produção petrolífera da Líbia.

4.11 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA (01/12/11 – 59ª reunião)

Primavera Árabe

A retomada das manifestações de rua no Egito, com exigências de que os militares que dominam o governo provisório estabelecido desde a queda de Mubarak deixem o poder, mostram o agravamento da insatisfação com o governo transitório. Na verdade, os militares têm tido posição proeminente no Egito desde a revolução nasserista de 1952, são um estamento muito organizado da sociedade egípcia, e têm crucial participação na economia do país. Não admitem deixar o poder na esteira do movimento rebelde, nem mesmo em decorrência do atual processo eleitoral que se iniciou no dia 28 de novembro. O início da votação para a Câmara Baixa do Parlamento foi pacífico, com comparecimento eleitoral maciço, mas o período de votação é longo e complicado, com uma mescla de votação proporcional e majoritária, devendo durar até a votação presidencial que se dará possivelmente em junho de 2012.

A Irmandade Muçulmana que criou o Partido Liberdade e Justiça para concorrer às eleições está muito bem estruturada e deve constituir o principal bloco no Parlamento, embora dificilmente seja majoritária. A Irmandade, que não participa atualmente das manifestações de rua (exceto por grupos de manifestantes mais jovens e rebeldes em relação à liderança da organização), teria feito um pacto com os militares. Esse acordo preveria a antecipação das eleições presidenciais de 2013 para junho do próximo ano, permitiria que os militares ficassem no poder até a escolha presidencial e, ademais, que orientassem a elaboração da nova constituição. O General de Campo Tantawi, líder *de facto* do Egito, declarou que a posição das Forças Armadas no sistema político não mudará, mesmo sob uma nova constitui-

ção. Recorde-se que o general Tantawi era muito ligado a Mubarak (que, como sabido, caiu em fevereiro deste ano) e foi seu Ministro da Defesa por longos anos. Os liberais vêm com temor esse pacto entre as duas forças mais organizadas do espectro político do Egito.

O Conselho Superior das Forças Armadas manteve conversações com Al Baradei, ex-Diretor da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA, e com Amir Mussa, ex-Secretário Geral da Liga Árabe, que são figuras de prestígio no país e, possivelmente, candidatos a presidente, em demonstração da tutela militar sobre as ações políticas egípcias. No plano externo, note-se que os Estados Unidos, muito ligados aos militares egípcios, manifestaram-se a favor de uma transferência real de poder dos militares para um poder civil. Registre-se que as Forças Armadas do Egito recebem mais de 1 bilhão e 300 milhões de dólares anuais em ajuda dos Estados Unidos.

Na Líbia, a captura do filho mais proeminente de Cadafi, Saif Al Islam, que provavelmente será julgado no país e não pela Corte Penal Internacional, faz com que a ameaça de uma contra-revolução tenha praticamente desaparecido. O Conselho Nacional de Transição escolheu novo gabinete, chefiado por um empresário. É interessante notar que o novo ministério tem como titular da pasta do petróleo um ex-executivo da petrolífera estatal italiana ENI. O novo governo tem como tarefa principal a formação de um consenso entre as forças díspares e frequentemente rivais que se reuniram para a derrubada do regime de Cadafi. Essas forças continuam extremamente divididas, alimentando desconfianças mútuas. O governo deverá ainda formar um exército nacional, apesar de que a Líbia não corresponde exatamente a uma nação, sendo preponderantes as diferenças regionais e tribais, de famílias e clãs. Será necessária também a estruturação de uma força policial, empreendimento difícil, pois as diversas milícias continuam a recusar-se a entregar os seus armamentos. A organização de um judiciário será igualmente difícil, e existem aproximadamente 7 mil prisioneiros feitos no decorrer da luta – mercenários africanos ou imigrantes negros suspeitos de terem lutado na defesa do regime do Coronel. Outro problema é a região desértica fronteiriça com o Chad, o Níger e a Argélia, sem verdadeiro controle estatal e nas mãos de tribos nômades e bandos armados. A informalidade do regime de Cadafi (que funcionava por meio de uma cadeia de lealdades) dificulta o estabelecimento de instituições modernas, que delimitam as disputas de interesses das várias facções.

A continuação da violenta repressão aos protestos na Síria fez com que a Liga Árabe decidisse (com 19 votos dos 22 membros) impor pesadas sanções, em gesto sem precedentes. Recorde-se que a Síria está suspensa da Liga Árabe desde 12 de novembro deste ano. O Iraque e o Líbano, grandes parceiros comerciais da Síria, não participarão das sanções econômicas e, como se sabe, a Rússia e a China não apoiam medidas contra

a Síria. A Turquia impôs sanções em 29 de novembro e estuda criar uma zona-tampão fronteiriça, preocupada com o provável fluxo de refugiados com a deterioração da crise. A situação síria é sensivelmente mais complicada do que, por exemplo, a da Líbia. Além de uma posição estratégica importante, a Síria apoia o Hezbollah e o Hamas, e é muito ligada aos xiitas iranianos. Assim, o agravamento das tensões internas se projetará além de suas fronteiras. Embora as dissensões internas ainda estejam principalmente no âmbito de manifestações de rua, já se observa a ação de grupos armados, principalmente de desertores das forças armadas.

Em relação aos eventos ocorridos no Irã, a invasão da Embaixada britânica na última terça-feira marca o momento de maior inflexão negativa nas relações da Europa com aquele país desde a ruptura das relações diplomáticas entre Londres e Teerã, em 1989. A partir daquele momento, com a proclamação da “fatwa” contra o escritor Salman Rushdie, autor do livro “Os Versos Satânicos”, as relações entre os dois países ficaram suspensas por 18 meses.

Hoje, quinta-feira, estarão reunidos, em Bruxelas, os Ministros das Relações Exteriores da União Europeia para discutir a delicada questão iraniana. O Reino Unido decidiu expulsar todos os diplomatas iranianos de Londres, ao mesmo tempo em que retirou seus próprios diplomatas de Teerã. Espera-se que outras medidas de resposta sejam aí anunciadas, entre as quais a interrupção das importações de petróleo iraniano. Será também discutida a possibilidade de incluir outras duzentas (200) empresas na lista de sanções atualmente em vigor.

A Noruega fechou sua embaixada em Teerã ontem, quarta-feira, alegando razões de segurança. Alemanha e França chamaram seus embaixadores para consultas e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Giulio Terzi, convocou o Plenipotenciário iraniano em Roma para exigir garantias para o funcionamento da legação italiana no Irã.

Pela Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, o Estado acreditante, o Irã, tem a obrigação de proteger a Missão Diplomática acreditada, o Reino Unido, e seu pessoal sob o risco de violar princípio basilar do Direito Internacional. Há previsões de fortes turbulências nas relações internacionais entre países do Ocidente e a República Islâmica do Irã.

5

COMUNICADOS SOBRE A CRISE ECONÔMICA INTERNACIONAL

5.1

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(14/07/11 – 31ª reunião)

Crise financeira na zona do Euro. Itália.

O temido contágio da crise financeira da área do euro, que atingiu a Irlanda, a Grécia e Portugal, ameaçando também a Espanha, chegou esta semana, em 12.07.2011, à Itália. A repercussão foi intensa, e além da queda de ações e aumento de juros dos títulos governamentais italianos, registraram-se baixas nas bolsas de valores de todo o mundo e aumento de juros de títulos da dívida pública dos países mais frágeis.

O fato de a desconfiança chegar à Itália aumenta as preocupações com a saúde da economia da região do euro, e com a recuperação global da crise de 2008, pois a Itália é a terceira maior economia da Europa continental (depois da Alemanha e França) e é uma das sete maiores economias do mundo. Além da dimensão, muito maior que Irlanda, Grécia e Portugal, a Itália vive situação de instabilidade política e lento crescimento econômico.

Ao precário equilíbrio político do Governo Berlusconi, com o Primeiro-Ministro sob constantes acusações de inadequado comportamento pessoal, somam-se ataques ao Ministro das Finanças que, além de denúncias de corrupção, vê-se às voltas com críticas do próprio Primeiro-Ministro. É nesse quadro que o Parlamento italiano deve votar cortes orçamentários em valor superior a 40 bilhões de euros. São medidas de austeridade que visam a readquirir a confiança do mercado financeiro para um país cuja dívida pública atinge mais de 120% de seu Produto Interno Bruto, e cujo crescimento, segundo o FMI, deve chegar a apenas 1,3% em 2012. Registre-se que, como ocorre com a Grécia e Portugal, as medidas de austeridade contarão com forte resistência da sociedade e, de imediato, diminuirão ainda mais o ritmo de um crescimento já lento. Leis trabalhistas rígidas, gastos públicos excessivos e burocracia pesada são fatores que inibem a competitividade econômica da Itália, e mostram sua vulnerabilidade a ataques especulativos.

A Alemanha, por meio de comunicação da Chanceler Ângela Merkel ao Primeiro-Ministro Berlusconi, em 11.07.2011, enviou dupla sinalização. De um lado, alertou sobre os riscos da deterioração da situação italiana e, de outro, pediu empenho para a aprovação dos cortes orçamentários.

A posição alemã é chave para a consolidação e aumento da flexibilidade e alcance do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, que já socorreu Portugal, Irlanda e Grécia.

A crise italiana coloca-se no momento em que crescem também as preocupações com a Espanha, e no qual os Estados Unidos discutem acesamente seu déficit público crescente. Mesmo que se consiga ultrapassar o atual ataque especulativo, é clara a precariedade da zona do euro e sua dependência de intervenção coordenada do Banco Central Europeu e do FMI.

5.2

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(04.08.11 – 32ª reunião)

Crise financeira. Zona do Euro e Estados Unidos.

O reforço do socorro à combalida economia grega e os cortes orçamentários na Itália acalmaram apenas temporariamente, e de forma precária, os mercados financeiros internacionais e não cessaram a volatilidade. As chamadas economias periféricas da Europa continuam deprimidas e fragilizadas. A Itália e a Espanha vendem seus títulos do tesouro pagando juros mais altos e cresce o diferencial entre seus títulos e os papéis da sólida Alemanha. Verifica-se, no momento, um intenso movimento de venda de papéis dos dois países em crise.

Esse cenário europeu coincide com o final da crise do limite de endividamento norte-americano. Embora resolvida, no curto prazo, pela aprovação na Câmara e no Senado do acordo composto pela conjunção da elevação do teto da dívida com um corte de gastos, essa crise mostrou a vulnerabilidade dos Estados Unidos. Essa vulnerabilidade é econômica – um *default* seguramente traria problemas profundos para a economia norte-americana, com consequências globais e duradouras –, e também política.

As negociações do Presidente dos Estados Unidos, que estiveram sempre ameaçadas por um impasse, desnudaram, aos olhos do mundo, a radicalização da discussão americana sobre o papel do estado e sua dimensão adequada, e a luta ideológica entre os setores mais radicais democratas – a favor de mais intervenção governamental e maiores gastos públicos em assistência social – e os extremistas republicanos. Estes defendem encarnadamente os cortes de impostos, e advogam um estado mais leve, com equilíbrio orçamentário e menos participante na área social. Cresce o movimento *Tea Party* na sua batalha pela redução de impostos. Essa disputa tem como pano-de-fundo uma economia que, apesar das maciças injeções

de recursos para recuperação da crise imobiliária de 2008, ainda se arrasta em meio ao marasmo e ao desemprego.

Do ponto de vista político, ressalte-se a atitude considerada pouco firme do Presidente Barak Obama que, durante as negociações, fez ameaças e recuou seguidamente. Essa falta de pulso firme fez com que os setores republicanos mais radicais se sentissem encorajados a colocar mais pressão sobre o Presidente. Consideram que o Chefe do Executivo foi vacilante e deixou que a situação assumisse proporções indesejáveis, pois poderia ter sido resolvida antes de avolumar-se tanto.

Por outro lado, o Presidente americano caminhou mais para a direita durante o processo negociador, e tem perdido apoio de seus seguidores já desapontados pela escalada na guerra do Afeganistão; pelo descumprimento da promessa de fechar a prisão de Guantánamo; pela falta de iniciativa na criação de um sistema estatal de saúde, bem como pela manutenção dos cortes de impostos instituídos pelo Presidente Bush.

A negociação empreendida por Barak Obama compreendeu a eliminação de gastos governamentais, o que poderá prejudicar a recuperação da estagnada economia norte-americana e não ajudará uma economia mundial ainda fraca. Além disso, a situação de precariedade dos dados econômicos dos Estados Unidos, mesmo com o salvamento de última hora de um catastrófico *default*, contribui para minar a confiança mundial na capacidade de liderança econômica daquele país. A volatilidade das bolsas de valores europeias e americanas, bem como as crescentes tomadas de posição em ouro e francos suíços por investidores, refletem a sensação de insegurança.

Além do cenário econômico norte-americano (com desemprego, baixo consumo, produção industrial fraca), as hesitações do Executivo deverão aumentar a discussão interna sobre o papel estratégico dos Estados Unidos. Os cortes orçamentários atingirão também o Pentágono, no momento em que o país se vê às voltas com duas custosas guerras, no Iraque e no Afeganistão, tendo ainda que apoiar, mesmo indiretamente, a intervenção da OTAN na Líbia. Retoma-se a tradicional discussão entre os isolacionistas e os intervencionistas.

O acordo para a elevação do teto da dívida representa um alívio momentâneo para a economia norte-americana, mas não a sua recuperação. Junto com os problemas da zona do euro, uma economia dos Estados Unidos conturbada agrava a instabilidade financeira internacional e mostra à frente um cenário de volatilidade e de perigo.

5.3

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(11/08/11 – 34ª reunião)

Crise financeira nos Estados Unidos e zona do euro. Atualização.

Às dificuldades do processo de negociação interna do limite da dívida pública dos Estados Unidos, somou-se o rebaixamento do rating dos títulos norte-americanos pela agência de classificação de risco Standard and Poor's. Esse cenário tem como pano de fundo a persistência da crise da zona do euro.

A longa e tortuosa negociação minou a confiança do mercado internacional na solidez da recuperação econômica dos Estados Unidos. Resaltou a divisão interna em torno do grau de intervenção governamental na economia e mostrou um presidente americano vulnerável e suscetível a pressões.

A piora da posição de risco (rebaixamento de AAA para AA *plus*, pela agência Standard and Poor's) dos *treasuries* dos Estados Unidos teve imediato impacto nos mercados, já temerosos de que os cortes orçamentários exigidos pelos republicanos diminuam ainda mais o já lento ritmo da economia norte-americana. O Presidente Obama viu-se constrangido a fazer declaração, de caráter mais político do que econômico – e dirigido mais à população do que ao mercado –, assegurando a firmeza e a continuidade do poderio dos EUA.

O quadro de fatores negativos – complicado processo do limite da dívida, rebaixamento, fracos dados de desempenho econômico – refletiu-se nas bolsas de valores que revelaram profunda instabilidade. Queda violenta e generalizada em um primeiro momento, acompanhada da aceleração da fuga para ativos tradicionalmente mais seguros como o ouro e o franco suíço e, em aparente paradoxo, para os títulos públicos norte-americanos. Registre-se que a autoridade monetária suíça diminuiu a taxa de juros para

evitar a valorização excessiva de sua moeda. Após a forte baixa inicial as bolsas reagiram, no âmbito de uma volatilidade que deverá permanecer.

No cenário da Europa, em atitude corajosa, o Banco Central Europeu passou a comprar títulos da dívida da Itália e da Espanha, que estavam sendo objeto de vendas maciças por parte dos investidores internacionais. Essas compras, além de seu objetivo conjuntural de procurar diminuir a pressão sobre o euro, constituíram uma medida preventiva, pois as problemáticas economias da Itália e da Espanha são muito grandes para serem salvas de um *default*, mesmo pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira de mais de 400 bilhões de euros, quantia insuficiente para fazer face às necessidades que são estimadas em 2 trilhões de euros. A França encontra-se à beira de um *nervous breakdown*, com os problemas agora enfrentados pelo Banco Societè Generale, carregado que está com títulos da Espanha e da Itália.

O *Federal Reserve* americano, por meio de seu Comitê de Política Monetária, anunciou, em 09.08.2011, a manutenção da taxa de juros no atual nível, próximo a zero, pois considera que a economia americana continua com recuperação muito lenta (fracos índices de emprego, de consumo, de produção industrial e de construção civil). Essa posição do banco central dos Estados Unidos deu ânimo ao mercado, que já em seguida, dia 10/08, passou a situação de pânico, com rumores sobre piora da classificação de risco da França e vulnerabilidade de seus bancos.

De outra parte, registre-se que a China tem manifestado preocupação com o rebaixamento dos títulos da dívida pública norte-americana. A China possui reservas internacionais superiores a 3 trilhões de dólares, dos quais uma parte substancial (mais de um trilhão de dólares), está investida em papéis do Tesouro dos Estados Unidos. A China, que tem uma relação de simbiose econômica e financeira com os Estados Unidos, teria dificuldade em diversificar seus investimentos em títulos estrangeiros, pois tanto o mercado japonês quanto o do euro teriam dificuldade em absorver as enormes sobras de sua economia fortemente exportadora.

Além da volatilidade dos mercados internacionais, a atual conjuntura mundial caracteriza-se pelo impasse vivido pelos países com problemas de endividamento excessivo. Para manter sua confiabilidade e conseguir financiamento para administrar sua dívida, devem fazer cortes nos gastos públicos. Esses cortes, no entanto, tendem a engessar o crescimento econômico e levam a uma possível recessão.

Ademais, não se pode menosprezar a dimensão e pujança da economia americana, bem como sua capacidade de inovação. Assim, não são críveis as profecias de decadência rápida dos Estados Unidos e do fim do dólar como moeda de reserva internacional – a curto prazo, não há nenhu-

ma moeda que possa substituir o dólar e nenhum país que possa substituir o papel central exercido pelos Estados Unidos.

Note-se também que os mercados internacionais estão extremamente sensíveis à falta de firmeza das lideranças políticas de países endividados, da falta de vontade de admitir e de tentar resolver, em tempo hábil, seus problemas econômicos. O adiamento de respostas consistentes às situações críticas de endividamento, como nas situações recentes dos Estados Unidos, da Itália e da Espanha (e antes da Irlanda, da Grécia e de Portugal), tem levado a uma maior insegurança dos mercados e dos fluxos de capitais que hoje se movem de forma praticamente instantânea e global.

5.4

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(25/08/11 – 38ª reunião)

Crise financeira internacional: Zona do Euro – EUA.

Atualização.

Os mercados financeiros internacionais continuam a mover-se com grande volatilidade. Às violentas e disseminadas baixas – impulsionadas por dados econômicos negativos – seguem-se altas pouco consistentes, causadas por especuladores em busca de barganhas e por grandes grupos que aproveitam para realizar compras de suas próprias ações.

Essa instabilidade bursátil reflete temores com o problema da dívida pública na zona do euro, principalmente em relação a Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Mas o maior temor deriva da falta de perspectiva de crescimento na Europa e nos Estados Unidos. As economias europeias caminham, em geral, de forma lenta, mas um grande susto foi dado aos mercados financeiros pelo anúncio de um crescimento, no último trimestre, de apenas 0.1% da Alemanha. A Alemanha é praticamente o único país europeu a manter bom desempenho – graças a seu ímpeto exportador – e, além disso, a ter contas públicas saudáveis.

A reunião de cúpula franco-alemã realizada em Paris no dia 16/08, em que o Presidente Sarkozy e a Chanceler Angela Merkel discutiram a crise, havia provocado expectativas elevadas de que poderia ter efeito de acalmar os mercados financeiros pela difusão de uma imagem de união entre as duas grandes economias do euro. No entanto, não se disfarçou a falta de resultados mais firmes e duradouros, como o apoio à criação dos chamados *eurobonds* – títulos públicos da zona do euro –, que seriam emitidos pelo Banco Central Europeu e garantidos por todos os seus membros. Não se decidiu, tampouco, o aumento de capital do Fundo Europeu de Estabilização Monetária, atualmente de 440 bilhões de euros, que é absolutamente insuficiente para uma necessidade estimada de €3 trilhões. Entretanto, caminhou-se no sentido de maior coordenação da política econômica da

zona euro, de impulsionar legislações nacionais regulamentando os orçamentos dos países-membros, bem como no sentido de se implementar um imposto sobre transações financeiras.

Esta taxa contará com firme oposição do Reino Unido que, embora não integre a área da moeda comum, abriga o maior centro de transações financeiras do continente. A Alemanha, na verdade, teme que a implementação do *eurobond* aumente seu custo de financiamento da dívida pública, que é baixo por causa de sua sólida situação fiscal e econômica. Ou seja, sua solidez seria diluída pelos membros menos saudáveis, em processo de contaminação. Aos olhos de setores importantes da opinião pública alemã, o *eurobond* representaria um subsídio de seu país a economias perdulárias e pouco responsáveis.

Cabe destacar que, subjacente à reunião, estava uma divisão mais profunda entre as visões econômicas da Alemanha, favorável à estabilidade e ao controle orçamentário, e da França, mais maleável e pendendo para uma abordagem mais centrada no crescimento. Ressalte-se que o presidente Sarkozy deve enfrentar eleição no próximo ano e tem dificuldades para implementar medidas saneadoras mais recessivas.

Na semana que terminou em 21/08, os mercados passaram a preocupar-se também com disseminadas dúvidas sobre o acesso dos bancos europeus a financiamentos (*funding*), pois há desconfiança de que estejam muito comprometidos com dívidas soberanas de países em dificuldades. O mercado interbancário está menos flexível, com bancos relutantes em emprestar, inclusive em curtíssimo prazo (*overnight*) para seus congêneres, e os prêmios de risco têm subido. Essa é uma razão adicional para a fuga de capitais das bolsas. Os grandes investidores buscam ativos considerados seguros como os *treasuries* norte-americanos – apesar do recente rebaiamento dos EUA pela agência Standard & Poor's –, o franco suíço, o yen japonês e o ouro, que vêm sendo bastante procurados pelo mercado.

De outra parte, o Vice-Presidente norte-americano Joseph Biden realiza visita à China, a partir de 18/08, e procura tranquilizar sua liderança em relação à economia dos Estados Unidos. Em tom mais ameno do que as declarações anteriores de advertência em relação à dívida americana, a cúpula chinesa procurou deixar claro que é do interesse da China uma economia norte-americana saudável. O Governo chinês destacou que a economia dos Estados Unidos é flexível, resistente e tem capacidade de recuperação. Com mais de um trilhão de suas reservas (superiores a 3 trilhões de dólares) em títulos públicos americanos, são vitais para a China o bom andamento e a segurança da economia americana. Acresce que, simultaneamente, os Estados Unidos têm pesados investimentos na indústria chinesa e constituem importantíssimo mercado para os produtos da China.

É interessante notar que os mercados financeiros internacionais, cada vez mais interdependentes, estão em processo de realimentação. Para financiarem os governos já endividados exigem mais garantias, déficits públicos menores e mais administráveis. A contenção de despesas e investimentos públicos, no entanto, tem sempre possíveis efeitos recessivos, e a ameaça da recessão é um dos principais fatores de insegurança dos mercados. A única solução é um ajuste por meio de cortes de gastos (de efeitos mais lentos) combinados com estímulos de curto prazo. Ou seja, uma “sintonia fina” difícil de se obter em situações normais e mais complexa ainda em cenário de crise.

5.5

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(12/09/11 – 41ª reunião)

Crise financeira internacional

A volatilidade dos mercados financeiros internacionais tem sido alimentada por um aumento da desconfiança na capacidade de os governos europeus e norte-americano agirem com a necessária presteza e de modo firme. Notícias negativas levam a imediatas vendas de títulos e moedas, e fatos positivos têm tido pouca repercussão.

Na primeira semana de setembro, voltaram as dúvidas sobre a capacidade de pagamento da Grécia e a possibilidade de *default* e de que não venha a receber os mais de 8 bilhões de euros do processo de ajuda conjunta da União Europeia e do F.M.I. O Ministro das Finanças alemão ameaçou a Grécia de ser penalizada com a saída da zona do euro se não reorganizar sua economia. O Primeiro-Ministro holandês disse que se a Grécia não se comportar deve abandonar a *eurozone*, e o Primeiro-Ministro finlandês declarou que os países devem ser responsáveis pelas próprias economias. Essas posições mostram a divisão entre as economias equilibradas da Europa e as dos países excessivamente endividados. Refletem, ademais, a preocupação do eleitorado dos países mais responsáveis em termos orçamentários com o que considera liberalidade com nações vistas como perdulárias (a Grécia, mas também a Irlanda, Portugal, a Espanha e a Itália).

O Tribunal Federal Constitucional da Alemanha julgou positivamente a participação do país no socorro à Grécia, mas determinou que futuras ajudas devem ser submetidas ao Parlamento. Essa decisão reforçou a posição da Chanceler Angela Merkel de apoio ao Fundo Europeu de Estabilização, mas a dirigente alemã ainda conta com bastante oposição a respeito do socorro às economias endividadas.

O fato positivo da decretação da legalidade do auxílio foi escassamente tomado em consideração pelos mercados, que veem com extrema preocupação a desaceleração econômica na Europa e nos Estados Unidos. O novo conjunto de medidas do Governo norte-americano para estimular a criação de empregos foi visto com ceticismo, pois seria débil em relação às necessidades de estímulo da economia americana. Além disso, a OCDE publicou relatório em que prevê uma mínima, ou mesmo nula, recuperação

nas economias industrializadas para este ano, e aumentaram os rumores sobre as dificuldades dos bancos europeus, muito comprometidos com os títulos públicos dos países pouco saudáveis financeiramente da zona do euro. Ademais, os fundos e bancos americanos estariam receosos de emprestar para bancos europeus, o que mostra situação de desconfiança interbancária, tal como ocorreu na crise de 2008.

A falta de opções e o temor generalizado continua a levar os investidores internacionais para refúgios como o ouro e o franco suíço. A valorização do franco obrigou o Banco Central da Suíça a lutar para manter sua moeda em patamares adequados para não perder competitividade internacional. A autoridade monetária suíça declarou que comprará tantos euros quanto necessário para evitar a excessiva valorização de sua moeda. O yen japonês também se valorizou, mas a razão principal é a retirada de fundos japoneses do exterior, pelo temor dos crescentes riscos da instabilidade internacional.

À reunião, sem resultados concretos além da demonstração de unidade, do G-7 – os principais países industrializados do mundo – juntou-se a demissão do representante alemão no Banco Central Europeu. Essa demissão do principal economista e único membro alemão da direção do BCE aumenta a preocupação no mercado financeiro internacional porque demonstra claramente a luta, no âmbito do Banco Central Europeu, entre correntes contrárias e favoráveis à compra de títulos de países em dificuldades. A esse cenário, em si bastante negativo, devem ser acrescentadas as manifestações sindicais e greves contra as políticas econômicas restritivas na Grécia e na Itália.

Em contrapartida, os presidentes dos bancos centrais dos principais países emergentes estiveram reunidos ontem na Basileia, Suíça, e concluíram que a economia mundial não terá como fugir de um longo período de baixo crescimento econômico, com sérios reflexos em seus países. Entendem eles que a Europa e os Estados Unidos têm que tomar providências imediatas para que o custo da crise não seja alto demais. Mas, ao que parece, os países desenvolvidos ainda não sabem como lidar com a situação de crise que afeta todas as economias mundiais. E esse é um aspecto bastante preocupante.

5.6

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(29/09/11 – 45ª reunião)

Crise internacional. Eurozone. Atualização.

A crise financeira internacional continua a agravar-se. Está se transformando em crise econômica e ameaça desdobrar-se em instabilidade política, se persistir a ausência de atitudes firmes que reassegurem os mercados internacionais. As oscilações nas bolsas de valores refletem temores quanto a dívidas soberanas e déficits públicos, em relação ao desaquecimento econômico, e no que diz respeito à saúde de sistemas bancários europeus.

A semana que terminou em 25 de setembro mostrou dados preocupantes, como a continuação do quase nulo crescimento da economia dos Estados Unidos. O *Federal Reserve* realizou troca de títulos para manter taxas de juros baixas no médio prazo, vendendo títulos de curto prazo e comprando papéis de longo vencimento, mas a operação foi vista com certo menosprezo pelo mercado, que não reagiu com entusiasmo. Ademais, em sua análise de conjuntura, o banco central americano declarou que a economia deve demorar a se recuperar. A economia europeia também segue dando mostras de pouco fôlego, com países como a Grécia, a Espanha, Portugal e a Itália em desaceleração. É preocupante também o fato de que a China diminuiu a velocidade de seu crescimento.

No campo financeiro, bancos da *eurozone* têm tido dificuldades em levantar fundos no mercado interbancário e há suspicácia generalizada em relação às carteiras de instituições que estariam muito comprometidas em papéis da dívida grega, e de outros países europeus em dificuldade. Os bancos franceses *Société Générale* e *Crédit Agricole* foram rebaixados pela agência *Moody's*, por estarem sobrecarregadas com títulos gregos. Por sua vez a *Standard and Poor's* rebaixou a Itália, pelo fraco desempenho econômico, pela dívida pública maior do que se esperava, e pelos problemas políticos, com o Primeiro Ministro Berlusconi sob constante ataque. Note-se

que os títulos públicos italianos atualmente pagam praticamente o triplo dos papéis alemães. Na realidade, nas últimas semanas os títulos italianos têm sido sustentados pelas aquisições do Banco Central Europeu. Essa instituição tem, em coordenação com o *Federal Reserve*, emprestado dinheiro de suas reservas de liquidez para bancos europeus com dificuldades em obter *funding* de outras fontes. O Banco Central Europeu tem, no entanto, limitações para agir, pois pode, e o tem feito, comprar títulos bancários, mas não pode socorrer instituições falidas.

O aumento de recursos (de 440 bilhões para 780 bilhões de euros) e a flexibilização das regras do Fundo Europeu de Estabilização Financeira são medidas eficazes, mas têm que ser aprovadas pelos legislativos dos países da *eurozone* e, portanto, não serão aplicáveis a curto prazo. Na Alemanha, no dia 29 de setembro próximo, o Parlamento deve votar a expansão do Fundo, em importante teste para a Chanceler Angela Merkel. Os meios políticos e o eleitorado alemão estão divididos sobre o socorro à Grécia e o próprio Presidente do Banco Central alemão opõe-se a mais ajuda, que estimularia países a agirem irresponsavelmente.

Em relatório publicado em 20 de setembro, o FMI alertou para as diferenças políticas entre países que podem ajudar e os que estão sendo obrigados a sofrerem reajustes, o que impede a adoção de soluções mais duradouras. O FMI declarou, também, que os bancos da *eurozone* poderão necessitar de injeções maciças de capital. Note-se que medidas de austeridade vão se tornando mais difíceis de serem aceitas pelos parlamentos e pela população dos países devedores. Protestos na Grécia, na Itália e na Espanha são exemplos de repulsa a cortes que atingem programas sociais de uma Europa acostumada com longos anos de bem estar patrocinado pelo Estado.

A ideia de que os BRIC's poderiam vir a socorrer a União Europeia, que foi muito divulgada no Brasil, não teve repercussão na Europa e nos Estados Unidos. Os BRIC's teriam pouca organicidade para empreender uma operação da dimensão requerida, pois seus interesses não são uniformes. A China (mais de 70% das reservas dos BRIC's) acenou, de forma vaga, com certa aceitação do tema, mas levantou de imediato a bandeira de seu reconhecimento como economia de mercado. A Rússia já tem títulos europeus em suas reservas, e dificilmente aumentaria sua exposição em papéis europeus. Altos funcionários indianos manifestaram surpresa com o anúncio da ideia de ajuda dos BRIC's para a Europa.

A reunião conjunta, em Washington, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial (24 e 25 de setembro) está sendo vista com esperança, pois estaria sendo arquitetado um plano macro para resolver os problemas da União Europeia. A urgência tem aumentado com a amplificação de rumores de que a Grécia poderia entrar em *default* a curto

prazo. Na verdade, se o país não receber a segunda parcela de ajuda (aproximadamente 8 bilhões de euros) em outubro, poderá incorrer em *default* – possibilidade já discutida abertamente pelos mercados internacionais. A expectativa de que esteja a caminho um grande esquema de socorro ao euro animou as bolsas nos EUA e na Europa nos dias 26 e 27 de setembro, mas trata-se de movimento artificial, que pode ser anulado por qualquer notícia negativa ou percalço na montagem da ajuda.

5.7
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(06/10/11 – 47ª reunião)

Conjuntura da América do Sul

A Europa e sua frágil situação econômica monopolizam, no momento, as preocupações e a atenção de todos os analistas internacionais. O que parece ser perfeitamente razoável, dadas as consequências para a economia mundial de uma desorganização dos países da Zona do Euro, a começar pela perda de liquidez de seu sistema bancário.

Contudo, creio ser necessário considerar também a conjuntura de nosso contexto geográfico mais próximo, a América do Sul. Nossas economias cresceram 5 por cento no primeiro semestre deste ano. Em 2010, o continente que era considerado incapaz de escapar da espiral inflacionária apenas algumas décadas atrás, contribuiu com meio ponto percentual para o crescimento da produção global, o que é relevante.

De fato, em grande medida, nossas economias resistiram relativamente bem à recessão de 2008. Certamente, vivemos quadra em que nossos indicadores macroeconômicos são mais vigorosos que os dos países desenvolvidos. Desta feita, porém, uma recessão das economias centrais, com a consequente diminuição da demanda asiática e a inevitável queda dos preços de nossas “commodities”, seria um desafio muito superior – que dificilmente atravessaríamos com tanto garbo.

E alguns dados dão bem conta das possíveis consequências negativas para a América do Sul. O preço do cobre, principal exportação do Chile e do Peru (respectivamente maior e segundo maior produtores mundiais), caiu 27% este ano. A soja, que representa um quarto das exportações argentinas, registrou uma queda de preço no valor de 11%. Fica assim claro que, num cenário mais agudo, o déficit em conta corrente da região sofreria uma inflexão indesejável.

No campo político, no ano de 2012 acontecerão eleições nos Estados Unidos e na França e, numa coincidência que só acontece a cada vinte anos, também a transição de liderança na China. No nosso entorno, Argentina e Venezuela também enfrentarão processos eleitorais. Ademais de saudável exercício da democracia, esses processos inevitavelmente lançam incertezas no mundo financeiro e tendem a acirrar disputas latentes nas respectivas sociedades.

E não estamos em escassez desses enfrentamentos. Um rápido panorama do arco de nossas fronteiras indica a existência de pontos críticos em diversos de nossos vizinhos. No Paraguai, o Presidente Lugo enfrenta uma oposição tenaz, não conta com apoio no Congresso e verificam-se episódios de contestação armada ao Governo. Ali tem tido uma ação pontual o movimento clandestino Exército do Povo Paraguaio (EPP), que é um embrião de um movimento guerrilheiro. A situação de saúde do Presidente Lugo, a demandar cuidados, também adiciona um grau de preocupação. A fronteira comum e a presença dos assim chamados “brasiguaios” são fonte de constante atenção dos governos brasileiro e paraguaio, com alternância de momentos de mais e menos tensão.

Na Bolívia, o enfrentamento político entre o altiplano e a chamada media luna, parece ter arrefecido. Porém, o Presidente Morales vive momento de intensa contestação vinda de sua própria base de sustentação. O desastrado episódio da repressão à marcha de indígenas que protestam contra a construção de rodovia que atravessa Parque Nacional, insuflou as comunidades tradicionais, os sindicatos e os mineiros contra o Governo, já combatido com os violentos protestos registrados no início de 2011, por conta da tentativa de aumento no preço dos combustíveis. Greves se sucedem e grave instabilidade política tomou o país. O Presidente foi obrigado a retroceder e receberá, no Palácio de Governo, as lideranças em marcha a La Paz. A estrada, como se sabe, é projeto longamente acalentado pelos sucessivos governos bolivianos, de diferentes matizes políticos, e vem sendo executada por empresa brasileira, com financiamento do BNDES. Com isso o Brasil, involuntariamente, foi levado ao centro da arena, com acusações de variadas índoles, antes reservadas à potência hegemônica.

No Peru, com o Presidente Humalla, assiste-se ao início do Governo de um mandatário que certa feita esboçara traços de protagonismo “bolivariano”, mas que instalado no Poder dá mostras de uma mescla de política econômica conservadora aliada a políticas sociais inclusivas, a exemplo do que experimentamos no Brasil. Preocupa, e muito, o ressurgimento do movimento guerrilheiro “Sendero Luminoso”, debelado anos atrás com a prisão de seu líder, Abimael Guzmán, mas que volta a atuar nas províncias andinas daquele país. É sinal da reinstalação do narco-terrorismo, nos moldes das FARC, em mais uma região da Amazônia Ocidental. O Sende-

ro Luminoso não atua na região fronteira do Brasil, concentrando suas atividades na parte central do Peru, enquanto o EPP, esse embrião de movimento guerrilheiro, atua no norte do Paraguai, muito próximo à nossa fronteira.

Com o Equador verifica-se uma saudável e bem-vinda normalização de relações. À luz de desentendimentos acerca da construção de hidrelétrica, a situação tomou tal envergadura que o Governo brasileiro foi obrigado a chamar seu Embaixador de volta ao Brasil. Vivemos hoje um momento completamente diferente, com a retomada das visitas de alto nível, o nosso Chanceler Antonio Patriota esteve em Quito não faz muito tempo, e projetos de cooperação bilateral tomam alento. Nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional contribuiu para esse processo, ao aprovar de forma expedita a adesão do Brasil à UNASUL, cuja sede é em Quito, a tempo de coincidir com a visita do Chanceler brasileiro. Foi um gesto muito apreciado pela parte equatoriana e serviu como mais um elemento de distensão das relações bilaterais.

As dificuldades experimentadas entre a Colômbia e a Venezuela, em nossa fronteira mais ao norte, felizmente diminuíram significativamente com a atuação do Presidente Juan Manuel Santos. A continuada ação das FARC na Colômbia, com repercussão na faixa de fronteira tanto do Brasil como da Venezuela, e o anunciado processo eleitoral nesse último país, a realizar-se em outubro de 2012, são dados que indicam a possibilidade de recrudescimento de conflitos.

Quanto à disputa eleitoral que se realizará na Venezuela, é importante lembrar ser a democracia venezuelana das mais antigas do continente. Um processo eleitoral transparente, aberto, isento e sem casuísmos, é da maior relevância para toda a América do Sul e para o futuro de nossa integração regional.

Esse rápido giro por nossa América do Sul está a demonstrar que devemos estar mais atentos às questões dos países que nos cercam. Devemos estar prontos a prestar solidariedade e, se solicitados, a ajuda que pudermos aportar, a exemplo do que já fazemos no Haiti.

As notícias diárias de uma possível deterioração da crise financeira na Europa, a estagnação econômica do Japão e a insatisfatória performance da economia americana, são o pano de fundo com o qual devemos analisar o arco de instabilidade sul-americano e avançar soluções e propostas de políticas para reforçar a integração regional e proteger essa década de sucesso econômico e de progresso social duramente conquistados por nossos povos.

5.8

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(27/11/11 – 58ª reunião)

Cenário estratégico internacional

O périplo do Presidente norte-americano pela região da Ásia do Pacífico, embora tenha características econômicas, como a participação na reunião de cúpula da APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) e a campanha pela Trans-Pacific Partnership (TPP) – iniciativa que ambiciona ser uma área de livre comércio –, mostra importantes sinais de redirecionamento estratégico dos EUA.

O planejado desengajamento dos americanos das guerras do Iraque e do Afeganistão será, como anunciado pelo Presidente Obama, acelerado. A futura ausência de tropas dos EUA no Iraque e no Afeganistão será compensada pelo reforço da aliança da superpotência com países do Golfo como a Arábia Saudita, o Coveite, o Bahrain, o Catar, os Emirados Árabes Unidos, bem como com Omã. Os Estados Unidos já possuem fortes ligações militares com esses países, mas aumentarão a integração e o apoio para treinamento de tropas. Os militares dos EUA terão presença menor em quantidade, mas se concentrarão em unidades de deslocamento rápido, preparadas para intervenções tópicas. Haverá também aumento de coordenação de patrulhas conjuntas aéreas e navais, e melhor planejamento integrado para a utilização de mísseis. Registre-se que a ofensiva dos EUA em relação ao Iraque, junto com a morte de Sadam Hussein, alterou o equilíbrio de poder regional, e o Irã tem aproveitado o vácuo para aumentar sua influência, com ações mais afirmativas.

De outra parte, a China, por causa de seu impulso econômico, tem interesses cada vez mais globalizados, tanto para a colocação de seus produtos quanto para a garantia de suprimento de matérias primas. O desenvolvimento chinês tem sido acompanhado por uma busca persistente de progresso militar

que, por enquanto, tem foco regional, como o aumento de sua presença naval no sul do Mar da China. Alguns exemplos de esforço no desenvolvimento bélico são a construção de avião de caça invisível ou *stealth*, capaz de enganar radares inimigos; a preparação de seu primeiro porta-aviões; e a construção de mísseis de longo alcance capazes de atingir navios em movimento em alto mar. O nível de sofisticação e o poderio bélico desses instrumentos de guerra ainda não se comparam com os dos EUA, mas demonstram um grande esforço de capacitação tecnológica, e o desejo de passar a patamar mais elevado como potência. O porta-aviões foi adquirido da Rússia (construído nos anos 1980 para a União Soviética) e está sendo remodelado e reequipado, e o *stealth fighter* já está sendo testado. Os mísseis, não nucleares, são montados em viaturas de transporte terrestres e capazes de atingir aproximadamente 1.500 km, podendo atingir comboios navais dos EUA no Pacífico. A China afirma-se como potência marítima regional, em área de importantes rotas comerciais, além de rica em petróleo e gás, e preocupa vizinhos com os quais tem disputas de limites marítimos, como as Filipinas, o Vietnã, o Japão, a Malásia e o Brunei. Ademais, começa a contrastar o até agora não desafiado poderio naval dos EUA no Pacífico – dominado pelos americanos desde 1945.

Na Austrália, o Presidente Obama anunciou que os EUA passarão a estacionar um número crescente de fuzileiros navais na base Tindall (norte do país) e na base de Stirling, perto de Perth. Serão, inicialmente, 250 *marines*, já em 2012, número que será aumentado, nos próximos anos, para 2.500. Além disso, haverá incremento de visitas de belonaves de superfície e submarinos. Em seu discurso no Congresso australiano Obama afirmou que os EUA são uma potência do Oceano Pacífico e que manterão essa posição.

A reação chinesa foi de suspicácia e por meio de porta-vozes da imprensa estatal reagiu ao cerco dos americanos. A China, cada vez mais atuante na região, não vê com tranquilidade o reforço da presença dos EUA no sul do Mar da China. Aparentemente os EUA colocam em prática uma política de contenção da influência Chinesa que lembra a política do *containment* preconizada pelo diplomata George Kennan e colocada em vigor por sucessivos governos americanos em relação à União Soviética nos primórdios da guerra fria. Os EUA cercam a China com bases (ou apoio firme) no Japão, na Coreia do Sul, nas Filipinas, na Indonésia e em Taiwan. Os americanos aproximam-se também de Mianmar (Burmã), país que tem sofrido sanções ocidentais por causa da dureza de seu governo militar, agora dando sinais tímidos de abrandamento. O isolamento fez com que Mianmar recorresse a investimentos maciços chineses. Lembre-se que o país tem grande importância estratégica, pois geograficamente se coloca entre a China e a Índia. A Secretária de Estado Hillary Clinton visitará Mianmar ainda este ano em significativo gesto de aproximação. O presidente dos EUA prometeu que os compromissos com a segurança da região serão mantidos, apesar da necessidade de cortes orçamentários.

5.9 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA (01/12/11 – 59ª reunião)

Crise na zona do euro

Na reunião do G-20 realizada em Cannes, França, no dia 03 de novembro passado, não se chegou a nenhuma decisão palpável para a solução da crise da zona do euro. Ao contrário do que esperavam os mercados internacionais, não houve decisão, naquela reunião, no sentido de se aportarem recursos para aliviar a crise. As esperanças no comprometimento da China com a compra de títulos europeus se frustraram, na medida em que a China, embora interessada em uma economia europeia saudável, tem adotado atitude cautelosa, e continuará a aplicar suas reservas, de mais de um trilhão de dólares, de forma conservadora. Acresce que os Estados Unidos, que participaram de forma discreta do G-20, não vêm com entusiasmo maior protagonismo da China. Os outros membros dos BRIC também perceberam que não têm poder de fogo para uma intervenção na crise da zona do euro.

Após o final do encontro das 20 principais economias do mundo, tem sido ainda maior a diminuição da confiança internacional em que haja resolução rápida dos problemas europeus. As até recentemente visíveis clivagens entre os países em melhor situação, como Alemanha, França, países do Norte da Europa e a chamada periferia da zona-euro – Itália, Espanha, Grécia, Irlanda – ficaram menos claras quando, no dia 23 de novembro, oferta de *bonds* alemães foi parcialmente recusada pelos investidores. Embora o Governo germânico tenha declarado que o fato é normal, e existem vários precedentes, o mercado internacional, já tenso, considerou a não colocação de títulos públicos alemães como sinal de espraiamento da crise, já que os papéis alemães são considerados um refúgio seguro.

Por outro lado, o foco da crise, que se concentrava na Grécia, passou à Itália. O rendimento dos *bonds* italianos chegou a mais de 7%, taxa similar

aos dos países que necessitaram socorro como a Irlanda, a Grécia e Portugal. Essa taxa é considerada insustentável pelo mercado. Os rendimentos dos títulos públicos italianos exigidos pelos investidores internacionais seriam ainda maiores se não fossem as maciças aquisições do Banco Central Europeu. Deve-se ter em mente que a Itália é a terceira economia da zona-euro e, com uma dívida de mais de 2,5 trilhões, dois trilhões e quinhentos bilhões de dólares, tem uma dimensão que coloca seu “salvamento” fora do alcance inclusive do Fundo Europeu de Estabilização Financeira, que tinha 400 bilhões de reservas em euros, sendo aumentado para 1 trilhão de euros.

As medidas de ajuste e de austeridade fiscal exigidas pelo Banco Central Europeu, pela União Europeia e pelo FMI têm causado uma onda de insatisfação, cujos sinais mais visíveis são as violentas manifestações de rua na Grécia e na Itália. Dado o seu nível de proteção social, padrão de vida e expectativa, os setores mais atingidos por medidas recessivas têm grande dificuldade em aceitar a regressão a uma vida mais modesta.

No caso da Grécia, com uma economia estruturalmente frágil, e com um setor público muito pesado, os protestos violentos voltaram-se também contra a Alemanha, cuja ajuda envolve a exigência de medidas de austeridade muito duras. Esses protestos são o pano de fundo de uma crise política em que o Governo se vê em dificuldades para fazer com que a população aceite medidas de cortes orçamentários que a atingem diretamente. Com maioria precária, o Governo do Primeiro-Ministro da Grécia Papandreu caiu, sendo substituído pelo ex-vice-presidente do Banco Central Europeu Lucas Papademos.

No que diz respeito à Itália, o Primeiro-Ministro Berlusconi, extremamente desgastado, foi substituído pelo Professor Mario Monti, economista liberal respeitado que exerceu várias funções na Comissão Europeia. A substituição de Berlusconi foi resultado de intervenção direta do Presidente Napolitano, que por sua vez sofreu forte pressão franco-alemã para tomar a iniciativa de resolver o impasse provocado pela resistência de Berlusconi em deixar o governo. A troca de primeiro-ministro não acalmou os mercados, que se debatem com progressiva piora de índices tanto no caso de bolsas, inclusive as americanas e asiáticas, quanto de títulos públicos. As agências de classificação de risco têm colocado sob severa observação até mesmo a França; a Fitch, por exemplo, classificou os títulos portugueses no nível de *junk bonds*, e a Bélgica foi rebaixada pela Standard and Poor's. Também rebaixados foram os bancos italianos. Os grandes bancos internacionais já se preparam para a eventualidade de uma derrocada do euro, com a possibilidade de alguns países retornarem às suas antigas moedas – perspectiva impensável até o mês passado –, o que mostra a velocidade da deterioração financeira da eurozona. Além da dificuldade de levantar recursos no mercado interbancário, o que tem levado a uma diminuição da

disponibilidade de crédito, outro sinal de alarme é o alerta do Federal Reserve – o Banco Central americano – e de autoridades monetárias asiáticas, para que os bancos sob seu controle diminuam sua exposição em euros.

Procura-se, no curto prazo, uma possibilidade clara de solução para a crise. Há uma nítida divisão entre as posições dos países mais fortes da eurozona, a Alemanha e a França. A Chanceler Angela Merkel não aceita a adoção do *eurobond*, título europeu, pois a participação de países mais fracos, segundo ela, “contaminaria” os papéis, que pagariam juros mais altos. Haveria evidente prejuízo para a Alemanha, que se tem beneficiado com o pagamento de juros mais baixos, por causa da solidez de sua economia. Merkel também não aceita maior participação do Banco Central Europeu no socorro a países endividados e defende que estes adotem políticas fiscais mais rígidas.

A Chanceler alemã aceita mudanças estruturais na União Europeia conducentes ao controle orçamentário dos membros, ao estabelecimento de limites para a dívida pública, ou seja, maior rigor em termos de impostos e pensões. O Presidente Sarkozy, que apoia o *eurobond*, aceita medidas estruturais, mas considera que são de longo prazo e que a situação demanda soluções urgentes. Na realidade, medidas que demandem aprovação dos estados-membros terão que ser submetidas a processo legislativo em cada país. O Banco Central Europeu, por sua vez, vinha recusando-se a intervenções mais amplas, pois seu principal escopo estatutário é o controle do valor da moeda. É uma visão conservadora, muito influenciada pela Alemanha. Por outro lado, o Presidente da Comissão Europeia José Manuel Barroso, o Presidente do Conselho Europeu Herman Van Rampuy e a titular da política externa da União Européia Catherine Ashton encontraram-se com o Presidente dos Estados Unidos, que manifestou preocupação com a situação, mas reiterou que é um problema a ser resolvido pelos próprios europeus, mas que estaria atento à premente necessidade de uma participação de seu país no processo.

Deste modo, o agravamento da crise fez com que se empreendesse uma ação coordenada das autoridades monetárias dos EUA, da Europa, do Canadá e do Japão no sentido de aumentar a liquidez internacional. Assim, o Federal Reserve, o Banco Central Europeu, o Bank of England, bem como os Bancos Centrais do Canadá, do Japão e da Suíça, lançaram-se em socorro do sistema financeiro europeu. As Bolsas de Valores reagiram com altas significativas e os títulos públicos baixaram os juros. O anúncio da iniciativa conjunta, em 30 de novembro, parece ter afastado o temor de um devastador *credit crunch*, de uma falta de liquidez, que já se espriava.

5.10 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA (15/12/11 – 61ª reunião)

Crise do Euro. Cúpula da União Europeia.

A ação conjunta do *Federal Reserve*, do Banco Central Europeu, do *Bank of England*, e dos Bancos Centrais do Japão, do Canadá e da Suíça em 30 de novembro, com a finalidade de aumentar a liquidez na zona do euro, teve efeito apenas momentâneo no sentido de acalmar os mercados internacionais. Voltaram a volatilidade e a tensão nos mercados acionários, de *commodities*, e de títulos governamentais. Assim, as esperanças dos investidores internacionais passaram a se concentrar na reunião de cúpula da União Europeia dos dias 8 e 9 de dezembro, em Bruxelas.

Essa reunião resultou em concordância em torno de um simples acordo intergovernamental (menos formal do que um tratado) da União Europeia, que prevê principalmente normas rígidas para o déficit orçamentário e para endividamento total de cada país, bem como penalidades para os países transgressores. As propostas orçamentárias nacionais passarão a ser submetidas à Comissão Europeia que terá suas missões fiscalizadora e de regulamentação ampliadas. Essa decisão representa um forte avanço da liderança alemã na Europa, pois a Alemanha tem defendido maior grau de federalismo e maior controle central sobre a economia dos países que formam a União Europeia. A Alemanha continua, no entanto, a não aceitar a ampliação das funções do Banco Central Europeu, para tomar o “*lender of last resort*” para países da eurozona. Não aceita tampouco a emissão de títulos europeus, os chamados *eurobonds*, e aumento adicional de recursos para socorrer Estados endividados.

Após intensíssimas negociações, a solução foi aceita pelos 17 países da zona do euro, além da Dinamarca, da Letônia, da Lituânia, da Polônia, da Romênia e da Bulgária. A Hungria, a Suécia e a República Checa aceitaram também o acordo, mas *ad referendum* dos respectivos parlamentos. Essas medidas representarão uma cessão de soberania e foram combatidas com rigor pelo Primeiro-Ministro do Reino Unido David Cameron, que exigiu, mas não obteve, uma exclusão futura de medidas de taxação e regulamentação das atividades financeiras da City de Londres. Ao procurar proteger o importante centro financeiro inglês, Cameron alegou defender a soberania do Reino Unido, mas isolou-se no plano europeu. Causou, além disso, problemas no âmbito interno, tendo sido atacado pelo liberal-democrata Nick Clegg, vice primeiro-ministro, que se disse “decepcionado com o veto

de David Cameron”. Recorde-se que o apoio de Clegg é vital para a manutenção da coalizão entre os conservadores e os liberais-democratas no Parlamento britânico. Os liberais-democratas têm uma posição europeísta, ao passo que os conservadores e o próprio Cameron são “eurocéticos”. Cameron disse que o novo acordo seria um “Tratado dentro do Tratado” e que tanto a Comissão da União Europeia quanto a Corte Europeia de Justiça teriam que servir a dois senhores ao mesmo tempo. Na realidade, o fato de nenhum país ter seguido a posição do Reino Unido torna a declaração de David Cameron apenas um esforço retórico.

A Alemanha, embora desejasse inicialmente modificar o próprio arcabouço jurídico da União Européia, obteve uma vitória importante; e a França conseguiu um avanço da posição pragmática de Sarkozy de, pelo menos, abrir caminho para uma futura reorganização da zona do euro. O Presidente Sarkozy disse, no dia 8, antes da primeira sessão da cúpula, que a reunião seria a última oportunidade para o euro, o que levou à reação profundamente negativa dos mercados, que só se recuperaram no dia final do encontro. Ademais, Sarkozy foi extremamente hábil ao mostrar os resultados da Cúpula como uma vitória diplomática francesa.

Alguns fatos mostram que a reunião de alto nível da União Europeia colocou no difícil cenário europeu uma indicação positiva de que há vontade política para solucionar a crise, mas evidentemente ações mais imediatas e radicais são necessárias. A Autoridade Monetária Europeia declarou que os bancos que supervisiona devem se capitalizar em aproximadamente 115 bilhões de euros; o Banco Central Europeu viu uma enorme demanda, que reflete a grave falta de liquidez, quando facilitou crédito para os bancos da eurozona, (diminuindo as exigências de garantia e a taxa de juros de 1,25% para 1%); e a agência Moody’s cortou o *rating* dos três mais importantes bancos franceses (Société Générale, BNP Paribas e Crédit Agricole).

O acordo a que se chegou na Cúpula, embora positivo, ainda demanda um extenso trabalho jurídico e político para ser colocado em vigor. Por outro lado, o problema do crescimento europeu não está resolvido pelo pacto Merkel-Sarkozy, e não será solucionado apenas com providências de controle fiscal rígido, ou com insuficientes ações emergenciais de aumento de liquidez, que foram a tônica da cúpula. A continuidade da queda dos mercados internacionais e a desvalorização do euro mostram que a crise da eurozona esta longe de uma solução e começa a espriar-se globalmente.

Adendo (lista de países da zona euro):

Áustria, Bélgica, Chipre, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Holanda, Portugal, Eslováquia, Eslovênia e Espanha.

6

COMUNICADOS SOBRE NOTAS DO ITAMARATY

6.1
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(14/07/11 – 31ª reunião)

**Nota do Itamaraty nº 258, de 9 de julho de 2011, acerca da
Independência do Sudão do Sul**

O Governo brasileiro saúda a proclamação da Independência da República do Sudão do Sul, no dia 9 de julho de 2011, e manifesta ao povo e ao Governo do mais novo membro da comunidade internacional seus cumprimentos e seus votos de paz e prosperidade.

A Independência do Sudão do Sul é decorrência do Acordo Abrangente de Paz (AAP), assinado em 2005, entre o Norte e Sul do Sudão, o qual pôs fim a quatro décadas de guerra civil entre as duas regiões do país.

A criação do novo Estado reflete as aspirações do povo sul-sudanês que, em janeiro último, por meio de referendo popular previsto no AAP, expressou, de forma pacífica e transparente, seu desejo de independência.

O Governo brasileiro reitera sua disposição em cooperar com a República do Sudão do Sul e em contribuir para seu desenvolvimento social e econômico sustentável. Ciente das questões ainda pendentes entre o novo país e a República do Sudão, o Governo brasileiro manifesta confiança de que as partes possam superar suas diferenças por meio do entendimento e do diálogo e trabalhar de forma conjunta rumo à estabilidade e à prosperidade na região.

6.2

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(25/08/11 – 38ª reunião)

Nota do Itamaraty nº 218, de 24/08/11

Pleito equatoriano de liberação da importação de bananas

O Equador não exporta bananas para o Brasil, e o último registro dessa operação foi no ano 2000. As dificuldades desse comércio derivam de (i) questões tarifárias; e (ii) questões fitossanitárias.

A primeira questão foi resolvida em 2005, por meio da negociação do Acordo de Complementação Econômica (ACE) n. 59 MERCOSUL-Colômbia/Equador/Venezuela, pelo qual a banana equatoriana recebeu 100% de margem de preferência tarifária para entrada no Brasil. O ACE-59 foi promulgado pelo Decreto 5361, de 31 de janeiro de 2005, sob o marco do Tratado de Montevidéu, aprovado pelo Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo n. 66, de 16 de novembro de 1981.

A segunda questão aguarda a conclusão do processo de Análise de Risco de Pragas (ARP) no âmbito do Ministério da Agricultura (MAPA), que tem competência exclusiva na matéria. O Itamaraty não opina sobre o tema.

Em 11/4, em reunião técnica entre o MAPA e representantes do Equador, aquele país solicitou celeridade na conclusão do processo de ARP. O MAPA indicou que não seria possível dar prioridade a todas as ARPs solicitadas pelo Equador. A pedido, o Equador enumerou, em ordem de prioridade, as ARPs de 15 produtos de seu interesse. A ARP da banana é o quarto item dessa lista de prioridades.

Em 8/6, o Equador enviou ao Brasil seu Ministro do Comércio Exterior, Francisco Rivadeneira, que manteve encontros no MDIC e no MAPA para pedir celeridade no processo ARP relativo à banana equatoriana. Em 17/6, o Equador encaminhou ao MAPA informações complementares referentes ao ARP da banana, as quais se encontram em exame por parte daquele Ministério. Em consultas informais com o MRE, o MAPA antecipou possíveis atrasos no processo de ARP para o produto equatoriano.

Os ARP são processos complexos e demorados, já que requerem levantamento de todas as pragas presentes no país exportador e comparação com aquelas encontradas no Brasil.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, realizou visita ao Equador em 25 de julho. Na ocasião, as autoridades equatorianas manifestaram interesse em acelerar a ARP sobre a banana. O Chanceler brasileiro indicou que o tema recai na alçada do MAPA, que está examinando a solicitação equatoriana.

Em contatos com a imprensa, após o encontro, o Chanceler do Equador, Ricardo Patiño, anunciou que o Ministério da Agricultura do Brasil teria concluído a ARP relativa à banana equatoriana.

A informação divulgada pelo Chanceler do Equador à imprensa não procede. Em 19 de agosto, em consulta informal, o Ministério da Agricultura informou ao Itamaraty não haver previsão de conclusão da Análise de Riscos de Praga da banana equatoriana.

6.3 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(27/08/2011 – 40ª reunião)

Nota do Itamaraty à Imprensa nº 314 Trechos da Declaração conjunta proferida na conclusão da VIII Reunião Ministerial do BASIC sobre Mudança do Clima – Inhotim, Minas Gerais, 26 e 27 de agosto de 2011

A 8ª Reunião Ministerial do BASIC (*Brasil, África do Sul, Índia e China*), sobre mudança do clima realizou-se em Inhotim, Minas Gerais, em 26 e 27 de agosto de 2011. Participaram do encontro Antonio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores do Brasil; Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente do Brasil; Maite Nkoana-Mashabane, Ministra das Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul, na qualidade de próxima Presidente da COP; Edna Molewa, Ministra de Recursos Hídricos e Assuntos Ambientais da África do Sul; Xie Zhenhua, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China; e J.M. Mauskar, Secretário Especial para Meio Ambiente e Florestas da Índia.

Resultado de Durban

Os Ministros reiteraram a importância de se atingir um resultado amplo, equilibrado e ambicioso em Durban, no contexto do desenvolvimento sustentável e em conformidade com os dispositivos e princípios da Convenção, em particular os princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas

Enfatizaram que Durban deve progredir em todos os aspectos das negociações, incluindo o estabelecimento dos compromissos das Partes do Anexo I para o segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto e de compromissos comparáveis de países do Anexo I que não são Partes do Protocolo de Quioto; a operacionalização das decisões de Cancun; e a resolução de questões pendentes não concluídas em Cancun. Enfatizaram a centralidade da adaptação e de meios de implementação como parte de um resultado equilibrado e amplo. Esses elementos são necessários para

garantir equilíbrio na conclusão do Mapa do Caminho de Bali e do Plano de Ação de Bali.

Ressaltaram que o acordo sobre o segundo período de cumprimento é a prioridade central de Durban, na medida em que eventual fracasso nesse sentido poderia gerar um desafio ao multilateralismo e solaparia a resposta multilateral à mudança do clima baseada em regras no âmbito da UNFCCC. Os Ministros reiteraram seu apoio a um processo preparatório transparente e inclusivo que assegure que Durban seja um grande passo adiante nos trabalhos rumo à perspectiva de um resultado abrangente, ambicioso, justo e efetivo, garantindo a implementação plena, efetiva e sustentada da UNFCCC e seu Protocolo de Quioto.

Protocolo de Quioto

Os Ministros reafirmaram que o Protocolo de Quioto é um marco do regime de mudança do clima. Destacaram o papel desse Protocolo de garantir que cortes significativos de emissões de gases de efeito estufa por países desenvolvidos sejam comensuráveis com as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) e com o objetivo de 2 graus Centígrados reconhecido em Cancun. Ressaltaram que a continuidade dos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto, em particular do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), depende do estabelecimento de metas quantificadas de redução de emissões de Partes do Anexo I, sob o segundo período de cumprimento.

Instaram as Partes do Protocolo de Quioto a trabalharem, de maneira construtiva, para assegurar que não haja lacuna entre o primeiro e o segundo períodos de cumprimento. Enfatizaram que a perspectiva de que Partes do Anexo I deixem o Protocolo de Quioto para apresentarem suas contribuições de mitigação sob o AWG-LCA (Grupo de Trabalho *Ad Hoc* sobre Ações Cooperativas de Longo Prazo), só pode ser um reflexo de reduzida vontade política para diminuir suas emissões de gases de efeito estufa. É difícil de conceber que um país deixaria o Protocolo de Quioto para fazer mais.

Financiamento

Os Ministros consideraram o trabalho dos peritos do BASIC sobre formato comum de comunicação para contabilidade rigorosa, robusta e transparente de financiamento oferecido pelas Partes do Anexo I. Um formato comum de comunicação para financiamento é uma prioridade para Durban, de forma a viabilizar contabilidade de desempenho em relação

ao cumprimento da meta quantificada de financiamento no montante de US\$ 100 bilhões por ano até 2020.

Perigos do unilateralismo

Os Ministros expressaram sua preocupação com medidas unilaterais sobre mudança do clima, tanto em planejamento como já implementadas, que podem gerar impactos negativos em outros países. Expressaram sua grande preocupação com a decisão da União Europeia de incluir o setor de aviação no Esquema Europeu de Comércio de Emissões, incluindo voos de companhias não europeias com destino e partida em território europeu.

G77 e China

Os Ministros enfatizaram a importância da unidade do G77 e China e seu papel central nas negociações sobre mudança do clima. Notaram as claras demonstrações de liderança do G77 e China e sua vontade de contribuir para vigoroso esforço global. Os Ministros decidiram manter a abordagem do “BASIC ampliado”, de forma a aumentar a transparência de suas reuniões. Também saudaram o papel desempenhado pela vindoura Presidência Sul-Africana da COP e seus esforços para organizar consultas inclusivas de alto nível sobre mudança do clima, que contribuirão para um resultado exitoso e ambicioso em Durban.

Rio+20

Os Ministros também tiveram a oportunidade de discutir a perspectiva para a Conferência Rio+20 em 2012. Nesse sentido, ressaltaram o importante papel dos países do BASIC para garantir o sucesso da Rio+20, bem como a Conferência de Durban sobre Mudança do Clima e a Conferência de Nova Delhi sobre Biodiversidade. Este é um claro sinal de seu firme compromisso de avançar soluções multilaterais para problemas globais.

7

COMUNICADOS SOBRE O PLC 41, 2011

7.1
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(16/06/11 – 28ª reunião)

PLC 41, DE 2010 – Acesso a Informações

Em função da repercussão gerada pelo Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, que regula o acesso a informações públicas, e que envolve diretamente os trabalhos desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e ainda, considerando a precaução por mim adotada diante de uma possível aprovação do projeto sem o devido e acurado exame, gostaria de prestar os seguintes esclarecimentos:

O PLC 41, de 2010, de fato, envolve questões do maior interesse nacional. Em análise minuciosa da matéria, identifiquei uma série de aspectos na versão adotada pela Câmara dos Deputados que podem gerar impacto danoso não só à Administração pública brasileira, mas também e, principalmente, à segurança do Estado e da sociedade.

Não se trata, portanto – e isso é imperioso que seja destacado –, de questões de um ou de outro governo e, mais ainda, de um ou outro período de nossa história. Repito: os componentes que envolvem o projeto constituem matéria de segurança de Estado e, portanto, de máxima relevância aos interesses nacionais, tema para o qual deve prevalecer a salvaguarda de assuntos específicos e sigilosos e a devida acuidade quanto ao regulamento de acesso a determinados documentos e informações classificadas. São temas, informações e documentos ligados a toda a trajetória, à atuação e às estratégias de nossa diplomacia e dos serviços de inteligência do País, bem como a assuntos ligados a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sensíveis. Tudo isso, sem falar nos tratados e acordos internacionais firmados pelo Brasil com vinculação ao sigilo de determinadas informações de cunho eminentemente voltadas à nossa política externa.

Nesse sentido, e numa primeira análise que fiz do texto oriundo da Câmara dos Deputados, identifiquei algumas necessidades de alteração que uma lei dessa magnitude requer. Assim, gostaria de citar as seguintes modificações que, de início, me parecem de suma importância:

1. Resgatar a possibilidade de que determinados documentos com informações sigilosas e de caráter ultrassecreto, ou cuja divulgação ameace a **segurança do Estado e da sociedade**, tenham seu sigilo prorrogado por mais de uma vez (art. 24 do projeto de lei). Há de se ressaltar que nem mesmo as mais tradicionais e liberais democracias do mundo, como a Inglaterra e os Estados Unidos, permitem a completa divulgação da totalidade dos documentos públicos, principalmente daqueles relacionados à segurança do Estado. Além disso, a Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso 33 – e que serve inclusive de base para justificar a iniciativa do PLC 41/10 –, ressalva textualmente, da divulgação, as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Observe-se que se trata de dispositivo constante das chamadas *cláusulas pétreas*, imodificável, portanto, ainda mais por meio de um projeto de lei ordinária.

2. Resgatar o conceito original de **informação** (art. 4º, inciso I, do projeto) que no âmbito da literatura das atividades de inteligência constitui um dado trabalhado, um produto final, para o qual não cabe qualquer suposição quanto ao seu processamento.

3. Evitar repetições de mandamentos que já constam na legislação brasileira ou na própria Constituição Federal, como é o caso do art. 5º do projeto, relativo ao direito de acesso à informação.

4. Evitar uma verdadeira oficialização do **Wikileaks**, na forma do art. 8º, §2º e art. 10, §2º do projeto. Ou seja, retirar a **obrigatoriedade** de divulgação de informações na rede mundial de computadores (*internet*), transformado-a em **possibilidade**. Trata-se de medida de cautela em função da natureza e do conteúdo de determinados documentos públicos, que não devem ser expostos aleatória e indiscriminadamente, ou mesmo além das fronteiras nacionais. Vale lembrar que ao agente público só lhe é permitido fazer o que estiver expressamente previsto em lei, dentro do princípio administrativo da vinculação. No Direito Privado ocorre o inverso, em que se pode tudo que não contrarie a lei.

5. Resgatar a hipótese do caráter **confidencial** de determinados documentos e informações, com o objetivo de dar maior flexibilidade ao agente público na classificação e evitar problemas com aqueles existentes e assim já denominados (art. 24 do projeto). Além disso, há de se considerar os Acordos e Tratados internacionais em que consta essa classificação e cuja alteração demandaria novas tratativas com os respectivos Estados, podendo, inclusive, haver responsabilização do Estado brasileiro no plano internacional.

6. Manter informações referentes ao Presidente da República como **secretas** (art. 24, §2º, do projeto), deixando de ter a necessidade de vinculação ao término do mandato presidencial, já que o prazo de divulgação das informações secretas é de 15 anos, ou seja, extrapola o mandato do

Presidente da República, ainda que reeleito. E nesse ponto, cabe esclarecer: todas as informações relativas ao meu governo e ao do Presidente Sarney já estão inteiramente disponíveis. Diferentemente do que se tem divulgado, não há conotação pessoal nos meus comentários. Longe disso, não é uma questão pessoal ou de governo, é uma questão de Estado.

7. Inverter a lógica da classificação da natureza das informações (art. 27). O conteúdo da informação é o elemento determinante para a decisão sobre seu grau de sigilo, e não o nível hierárquico do responsável pela classificação. Entendemos, portanto, ser fundamental a adoção de critérios de conteúdo, conforme a melhor doutrina e legislação vigente para classificar os documentos. Percebemos a necessidade de alguns ajustes no que diz respeito às autoridades competentes para classificar os documentos. Pelo texto do projeto, o Diretor-Geral da ABIN, da Polícia Federal ou da Receita, entre outros, não teriam competência para classificar um documento como **ultrassecreto**, ao passo que as secretarias da Presidência da República a teriam.

8. Evitar o comprometimento do próprio sigilo que se pretende proteger (art. 30, inciso II, do projeto). Não se pode indicar de forma tão evidente quais são as tendências e os interesses brasileiros no campo da reunião da informação. Além disso, a publicação dos documentos sigilosos no Diário Oficial da União, por exemplo, em vez da divulgação em “sítio da internet” (art. 30, *caput*), proporcionaria maior clareza, confiabilidade, igual publicidade, menor possibilidade de exposição dos órgãos detentores de informações sigilosas e de ações de *hackers*, além de se tratar do veículo de comunicação que contém as informações autenticamente oficiais.

Estabelecer nova composição da **Comissão Mista de Reavaliação de Informações** (já que o texto original não é claro quanto a isso), propondo que sua coordenação fique a cargo do Vice-Presidente da República, e dando a possibilidade de indicação de membros *ad hoc* quando se tratar de áreas específicas. Além disso, recomenda-se alterar sua competência para que seja uma instância **consultiva**, e não **decisória**, de modo a evitar que o próprio **Presidente da República** se torne subordinado a ela (art. 35 e parágrafos).

10. Salvar o Estado de uma eventual desclassificação de documentos sensíveis por **decorso de prazo**, caso a Comissão de Reavaliação não possa cumprir suas atribuições no prazo fixado na lei (supressão do § 3º do art. 35 do projeto). Da mesma forma, evitar o risco do automatismo da desclassificação dos documentos (supressão do § 4º do art. 39 do projeto).

11. Dar maior substância à denúncia e mais segurança ao servidor público nos casos de responsabilização civil, penal ou administrativa, por dar ciência da prática de crime ou improbidade de que tenha conhecimento (acréscimo da expressão **fundamentada e idônea** no texto do art. 126-A da Lei nº 8.112, de 1990, que se pretende acrescentar por meio do art. 44 do projeto).

Essas são, Sras. e Srs. Senadores, algumas sugestões iniciais que entendemos ser importantes e que foram levadas por mim, pessoalmente, primeiro, no dia 4 de maio, ao então Ministro da Casa Civil, Antônio Palocci, oportunidade em que repassamos detalhadamente, ponto por ponto, todo o projeto, comprometendo-se o ministro na época, em reunir sua assessoria jurídica com minha assessoria técnica para tratar das modificações; segundo, aos membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na primeira parte de nossa reunião secreta do dia 5 de maio; em seguida, ao então Ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio; e, por fim, mais recentemente, à própria Presidenta Dilma Rousseff, que se mostrou sensibilizada com o assunto e disposta a encontrar a melhor solução. Ressalte-se que ela mesma, quando Ministra-Chefe da Casa Civil, foi uma das subscritoras do Projeto de Lei nº 5.228, enviado ao Congresso em maio de 2009 pelo Presidente Lula, por intermédio da própria então Ministra, que entregou em mãos a proposição ao Presidente da Câmara da época, Deputado Michel Temer.

Devo informar também que logo na semana seguinte ao encontro com a Presidenta Dilma Rousseff, tive o primeiro contato com a atual Secretária de Relações Institucionais, Ministra Ideli Salvatti, que já está empenhada na aprovação da matéria, com preferência, vale dizer, para a versão original do projeto encaminhado ao Congresso em 2009, que, como visto, constitui a versão oficial do governo.

Essa proposta de resgate da versão original do projeto do Presidente Lula, devo esclarecer, conta com a minha concordância, na medida em que – diferentemente da versão emendada pela Câmara – seu texto atende a grande maioria de minhas observações e sugestões iniciais, aqui já expostas. Acredito que, com pequenas adaptações de redação e um aperfeiçoamento pontual em poucos aspectos, será possível se chegar a uma lei moderna, realista e dentro dos melhores padrões frente às normas do gênero das principais democracias do mundo.

O aperfeiçoamento que acredito ser razoável e, mais do que isso, recomendável em relação ao projeto original do Executivo, direciona-se para três pontos básicos: (1) o estabelecimento de uma composição mais bem definida e a adoção do caráter consultivo da Comissão Mista de Reavaliação de Informações; (2) o resgate da classificação de documentos denominada como de natureza “confidencial”; e (3) a adoção da relação pelo conteúdo, e não pelas autoridades, dos documentos a serem classificados.

Naturalmente, dentro do rito ordinário da tramitação legislativa – especialmente nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – a matéria poderá ser ainda mais aperfeiçoada por meio não só de emendas parlamentares de seus membros, como também pela discussão que ensejará no momento oportuno.

7.2

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(22/08/11 – 37ª reunião)

PLC 41, DE 2010 – Acesso a informações

Mais uma vez trago a este colegiado informações relacionadas a ma matéria da mais alta relevância, que aguarda parecer de nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Refiro-me ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, que dispõe sobre a chamada “Lei Geral de Acesso à Informação”.

Preliminarmente, devo esclarecer que em 30 de abril de 2010, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), das quais já recebeu parecer, com quatro emendas de redação.

Ainda no ano de 2010, no dia 3 de agosto, a Presidência desta Casa aditou o despacho inicial, a fim de que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional também fosse ouvida a respeito do projeto, tendo em vista a existência de dois requerimentos nesse sentido, um de autoria do Senador Eduardo Suplicy, e o outro do Senador Eduardo Azeredo, que era o Presidente desta Comissão.

Deve-se esclarecer e salientar que a decisão da Presidência do Senado Federal, de ofício e sem necessidade de submeter ao Plenário os mencionados requerimentos, não se limitou a deferir o que estava sendo requerido pelos Senadores Eduardo Suplicy e Eduardo Azeredo. O despacho saneador da tramitação completou-se com o reconhecimento de que esta Comissão era a mais pertinente para se manifestar sobre o mérito do referido PLC 41, de 2010, razão pela qual a CRE passou a constar como a última das Comissões que deverá proferir parecer.

Em cumprimento à referida decisão do Presidente José Sarney, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), após aprovar seu parecer, encaminhou o projeto à Comissão de Relações Exteriores

e Defesa Nacional, no último dia 20 de abril, a fim de que esta instância também exerça suas atribuições constitucionais e regimentais.

Para nossa surpresa, entretanto, algumas lideranças partidárias solicitaram urgência para o mencionado projeto, sem qualquer consulta à nossa Comissão ou entendimento prévio com seus dirigentes e, ainda, desconsiderando o requisito regimental da “presença física do respectivo processado”, que se encontrava nesta Comissão, uma vez que iniciáramos as necessárias conversações com os Ministros de Estado responsáveis pelo acompanhamento legislativo da matéria, a fim de esclarecer pontos controversos e buscar soluções em comum.

Essas negociações com o Poder Executivo foram, aliás, objeto de muitas referências pelos meios, ainda no primeiro semestre deste ano, como do conhecimento de Vossas Excelências.

Considerando-se o “interesse de Estado” presente em vários dispositivos da proposição, as negociações com o Poder Executivo e a cobertura jornalística que ela despertava, transformamos em secreta parte de nossa reunião realizada no dia 16 de junho último, quando pude relatar a Vossas Excelências minhas preocupações em relação aos aditamentos feitos na Câmara dos Deputados ao projeto original enviado pelo Executivo. Ato contínuo, mantive conversações com os Ministros de Estado Luiz Sergio, Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Antônio Palocci, Chefe da Casa Civil, e Nelson Jobim, titular da pasta da Defesa. Até mesmo com a Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, tive a oportunidade de conversar sobre o Projeto.

Por força das circunstâncias, os Ministros interlocutores foram todos substituídos, o que nos obriga agora a buscarmos novos contatos e novos entendimentos. Nesse sentido, inclusive, esclareço que na última 5ª feira, dia 18, logo após a reunião da Comissão, solicitei audiência com o Ministro Celso Amorim, novo titular do Ministério da Defesa, encontro esse que, devido a compromissos do ministro nesses últimos dias, deverá ocorrer amanhã, dia 23, no período da tarde.

Ainda que essa providência tenha sido adotada e que, em consequência dela, haja a expectativa de que possamos encontrar soluções consensuais com o Poder Executivo, considero que, a partir de agora, não mais poderemos adiar a manifestação oficial desta Comissão, especialmente porque há um requerimento de urgência para a matéria. Foi nessa linha de raciocínio, inclusive, que recebi, hoje, solicitação do Senador Ministro Francisco Dornelles, Líder do PP, por meio de ofício datado de hoje e dirigido à Presidência da CRE. Trata-se do Ofício nº 321, de 2011, assinado pelo Senador Ministro Francisco Dornelles.

Assim, as razões expostas, aliadas a essa iniciativa da Liderança do PP, motivaram-me a dar curso ao trâmite da matéria aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Dessa forma, para viabilizar a seqüência da tramitação do projeto, informo a Vossas Excelências que na próxima 5ª feira, dia 25, na reunião ordinária da Comissão, apresentarei o relatório correspondente, a fim de que os integrantes do colegiado possam discutir a matéria, apresentar emendas ou mesmo formular votos em separado.

Antecipo-me, ainda, em esclarecer que o procedimento de submeter a proposição ao exame da Comissão, ainda que ela esteja em regime de urgência, não é novidade no Senado Federal, conforme se pode constatar dos registros das tramitações dos projetos PLC nº 49, de 1996; PLC nº 15, de 1998; PLC nº 32, de 1999 e PLC nº 50, de 1999.

Além dos precedentes, é importante salientar que há tempo suficiente para o exame da matéria nesta Comissão, uma vez que, neste momento, encontra-se sobrestada, sem previsão de desobstrução, a pauta da Ordem do Dia do Plenário do Senado Federal, razão pela qual o PLC 41, de 2010, não poderá ser deliberado por aquela instância. Aliás, trata-se de uma situação que vem se repetindo, com pequenas exceções de intervalos de pauta desobstruída, há mais de três meses, o que, na prática, tem invalidado o regime de urgência.

Assim, parece-me bastante racional – e certamente mais democrático – que aproveitemos essa interrupção dos trabalhos de Plenário para realizarmos um exame coletivo e cuidadoso sobre tão importante assunto no âmbito desta Comissão.

Ademais, parece óbvio que se a CRE é a Comissão considerada mais pertinente para se pronunciar sobre o mérito, conforme o despacho do Presidente da Casa, haveria indevido descumprimento dessa decisão se todas as demais Comissões, menos esta, aprovem parecer precedido da devida, oportuna e profunda discussão. Para que não haja incoerência e, menos ainda, descumprimento regimental, é absolutamente necessário o parecer deste colegiado.

Ressalto, por fim, que a Presidência desta Comissão poderia exercer a relatoria da matéria em Plenário, em substituição ao colegiado, tendo em vista o regime de urgência. Todavia, todas essas circunstâncias – reitero: obstrução da pauta em Plenário, conversações com o Poder Executivo, previsão de disponibilidade de algumas semanas para cumprirmos todas as etapas neste órgão – parecem indicar que o mais sensato seja deflagrarmos o exame da matéria na Comissão, ainda que tenhamos a expectativa de colaboração, neste trabalho, dos representantes do Executivo.

7.3

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(15/09/11 – 42ª reunião)

PLC 41, DE 2010 – Acesso a informações públicas

Sr^{as} e Srs. Senadores, a respeito do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, que regula o acesso à informação pública, gostaria de esclarecer algumas questões sobre o tema surgidas nas últimas semanas. Essa é uma proposição que merece um intenso debate, especialmente aqui, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, instância temática de maior pertinência com a matéria.

Uma lei dessa magnitude, imprescindível à sociedade e ao Estado brasileiros, requer um profundo tratamento do Legislativo, em que prevaleça a prudência, o bom senso e a responsabilidade de todos.

Se o Congresso Nacional, pelo princípio constitucional da separação dos poderes, não deve ser um mero “carimbador” do Executivo, o Senado Federal não pode, pela regra da independência das Casas congressuais, que sustenta o modelo bicameral, servir de mera chancela das iniciativas enviadas pela Câmara dos Deputados. Até porque, vale lembrar, no plenário daquela Casa, este projeto, o PLC 41, de 2010, foi aprovado por meio de votação simbólica. Esta não pode ser uma lei de um só Poder, de uma só Câmara, de uma só comissão, de um só partido, de um só parlamentar. Por isso, o estudo, o debate e a participação de todos são primordiais.

Foi com esse espírito de intensificar a discussão e colher o maior número de informações, dados e referências sobre o tema e, ainda, aproveitando que a pauta do plenário continua trancada por medidas provisórias, é que a apresentei no último dia 5 de setembro um requerimento de informações ao Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), para que nos tragam algumas respostas que serão de suma importância no exame do referido projeto de lei. É importante esclarecer que a escolha do Ministro do GSI recai pelo fato de ser ele, dentro da estrutura do Poder Executivo, a autoridade maior do sistema brasileiro de inteligência, chamado

o Sisbin. Em que pese se tratar de um modelo que, na minha opinião, ainda carece de uma melhor estruturação, é o sistema hoje em vigor pela atual legislação.

Assim, gostaria de informar V. Ex^{as} os quesitos colocados no requerimento de informação a S. Ex^a o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General José Elito Carvalho Siqueira.

Primeira pergunta: qual o número de documentos sigilosos produzidos pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República anualmente? Quantos deles são os ostensivos?

Segunda: quantos documentos de caráter ultrassecreto, secreto, confidencial e reservado estão arquivados no âmbito do GSI? Inclusive aqueles sob a guarda da Agência Brasileira de Inteligência, a Abin? Como se dá o processo de classificação e desclassificação de documentos sigilosos no âmbito desse Ministério?

Há acordos internacionais sobre salvaguardas de assuntos sigilosos que afetam as atividades do GSI? Quais são?

Há algum estudo ou avaliação sobre os impactos da aprovação do projeto de lei da Câmara, PLC nº 41 de 2010, nas atividades conduzidas pelo GSI e pela Abin? O GSI já dispõe de alguma estratégia de revisão dos documentos sigilosos sob sua guarda no caso de aprovação do PLC nº 41, de 2010? A desclassificação automática, sem possibilidade de prorrogação do sigilo de determinados documentos poderá causar algum risco ou ameaça à segurança nacional, à integridade das fronteiras do País ou ao domínio de tecnologias sensíveis de que dispõe o Brasil?

E, por último: a obrigatoriedade de divulgação na rede mundial de computadores pela Internet de todas as informações produzidas pelo GSI, independentemente de solicitação, é factível diante da atual estrutura e natureza dos serviços executados por esse Ministério?

Foram essas as perguntas. Estou certo de que, com esta iniciativa, somada às emendas e contribuições dos membros desta Comissão, teremos então os subsídios necessários para promover uma ampla, profunda e eficaz discussão da matéria.

Aqui vale lembrar que hoje temos tramitando na Casa projetos que vêm suscitando inúmeros debates, e esses debates todos em favor da própria sociedade brasileira. Projetos como o do Código Florestal, que vem sendo amplamente debatido; o projeto dos *royalties* do petróleo, em relação ao veto de determinado artigo dos *royalties* do petróleo; a questão da Emenda 29; a questão agora desse imbróglio entre o Executivo e o Judiciário, na matéria do pedido de aumento que foi remetida pelo Judiciário ao Executivo; enfim, todos esses são temas que vêm merecendo uma discus-

são aprofundada e acalorada aqui no Senado da República, mobilizando o esforço de vários Senadores.

Então, por que nós não dedicarmos também um esforço das nossas capacidades conjuntas para podermos melhor avaliar esse projeto de lei? Por que fazermos tramitar isso de afogadilho?

Dizem que a Presidenta da República estaria levando à ONU uma questão como essa. Não é verdade. Alguns confrades dizem que podem... Qual foi a frase que um deles me disse? Uma coisa tão cínica! Diz: “Eu perco a verdade, mas não perco a manchete.” Então, é o que está acontecendo. A Presidenta irá às Nações Unidas. E lá estarão sendo debatidos temas de importância capital para o futuro do mundo. Estarão sendo discutidos, por exemplo, a criação ou não do Estado Palestino; estarão sendo discutidos temas como o da grande crise mundial que se abate sobre o Planeta nos dias de hoje; estarão sendo discutidas questões como a da Líbia, do norte da África, do Oriente Médio. Temas de uma enorme relevância. E não é verdadeiro que a Presidenta deseja levar um projeto como esse, até porque, originalmente, o projeto que Sua Excelência, hoje Presidenta da República e então Ministra Chefe da Casa Civil, assinou junto com outros Ministros, e ela encaminhou pessoalmente ao então Presidente da Câmara, Michel Temer, esse projeto, o projeto original do Executivo, é exatamente o projeto que nós aqui estamos tentando mostrar a V. Ex^{as}, que seria talvez interessante nós resgatarmos, excluindo as emendas que foram colocadas a esse projeto original enviadas pelo Executivo.

Com isso, com essa ampla, profunda e eficaz discussão da matéria, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional disporá da capacidade de condições suficientes para decidir e, se for o caso, elaborar um texto para o projeto de lei, de modo a preservar aspectos essenciais à segurança de qualquer nação soberana, bem como a atender ao princípio da transparência ativa do Estado e ao princípio da *accountability*, ou seja, o devido controle e fiscalização no trato da coisa pública, aí incluído o acesso às informações por parte da sociedade, instituições e agentes responsáveis.

Assim, com toda uma gama de dados, opiniões e debates, não correremos o risco de um suposto e ilusório avanço, que vá além da razoabilidade e responsabilidade nas relações entre Estado e sociedade requeridas numa matéria desse gênero. O que alegam, por outro lado, os adeptos do texto aprovado na Câmara dos Deputados é que o texto original do Poder Executivo representaria retrocesso – e eu pediria uma especial atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores a esse trecho.

Ora, como considerar retrocesso a proposta inicial encaminhada em maio de 2009 pelo Presidente Lula? Como? Seria possível admitir que o governo Lula defendesse uma legislação antidemocrática e que representasse algum tipo de retrocesso?

Além disso, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto do Poder Executivo foi também subscrito, porque foi debatido e estudado no âmbito daquele poder, pelos então Ministros: Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil; Tarso Genro, Ministro da Justiça; Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; Nelson Jobim, Ministro da Defesa; José Antonio Dias Toffoli, Advogado-Geral da União; Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria de Direitos Humanos; Jorge Armando Félix, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional; Franklin Martins, Ministro da Secretaria de Comunicação Social; e Jorge Hage, Ministro da Controladoria-Geral da União.

Retrocesso há, sim, no nosso entender, nas mudanças incutidas no projeto original. O que se pretende, assim, é resgatar o projeto original, que foi encaminhado pela Ministra-Chefe da Casa Civil, a hoje Presidenta Dilma Rousseff, acompanhada da assinatura de todos esses ministros, que participaram diretamente da elaboração desse projeto original. É isso o que se pretende, portanto, resgatar neste presente momento, e debater amplamente a matéria, e evitar, aí sim, um inaceitável retrocesso no projeto do Governo, por intermédio das emendas feitas na Câmara dos Deputados, pois ao texto foi acrescentado o que eu chamo de um vírus, que precisa, agora, ser neutralizado, sob pena de desfigurarmos a essência maior da proposta inicial encaminhada em maio de 2009 pelo Presidente Lula.

Ressalte-se que esse texto previa, quando foi encaminhado à Câmara dos Deputados, a prorrogação do sigilo de determinados documentos sem nenhum limite, o que não significa sigilo eterno, pois, a cada renovação, com a periodicidade estabelecida na lei, a Comissão Mista de Reavaliação poderá propor à autoridade competente a desclassificação dos documentos em exame. Dizer hoje que as autoridades do futuro manterão a prática da renovação sistemática é subjugar essas mesmas autoridades sem sequer conhecê-las.

Por isso, *data venia*, continuo convicto de que a ampla divulgação das informações seja a regra, e o sigilo, a exceção.

O que devemos refletir é se convém eliminar de vez a exceção. E, pior, com prazo determinado e hora marcada. Por isso, volto a repetir: possibilitar a renovação do sigilo por mais de uma única vez é completamente diferente de estabelecer o que os meios cunharam como sigilo eterno. O que se propõe, na prática, é submeter o sigilo a uma revisão periódica e não apenas a uma única revisão. Insistir na versão do sigilo eterno é falsear os fatos, é distorcer informações, é ganhar a manchete e perder a verdade.

E reafirmo que o tempo dos Estados é distinto do tempo dos homens, queiramos nós ou não. Ninguém, absolutamente ninguém, pode garantir hoje que daqui a 25 anos, 50 anos, o Brasil estará em condições, na arena das relações externas, de abrir por completo o inteiro teor dos seus documentos públicos, especialmente aqueles que contêm informações estraté-

gicas ou de tecnologias sensíveis. Os mesmos motivos que justificam uma prorrogação, daqui a 25 anos pode ser procedente e usado após mais 25 anos, para uma nova prorrogação.

Afinal, de que parâmetros dispomos hoje para fixar 50 anos como um prazo limite razoável e irreversível? A título de exemplo bem simples e próximo a nós, vale lembrar que a Argentina e Uruguai sempre foram nações tradicionalmente amigas há até poucos anos. Hoje, contudo, por uma razão ligada à construção de fábricas de papel, vivem sob uma intensa divergência na chamada “guerra das papeleras”. Outros exemplos históricos são de conhecimento de todos, sendo o mais clássico e importante o da reversão das alianças ocorrida pós-segunda guerra mundial.

Ou seja, não há qualquer garantia de que o parceiro de hoje não venha a ser o adversário de amanhã. Assim funcionam as relações internacionais, desde os mais remotos tempos de nossa civilização.

Devo observar também que, assim como numa verdadeira democracia não cabe qualquer espécie de regulação ou controle das atividades de comunicação, dado o princípio constitucional da livre manifestação, também não convém, por outro lado, uma ampla e autêntica desregulação de salvaguardas mínimas à segurança do Estado e da sociedade.

Ou seja, ao mesmo tempo em que lutamos para preservar a plena liberdade de comunicação, devemos também lutar para conservar mecanismos para que o Estado possa, se necessário, garantir não só a sua segurança, mas também a da sociedade e a de nossas tecnologias sensíveis.

A isso chamamos de estabilidade da soberania da nação, como reza explicitamente o art. 3º da Declaração dos Direitos Humanos do Homem e do Cidadão, de 26 agosto de 1789, ao consagra esse princípio: “Toda soberania reside essencialmente na nação. Nenhuma corporação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane diretamente.”

Com relação à questão dos direitos fundamentais e humanos, volto a repetir que toda a base e as previsões do projeto da Câmara estão preservadas, exatamente nos mesmos termos da versão aprovada naquela Casa.

Por fim, tenho consciência de que o WikiLeaks, claro, não fará ruir democracias, mas embaraços, sem dúvida. Já vem causando na seara da diplomacia mundial. E como não há controle sobre esse instrumento, é de se perguntar: qual o seu limite? Até onde ele vai? Até quando será que ele apenas vem a ser um instrumento embaraçoso? E pior: devemos adotá-lo institucionalmente no âmbito da administração pública?

Ademais o que se questiona em especial é a conveniência de divulgação de determinadas informações, informações essas desclassificadas e que, ao extrapolarem as nossas fronteiras, já que muitas delas interessam só à própria sociedade brasileira, nos coloca em situação embaraçosa.

Outro ponto refere-se à obrigatoriedade prevista no PLC 41 de que todo e qualquer documento público – isso vale para União, Estados e para os cerca de 6 mil Municípios brasileiros –, com as exceções daqueles submetidos a prazos de desclassificação, seja de imediato disponibilizados na Internet. Pergunta-se: isso é factível?

Temos, de fato, desde o mais longínquo e pequeno município brasileiro, até o nível federal condições administrativas para tanto? Os prefeitos brasileiros estarão conscientes das demandas administrativas e questionamentos jurídicos a que estarão sendo submetidos caso não cumpram o que venha a estabelecer o PLC nº 41 em sua eventual aprovação.

É preciso lembrar que o PLC nº 41 prevê que cada órgão público terá de se dotar de um setor específico apenas para a divulgação dos documentos produzidos. E aqui digo o que está no PLC: todos os documentos produzidos, desde um simples memorando até o rascunho de um decreto.

Como cumprir essa meta quando sabemos da carência de estrutura de inúmeros órgãos, principalmente no âmbito municipal, que sequer conseguem se sustentar ou mesmo cumprir suas atividades básicas? E quanto ao imensurável acervo de documentos já produzidos pela administração pública ao longo dos séculos passados? Como organizar e viabilizar essa disponibilidade? E quanto ao risco de ações de *hackers* e de um ciberterrorismo ou um ataque cibernético?

E até vale a pena lembrar que o Pentágono, nos Estados Unidos, já declarou que ataques cibernéticos serão considerados pelo governo americano como um ato de guerra. E nós sabemos como têm sido essas ações dos *hackers*. E essa será a grande escalada de violência que teremos pela frente. *Data venia*, salvo melhor juízo das Sr^{as} e Srs. Senadores, é claro que eles não estão mais preocupados se o ataque virá de avião – como veio, lamentavelmente, em relação às torres gêmeas – ou com a explosão de bombas em metrô aqui e acolá.

Nos Estados Unidos, de forma absolutamente surpreendente, pelo menos para mim, quando houve o ataque às torres gêmeas, os aviões decolaram e foram em direção ao oceano. Eles estavam ainda com um protocolo da guerra fria, como se um ataque que pudesse acontecer ao território americano tivesse que vir pelo mar, não em seu território próprio. E agora os Estados Unidos estão trabalhando fortemente na relação desse chamado ciberterrorismo e ataque cibernético, porque é por aí que as coisas vão acontecer. A questão do WikiLeaks já demonstra isso claramente, e medidas vêm sendo tomadas para que algumas salvaguardas de confidencialidade do governo americano estejam garantidas e infensas a esse tipo de ação.

Portanto, é nesse sentido que questionamos a praticidade, a viabilidade e a conveniência da obrigação de disponibilizar toda a produção documental pública diretamente na Internet. Que isso seja uma possibilidade

é razoável, mas, como uma obrigatoriedade, torna-se humanamente impossível de se cumprir.

Finalmente, ainda sobre o assunto, gostaria de fazer a leitura de duas matérias de um *e-mail*, uma recente e outra de 2004, que bem refletem a complexidade que envolve um debate dessa natureza, já que tratam de dois temas bastante abordados na discussão da matéria.

Numa delas, o WikiLeaks é criticado e, na outra, é abordada uma demanda do Paraguai, que pede acesso a documentos de guerra – eles estarão disponíveis às Sr^{as} e Srs. Senadores que desejarem deles tomar conhecimento.

Por isso, gostaria de trazer essas explicações, dizer do porquê da apresentação desse pedido de informações a S. Ex^a o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, porque ele é, pela legislação atual, o chefe, o cabeça do Sisbin (Sistema Brasileiro de Inteligência), e a ele, naturalmente, nós teríamos que solicitar esse tipo de informações, já que o projeto original, que foi emendado na Câmara dos Deputados, veio assinado pelo Presidente Lula – e o que estamos querendo resgatar é o projeto original –, foi enviado pelo Presidente Lula, assinado pela Ministra-Chefe da Casa Civil e hoje Presidenta Dilma Rousseff, pelo Ministro Franklin Martins, pelo Ministro Vannuchi, pelo Ministro Celso Amorim, pelo Ministro Nelson Jobim, pelo Ministro Jorge Hage, enfim, uma relação de oito Ministros que participaram diretamente da elaboração do projeto original. E como podemos considerar um projeto assinado por tão proeminentes figuras, engajadas figuras no processo de democratização do País, como esse projeto sendo um retrocesso?

São esses questionamentos que trago a nossa Comissão para que posamos debater com o mesmo ardor, com a mesma vontade de aprimorar, de fazer com que o projeto reflita rigorosamente os interesses do Estado brasileiro, como estão sendo discutidos agora esses temas, como o Código Florestal. Ontem, houve um grande debate no conjunto de comissões. O debate dos *royalties*, que tem consumido tanto tempo, sobretudo dos Senadores que representam os Estados produtores de petróleo, como aqui o Senador Francisco Dornelles, representando o Estado do Rio de Janeiro, que tanto tem se empenhado para que o Rio não venha a perder os *royalties* a que tem direito. A questão da Emenda nº 29, que suscitou tantos debates.

Então, o que desejamos é que discutamos na nossa Comissão, como é sua atribuição. E vamos discutir. Ninguém aqui quer impor a sua posição sobre a de ninguém. A única coisa que, no exercício da Presidência desta Comissão, eu defendo, e defendo porque é assim que devo me portar, é abrigar essa atribuição que a Comissão tem, qual seja a de discutir este assunto que é de natureza específica da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Não posso, em nome do respeito que tenho às Sr^{as} e aos

Srs. Senadores integrantes desta Comissão, simplesmente abrir mão dessa prerrogativa que nos é dada pela Constituição e pelo Regimento de debates, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um tema tão importante em que prevaleça o entendimento da maioria.

Mas também defendo que o entendimento da maioria se dê depois de uma análise apurada do que estamos discutindo. Fico muito impressionado com o que vejo em alguns meios. Outro dia uma renomada confeiteira publicou na sua coluna algo assim: “A lei do sigilo terá uma importância fundamental, porque, com a lei do sigilo aprovada, nós teremos conhecimento dos contratos e dos aditivos que são feitos aos contratos do Ministério dos Transportes.”

Como pode uma confeiteira, com os galardões que ela porta nos seus ombros, vir com uma informação como essa, inteiramente distorcida. Todos nós sabemos que esses contratos, de qualquer Ministério, contratos de serviços, contratos de obras, e os aditivos que venham daí, são publicados no Diário Oficial. Todos nós, no Senado e na Câmara, temos conhecimento disso. Se quisermos nos aprofundar, é só pedirmos mais informações. Então, estava inteiramente... não conhece o projeto, não leu o projeto e quer discutir pelos meios um projeto dessa relevância.

Penso que o local para se debater esse assunto é o âmbito da nossa Comissão e do plenário do Senado da República, para que possamos chegar ao melhor entendimento.

Era isso que eu gostaria de comunicar a V. Ex^{as} em relação ao requerimento que encaminhei a S. Ex^a o Sr. Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), General José Elito”.

7.4
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(22/09/11 – 44ª reunião)

PLC 41, DE 2010 – Acesso a informações públicas

Sras. e Srs. Senadores, conforme informado na reunião de 5ª feira passada, dia 15, apresentei em Plenário requerimento de informações ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, com oito perguntas acerca do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, que regula o acesso às informações.

O requerimento foi encaminhado pela Mesa Diretora no dia 12 do corrente. Por meio do Ofício nº 590, de 16 de setembro de 2011, daquele Ministério, chegaram ao meu gabinete as respostas aos quesitos formulados no dia 20.

Nesse mesmo dia 20, despachei a anexação do documento ao respectivo processo, como prevê o inciso V do art. 216, do Regimento Interno. Esclareço ainda que na semana passada já havia encaminhado aos gabinetes de todos os Senadores o requerimento que eu havia apresentado.

Inicialmente, devo esclarecer que o requerimento de informações foi dirigido ao Gabinete de Segurança Institucional por ser este Ministério a autoridade superior e coordenadora, por meio da ABIN, do Sistema Brasileiro de Inteligência, ao qual cabe a operacionalização e o manuseio das maiores e principais informações sensíveis e passíveis de classificação, conforme pode ser verificado nessas projeções do organograma do GSI e da estruturação do SISBIN:

Aí estão o Gabinete de Segurança Institucional, o Ministro-Chefe, Secretaria Executiva, e vemos lá Agência Brasileira de Inteligência, Secretaria de Segurança Presidencial, Estudos Institucionais e Acompanhamento de Assuntos Militares. Então, ele, o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, é o cabeça do sistema de informações do Estado brasileiro, que está inclusive vinculado à Agência Brasileira de Inteligência, a chamada Abin.

Gostaria agora de proceder aqui, nesta reunião, a leitura do ofício enviado pelo Exmº Sr. Ministro-Chefe do GSI, como forma de oficializar junto à Comissão de Relações Exteriores...

Antes disso, por favor, este é um outro *slide* interessante.

Este é o Sistema Brasileiro de Inteligência. Então, a Abin centraliza todas as informações desses ministérios que V. Ex^{as} estão aí vendo. Esses ministérios são considerados com potenciais condições de produzir informações sensíveis. Então, há os diversos. Vai da Anvisa, Agência de Vigilância Sanitária, passando pela própria Casa Civil.

Enfim, então, vejam quantos órgãos estão vinculados à Abin que recolhem as informações que julgam merecedoras de classificação. E isso são informações de Estado e não de governo. São informações de interesse do Estado brasileiro. Então, a Abin coleta todas as informações e faz as classificações que os seus técnicos julgam necessárias, com a participação do Ministro-Chefe do GSI.

Em função disso, foi enviado ao Ministro-Chefe do GSI o requerimento de informações.

Então, gostaria, agora sim, de proceder, nesta reunião, à leitura do ofício enviado pelo Exmº Sr. Ministro-Chefe do GSI como forma de oficializar junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a resposta ao meu requerimento.

O texto completo do documento os senhores têm em mão e também pode ser acompanhado na projeção, reconheço, com alguma dificuldade. Mas a cópia está na mão dos senhores.

Passo a ler a carta do GSI.

Como bem podem observar as Sras. e Srs. Senadores, e salvo melhor juízo, as respostas aos oito quesitos formulados limitam-se a 4 itens e uma observação de cunho genérico que, no meu entender, poderiam ensejar uma possível reiteração do pedido de informações, com base no §2º do art. 5º do Ato nº 1, de 2001, da Mesa Diretora do Senado Federal, que dispõe:

“Art. 5º.....

§2º O autor do requerimento, sob o fundamento de haver sido incompleta a resposta, poderá solicitar à Mesa a reiteração do pedido de informações, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo estabelecido no parágrafo anterior.”; no caso, 10 dias.

Contudo, entendo que cabe aos membros desta instância a análise das respostas e da conveniência ou não de um novo pedido (...)

Podem também se manifestar também sobre se estão ou não atendidos com as respostas e, principalmente, se ainda intencionam realizar as audiências públicas para melhor conhecerem o assunto.

Por isso, não tomei nenhuma providência nesse sentido, mas me mantenho disposto, enquanto a pauta do plenário estiver trancada, a dar prosseguimento na discussão do projeto no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, inclusive, se for este o entendimento, com a realização das referidas audiências e de uma reiteração do pedido de informação.

Observo que, em função do pedido de informações ao GSI, decidimos na reunião passada, a Comissão de Relações Exteriores decidiu, com a anuência dos autores, sobrestar os dois requerimentos de audiência até a chegada das respostas daquele Ministério. Como já obtivemos as respostas num tempo bastante curto – quatro dias, o que é um recorde aqui no Senado para o atendimento desse tipo de requerimento de informações –, nada impede que retomemos na próxima reunião a votação dos dois requerimentos de audiência, uma vez que ambos já foram lidos e já constaram da pauta de nossa reunião.

Devo esclarecer que na audiência proposta pelo Senador-Ministro Francisco Dornelles o convidado é exatamente o Ministro-Chefe do GSI; já a audiência proposta pelos Senadores Blairo Maggi e Jarbas Vasconcellos contaria com a participação de 4 convidados estudiosos do assunto, sendo um consultor especializado, um jornalista, um sociólogo da área de consultoria política e um representante do Ministério Público.

Sobre as respostas do Gabinete de Segurança Institucional – que, vale lembrar, é o órgão superior do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) –, gostaria de fazer as seguintes considerações, de acordo também com o texto das perguntas disponibilizado na projeção e também distribuído a V. Exas.:

O item 1 responde parcialmente às perguntas 1 e 2, já que não esclarece se nos números de documentos classificados que fornece estão incluídos os referentes à ABIN. Chama a atenção o número de apenas 2 documentos classificados como ‘ultrassecretos’. Destaque também para a esmagadora maioria de documentos classificados como ‘confidencial’ (56.644), que é exatamente o tipo de classificação que o PLC 41 pretende extinguir. É de se imaginar o trabalho que dará para reclassificá-los todos com outra denominação.

O item 2 responde ao quesito 3, porém limitando-se à remissão do cumprimento do Decreto nº 4.553, de dezembro de 2002 (e não ‘setembro’ como consta do ofício). Me parece uma resposta por demais genérica, limitada a uma remissão legal, sem maior interesse de esclarecer ou detalhar o solicitado. Até porque, vale dizer que, posterior a este decreto, existe uma lei federal (Lei nº 11.111/05, oriunda da MP 228/04) e um outro decreto que a regulamenta (Decreto 5.301/04), ambos tratando desse tema.

O item 3 responde ao quesito 4. Porém, não explica ou detalha a questão da salvaguarda de documentos sigilosos afetando as atividades do GSI, objeto da pergunta, nem discrimina os temas e os 15 países com os quais o Brasil está em negociação, conforme cita a própria resposta.

O item 4 esclarece que o GSI não só subscreveu [é muito importante que prestemos toda a atenção a isso], como também participou das discussões para a elaboração do PL 5.228, de 2009 (...)

O PLS 5.228, de 2009 é o projeto original enviado pelo então Presidente Lula e subscrito por nove Ministros de Estado. Esses nove Ministros de Estado participaram diretamente da elaboração desse projeto original. Foram os Ministros que participaram dessa discussão, que durou dois anos...

Esse é um projeto que vem de 2003, quando foi apresentado na Câmara. Em 2006/2007 o Governo Lula resolveu coletar todos os projetos que diziam respeito a esse tipo de assunto, de acesso às informações, e constituiu um grupo de trabalho composto pela então Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; Tarso Genro, Ministro da Justiça; Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores; Nelson Jobim, Ministro da Defesa; José Antonio Dias Toffoli, Advogado-Geral da União; Paulo Vanucchi, dos Direitos Humanos; Jorge Armando Felix, do GSI; Franklin Martins, da Comunicação Social; e Jorge Hage, da Controladoria-Geral da União.

Esses nove Ministros durante dois anos estudaram, trabalharam, fizeram todas as *démarches* necessárias para a apresentação do projeto de lei que, afinal, pronto em 2009, foi entregue pessoalmente pela então Ministra Chefe do Gabinete Civil Dilma Rousseff ao então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

Então:

O item 4 esclarece que o GSI não só subscreveu, como também participou das discussões para a elaboração do PL 5.228, de 2009, a proposta original do governo enviada ao Congresso, afirmando que se trata de versão – ou seja, o projeto inicial do governo subscrito pelo Presidente Lula e mais 9 ministros – que “traz dispositivos aptos a salvaguardar os documentos cuja divulgação possa trazer prejuízos ao país” [isso está no projeto original enviado pelo governo, subscrito pelo Presidente Lula], o que significa concordar com a previsão de possibilidade de prorrogação do sigilo por mais de uma vez, como estabelece o projeto original do governo. [O projeto original do Governo Lula estabelece a possibilidade da prorrogação por mais de uma vez do sigilo] Além disso, a resposta do GSI cita a respectiva Exposição de Motivos para justificar o mérito do projeto do governo, contudo sem nenhuma análise ou comparativo com a versão aprovada na Câmara.

Quanto à exposição de motivos citada pelo Ministro do GSI, volto a repetir, refere-se ao projeto original do governo subscrito, em 2009, pelo

Presidente Lula e pelos então Ministros Dilma Rousseff (à época na Casa Civil), Tarso Genro (Justiça), Celso Amorim (Relações Exteriores), Nelson Jobim (Defesa), José Antonio Dias Toffoli (Advocacia Geral da União), Paulo Vannuchi (Direitos Humanos), Jorge Armando Felix (Gabinete de Segurança Institucional), Franklin Martins (Comunicação Social) e Jorge Hage (Controladoria Geral da União). Vale aqui destacar alguns pontos que constam da Exposição de Motivos Interministerial, que se coadunam com tudo que tenho até aqui defendido e mostram que essa versão original do governo está longe de poder ser considerada um retrocesso ou antidemocrática.

Passo à leitura de alguns trechos da exposição de motivos do Projeto de Lei 5.228, de 2009, do Governo.

- *“O anteprojeto ora encaminhado é resultado de aprofundada discussão travada no âmbito de grupo formado por representantes dos Ministérios co-autores, e de órgãos a eles relacionados, para estudo de propostas de normatização do tema enviadas originalmente à Casa Civil pela Controladoria-Geral da União, a partir de debates havidos no seio do **Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção**, bem como pelo Ministério da Justiça, além de outras contribuições.”*

- *“A proposta cria mecanismos claros e efetivos para garantir o acesso à informação pública (...)*

Essa a proposta original, segundo a sua exposição de motivos, assinada por nove ministros de Estado, incluindo o Presidente Lula, diz que esta proposta, esse projeto de lei original:

*(...) cria mecanismos claros e efetivos para garantir o acesso à informação pública e, ao mesmo tempo, estabelece critérios para proteção das informações pessoais e sigilosas, assim compreendidas apenas aquelas **imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado.**”*

- *“A restrição do acesso somente será permitida em caso de informações pessoais ou imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, caso em que a restrição será imposta por meio de classificação da informação como sigilosa, mediante decisão devidamente fundamentada e a adoção do critério menos restritivo possível para a definição do grau de sigilo que lhe será atribuído. Mesmo assim, **será assegurado ao cidadão o acesso à parte não sigilosa, caso o sigilo abranja apenas parte do documento que contém a informação.**”*

E continua a Exposição de Motivos do projeto original, enviado, em 2009, pelo governo do Presidente Lula e assinado por nove de seus Ministros:

- *“(…)Matérias que até então vinham sendo tratadas em normas inferiores são, agora, submetidas ao debate democrático no Congresso Nacional. **Tão importante quanto debater com a sociedade sobre o direito de acesso***

a informações é debater os limites do sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

- ***“Na seção de disposições gerais, em consonância com as mais avançadas legislações sobre a matéria, estabelece o anteprojeto que as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos, praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas, não poderão ser objeto de qualquer restrição de acesso.”***

- ***“O acesso a informação pública, portanto, como expressão de transparência pública, deve não apenas compreender a acessibilidade das informações, mas, também, a garantia de que o ambiente onde são geradas tais informações não seja contaminado por ações de corrupção, abusos e desmandos.”***

Extraí alguns trechos da Exposição de Motivos que acompanhou o projeto original, enviado pelo governo Lula e subscrito por nove dos Ministros que participaram, durante dois anos, da discussão para elaboração deste projeto, e que acompanha, portanto, este projeto de lei encaminhado em 2009 à Câmara dos Deputados.

Por fim, voltando às respostas do GSI:

O item 5 restringe-se a informar que o GSI acompanha...

Vejam bem a linguagem, é importante a gente sempre ter uma atenção muito especial a esse tipo de informações, porque cada palavra tem o seu peso. E apenas comparando aqui com este item que vou ler, voltando ao que ele informa, lembro que:

O item 4 esclarece que o GSI não só subscreveu, como também participou das discussões para a elaboração do PL 5.228, de 2009, a proposta original do governo enviada ao Congresso, afirmando que se trata de versão – ou seja, o projeto inicial do governo subscrito pelo Presidente Lula e mais 9 ministros – que *“traz dispositivos aptos a salvaguardar os documentos cuja divulgação possa trazer prejuízos ao país”*

O que ele está dizendo aqui? Que concorda com a previsão de possibilidade de prorrogação do sigilo por mais de uma vez, como estabelece o projeto original do governo do Presidente Lula. Além disso, a resposta a esse item 4 cita a respectiva Exposição de Motivos que acabamos de analisar para justificar o mérito do projeto do Governo, contudo, sem nenhuma análise ou comparativo com a versão aprovada na Câmara.

Então, vamos ao item 5:

O item 5 restringe-se a informar que o GSI acompanha [não participou, não tomou conhecimento das emendas apresentadas na Câmara] a tramitação e que aguarda [olhem o termo] a “eventual” aprovação para posterior adaptação do órgão às novas regras, “inclusive quanto à sua estrutura e aos procedimentos de desclassificação e publicização dos docu-

mentos”, numa tentativa de referência às perguntas 7 e 8. Ou seja, coloca-se numa posição passiva diante da matéria, o PLC 41, e de sua discussão, apesar de ser o GSI, como um dos subscritores do projeto original do governo e órgão superior do SISBIN, como acabamos de verificar. talvez o maior interessado na nova lei. Assim, deixa claro não ter qualquer participação nas emendas ao projeto original embutidas na Câmara.

São essas emendas que vêm motivando a discussão e o debate travados aqui na Comissão de Relações Exteriores e alhures.

Em resumo, além de apenas tangenciar algumas perguntas, o Ministério não respondeu aos quesitos 5, 6, 7 e 8. Mas, no meu entender, as respostas oferecidas nos dão a clareza de que nem o GSI nem qualquer dos subscritores do projeto original do governo foram consultados ou ouvidos formalmente sobre o PLC 41, ou seja, as emendas da Câmara.

E aqui cabe a pergunta: em que versão devemos acreditar mais? A proposta original do governo, amplamente debatida no âmbito de 9 ministérios e com a participação de instituições da sociedade ligadas ao tema, ou em emendas de toda ordem apressadamente apresentadas na Câmara e que aqui chegam para, de forma açodada, serem aprovadas sem aprofundamento na discussão? Qual a versão mais confiável, mais consubstanciada e com mais compromisso e apego aos interesses do Estado? [É uma resposta que nós teremos que oferecer.]

Finalmente, sobre o assunto, gostaria ainda de tecer algumas considerações sobre essa questão da urgência imposta ao trâmite da matéria e a suposto constrangimento que a Presidenta Dilma Rousseff iria passar durante esta semana na ONU.

Quero lembrar a V. Ex^{as} que, desde o início, quando esse projeto aqui chegou, o PLC 41, iniciei tratativas para abrir canais de diálogo com o Poder Executivo. Já citei aqui a V. Ex^{as}: estive, em primeiro lugar, motivado por um telefonema do Ministro hoje da Pesca, então Ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio; depois, tratei do assunto com o Ministro Antonio Palocci. Foi uma longa reunião que tive com o Ministro Antonio Palocci, Ministro-Chefe da Casa Civil. Ele comigo esteve durante uma hora, uma hora e quinze, ele lendo o PLC 41, ele com uma cópia do PLC 41 à frente, e eu com uma cópia do PLC 41 comigo, e nós dois lendo em conjunto, e ele manifestando estranheza em relação às emendas que foram apresentadas. Uma hora e quinze. E o que ficou combinado nesse encontro? Ficou combinado o seguinte – inclusive trocamos os telefones, os nomes dos assessores dele: ele disse que estaria encaminhando esse documento ao seu chefe de gabinete, que iria reunir os assessores jurídicos da Casa Civil para analisar as sugestões que estavam sendo feitas naquele momento por meu intermédio e que ele voltaria a me ligar para mostrar o resultado do estudo e aí fazermos uma nova reunião.

Nesse meio-tempo – e isso que me deixou muito impressionado e constrangido e ferido –, nesse meio-tempo, quebrando um acordo entre um Ministro-Chefe da Casa Civil e um Senador da República, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e eventualmente tendo sido Presidente da República, foi quebrado esse acordo quando ele determinou ao Líder do Governo no Senado Federal que fosse pedida urgência da matéria. E quando veio o Senador Romero Jucá me comunicar, “Olhe, eu acabo de receber essa orientação” – orientação não, determinação – “determinação do Ministro-Chefe da Casa Civil de pedir urgência”, eu falei: “Mas isso é impossível. É impossível que ele tenha pedido isso”. Fomos ao Presidente Sarney, que presidia a reunião naquele momento para saber do Presidente Sarney se o então Ministro-Chefe da Casa Civil Antonio Palocci havia se comunicado com o Presidente da Casa para tratar desse pedido de urgência, e o Presidente disse, na presença do Senador Romero Jucá, que não. A informação que eu tinha era a mesma informação de que dispunha o Presidente da Casa, Senador José Sarney.

O que significou esse pedido de urgência? Esse pedido de urgência significou uma retirada, *manu militari*, desta Comissão do processo que trata da lei de acesso à informação, dizendo: “Não, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional não tem mais por que discutir esse projeto. Isso vai ser pedido de urgência.”

Eu digo: ontem foi aprovada a Emenda nº 29. Três anos em debate na Câmara. E a Emenda nº 29, eu acho que tem muitas coisas importantes neste País para resolver, mas acredito que entre elas, nos primeiros lugares está a questão da saúde. E esta Emenda nº 29 trata da questão da saúde do povo brasileiro e demorou três anos para ser aprovada.

Está aí o Código Florestal sendo debatido – o Relator está em todas as Comissões, o Senador Luiz Henrique – e sofrendo as intervenções devidas de cada um. Ontem foi uma beleza a reunião da CCJ, foi algo que dá gosto ver. É para isso que nós estamos aqui: para discutir esses sistemas.

Então, foi retirada, de forma brutal, da Comissão de Relações Exteriores a possibilidade de discutirmos o assunto. Como quem diz: “Não, vocês não têm competência para discutir isso”. Mas como não? Esta nas atribuições, constitucionalmente e no Regimento Interno do Senado Federal que é atribuição. Nós somos a Comissão final nesse projeto porque se trata especificamente do quesito defesa nacional. Além disso, pra que essa pressa?

Essa discussão vem desde 2003 na Câmara dos Deputados. O projeto original do Governo demorou de dois anos e meio a dois anos e oito meses para ser levado. Agora, a Câmara oferece emendas de forma açodada ao projeto original do Governo, que é bom, e é aquele que defendemos, que é o projeto enviado pelo Presidente Lula e subscrito por nove Ministros que participaram durante dois anos e meio da discussão para elaboração final

desse projeto, a Câmara dos Deputados envia para o Senado Federal, e diz assim: “Isso tem de ser aprovado rapidamente, porque é o dia mundial não sei do quê e tem de ser aprovado, porque a Presidenta assim deseja”. O que não era verdade, o que me informaram do inicialmente, porque eu conversei com a Presidenta Dilma sobre isso, e ela não tinha, no momento em que eu conversei com ela, ela não tinha sequer notícia de que havia sido oferecida emenda ou emendas ao projeto original do Governo. E ela, já que estamos nesse debate, na minha frente, repreendeu o Ministro Luiz Sérgio, que eu já havia falado com ele sobre o assunto, conforme relatei aos senhores, mas essa parte eu não havia contado, mas é bom porque temos, infelizmente, chegar a esse nível de detalhes, ela olhou para ele, e disse: “Você não me informou sobre esse assunto”. Ele disse: “Não, Presidenta, é porque naquele dia a Senhora estava ocupada...”. Ela disse: “Não me interessa! Você não me informou sobre esse assunto. Onde está esse projeto?” Aí eu disse a ela: “Está nas mãos do chefe de gabinete do Ministro Antonio Palocci, que se comprometeu assim, assim, assado...”, o que eu já relatei aos senhores. Ela vira-se para o Ministro Gilberto Carvalho, e diz assim: “Gilberto, ligue para o chefe de gabinete – não me lembro do nome – e diga a ele que eu quero esse documento em cima da minha mesa hoje.” Calhou de, no dia seguinte a esse encontro com a Presidenta Dilma, ter sido realizado no Palácio do Planalto uma cerimônia em que se anunciava o Plano Nacional de Fronteira, por sinal um plano muito bem elaborado pelos Ministérios da Justiça e da Defesa, foi realmente uma bela apresentação, sobretudo, com muita objetividade, então, eu fui ao Planalto para essa cerimônia e estive no gabinete da Presidenta Dilma. Estávamos lá alguns Ministros, eu também estava, e estava lá o Ministro, o Secretário-Geral Gilberto Carvalho. E eu perguntei ao Ministro – já que foi ele que havia telefonado, no dia anterior, para o então Chefe de Gabinete do Ministro Palocci, que estava saindo naquele dia ou no dia seguinte e que estava com o documento – se ele já havia enviado a documentação do PLC nº 41. E o Ministro Gilberto Carvalho disse: “Já peguei e já deixei na mesa da Presidenta”. Então, fiquei mais tranquilo.

Depois disso tudo, vem esse pedido de urgência. Mas por que impedir a nós, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de discutir esse assunto? Que mal há? Quer dizer que a Câmara pode discutir o tema durante seis anos, cinco anos, quatro, três, e o Senado tem que receber esse enlatado e engoli-lo? Não! Já chega o que a Câmara faz em relação às medidas provisórias: utiliza praticamente o tempo inteiro destinado à análise da medida e, quando a matéria chega ao plenário, faltando três ou quatro dias, dizem: “Tem que aprovar! Tem que aprovar! Tem que aprovar, porque, senão, perde a validade”, não sei o que mais, é aquele roldão... E vai qualquer coisa.

Então, esse é um assunto que merece debate. É o que eu defendo. O que estou defendendo é o direito que esta Comissão tem de debater o assunto, de discutir o assunto, de tomar conhecimento. E fico impressionado como os meios deste País e os confrades e as congreiras não têm conhecimento absolutamente nenhum do que se trata.

Houve um pascácio que, antes da viagem da Presidenta Dilma, disse o seguinte: “A Presidenta Dilma vai sofrer um leve vexame nas Nações Unidas, porque esse é um assunto que vai ser chamado, e o Brasil não tem nada o que dizer”. Mentira! Isso é um *lobby* disfarçado, capitaneado por um pascácio que está fazendo com que alguns parlamentares suscetíveis a esses afagos dos meios, esses meios que costumam tratar à vela de libra aqueles que satisfazem as suas expectativas – e eu não sou exatamente um desses; decidida e declaradamente, não –; vem e informa uma mentira dessas à opinião pública.

E a que nós assistimos, ontem e antes de ontem, com tanto orgulho para nós brasileiros? À Presidenta Dilma se apresentando às Nações Unidas, com toda a galhardia, com toda a pompa, sendo recebida da melhor maneira possível, tratando das questões de fundo; participou da reunião sobre a questão de transparência com o Presidente Obama e, vale também dizer aqui... Por isso é que essa discussão é importante. No debate com o Presidente Obama, em nenhum momento se tratou de questões de Estado; tratou-se ali da questão de transparência governamental em relação a atos administrativos e outros do governo, do exercício do governo, e não do Estado.

Então, esta intersecção é que precisamos verificar: o que é a questão de Estado e o que são as questões de governo. As questões de governo, é claro, têm de ser absolutamente transparentes. E, quando se diz que estamos pedindo urgência porque estamos precisando de uma lei... Para que os senhores tenham uma ideia – não passem ainda essa transparência –, nós temos hoje, no Brasil, em vigor, uma, duas, três, quatro, cinco leis tratando da matéria de informações.

A primeira delas, 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos Privados e dá outras providências; Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos Presidentes da República e dá outras providências; Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado no âmbito da Administração Pública Federal e dá outras providências; Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, que vem da Medida Provisória nº 228, de 2004, que regulamenta a parte final do disposto no inciso XXIII do *caput* do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências; Decreto

nº 5.301, de 2004, que regulamenta o disposto na Medida Provisória nº 228, de 9 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a ressalva prevista na parte final do disposto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição e dá outras providências.

O que tanto se defende no PLC nº 41, ou seja, uma única renovação do sigilo, a desclassificação automática e a criação da Comissão de Reavaliação, tudo isso – vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores –, tudo isso que o PLC nº 41 defende – uma única renovação do sigilo, a desclassificação automática e a criação da Comissão de Reavaliação –, tudo isso já está em vigor no Brasil desde 2004, conforme dispõe a norma mais recente sobre o tema, que é o Decreto nº 5.301. Então, pergunto: onde está essa urgência? Onde está essa urgência que faz com que a Comissão de Relações Exteriores seja impedida de discutir um tema dessa relevância? Para que essa pressa? Se se dissesse que estava havendo uma lacuna na nossa legislação e que estava prejudicando os interesses seja da Administração, seja sobre as questões de Estado, muito bem. Mas não estão, como os senhores aqui podem verificar.

De modo que a participação da Presidenta Dilma – e aqui vem a declaração assinada por todos os Presidentes que participaram dessa reunião, cujos nomes anotei aqui...

A reunião havida entre o Presidente Obama, aquela reunião da transparência...Eu pediria aos meus assessores que trouxessem aqui, por favor.

Então, tudo aquilo que foi assinado é tudo aquilo que o Brasil já vem fazendo.

Em relação a essa legislação, em relação àquela questão de que as maiores democracias do mundo já têm essa legislação não sei o quê, de sigilo inteiramente aberto e tal, aquela coisa toda...

Isso fala dessa impropriedade dos que afirmam...

Voltando, antes de entrar nesse assunto, por favor, está aqui o documento assinado pelos Srs. Presidentes que participaram daquela reunião intitulada “Reunião da Transparência – Parceria para Governo Aberto”.

Diz aqui:

Juntos, declaramos o nosso compromisso para:

Aumentar a disponibilidade de informações sobre as atividades governamentais. (...)

Comprometemo-nos [os signatários, os Presidentes, os Chefes de Estado ali reunidos.] [Esse é o trecho principal.] a fornecer o acesso a recursos efetivos quando a informação ou os registros correspondentes forem indevidamente retidos (...)

Quando eles falam aqui “indevidamente retidos” é porque alguns foram devidamente retidos, senão não precisariam colocar “indevidamen-

te”. Se colocaram aqui “indevidamente retidos”, por consequência existem alguns que foram retidos devidamente, tanto que coloca aqui para serem julgados, inclusive pelo monitoramento efetivo do processo de revisão.

Apoiar a participação cidadã. Valorizamos a participação de todas as pessoas, de forma igualitária e sem discriminação, na tomada de decisões e na formulação de políticas. O engajamento público, incluindo a plena participação das mulheres, aumenta a eficiência dos governos, que se beneficiam do conhecimento das pessoas, de suas ideias e de sua capacidade de fiscalização. Comprometemo-nos a tornar mais transparente a formulação de políticas e a tomada de decisões, a criar e usar canais que estimulem a discussão pela população, e a aprofundar a participação pública no desenvolvimento, no monitoramento e na avaliação das ações governamentais.

Tudo isso já está acontecendo! Tudo isso já está acontecendo! E apoia-do na legislação que hoje existe, nas questões de governo.

Implementar os mais altos padrões de integridade profissional em nossas administrações. [Vejam que não tem, em nenhum momento, questão de Estado aqui.] (...)

Aumentar o acesso a novas tecnologias para a abertura e responsabilidade. (...)Entendemos, também, que a tecnologia é um complemento, e não um substituto, de informações claras, utilizáveis e úteis.

Falando na questão da Internet, em relação às ações de governo, somos todos favoráveis a que isso seja disponibilizado na Internet. Vai para o Diário Oficial e coloca-se também na Internet. Agora, o que nós achamos que carece de uma discussão maior é que questões de Estado sejam colocadas de imediato na Internet. É isso que nós questionamos.

Então está aqui o documento que foi, segundo um jornalista que disse que teria... Aliás, um frade que disse que isso traria vexame à Presidenta Dilma... Ao contrário. Ela se houve maravilhosamente bem, com garbo, com tranquilidade, demonstrando a transparência das ações do Governo dela, que ela vem tentando ampliar ainda mais. E nunca foi tratada aqui a questão de Estado.

Há outras questões aqui que trago também, mas não vou me estender porque já estamos um pouco atrasados para o início da nossa pauta.

Temos aqui documentos do governo americano, das leis americanas sobre a questão de sigilo e também de governos da Comunidade Européia. E aqui fica muito claro que nenhum desses governos larga de mão as suas salvaguardas. Todos eles mantêm as suas salvaguardas. Diferentemente do que dizem. É muito bonito o Sr. Barak Obama falar, se bem que ele jamais falou em questão de estado, mas é muito bonito querer entender as palavras do presidente americano como uma solicitação dele a países, de modo geral, que tenham transparência das suas ações. Mas, do modo como vai

sendo divulgado, dá a ideia de que essa transparência, não é nem transparência, de que essa abertura de documentos tenha de alcançar os segredos de estado, e não alcança.

Por isso que eu disse que nós temos de ter uma grande atenção nessa interseção: o que é a transparência das ações do governo e o que é do interesse do estado de terem as suas salvaguardas. Então, em relação às ações do governo, sem dúvida alguma, tem de dar a maior publicização possível. E é em relação a isso que o Sr. Barak Obama se refere. Porque a própria legislação do governo que ele preside, e também a dos chefes de governo e de estados da União Europeia, todos eles, todos eles, nas suas leis de inteligência, mantêm as salvaguardas do estado para segredos assim considerados por interferirem na questão nas questões das tecnologias sensíveis, na questão da soberania, na questão da integridade do território e das relações internacionais.

Então, aqui está esse documento que, posteriormente, estaremos trazendo aos senhores para conhecimento.

Gostaria de agradecer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores pela atenção e por terem atendido à leitura da resposta oferecida pelo Ministro do GSI.”

7.5
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(27/10/11 – 52ª reunião)

PLC 41, DE 2010 – Acesso a informações públicas

No último dia 25, 3ª feira, o Senado Federal aprovou a nova Lei de Acesso à Informação, na forma do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010. A decisão da Casa é soberana e não há mais o que se comentar a respeito do debate, das motivações e interpretações que levaram ao acolhimento daquela versão. Restamos, agora, respeitar o desejo da maioria das Sras. e Srs. Senadores que se dignificaram ao votar naquela sessão, bem como nos adaptar às novas regras e passar a cumpri-las em sua íntegra.

Contudo, Sr. Presidente, preocupa-me ainda o comportamento rasteiro e dissimulado de determinados segmentos dos meios e alguns de seus pretensos e ditos profissionais da informação, que se julgam suzeranos da verdade. Digo isso ao verificar que, ato contínuo à aprovação do projeto de lei pelo Senado, na mesma tarde/noite, a tônica permaneceu a mesma por parte desses janízaros: a mentira, a desinformação e o falseamento de dados, numa retórica contumaz que, via de regra, mostra-se mal intencionada.

Refiro-me, por exemplo, à matéria de alguns confrades que, desde o início do debate deste assunto, especializaram-se em reiterar mentiras, distorcer fatos e escamotear intenções. E o pior, baseando-se em dados e informações de um suposto jornalista holandês, que se diz “especialista em liberdade de informação” e cujos estudos e levantamentos por si só descredenciam-no de qualquer conceito de credibilidade, a começar pelo rudimentar linguajar utilizado em seus escritos e pelas dificuldades e dúvidas por ele mesmo levantadas ao buscar informações. Como ele próprio alega, esse senhor de nacionalidade holandesa: “um dos problemas de edição deste resumo é que não existe uma boa definição do que seja uma Lei de Acesso à Informação.” E esse chamado “especialista” chega ao ponto de, ao pedir ajuda aos leitores para fornecerem dados confiáveis, ele próprio admitir que – essas são palavras do especialista que é citado por alguns

confrades como referência que visa a nortear ou que visava a nortear a discussão do PLC 41 – textualmente: “as fontes mentem, especialmente os órgãos governamentais”. E ao fazer uma cronologia da evolução da legislação de cada país, o jornalista estrangeiro classifica o Brasil, em sua tal lista denominada B1 – que significa “*mais ou menos próximo de uma lei de acesso à informação*” – da seguinte forma [continua ele]:

Em 2002: “lobby” sério; em 2003: ano do primeiro projeto da Lei de Acesso; em 2010: ano de aprovação da Lei de Acesso; em 2011: prognóstico de vigência da Lei de Acesso; e por fim, status da Lei de Acesso: Aprovada. (O detalhe é que esta informação que ele divulgou é datada de 9 de outubro de 2011, 16 dias antes de o Senado da República aprovar o PLC 41, ou seja, uma premonição).

Pois bem, apoiado na qualidade desse tipo de pesquisa, à qual se refere como “um levantamento mundial” do dito confrade brasileiro, ele passa também a mentir; não há outra palavra, a mentir. Ele assevera que a aprovação do PLC 41 “faz o Brasil ser o octogésimo nono país a ter uma lei de acesso à Informação a dados públicos.” E que, “entre os países latino-americanos, o Brasil é o décimo nono a ter uma lei dessa natureza.” E logo em seguida se contradiz: “são raros os países que têm uma legislação tão ampla.” Ora, se o Brasil passa a se enquadrar no rol dos quase 90 países com uma lei do gênero, como é possível afirmar que são raros os países com legislação dessa natureza?

É lamentável que tal fato ocorra, sobretudo neste nível. Em primeiro lugar, desde 1988 o Brasil possui legislação sobre o tema. A começar pela Lei Maior, nossa Constituição Federal, que garante o acesso à informação pública em três dispositivos distintos; depois passando pela lei de janeiro de 1991, que sancionei, como Presidente da República – e foi a primeira norma do gênero, a Lei nº 8.159 –; depois a Lei nº 8.859; depois, em dezembro do mesmo ano, eu próprio sancionei a Lei nº 8.394, referente aos acervos documentais privados dos Presidentes da República e, além disso, nos anos seguintes tivemos uma lei ordinária, nº 11.111, de 2005, dois Decretos Regulamentadores de nºs 4.553, de 2002, e 5.301, de 2004. Todas essas normas dispõem sobre o acesso à informação, sendo elas, inclusive, muito mais avançadas do que a esmagadora maioria da legislação estrangeira. Esse é um fato que tenho dito e repetido nos últimos meses e provado por meio de estudo comparado que, inclusive, fiz questão de mostrar em projeção no Plenário do Senado quando da apresentação de meu parecer ao PLC 41, no último dia 25.

Em segundo lugar, esse confrade brasileiro também mente ao discriminar posições no ranking de países que detêm leis dessa natureza – 89º no mundo e 19º na América Latina. A verdade, Sr^{as} e Srs. Senadores, a verdade – e eu gostaria que esse confrade, que esse janízaro desmentisse o que es-

tou aqui agora afirmando – é que a nova lei, oriunda do PLC 41, passa a ser a primeira e única do mundo a permitir o completo acesso ao inteiro teor de todos os documentos públicos, sem exceções.

Se isso é realmente positivo, o Brasil tornou-se, de fato, vanguarda. Porém, somente num futuro breve iremos descobrir os potenciais efeitos dessa nova legislação que acabamos de aprovar. Mas aqui vale repetir o que tenho dito: todas as mais avançadas e recentes leis das principais democracias do planeta contêm, sempre, salvaguardas, ressalvas ou exceções para determinadas questões de Estado. Mostrei esse fato no Plenário desta Casa, aqui na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em relação à mais recente legislação dos Estados Unidos e da União Europeia. E se isso não é suficiente, cito também, por exemplo, a norma em vigor da Alemanha, muito citada, Lei de Acesso à Informação, de 5 de setembro de 2005, que dispõe em seu §3º sobre proteção de interesses públicos especiais:

“O direito de acesso à informação não se aplica:

Se a divulgação da informação puder causar prejuízos sobre: (a) relações internacionais; (b) assuntos militares; (c) segurança interna ou externa; (d) funções de regulação ou de fiscalização das autoridades de finanças, concorrência e regulação; (e) assuntos de controle externo de finanças; (f) medidas de proteção contra o comércio externo ilegal; (g) o andamento de processos judiciais em curso.

Se a divulgação da informação puder ameaçar a segurança pública.”

E assim segue a lei alemã até o oitavo item de exceções de toda ordem.

Enfim, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é a realidade dos fatos e esses são dados autênticos, precisos, irrefutáveis. Lamento apenas que o Estado brasileiro tenha se tornado refém do automatismo na divulgação de seus documentos classificados. Quanto à cobertura que é dada aos acontecimentos do gênero, é preciso que determinados setores dos meios parem de mentir, parem de escamotear a verdade, sob pena de estarem permanentemente induzindo pessoas a erros de interpretações e assolando-os a tomadas de posições muitas vezes equivocadas. Sempre defendi a liberdade de expressão, o maior pilar da democracia. Sou contrário, absolutamente contrário, a qualquer tipo de regulação e controle dos órgãos de comunicação. Continuo discordando de qualquer proposta de regulamentação ou regulação do exercício profissional do jornalismo. Todavia, a defesa desses princípios demanda sempre, e acima de tudo, a devida responsabilidade pública por parte dos meios. A começar por não mentir.

8

COMUNICADOS SOBRE A RIO+20

8.1 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA (14/04/11 – 9ª reunião)

Preparativos para a RIO+20

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2012, será realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, marco da passagem de duas décadas da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, realizada, como todos sabemos, com bastante êxito, seja no que tange aos avanços conceituais que trouxe, seja na sua impecável execução.

Contudo, e como manifestei há uma semana, é necessário e salutar proceder a um acompanhamento regular e crítico dos resultados alcançados, de modo a verificar a sua adequação às expectativas iniciais, como os compromissos assumidos em 1992, quais sejam a Declaração do Rio e Agenda 21, Convenção sobre Mudança do Clima, Convenção sobre Diversidade Biológica e Convenção para o Combate à Desertificação. Deste exercício de revisão crítica, se desenvolvido de forma competente e desprendida, surgirá, sem dúvida, uma visão do que almejamos para os próximos 20 anos.

O principal legado da Rio-92, a ser reafirmado, é o consenso internacional quanto à necessidade de promover o avanço equilibrado do desenvolvimento econômico, do bem-estar social e da proteção ambiental, como pilares interdependentes do desenvolvimento sustentável.

A decisão da Assembléia-Geral das Nações Unidas que ratificou a realização da Rio+20 indicou que a Conferência deverá tratar de dois temas específicos: “uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e a “moldura institucional para o desenvolvimento sustentável”.

Devemos, como cidadãos conscientes da gravidade desses temas a serem considerados na Rio+20, eleger aquelas proposições que considera-

mos prioritárias, as de maior consequência, e sobre elas despende o nosso melhor esforço.

Não é ocioso repetir que não se espera da Rio+20 os mesmos resultados da Rio-92. O necessário é alcançar uma agenda enxuta, objetiva, ambiciosa na qualidade do aporte e não na extensão, da amplitude de assuntos.

Outro resultado positivo a ser alcançado é uma maior coerência e coordenação entre as organizações envolvidas com a implementação dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Dentre os problemas graves que devem ser merecer atenção especial da comunidade internacional durante este próximo período de revisão, cito a escassez de financiamento internacional e a pouca disponibilidade no que se refere à transferência de tecnologia. São questões transversais, que atravessam todo o espectro temático da Agenda 21 e que tem repercussão na área da biodiversidade, do combate à desertificação, da modificação dos padrões de consumo. Enfim, são daqueles temas maiores, apropriados a serem apreciados numa agenda que se quer objetiva.

Tenho a satisfação de comunicar a Vossas Excelências que no dia 7 de abril passado, logo após a reunião desta Comissão em que foi aprovada o requerimento de criação da Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20, o Senador Cristovam Buarque e eu próprio recebemos o Embaixador Luiz Alberto de Figueiredo Machado, atualmente Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Itamaraty, que, em breve, será Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia e Tecnologia, bem com o Ministro Laudemar Gonçalves, Coordenador-Geral Logístico da Rio+20, para ouvir do andamento dos preparativos para um evento em que tudo é superlativo.

Na vertente da preparação da agenda, o Embaixador Figueiredo discorreu sobre a “arquitetura” do processo de decisão nacional. Nos moldes da preparação da Rio-92, deverá ser estabelecida uma “Comissão Nacional”, cuja atribuição será a articulação dos vários aspectos da participação do Brasil na Rio+20. Também deverão ser criados Comitês de caráter mais específico, abrangendo os três pilares do Desenvolvimento Sustentável (econômico, social e ambiental), de modo a valorizando a participação de todos os setores da sociedade.

Durante as árduas negociações intergovernamentais que se avizinhm e que serão realmente árduas, o Brasil pretende exercer uma liderança adequada, benfazeja, sem imposições, como é característico e tradicional de nosso comportamento internacional. Contudo, devemos insistir em patamar elevado de representação. É importante que a Conferência conte com representação política de alto nível, a fim de assegurar a maior legitimidade possível para os resultados alcançados.

De minha parte tenho reiterado a todas as delegações estrangeiras com que me reúno e aos Embaixadores com os quais me avisto, a importância de que se façam representar no mais alto nível.

Nas duas últimas semanas pude manifestar essa necessidade ao presidente da Comissão de Relações Exteriores, Defesa e Forças Armadas do Senado francês, à Vice-Ministra das Relações Exteriores da Lituânia e aos Embaixadores da Eslováquia, do Kuaite, da República Tcheca e de Cuba. Convido Vossas Excelências, Sras e Srs. Senadores, membros desta Comissão, a também manifestar o interesse brasileiro em todas as ocasiões em que estejam com autoridades estrangeiras.

Na vertente dos preparativos logísticos, o Ministro Laudemar Gonçalves disse-nos dos numerosos contatos preliminares já estabelecidos nos níveis federal, estadual e municipal. Baseado em dados da própria ONU – isto é importante de se fazer notar – e na experiência recente de Conferências internacionais, a organização da Rio+20 estima a presença entre 120 e 150 Chefes de Estado e de Governo e uma afluência de até 50.000 delegados.

A Rio+20 constitui, ademais, importante momento para a cidade e o estado do Rio de Janeiro estimularem a implantação de modelos sustentáveis de investimentos em transporte e infra-estrutura urbana, o que, como nos foi asseverado, será incentivado pela organização.

Quero registrar ainda a diretriz adotada pela Comissão de logística, “Qualidade e Legado”. Qualidade como demonstração da capacidade brasileira em organizar mega-eventos, já um prenúncio para a Copa do Mundo e das para as Olimpíadas; e como uma demonstração a mais da nossa maior e mais intensa participação na economia mundial, além de nosso potencial em assumir maiores responsabilidades internacionais.

O “Legado” será a contribuição da Rio+20, há dois anos da Copa do Mundo e quatro dos Jogos Olímpicos, à infra-estrutura da cidade, a aquisição de equipamentos para aeroportos, viaturas, equipamentos de comunicação, centrais de controle. Além de inestimável treinamento para as nossas Forças Armadas, forças de segurança e demais organizações envolvidas.

Concordamos em que é útil e importante manter contato freqüente entre nossa Subcomissão de Acompanhamento dos Preparativos da Rio+20 e as instâncias da organização da Conferência. Ela cumpre com a função constitucional de fiscalização que se incumbe ao Poder Legislativo, mas é principalmente um canal aberto para aqueles que foram encarregados desta imensa responsabilidade, para aqueles que possam indicar aos legisladores os pontos de maior dificuldade e eventualmente solicitar o apoio de nossa Casa.

Finalmente, gostaria de ler, como sinal palpável do engajamento brasileiro no mais alto nível com o sucesso da Rio+20, trecho do parágrafo 24, do Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, assinado em Pequim no último dia 12 de abril de 2011, quando da visita da Presidenta Dilma Rouseff:

“...Assinalaram a relevância dos entendimentos no âmbito do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) para o sucesso da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-17/CMP-7), a ser realizada em Durban, na África do Sul. Manifestaram, ainda, o compromisso dos dois países com o êxito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se no Rio de Janeiro em junho de 2012, na qual serão discutidos os temas “a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza” e “o marco institucional para desenvolvimento sustentável”.

É sinal dos mais auspiciosos, que engaja a responsabilidade de uma potência por vezes arisca em assumir um papel mais protagônico em temas ambientais e por certo forçará movimentos também em outros importantes atores internacionais.

É importante assinalar que o Secretário-Geral da Rio+20, nomeado pelo Sr. Ban Ki Moon, será o Sr. Sha Zukang, integrante da delegação chinesa com assento nas Nações Unidas.

Como complemento desse comunicado gostaria de informar às senhoras e aos senhores que ontem, em contato mantido com o Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, ficou agendada para o dia 3 de maio, terça-feira, uma reunião de trabalho exclusivamente para tratar dos preparativos da Conferência Rio +20, lá no Rio de Janeiro. Além da equipe técnica da Prefeitura e dos membros da Subcomissão da Comissão de Relações Exteriores destinada ao acompanhamento da Rio +20, participarão da reunião os representantes das Nações Unidas encarregados do evento, bem como os representantes do Itamaraty e do Ministério da Defesa responsáveis pela promoção, planejamento e organização da Conferência.

Tenho plena convicção de que, com providências como estas de iniciativa da nossa Comissão, poderemos desencadear de vez o apoio e o devido acompanhamento de todo processo de realização deste que será em 2012 o mais importante evento mundial sobre meio ambiente. Não sou que quem o digo, mas a própria Nações Unidas.

Da Agenda Tentativa, que já esta sendo elaborada pelo Prefeito do Rio de Janeiro, com o apoio do Sr. Governador e do Sr. Vice-Governador daquele Estado e dos Senadores com assento nesta Casa representando o Estado do Rio de Janeiro, conta, inclusive, visita às instalações onde serão realizadas as reuniões da Conferência Rio +20, localizada nas imediações do Porto do Rio de Janeiro.

Gostaria de participar às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento de ofício de Gabinete da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo nos seguintes termos, enviados à Mesa do Senado ontem, lido em plenário e já tendo efeito imediato, o que é aqui indicado.

Este é o ofício encaminhado ao Sr. Presidente do Senado Federal, Presidente José Sarney, pelo Gabinete da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo:

“Sr. Presidente, nos termos regimentais, indico o Senador Lindbergh Farias e que na sua convivência conosco, sobretudo diante da preparação da Conferência Rio +20, possa V. Ex^a ter o papel que todos nós temos certeza, irá desempenhar e se desincumbir muito bem”.

Tenho também a informar às Sr^{as}. Senadoras e aos Srs. da Constituição da Subcomissão de Acompanhamento da Rio +20.

Como disse e ficou estabelecido na nossa última reunião, seria uma Comissão enxuta, basicamente executiva, que tivesse uma facilidade de mobilidade e de reunião.

Como membros titulares, Senador Cristovam Buarque, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Luiz Henrique, Senador Francisco Dornelles e Senador Aloysio Nunes Ferreira. Como membros suplentes, Senador Blairo Maggi, Senador Lindbergh Farias, Senador Marcello Crivella – e gostaria que atentassem Srs. e Sr^{as}. Senadoras, que os três Senadores do Rio de Janeiro estão participando desta Comissão pelos motivos que todos nós podemos bem depreender –, Senador Inácio Arruda e Senador Randolfe Rodrigues.

Fica, portanto, constituída esta Comissão que deverá se reunir proximoamente, assim que chegue na próxima segunda-feira ao Brasil, o Senador Cristovam Buarque, indicado para ser o Presidente da Comissão, e o Senador Francisco Dornelles, indicado para ser o Vice-Presidente da referida Comissão.

A todos os integrantes da Subcomissão da Rio +20, desejo o maior e melhor êxito e sucesso nesta sua incumbência, nesta sua nova incumbência.

8.2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA (25/04/11 – 10ª reunião)

Preparativos para a RIO+20

“Eu gostaria de comunicar às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores e aos presentes que, no último dia 19, foi instalada a Subcomissão Permanente de Acompanhamento dos Preparativos da Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Rio+20, que será realizada em 2012. Essa Subcomissão foi instalada, e foi eleito, para ser seu Presidente, o Senador Cristovam Buarque e, para ser o seu Vice-Presidente, o Senador Ministro Francisco Dornelles.

A primeira reunião dessa Subcomissão é da maior importância para que a realização desse evento possa ser algo semelhante ao êxito alcançado com a Rio-92, para que o Senado da República acompanhe *pari passu*, colaborando, no que for possível, com aqueles a quem cabe a organização do evento, respectivamente, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa e outros Ministérios que também estão participando de uma comissão interministerial, e mostrando o interesse do Senado da República e desta Casa Legislativa no êxito e no sucesso dessa Conferência.

É importante ressaltar que, no comunicado conjunto, assinado pela Presidenta Dilma Rousseff e pelo seu correspondente chinês, Presidente Hu Jintao, no último dia 13 ou 12 – num parágrafo do comunicado conjunto, está explícito isso –, eles assumem o compromisso com o êxito da Conferência. Isso foi muito alvissareiro para todos nós que desejamos ver essa Conferência trazer os resultados que todos nós aguardamos, até porque, em 2012, cessa a vigência do Tratado de Kyoto.

Desejo ao Senador Cristovam Buarque pleno êxito. Não tenho dúvida de que ele o alcançará na incumbência dessas suas novas atribuições e continuará honrando o Senado da República nesta nova tarefa que lhe cabe nesta quadra da nossa Sessão Legislativa”

8.3

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(02/05/11 – 13ª reunião)

RIO+20: reunião no Rio de Janeiro

Seminário Rio+20, na Fundação Alexandre de Gusmão, reunião da última sexta-feira, realizada no Rio de Janeiro, no Palácio do Itamaraty, a convite da Fundação Alexandre de Gusmão e do Ministro das Relações Exteriores.

Portanto, a convite do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, e da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participei, juntamente com Presidente da Subcomissão de Acompanhamento das Instalações da Conferência Rio+20, Senador Cristovam Buarque, e do Senador Jorge Viana, da mesa redonda intitulada Rio+20, os Novos Desafios do Desenvolvimento Sustentável, iniciativa, sem dúvida, meritória do Itamaraty que, em boa hora, abriu o debate sobre os temas de maior relevo a discutir na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20, e que contou com a presença do Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, Sr. Achim Steiner, e reuniu representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, Poder Legislativo e Judiciário, setor acadêmico, organizações não governamentais, empresariado e imprensa.

Como se sabe, Governos vão se reunir novamente no mês de junho do próximo ano, no Brasil, vinte anos após a Cúpula da Terra, realizada em 1992, que tive a honra de presidir. Pude constatar, naquela ocasião, como é difícil superar conceitos arraigados de modo de produção e consumo, mas acredito que, com coordenação e sinergia nas ações, algo possa ser alcançado.

A capacidade de imaginar novos paradigmas de desenvolvimento é bem escasso no cenário internacional nos dias de hoje, sobretudo. O Brasil, naquele momento, teve de exercer uma liderança decidida para que se pudesse alcançar êxito, para que fosse adotada a Agenda 21, a Convenção da Biodiversidade, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, entre outros textos fundamentais para o desenvolvimento sustentável, além da sugestão

do Governo brasileiro, feito também à época, para que fosse estabelecida, em nosso País, uma organização mundial das Nações Unidas que tratasse do meio ambiente.

Lembro ainda que vivíamos num ambiente internacional mais ameno. Enfrentamos hoje, nas palavras do Diretor Executivo do PNUMA “uma paisagem de desafios persistentes e emergentes e contra o pano de fundo de crises recentes e atuais que, em parte, são desencadeadas pela maneira como administramos os recursos naturais finitos, ou melhor, como deixamos de administrá-los”.

Foi, portanto, muito oportuno convocar esse primeiro exercício de reflexão sobre a Rio+20 em seu processo preparatório. A mesa redonda lançou luz sobre diversas idéias-força, sendo a mais importante delas, no meu entender, a de recuperar o espírito da Rio 92 e nos inserir no século XXI.

Os participantes insistiram em que é imprescindível recuperar e restaurar as promessas de 1992, aprender com os erros do passado e voltarmos os nossos olhos e os nossos espíritos para os próximos 20 anos.

A economia verde, com baixo carbono e inclusão social, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, um dos temas designados para a Conferência, é de especial importância para a consecução do desenvolvimento sustentável e é fator conducente à integração harmônica de elementos naturais, ambientais, ao próprio desenvolvimento, tais como o chamado empregos verdes.

Volto a falar da economia de baixo carbono.

A transição do atual modelo produtivo, insustentável para a economia e também para a sociedade em que vivemos, a transição disso para o modelo de economia verde, abre um leque considerável de oportunidades de crescimento sustentável. É preciso ter muito claro que a crise ambiental afetará principalmente os da camada da população menos favorecida, imporá custos a milhões de pessoas, pelo que as lideranças políticas serão diretamente responsáveis.

Por outro lado, a transição para a economia verde de baixo carbono, com desenvolvimento econômico abrirá oportunidades para todas as economias, principalmente as de menor desenvolvimento relativo, uma vez que seus parques industriais ainda não estão completamente instalados e, portanto, terão seus custos de adaptação reduzidos. As novas indústrias serão já mais eficientes, com menor consumo de energia, de insumos e voltadas para um consumidor mais consciente.

Constatou-se que existe na população mundial uma crescente sensação de descrédito das organizações multilaterais, de ceticismo com os resultados das grandes conferências e, em boa parte, tudo isso advindo dos insucessos do Protocolo de Kyoto e da Rodada de Doha.

Essa percepção, que, creio, é arraigada no imaginário da cidadania, deve-se ao que chamei em outra comunicação de déficit de implementação. Os objetivos a que nos propusemos não foram alcançados e, de alguns, chegamos sequer a nos aproximar.

O Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, presente a essa reunião, exprimiu com rara felicidade a necessidade do cumprimento dos acordos. Ele comparou a situação ao regime jurídico de um país. É impensável, numa sociedade civilizada, o descumprimento das leis. É comportamento punido com sanções de caráter adequado à infração cometida. Assim também podemos imaginar com os compromissos assumidos internacionalmente.

Se considerarmos que a Rio+20 foi um grande exercício de viabilização de normas, temos então que aquele arcabouço de regras tem de ser observado pelas partes. É importante, no dizer do Ministro, realizar uma reflexão sobre como melhor incorporar as normas ao sistema jurídico internacional e, daí, fazer a migração para os sistemas nacionais.

Para tanto – continua o Ministro Herman Benjamin –, sugere dois caminhos. Primeiramente, formar instituições ambientais fortes, fazer com que o PNUMA ou outra organização que se designe tenha maior relevância e capacidade de ação. Que seja possível cobrar do Estado ou dos Estados o respeito às obrigações assumidas perante a comunidade internacional.

Em segundo lugar, adotar, na Rio+20, um conceito já em uso no campo dos direitos humanos, que é “a proibição de retrocesso”.

Nenhum novo tratado poderá fazer voltar atrás dos objetivos metas, direitos, enfim, acordados anteriormente. É relevante para impedir o déficit de implementação. Pode-se entender sua importância quando examinamos a questão das mudanças climáticas. O Protocolo de Kyoto estabelece metas mandatórias a serem atingidas em determinado prazo, no que diz respeito à emissão de gases de efeito estufa.

8.4

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(30/06/11 – 29ª reunião)

Comunicados da CRE para o Conselho Nacional da Rio+20

“Do Exmº Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador José Sarney, o seguinte expediente enviado pelo Ministro Antonio Patriota, das Relações Exteriores.

Como é do conhecimento de V. Exª, a Excelentíssima Senhora Presidente da República assinou, em 7 de junho de 2011, o Decreto nº 7.495, que cria, entre outras disposições, a Comissão Nacional para Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

A Conferência Rio+20, que será realizada no Rio de Janeiro, de 28 de maio a 6 de junho de 2012, deverá ser o mais importante evento internacional dos próximos anos nas áreas econômica, social e ambiental.

À Comissão Nacional da Rio+20 compete promover a interlocução entre órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil, com a finalidade de articular os eixos da participação do Brasil na conferência.

Também estão convidados a indicar representantes o Congresso Nacional, o Poder Judiciário, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Temos o prazer de convidar, por intermédio de V. Exª [referindo-se ao Presidente José Sarney], os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para integrarem, na qualidade de membros titulares, a Comissão Nacional da Conferência Rio+20.

Permitimo-nos convidar, ademais, na qualidade de suplentes, os Presidentes das Subcomissões Rio+20 estabelecidas no âmbito das referidas comissões.

A primeira reunião da Conferência Rio+20, a ser co-presidida pelos signatários, respectivamente Ministros Antonio de Aguiar Patriota e Iza-

bella Teixeira, do Meio Ambiente, será realizada em Brasília em 1º de julho de 2011, amanhã, às 10 horas, na Sala San Tiago Dantas, do Palácio Itamaraty.

A confirmação de presença na reunião da Comissão Nacional poderá ser feita pelo endereço eletrônico da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores.

O endereço eletrônico está à disposição dos Senadores na Secretaria desta Comissão.”

8.5 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA (20/10/11 – 50ª reunião)

RIO+20 e a União Interparlamentar

“Cito outro comunicado sobre a União Interparlamentar, com sede em Genebra. Houve uma reunião, e o Secretário-Geral da Conferência solicitou que se fizessem sugestões sobre o conteúdo e as conclusões do evento Rio+20. Houve uma solicitação dessa União Interparlamentar, portanto, ao Senado da República do Brasil, por intermédio do seu Presidente Theo-Ben Gurirab, Presidente da Assembleia Nacional da Namíbia, para que esta Casa encaminhasse recomendações e comentários sobre os preparativos do evento, considerando as seguintes questões: a economia verdade é uma abordagem útil para o desenvolvimento sustentável? Quais seriam seus elementos chave? Quais são as políticas públicas de desenvolvimento sustentável mais difíceis de serem implementadas? Como as bases do desenvolvimento sustentável, seus aspectos econômico, social e ambiental poderiam estar mais integrados nos trabalhos do Parlamento e de outras instituições nacionais? Quais deveriam ser os objetivos e metas razoáveis com seus respectivos prazos para a nova Convenção do Rio?”

A esse respeito eu devo informar aos senhores integrantes desta Comissão que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Meio Ambiente criaram, no âmbito de ambas as Comissões, as Subcomissões de acompanhamento dos preparativos da Rio+20. Todas as duas Subcomissões são presididas por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

Como os senhores sabem, foram realizadas várias audiências públicas, e o resultado dessas audiências públicas que se transformou numa posição dessas duas Comissões nós já encaminhamos à Comissão Executiva Nacional Preparatória da Rio+20, como uma contribuição do Senado da República à preparação da agenda, contribuições por parte do Senado Federal à conformação dessa agenda.

Então, é isso que pede o Secretário-Geral da União Interparlamentar, e nós já encaminharemos a S. Ex^a o Presidente desta Casa, Senador José Sarney, para que sirva de base à resposta que ele irá oferecer ao Sr. Theodor Ben Gurirab, que é o Presidente da União Interparlamentar, com sede em Genebra.”

9

COMUNICADOS SOBRE A ÁFRICA

9.1
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(14/07/2011 – 32ª reunião)

**Temas discutidos pelo Ministro das Relações Exteriores,
Antonio de Aguiar Patriota, com a Chanceler Maite Nkoana-
Mashabane, por ocasião da visita à República da África do
Sul em 23 de julho de 2011.**

1. Cooperação bilateral

Os Chanceleres do Brasil e da África do Sul reafirmaram a importância da Parceria Estratégica bilateral lançada em julho de 2010. Concordaram em dar sentido prioritário à cooperação em Ciência e Tecnologia e em Educação. A Ministra Nkoana-Mashabane suscitou o pleito sul-africano de sediar o maior radiotelescópio do mundo, denominado “Square Kilometer Array” (SKA). Mencionaram a importância da cooperação em matéria de energia (nuclear, biocombustíveis e gás), além do potencial na área de defesa.

O Ministro Patriota manifestou a expectativa de contar com a experiência bem sucedida da África do Sul na organização da Copa do Mundo de 2010.

2. Comércio e Investimentos

Brasil e África do Sul concordaram com a necessidade de uma maior aproximação entre os respectivos setores empresariais. Salientaram que, diante da falta de avanço significativo das negociações comerciais multilaterais e do crescente dinamismo do comércio entre países em desenvolvimento, é necessário explorar todo o potencial de arranjos inter-regionais. Mencionaram, também, questões comerciais pendentes entre os dois países, entre elas medidas de defesa comercial e outras restrições que afetam as trocas bilaterais.

Os dois países identificaram desafios semelhantes em matéria de competitividade industrial diante de seus maiores parceiros comerciais, e decidiram propor a criação de força-tarefa para formular políticas adequadas de competitividade.

3. FAO e segurança alimentar

O Ministro Patriota agradeceu o decisivo apoio sul-africano à eleição do Professor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO. Concordearam com a necessidade de se garantir a segurança alimentar em países em desenvolvimento, em particular em regiões vulneráveis da África. Discutiram a grave situação no Chifre da África, e reiteraram o empenho de ambos os países em contribuir para aliviar a presente crise humanitária na região.

Brasil e África do Sul concordaram em juntar esforços para a ampliação da produção de alimentos na África.

4. Sudão e Sudão do Sul

Ambos os Ministros saudaram a recente independência do Sudão do Sul e reiteraram o comprometimento de seus Governos com o apoio ao desenvolvimento da nova nação. Manifestaram, igualmente, interesse em desenvolver a cooperação com a República do Sudão.

5. Governança Global

Brasil e África do Sul continuarão a trabalhar pela democratização das instituições de governança global por meio da parceria que desenvolvem, entre outros, no Conselho de Segurança da ONU, no G-20 financeiro, no G-20 comercial e nos agrupamentos IBAS, BRICS e BASIC.

Comprometeram-se a contribuir para o êxito das negociações sobre desenvolvimento sustentável. Salientaram a importância da 17ª. Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (Durban, novembro e dezembro de 2011) e da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20, junho de 2012).

6. Líbia e Síria

Brasil e África do Sul condenaram, com veemência, as violações de direitos humanos ocorridas na Líbia e na Síria e, ao reconhecer as particularidades de cada caso, solicitaram o fim imediato da violência nos dois países. Ressaltaram o papel central da União Africana na busca de uma solução política para o conflito na Líbia. Acordaram, ainda, manter diálogo com o governo da Síria para encorajar acordo político inclusivo e duradouro que reflita as legítimas aspirações do povo sírio.

7. Estado Palestino

Brasil e África do Sul apóiam o reconhecimento do Estado Palestino pela comunidade internacional.

9.2
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(18/08/11 – 36ª reunião)

**Informações a respeito das ações do Governo brasileiro no
combate à fome no leste da África**

“Durante a última reunião da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, em 11 de agosto do corrente, o Senador Eduardo Suplicy solicitou informações a respeito das ações do Governo brasileiro no combate à fome no leste da África.

Em atenção à solicitação de V. Ex^a, foram pedidas ao Itamaraty informações sobre o tema. A seguir, leio o teor da comunicação da área competente do Ministério das Relações Exteriores em resposta à pergunta e ao interesse do Senador Eduardo Suplicy.

Diz a nota:

O Brasil reconheceu o estado de fome no Chifre da África, considerando especialmente grave o caso da Somália, onde metade da população encontra-se em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Governo e o povo brasileiro estão empenhados em prestar solidariedade ao continente africano. À luz da Lei nº 12.429, que autoriza o envio de mais de 700 mil toneladas de alimentos a mais de vinte países, o Brasil conferiu prioridade absoluta à destinação à Somália e à Etiópia. Estão previstos embarques de mais de 38 mil toneladas de alimentos ao primeiro país, que é a Somália, e 15 mil toneladas ao segundo, que é a Etiópia, com vistas a prover alívio emergencial à situação de fome aguda. O primeiro embarque, de cinco mil toneladas, está previsto para as próximas semanas.

Cabe ressaltar, continua a nota, que a operação acima referida acontece em parceria com o Programa Mundial de Alimentos e com países parceiros. O PMA, Programa Mundial de Alimentos, é responsável pelo transporte marítimo, recepção, armazenamento e distribuição local dos

alimentos. Estados Unidos, Espanha e Nova Zelândia contribuem com recursos para a cobertura dos custos logísticos associados.

Em segundo lugar, o Governo brasileiro realizou contribuição direta ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, ACNUR, no valor de US\$300 mil, ao Fundo das Nações Unidas para populações, destinado ao apoio imediato a mulheres e jovens, com distribuição de material de saúde e higiene básica.

O Brasil anunciou a doação de US\$600 mil à União Africana, por meio do ACNUR, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, e a União Africana, entre outras atividades, articula ações humanitárias nos estados em crise e emergência alimentar. Essa doação de US\$600 mil contribuirá para a cooperação humanitária no Djibuti, na Etiópia, na Somália, no Quênia e em Uganda, países que têm sofrido os efeitos da crise humanitária, seja por causa da fome aguda, seja pelo recebimento de grande contingente de refugiados.

E assim termina a nota. E, naturalmente, se não chegou ainda às mãos de S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy, eu solicito à Secretaria da Comissão que tome as providências devidas para que S. Ex^a receba o inteiro teor da nota que nos foi enviada pelo Ministério das Relações Exteriores por intermédio do Embaixador Sérgio Danese”.

9.3

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(25/08/11 – 38ª reunião)

Relato da Representação do Brasil na FAO acerca da reunião de alto nível sobre a crise no Chifre da África.

Realizou-se, no dia 18 de agosto, na sede da FAO, em Roma, reunião de alto nível sobre a crise alimentar no Chifre da África. A reunião foi convocada, organizada e presidida pelo Diretor-Geral da FAO, Jacques Diouf, e contou com a participação dos Ministros de Agricultura de Angola, Somália, Quênia e Uganda, da Comissão para Agricultura e Economia Rural da União Africana, de representantes de alto nível da FAO, FIDA, PMA e OCHA, além de autoridades e representantes de grande número de Estados Membros e da sociedade civil.

O encontro, intitulado “Emergência no Chifre da África: Seguimento e Ações de Resposta”, foi dividido em duas partes. Durante a manhã, representantes das agências romanas e Ministros de Estado dos países atingidos discorreram sobre a situação, suas causas e principalmente sobre o caminho proposto para a resposta. Na segunda parte do encontro, o plenário foi aberto aos demais delegados, com o fim de procurar debater e difundir informações sobre as ações necessárias.

O encontro foi aberto pelo Diretor-Geral da FAO com a mensagem de que a atual situação de fome é decorrente principalmente de décadas de negligência no investimento em agricultura e desenvolvimento rural, e que poderia ter sido evitada caso programas de infraestrutura, pesquisa, capacitação e extensão rural houvessem sido implementados antes.

Os oradores seguintes reproduziram, com grande ênfase, clareza e coerência, mensagem similar à do Diretor-Geral: coincidiram todos em

apontar que a presente situação, se requer, de um lado, enorme mobilização e esforços internacionais para atender às necessidades urgentes dos milhões de indivíduos afetados, por outro, seria crucial que recursos importantes fossem dirigidos a ações estruturantes com o fim de aumentar a resiliência da agricultura e das comunidades da região, de modo a evitar crises futuras.

Tal mensagem, transmitida pela Comissária da União Africana, pelos Ministros de Agricultura do Quênia, Somália e Uganda, pela Vice-Presidente do FIDA, pela representante do Secretário-Geral da ONU, pela Vice-Diretora Executiva do PMA, e pela Diretora de Programas Internacionais da Oxfam, entre outros, coaduna-se com a perspectiva holística que o Brasil vem adotando para suas ações humanitárias internacionais. Em particular, defendeu-se a adoção de esquemas inovadores de seguro agrícola; a criação de redes produtivas de proteção social; a pesquisa agrícola local, em particular em sementes resistentes à seca; o investimento em infraestrutura de conservação e manejo de água, incluindo represas e micro-sistemas de irrigação; serviços de extensão agrícola e treinamento a produtores; compras locais; o envolvimento de comunidades locais; a concentração de investimentos em planos nacionais formulados por intermédio do CAADP; e, finalmente, a disponibilização de doações previsíveis e plurianuais que permitam financiar as atividades listadas.

Laurent Thomas, Diretor-Geral-Assistente de Cooperação Técnica da FAO, em particular, informou que, no campo de ação da Organização, três são as necessidades mais imediatas, na seguinte ordem de prioridade: 1) salvar o gado, importantíssima fonte de renda da população, além de única forma de investimento e patrimônio para grande número de famílias; 2) garantir a próxima estação de plantio, que começa nas próximas semanas, sendo necessário assegurar a distribuição de sementes adequadas, fertilizantes e outros insumos; 3) garantir meios de subsistência rural e frear a migração em massa, que arruína o tecido produtivo e social, por meio de esquemas de “cash for work” no campo.

Ao mesmo tempo, a FAO procurou chamar a atenção para a necessidade, igualmente importante, de investir maciçamente em projetos estruturantes e de mais longo prazo visando ao fortalecimento agricultura no Chifre da África, em particular por meio dos programas nacionais elaborados no âmbito do CAADP, para cujo desenho e implementação a FAO contribuiu.

A mensagem em favor de uma resposta que vá além da emergência e combata as causas da crise e reforce o preparo e resiliência dos agricultores e da população local, foi ecoada, na segunda parte da reunião, pelo Brasil e por grande número de representantes dos Estados Membros, incluindo doadores tradicionais como a Alemanha, os EUA e a Finlândia.

Alguns representantes da sociedade civil como a Oxfam e a Action Aid, no entanto, denunciaram o que viam como a falta de correspondência entre o discurso e a ação, visto que a grande maioria dos recursos disponibilizados até agora são estritamente dirigidos à ação emergencial. Com efeito, a intervenção dos EUA foi reveladora desse tipo de situação: o representante norte-americano anunciou que não entraria em detalhes sobre as ações emergenciais dos EUA, “para as quais meu país já anunciou contribuições de US\$ 560 milhões neste ano”, preferindo discorrer sobre as ações para o longo-prazo. Ao fazê-lo, porém, o representante dos EUA não foi capaz de ser similarmente preciso quanto aos recursos destinados para esse campo, limitando-se a discorrer sobre potenciais iniciativas e parcerias.

Boa parte dos outros doadores, como o Canadá e a Noruega, reafirmaram o seu foco no curto prazo e a necessidade de atender às necessidades emergenciais, e apesar de “reconhecerem a importância” do trabalho de longo prazo não anunciaram nenhuma prioridade específica para tanto.

O apelo da FAO para o Chifre da África, com um valor total de US\$ 163 milhões, está no momento criticamente sub-financiado. Conforme observou o representante do Afeganistão, menos de 30% dos recursos necessários foram obtidos junto à comunidade internacional.

Por outro lado, a operação do PMA recebeu grande influxo de recursos e tem boas chances de obter quase todo o financiamento necessário até o final do ano. De forma geral, os participantes demonstraram otimismo com relação ao encontro a ser realizado em 25 de agosto corrente, em Adis Abeba, organizado pela UA. O evento pretende coletar compromissos financeiros para completar a lacuna estimada em 1 bilhão de dólares para custear as atividades humanitárias e estruturantes conduzidas por diversas agências internacionais até o fim do ano no Chifre da África.

Apesar de abordada diretamente por alguns países, como Noruega, bem como pelo PMA e pelo coordenador residente humanitário das Nações Unidas na Somália, a dimensão política da crise, em particular o conflito na Somália e as dificuldades de acesso à população local por parte das agências humanitárias, imposta pelo Al-Shabab, bem como a instabilidade e insegurança provocadas pelo longo conflito, que dificulta a implementação de ações de longo prazo, recebeu relativamente pouca atenção por parte dos delegados.

Em conclusão à reunião, a Vice Diretora-Geral da FAO, Ann Tutwiler, ressaltou novamente a importância de uma resposta que combata as causas da crise e evite futuras ocorrências. Ela chamou a atenção para o conjunto de documentos circulados pela FAO como base ao encontro. Tais documentos visam a facilitar a circulação de informações e a coordenação da comunidade internacional em favor de um apoio mais concreto e está-

vel a uma estratégia em dois trilhos, incluindo os planos emergencial e de longo-prazo.

A inequívoca mensagem transmitida pelo encontro, sobre a necessidade de abordar as causas por detrás das recorrentes crises humanitárias na região, vai diretamente ao encontro das reflexões críticas e denúncias sobre os vícios das políticas de assistência humanitária em geral e para o Chifre da África, em particular. Embora o encontro do dia 18 de agosto seja um sinal positivo de que o diagnóstico é compartilhado por boa parte da comunidade internacional, ainda não são visíveis sinais claros de mudança nas práticas. O apoio decidido e constante por parte de parceiros e doadores aos programas nacionais e estratégias de longo prazo da Etiópia, Quênia, Somália e Uganda poderia, caso se concretize, constituir o caminho preferencial para uma abordagem estruturante do problema da fome no Chifre a África.”

9.4

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

(08/12/11 – 60ª reunião)

Instabilidade na República Democrática do Congo.

Eleições. Resultados parciais. Possível evacuação de brasileiros.

A Comissão Nacional Eleitoral Independente da República Democrática do Congo publicou, na noite de 4 de dezembro, a terceira parcial do resultado da eleição presidencial que ocorreu naquele país em 28 de novembro passado. Com 90% dos votos apurados, o Presidente Joseph Kabila permanece em primeiro lugar, com 49% dos votos, e Etienne Tshisekedi, em segundo, com 33%. A oposição rejeitou a metodologia adotada pela CENI para publicar os resultados. Em comunicado conjunto dos principais candidatos da oposição, incluindo Tshisekedi e Vital Kamerhe, provável terceiro lugar no pleito, a CENI é acusada de manipular o procedimento de contagem, ao escolher as províncias em que o Presidente Kabila conta com maioria para serem compiladas com maior rapidez do que aquelas em que a oposição teria vantagem.

Estima-se que cerca de três mil pessoas tenham partido de Kinshasa nos últimos dias, a maioria com destino a Brazzaville. Desde a noite de sexta-feira, 2 de dezembro, o governo bloqueou no país o sistema de envio de mensagens por celular, conhecido como SMS, que vinha sendo amplamente utilizado pela oposição, com a justificativa de “preservar a ordem pública”.

Em 7 de dezembro, com 68% da apuração concluída, Kabila liderava a disputa com 46% e Tshisekedi seguia em segundo, com 36%. A divulgação do resultado final está prevista para hoje ou amanhã.

Tendo em vista a iminência de enfrentamentos armados em Kinshasa, o Ministério das Relações Exteriores determinou à Embaixada em Kinshasa as providências necessárias para a implementação imediata do plano de evacuação da comunidade brasileira daquela localidade para Brazzaville, plano que já havia, inclusive, sido elaborado por aquelas Embaixadas em coordenação com as respectivas missões militares e missões diplomáticas

estrangeiras sediadas em Kinshasa e Brazzaville. A instrução determinava, ainda, a coordenação com os cidadãos brasileiros presentes na cidade de Kinshasa, a fim de organizar a sua saída. Há, naquela localidade, 44 cidadãos brasileiros, em sua maioria missionários.

A Embaixada conta com o apoio de destacamento militar, o destacamento Diamante IX, e, em coordenação com a Embaixada em Brazzaville, está apto a dar início, em caso de necessidade, aos procedimentos para implementar a eventual evacuação.

O Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil participou da reunião promovida pelo Embaixador da Bélgica na República do Congo, com a presença da equipe de crise recém-chegada de Bruxelas (três diplomatas e um militar), a fim de tratar da eventual evacuação de cidadãos brasileiros residentes na República Democrática do Congo, via o porto fluvial de Brazzaville.

O embaixador belga relatou que, em caso de agravamento da situação de segurança no Congo, que resulte em necessidade de evacuação, recebeu instruções de Bruxelas para incluir no “corredor belga” da República do Congo todos os cidadãos brasileiros, norte-americanos e egípcios evacuados da República Democrática do Congo.

Além do belga, existiriam mais dois “corredores”, o francês e o do Governo da República do Congo, que garantiriam a chegada dos barcos a Brazzaville e o trânsito até o aeroporto de Maya – Maya, cujos hangares comportam, no máximo, cinco aviões concomitantemente. O ponto da chegada do “corredor belga” é o *compound* russo, onde a Embaixada deverá receber seus nacionais, distribuí-los e abrigá-los. Ficou acordado que, se necessário for, a equipe belga e a Embaixada do Brasil em Brazzaville trabalharão em conjunto na recepção dos nacionais brasileiros. Foi ainda recomendado que os cidadãos brasileiros evacuados daquele país portem sinal comum de identificação, nas cores da bandeira brasileira, desde a sua partida.

10
OUTROS COMUNICADOS

10.1
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(17/03/11 – 5ª reunião)

Processo de ampliação e adequação da rede brasileira de embaixadas cumulativas

Informo às Sras. e Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que esta Presidência recebeu ofício, datado de 28 de fevereiro de 2011, do Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Patriota, esclarecendo a respeito do processo de ampliação e adequação da rede brasileira de Embaixadas cumulativas.

Segundo o Ministro, “a iniciativa insere-se no movimento de expansão e reforço da presença diplomática do Brasil no plano internacional, que confere expressão à tradicional vocação universalista da política externa brasileira e à consecução dos objetivos consagrados no art. 4º da Constituição Federal.”

Para tanto, segue o ofício, “tornou-se necessária a criação de novas embaixadas cumulativas e a transferência de algumas antigas cumulatividades para novas missões, de modo a priorizar ou valorizar afinidades geográficas e culturais, melhores facilidades de acesso aéreo ou terrestre, proximidade física e cultural e consequências políticas para os interesses brasileiros.”

Além dessas explicações, o Ministro Antônio Patriota esclarece que, no total, trata-se de dezesseis novas chefias de missões cumulativas, junto a onze embaixadas residentes e que, “embora o processo de designação das chefias dessas Embaixadas tenha sido desencadeado no final do ano passado, as mensagens apenas começaram a chegar ao Senado Federal (...) na presente legislatura.” E discrimina, no expediente, todos os casos de

cumulação ocorridos em 2010 e mais recentemente em 2011, submetidos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Por fim, o Ministro, ao manifestar sua preocupação com um possível impacto no volume de trabalho desta Comissão, afirma que será elaborada uma única mensagem sempre que houver designação do mesmo titular para mais de uma Embaixada não-residente, e que “esse modelo será adotado a despeito da diferença que possa haver nos prazos de concessão de *agréments* pelos diferentes países.”

10.2
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(17/03/11 – 5ª reunião)

**Situação de calamidade no Japão em função
do terremoto sofrido**

Às Sras. e Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, gostaria de tecer as seguintes considerações a respeito de dois assuntos de extrema importância no cenário internacional: a gravidade da situação no Japão e a crise política nos países do Oriente Médio e norte da África.

Inicialmente, devemos manifestar, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a nossa preocupação e, mais ainda, a solidariedade com o Governo, com a sociedade japonesa e com os nacionais brasileiros lá residentes, em função dos recentes desastres naturais ocorridos: o terremoto de grande escala (o mais grave desde que o país iniciou os registros, há 140 anos) e o conseqüente *tsunami* que causou milhares de mortes, destruições e submersões de cidades inteiras, principalmente na região nordeste do país. O número de vítimas desabrigadas e refugiadas continua aumentando, o que configura a maior tragédia vivida pelo país depois da Segunda Guerra Mundial.

Cerca de 50 países, entre eles a China e os Estados Unidos, ofereceram ajuda ao Japão em tarefas de cunho humanitário.

Esperamos, quanto aos nacionais brasileiros residentes naquele país, bem como aos seus familiares que aqui estão, que possam receber, como vêm recebendo do Itamaraty, todo o apoio necessário, inclusive para o regresso daqueles que assim o desejarem.

A mesma solidariedade e expectativa manifestamos e vivemos agora, nos últimos dias, pela aflição quanto à tentativa de contenção por parte de

50 técnicos, e agora já vão a 180 técnicos, de possíveis vazamentos de material radioativo pelas explosões na usina nuclear de Fukushima Daiichi.

Somam-se a esse quadro, os prejuízos que o Japão vem sofrendo no campo comercial e no mercado financeiro, no momento em que o país tenta se recuperar da estagnação econômica vivida na última década. Num primeiro momento, a situação do Japão afetará alguns segmentos do mercado internacional, com menor demanda de matérias primas, como é o caso da produção de veículos, e a diminuição da produção e exportação de produtos de alta tecnologia, como componentes de informática.

Contudo, ao longo do tempo, outros vetores e condicionantes podem vir a impactar com maior profundidade os principais centros do mercado e a economia internacional como um todo, inclusive no campo energético.

10.3
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(07/04/11 – 7ª reunião)

**Medidas cautelares divulgadas pela Comissão
Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos
estado americanos**

*Outro comunicado que gostaria de fazer a esta Comissão diz respeito às chamadas medidas cautelares divulgadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – coincidentemente em uma data: **primeiro de abril** – que provocaram perplexidade na sociedade brasileira, e merecem nosso repúdio.*

Tais medidas solicitam a suspensão do licenciamento da Usina de Belo Monte e a realização de processo de consultas nas comunidades indígenas da área. Essas consultas, devo registrar, já foram realizadas, por meio inclusive de audiências públicas com a participação de lideranças indígenas, de entidades da sociedade civil e com a participação dos três poderes da República. Foram realizadas em cumprimento às determinações da legislação brasileira, que é uma das mais avançadas do mundo no campo ambiental, concomitante com os estudos técnicos, que demandaram cerca de doze anos do início da sua concepção até a implantação do canteiro de obras.

Congratulo-me com a rápida e adequada posição brasileira de iniciativa da Presidenta Dilma Rousseff e defendida pelo Itamaraty. Repudio a indevida ingerência da Comissão dos Estados Americanos em áreas onde o Brasil tem caminhado na vanguarda.

Assumo esta atitude com a tranqüilidade e segurança de quem patrocinou a **Conferência Rio 92**, marco no desenvolvimento da consciência

sócio-ambiental. Propus, em 2007, aqui nesta Casa, a realização de conferência da ONU de seguimento e avaliação em 2012, a **Rio+20**, iniciativa aprovada pelo Governo Brasileiro e aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Na vertente específica do tema indígena, foi no meu governo que se deu a aceleração de demarcação das terras indígenas, como a dos Ianomâmis, as da Cabeça do Cachorro, dentre outras – decisões que contaram com a resistência de alguns segmentos, mas que consolidaram a nossa visão social em relação aos direitos dos povos da floresta.

O Brasil não deve aceitar a interferência externa, principalmente em temas nos quais temos tomado a dianteira. Medidas como as da Comissão de Direitos Humanos da OEA prejudicam a imagem brasileira no exterior, e são, na verdade, levianas, pois não levam em conta um imenso percurso, tanto social quanto ambiental, que já percorremos. O Brasil detém uma bagagem de realizações que não pode ser desconsiderada, que foi construída por governos por distintos matizes partidários e legitimada pela sociedade brasileira ao longo dos anos.

10.4 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA (14/04/11 – 9ª reunião)

Absolvição de terrorista nos EUA

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, cheguei-me ao conhecimento comunicado do Ministério de Relações Exteriores de Cuba, datado de 9 de abril passado, em que aquela Chancelaria lastima a absolvição do terrorista Luis Posada Carriles no Tribunal de El Paso, no Texas, em processo por haver prestado informações falsas às autoridades de imigração norte-americanas.

Posada Carriles é um conhecido terrorista, responsável, entre outras, pela explosão em pleno vôo de aeronave da “Cubana de Aviación”, em 1976, causando a morte de 73 pessoas, e por uma série de atentados contra instalações turísticas em Cuba, em 1997.

O processo a que respondeu Posada Carriles, é importante recordar, não está ligado a seus atos terroristas ou às mortes causadas, mas a infrações da legislação de imigração dos Estados Unidos, apesar da apresentação, durante as 13 semanas do processo, de variadas provas de seus crimes.

O Comunicado considera a absolvição uma contradição da política anti-terrorista do Governo norte-americano e que a decisão de não julgá-lo por terrorismo é um “insulto ao povo de Cuba e às famílias enlutadas pelas ações de Posada.”

O Senhor Posadas Carriles nasceu em Cuba, mas é hoje cidadão nacionalizado venezuelano. Curioso é que apesar de encontrar-se em situação de aparente permanência irregular em território americano – o que normalmente levaria à imediata expulsão, como ocorre diariamente com centenas de cidadãos, inclusive nossos nacionais – ele lá permanece.

Enquanto isso, e como registrou a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil em moção de 16 de março passado, cinco cidadãos cubanos – Gerardo Hernández, René González, Antonio Guerrero, Ramón Lobañino e Fernando González – estão encarcerados injustamente há 12 anos. Segundo notícias da imprensa, mesmo o ex-Presidente Jimmy Carter considera esta situação pouco defensável para os Estados Unidos e faz votos de que os cinco sejam em breve devolvidos às suas famílias.

Como Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu me solidarizo com o pleito pela imediata libertação dos cinco cidadãos cubanos. É sabido que existem mecanismos no sistema jurídico americano para tal fim, basta que se tome a decisão. Manifesto o mais veemente repúdio a qualquer ato terrorista, de qualquer origem, forma ou manifestação. Não podemos permitir que a intolerância e a violência se transformem em linguagem corrente de nosso mundo. Temos, como legisladores, o dever de envidar esforços para que os conflitos naturais em qualquer sociedade sejam resolvidos com a força da razão e jamais com a razão da força.

10.5
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(16/06/11 – 28ª reunião)

**Assistência consular ao Sr. Ricardo Azevedo Souza Costa –
brasileiro preso nos Estados Unidos**

Trata-se de uma continuação à resposta já oferecida, mas iniciada com o Ofício 58/11 da Comissão de Relações ao Ministério das Relações Exteriores, pedindo apoio à causa, por solicitação inicial do Exmº Sr. Senador Eptácio Cafeteira.

Em 17 de maio de 2011, o Senador Eptácio Cafeteira enviou ofício à Presidência desta Comissão, solicitando apoio ao caso do nacional brasileiro Ricardo Azevedo Souza Costa, detido há mais de dois anos no Arizona, Estados Unidos da América, sem julgamento, mediante intervenção junto ao Itamaraty.

Em 20 de maio, esta Presidência encaminhou ofício ao Ministro das Relações Exteriores, comunicando que o plenário da Comissão manifestou-se favoravelmente ao apelo formulado, solicitando a atenção do Itamaraty ao assunto.

Em resposta datada de 3 de junho, o Itamaraty informa que o Consulado brasileiro em Los Angeles e o Ministério das Relações Exteriores tomaram conhecimento do caso do nacional brasileiro apenas em 2011. Segundo o Itamaraty, trata-se de um longo processo de divórcio com cidadã americana que acusou o esposo brasileiro de abuso sexual dos filhos. Detido, a família optou inicialmente por contratar advogado, sem recorrer ao Consulado, ao Itamaraty ou a qualquer outro órgão.

Estipulada a fiança de US\$75 milhões, o processo passou a ter vários percalços jurídicos: mudança de juízes responsáveis, acusação de conflito de interesses da defesa, entre outros. Em novembro de 2010, depois de várias tentativas fracassadas de acordo, foi oferecida liberdade imediata caso

o brasileiro se considerasse culpado. A oferta foi recusada, pois o brasileiro alega peremptoriamente sua inocência. A família, antes de procurar os meios oficiais, optou por levar o assunto à mídia brasileira, por cujo intermédio o Itamaraty ficou sabendo do caso. Imediatamente, acionou o Consulado em Los Angeles, que tem, desde então, acompanhado os desdobramentos do processo e prestado assistência ao brasileiro, que recebeu visita em caráter emergencial da chefe do setor consular. Na avaliação da chefe consular, o brasileiro encontra-se bem de saúde, com direito a contatos telefônicos diários com a família.

O relatório dessa visita foi repassado aos pais do brasileiro, em reunião que tiveram no Itamaraty. Os pais mostraram-se cientes das dificuldades do caso e solicitaram apoio político para a definição da data do julgamento. Foram discutidas com os parentes possíveis estratégias de divulgação na mídia para sensibilizar a opinião pública norte-americana. O Itamaraty tem trabalhado para garantir que o brasileiro tenha um processo justo e não discriminatório. Os familiares se manifestaram satisfeitos pelo apoio que têm recebido do Governo.

10.6
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(30/06/11 – 29ª reunião)

**Reeleição do Secretário-Geral das Nações Unidas,
Ban Ki-moon**

A Assembléia Geral das Nações Unidas decidiu, por aclamação, no dia 21 de junho, indicar Ban Ki-moon para servir um segundo mandato consecutivo como Secretário-Geral da Organização, no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016.

Ao congratular o Secretário-Geral das Nações Unidas por sua indicação para um segundo mandato, o Governo brasileiro reafirma seu comprometimento em cooperar com **a Secretaria-Geral das Nações Unidas** no encaminhamento de questões-chave da agenda internacional, como a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a solução política das crises no norte da África e no Oriente Médio, o cumprimento das metas de desenvolvimento do milênio e o processo de reforma e fortalecimento das Nações Unidas.

10.7
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(30/06/11 – 29ª reunião)

Ministério das Relações Exteriores
Grupo de Supridores Nucleares

Encerrou-se agora, no dia 30, em Noordwijk, Países Baixos, a 21a. Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), foro que tem por objetivo promover a coordenação das políticas nacionais dos 46 Estados participantes sobre controle da transferência de bens e tecnologias sensíveis no campo nuclear para fins exclusivamente pacíficos.

Além de passar em revista os principais acontecimentos e desafios relacionados ao regime internacional de não-proliferação e desarmamento nucleares, centrado no Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), os países do NSG, países supridores nucleares, acordaram revisar suas diretrizes comuns para o controle da transferências de tecnologias de enriquecimento de urânio e reprocessamento de combustível nuclear.

Após mais de 6 anos de negociações no âmbito do NSG, as novas diretrizes estabelecem que apenas países que atendam aos mais elevados padrões de proteção física, segurança e salvaguardas nucleares terão acesso desimpedido àquelas tecnologias sensíveis.

Para o Brasil, a decisão reveste-se de particular importância, na medida em que o NSG passou a reconhecer o Acordo Quadripartite assinado por Brasil, Argentina, a Agência Brasileiro-Argentina de Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) como critério alternativo ao Protocolo Adicional (PA) aos acordos de salvaguardas da AIEA.

Além de realçar o significado político do Acordo Quadripartite - que celebra este ano seu vigésimo aniversário - como modelo de aproximação

e fomento da confiança entre o Brasil e a Argentina no campo dos usos exclusivamente pacíficos da energia nuclear, a decisão do NSG abre novas perspectivas para a cooperação internacional e o maior acesso a tecnologias relevantes ao desenvolvimento do programa nuclear brasileiro.

O compromisso do Brasil com o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear está inscrito na Constituição de 1998 e é reforçado por sua participação nos principais instrumentos e foros internacionais associados ao desarmamento e não-proliferação nucleares, entre os quais, no âmbito regional, o Tratado de Tlatelolco, que tornou a América Latina e o Caribe a primeira Zona Livre de Armas Nucleares em uma área densamente povoada.

10.8
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(01/09/11 – 40ª reunião)

**Comunicação recebida do Consulado em Los Angeles em
19 de agosto corrente, relativa ao caso do brasileiro Ricardo
Costa, detido no Estado americano do Arizona desde de-
zembro de 2008**

*“Conforme estava prevista, a audiência convo-
cada pela Juíza Tina Ainley realizou-se no dia 17 de
agosto corrente.*

Desta feita, a equipe do advogado Bruce Griffen, que defende Ricardo Costa, contou com a participação de Phillippe Martinet, que foi aceito como advogado de segunda posição. Martinet é cidadão brasileiro, exerce advocacia em Phoenix nas áreas criminal e de imigração, e seu nome está sendo proposto para ocupar a função de Vice Cônsul Honorário no Arizona, em apoio ao atual Cônsul Honorário, Caio Pagano.

Para espanto dos advogados de defesa, que estavam esperando uma deliberação sobre o valor da nova fiança, conforme determinado pela Corte de Apelação do Arizona, a Juíza Ainley iniciou a sessão indicando que não havia tido tempo para pensar e determinar o que seria uma ‘fiança justa’.

O novo Promotor do caso, Bill Hughes, tido como uma pessoa fria mas correta, chegou a se manifestar no sentido de que, em casos semelhantes, havia precedentes estabelecendo o valor da fiança entre 1 e 2 milhões de dólares. A Juíza, no entanto, enfatizou que não se sentia confortável para tomar uma decisão naquele momento.

Ao ser pressionada pelo advogado de defesa, a Juíza chegou a declarar que Ricardo Costa não teria direito à fiança até que ela pudesse fixar o valor (“no-bond”), o que tencionava fazer nos próximos 2 ou 3 dias. Bruce Griffen contra-argumentou, de forma eloqüente, porém cordial, que a Ju-

íza não tinha autoridade legal para negar tal direito, o que seria inclusive inconstitucional.

Após troca franca, mas cordial, de opiniões e argumentos, a Juíza Ainley determinou que tomaria uma decisão dentro de no máximo dois dias. No entanto, até o final do dia de hoje, 19 de agosto, nenhuma decisão a respeito havia sido anunciada.

Martinet acredita que a Juíza efetivamente não tenha tido tempo para preparar-se devidamente, uma vez que, para justificar o montante que vier a estabelecer, sua decisão deverá estar fundamentada em minuciosa pesquisa sobre casos precedentes, o que poderá levar tempo. Ainda segundo Martinet, Bruce Griffen teria feito uma boa argumentação oral ao colocar o caso em perspectiva, o que, a seu ver, teria contribuído para que a Juíza demonstrasse estar sentindo uma certa pressão, sobretudo porque a audiência foi transmitida ao vivo pelo Canal 3 do Arizona.

Martinet esclareceu que, independentemente da questão da fiança, a data do julgamento foi marcada para fins de novembro próximo.”

O Ministério das Relações Exteriores, por meio de sua Divisão de Assistência Consular, está em contato permanente com os pais do senhor Ricardo Costa, os quais foram informados da inclusão da situação de seu filho como tema da agenda da XIII Reunião Consular Bilateral Brasil - EUA, que será realizada na cidade de Washington em 30 de agosto próximo.

10.9
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(15/09/11 – 42ª reunião)

Questão da Energia Atômica

Notas sobre a atuação do Brasil em defesa do direito inalienável dos países realizarem atividades de pesquisa e desenvolvimento e utilizarem plenamente as aplicações pacíficas da energia nuclear e em defesa da materialização de ações efetivas na direção do desarmamento nuclear.

Em sua inserção internacional, o Brasil se notabiliza por ser um país solidário e pacífico perante às demais nações. Os elementos centrais que regem as relações internacionais de nosso País encontram-se consignados no artigo 4 da Constituição Federal de 1988. Da mesma forma, em nossa Carta Magna estão assinalados como objetivos fundamentais de nossa República, *inter alia*, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais.

Em consonância com os princípios acima singularizados, o Brasil tem pautado seu posicionamento frente ao regime de não-proliferação nuclear cuja peça primordial é o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Após a superação pragmática de óbices políticos de caráter mais simbólico, a adesão do país ao TNP tem se prestado a legitimar ainda mais nossa atuação em defesa do direito inalienável dos países realizarem atividades de pesquisa e desenvolvimento na área nuclear e utilizarem plenamente as aplicações pacíficas da energia nuclear e em defesa da materialização de ações efetivas na direção do desarmamento nuclear.

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), órgão especializado do Sistema das Nações Unidas do qual o Brasil é membro fundador, cumpre papel importantíssimo no sentido do cumprimento de obrigações internacionais previstas no TNP. O artigo IV do TNP preconiza o direito ina-

lienável de todas as Partes de desenvolver pesquisa, produzir e usar a energia nuclear para fins pacíficos sem qualquer discriminação. A AIEA atua como braço operativo dessa provisão do Tratado ao encorajar e assistir seus Estados-Membros nas atividades de pesquisa e desenvolvimento sobre aplicações de técnicas nucleares nas mais variadas áreas, como por exemplo na medicina, na agricultura e agropecuária, indústria e meio ambiente. Embora a AIEA desenvolva inúmeros programas e atividades que possibilitem perseguir tais objetivos, seu Programa de Cooperação Técnica (PCT), do qual o Brasil é beneficiário, tem papel de destaque nesse particular. A Agência Internacional de Energia Atômica é o principal órgão de fomento de cooperação técnica internacional na área nuclear. Seu papel é fundamental por facilitar o acesso dos países menos desenvolvidos a centros de excelência mundial nas diversas áreas de aplicações de técnicas nucleares.

O desenvolvimento científico e tecnológico tem sido o mais importante vetor do progresso material e social de toda nação próspera. O Brasil tem alcançado nos últimos anos expressivo desenvolvimento tecnológico e científico na área de aplicações de técnicas nucleares e tal desenvolvimento tem contribuído para o atingimento de objetivos centrais de importantes políticas públicas em vigor no país, as quais objetivam melhor qualidade de vida da população, maior inclusão e igualdade social. Sendo que o desenvolvimento tecnológico na área nuclear tem importante impacto social no sentido da diminuição das desigualdades e na melhoria das condições de vida da população, é dever de nosso país não apenas defender a preservação do mais amplo respeito à aplicação do artigo IV do TNP assim como lutar pelo fim de práticas de cerceamento do acesso à tecnologia nuclear em escala global.

Historicamente, para o Brasil um mundo mais próspero é também um mundo mais pacífico e mais seguro. No campo nuclear, tal desiderato se confirmará quando o desarmamento for uma realidade. A comunidade internacional encontra-se virtualmente dividida entre os cinco Estados legalmente reconhecidos como potências nucleares (detentores de armas nucleares), aqueles que renunciaram à prerrogativa de desenvolver ou adquirir armas nucleares e os Estados que estão fora do TNP.

Considerando as quatro décadas da existência do TNP, os tímidos avanços concretos na direção do desarmamento e as vicissitudes da política internacional pós Guerra Fria, é de se antever a realização de muito esforço político-diplomático em prol da agenda do desarmamento nuclear. O Brasil possui credenciais políticas e diplomáticas notáveis para atuar na linha de frente da defesa dessa agenda mundial. Nesse contexto, computam-se não apenas a adesão do país aos principais instrumentos jurídicos existentes no campo da não-proliferação e desarmamento nucleares mas, também, a *sui generis* parceria estratégica com a Argentina que, além de ter

possibilitado a constituição da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), se aprofunda e se atualiza em face dos novos desafios na área nuclear.

Até o momento, à AIEA não foi delegada competência concreta nas questões de desarmamento nuclear (artigo VI do TNP), apenas nas de não-proliferação por meio da aplicação de salvaguardas nucleares. O Brasil tem atuado intensamente tanto técnica quanto diplomaticamente no âmbito da AIEA para que seu sistema de salvaguardas possa cumprir os objetivos que justificam sua existência e nesse empenho goza de excelente reputação junto a esse importante organismo internacional. Concomitantemente, atua no âmbito das Conferências de Exame do TNP e da Organização das Nações Unidas (ONU) onde o tema do desarmamento nuclear é discutido.

10.10
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(22/09/11 – 44ª reunião)

**Participação da Presidenta Dilma na 66ª
Assembleia Geral da ONU**

A Presidenta Dilma Roussef abriu ontem, dia 21 de setembro, o Debate Geral da 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Seu discurso centrou-se na análise da crise econômica internacional, nas ameaças à paz, nos desafios do meio ambiente e na contribuição brasileira aos países em desenvolvimento.

Reuniu-se também com líderes mundiais, como o Presidente dos Estados Unidos da América, Barak Obama, o Presidente da França Nicolas Sarkozy e o Primeiro-Ministro do Reino Unido, David Cameron. No âmbito de nossa região, avistou-se com o Presidente do Chile, Sebastián Piñera; do México, Felipe Calderón; do Peru, Ollanta Humala; e da Colômbia, Juan Manuel Santos.

Participou, ainda, de eventos temáticos, como a Reunião de Alto Nível sobre Doenças Crônicas Não-Transmissíveis, do Colóquio de Alto Nível sobre Participação Política de Mulheres, de lançamento da “Parceria para Governo Aberto”, da Reunião de Alto Nível sobre Segurança Nuclear e de Reunião de Alto Nível sobre Diplomacia Preventiva.

Em seu pronunciamento, qualificou a crise econômica que afeta principalmente os países ditos centrais do sistema capitalista, como “(...) capaz de provocar sérios desequilíbrios na convivência entre as pessoas e as nações”. Conclamou os líderes mundiais a agir de forma corajosa, responsável e coordenada, afastando-se do equívoco que seria enveredar pelo caminho enganosamente fácil do protecionismo, que só faria aprofundar os problemas que enfrentamos. Propôs “um novo tipo de cooperação, entre países emergentes e países desenvolvidos, (...) oportunidade histórica para redefinir, de forma solidária e responsável, os compromissos que regem as relações internacionais”.

No atinente às ameaças à paz, tocou tema que tenho repetidas vezes indicado como um dos principais fatores de instabilidade do cenário político internacional, o recurso ao uso da força, muitas vezes unilateral e sem o necessário respaldo da ONU, e suas consequências inesperadas. Ponderou a Presidenta, “O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis. Muito se fala sobre a responsabilidade **de** proteger; pouco se fala sobre a responsabilidade **ao** proteger.”

Esse é o tema de diversas de minhas intervenções neste Plenário e ítem obrigatório de meus contatos com as diversas autoridades estrangeiras com quem me avisto. Estamos testemunhando a banalização do uso indiscriminado da força, não raro decisões tomadas de afogadilho, sem o menor resquício de respeito às regras internacionais ou à opinião dos países lindeiros e sem qualquer previsão das consequências futuras. No afã de promover mudança de governo, mal acobertado pelo chamado “dever de proteger”, os países interventores agravam as tensões regionais pré-existent e causam imensa dor às populações que dizem querer proteger.

Finalmente, quanto aos desafios da sustentabilidade, lembrou nossos compromissos voluntários de redução de emissões de gases de efeito estufa, apresentados na Cúpula de Copenhague, em 2009, manifestou esperança em que possamos todos avançar na discussão do tema na próxima reunião de Durban, África do Sul, antecipando que o Brasil apoiará os países em desenvolvimento nos seus esforços de redução de emissões. Cobrou dos países desenvolvidos cumprimento de suas obrigações com novas metas no Protocolo de Quioto, para além de 2012.

Ao lembrar a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho do ano que vem, reiterou convite para que todos os Chefes de Estado e de Governo compareçam.

Fico especialmente satisfeito com esta manifestação da Presidenta Dilma Roussef, pois que vem ao encontro da preocupação que manifestamos o Senador Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg e eu próprio, aos Ministros das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota e à Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em recente reunião no Palácio Itamaraty. Representa o engajamento político decidido, no mais alto nível, do Governo brasileiro com o êxito daquela Conferência. Nos dá ânimo redobrado, enquanto Parlamento, para contribuir com a Comissão Nacional Preparatória da Rio+20.

10.11
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(27/10/11 – 52ª reunião)

Argentina. Reeleição de Cristina Kirchner.

A reeleição da presidente da Argentina por esmagadora maioria, em primeiro turno, pode ser vista em duas vertentes, uma política e outra de caráter econômico.

No plano político, deve ser registrada a capacidade de recuperação em relação a fatores negativos e a firmeza de propósitos da mandatária, que soube ultrapassar crises, e emergir da sombra de seu marido como liderança forte e com perfil próprio de atuação.

A oposição não conseguiu fazer frente ao ímpeto eleitoral da Presidente e se apresentou fragmentada, e mesmo pulverizada, sem nenhuma liderança agregadora. É importante registrar que a vitória de Kirchner representa a continuidade da corrente peronista na política argentina, inclusive pela sua adoção de políticas sociais paternalistas e pelo recurso ao personalismo profundamente enraizado no país vizinho. O falecimento do ex-Presidente Nestor Kirchner, ocorrido há um ano, foi profundamente sentido pela Presidente. O eleitorado considerou o fato pelo prisma da admiração pela viúva que continua a se mostrar enlutada e que, frequentemente, cita o ex-marido como seu inspirador em pronunciamentos públicos. Trata-se de imagem cara aos justicialistas de vários matizes que preservam os mitos de Peron, de Evita e de Izabelita – figuras que persistem no imaginário de amplas camadas da população.

Presidente de 2003 a 2007, Nestor Kirchner empenhou-se com êxito na recuperação de um país que se viu à beira do colapso econômico e social e que chegou ao *default* de sua dívida em 2002. A imagem do ex-Presidente ficou, assim, ligada a um período de retomada econômica, apesar de o problema da dívida ter isolado a Argentina no mercado financeiro in-

ternacional e da continuidade de ações judiciais de cobrança. A Presidente Kirchner foi extremamente habilidosa na utilização do êxito obtido pelo ex-marido durante sua campanha pela reeleição. Em seu governo deu ênfase a programas de assistências diretas a parcelas mais necessitadas da população, como a contribuição mensal para crianças de famílias carentes e a distribuição de computadores portáteis em áreas mais pobres. Com eficiente divulgação, essa política tipicamente peronista contribuiu muito para a elevação de sua popularidade que, em 2008, seu primeiro ano de mandato, chegou a cair para apenas 20 por cento, na esteira da sua renhida disputa com os produtores rurais que protestavam contra a elevação dos impostos de exportação. A firmeza da nova presidente ajudou, então, a formar a percepção popular de uma liderança forte.

A vertente econômica da vitória de Cristina Kirchner é ressaltada pelo aproveitamento do bom momento por que passava a economia internacional, com a elevação da demanda e dos preços de *commodities* exportadas pelo país como o complexo soja, milho e carnes. Contribuiu, também, o período de crescimento do Brasil, país com o qual a Argentina tem estado cada vez mais ligada economicamente. Na verdade, desde que ultrapassadas as rivalidades históricas, na década de 1980, e firmado o Tratado de Assunção de 1991, de criação do Mercosul, o Brasil tem sido uma âncora de firmeza para a Argentina.

Os fatores que explicam a vitória eleitoral da Presidente Cristina Kirchner não mascaram, no entanto, a existência de alguns problemas imediatos à frente. A inflação é uma ameaça real e objeto de debate entre o governo e economistas independentes. Enquanto os índices oficiais estão em torno de 9 por cento, institutos privados e analistas acadêmicos consideram que há manipulação e que os índices verdadeiros se situam por volta de 25 por cento. A desaceleração da economia mundial que sinaliza um esfriamento dos preços agrícolas também é problema para a Argentina, que também tem necessidade de criar empregos. Por outro lado, as disputas pontuais com o Brasil por temas alfandegários, poderão aumentar em tempos de menor dinamismo econômico que ensejam um maior protecionismo.

10.12
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(27/11/11 – 58ª reunião)

**Relato da Audiência Pública sobre o Monumento em
Pistoia/Itália em homenagem à Força Expedicionária
Brasileira**

*A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou no último dia 10 de novembro audiência pública, com a finalidade de homenagear o **Monumento Votivo Militar Brasileiro** em Pistóia, na Itália. A audiência foi fruto de requerimento do ex-Senador Heráclito Fortes, ex-Presidente desta Comissão. Estiveram presentes o Sr. **Mário Pereira**, administrador do monumento; o Sr. **Giovanni Sulla**, historiador e colecionador de materiais da Força Expedicionária Brasileira e o Sr. **Fabrizio Giberna**, professor e artista.*

O Sr. **Mário Pereira** explicou que seu pai era o antigo guardião do cemitério de Pistóia, transformado em monumento em 1960, quando os corpos dos soldados brasileiros ali enterrados foram transferidos para o Rio de Janeiro. O total de mortos foi de 465 soldados brasileiros. Lembrou que seu pai sempre considerou a guarda do monumento como algo além de um trabalho, ou seja, para ele tratava-se de uma missão. Disse ainda que decidiu assumir o posto após a morte do pai, ao constatar que não haveria outra pessoa igualmente dedicada ao monumento.

O convidado lamentou o fato de os veteranos brasileiros não serem devidamente valorizados no Brasil, e revelou achar que isso seria devido ao fato de a população brasileira não ter “noção do que é uma guerra na própria pele”. Em contraste, declarou que na Itália, ainda hoje, o soldado brasileiro é visto com grande reconhecimento. Como evidência disto, assinalou que, além dos monumentos contruídos pelas autoridades, há di-

versos outros dedicados aos veteranos brasileiros erguidos pelos próprios habitantes liberados. Destacou que os italianos são profundamente agradecidos aos libertadores brasileiros, que, além de sua coragem no campo de batalha, ajudavam e compartilhavam no que fosse possível com a população arrasada.

Tratando do monumento de Pistóia, disse ser este integralmente mantido pela Embaixada do Brasil em Roma, e exaltou a atenção do atual embaixador, o Sr. José Viegas Filho. Afirmou que estão concluindo um museu no local, que fica perto de dois grandes destinos turísticos brasileiros: Florença e Pisa.

O Sr. Mário Pereira afirmou ainda que as solenidades atraem autoridades e habitantes de todas as cidades pelas quais passou a Força Expedicionária Brasileira, e que as homenagens aos soldados brasileiros têm aumentado cada vez mais. Notou que, no ano passado, até os representantes do cemitério alemão prestaram homenagem ao soldado brasileiro.

Por fim, revelou que em maio de 2012 o Encontro Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira acontecerá na Itália, em Pistóia e nas outras localidades onde lutaram os integrantes da Força Expedicionária Brasileira. Sugeriu que o governo brasileiro deveria fazer um esforço para que o maior número de pracinhas participasse desse encontro.

O **Sr. Giovanni Sulla**, historiador italiano e colecionador de materiais da Força Expedicionária Brasileira, revelou-se muito contente por estar no Brasil. Afirmou que, como entusiasta da FEB e do Brasil, vê o país não como praia, futebol ou samba, mas como os 25 mil e 300 soldados que foram ao combate por sua liberdade e por sua democracia.

Afirmou ser originário de uma das regiões mais ricas da Itália e da Europa, e ressaltou que, sem a coragem do soldado brasileiro, nada ali haveria. Destacou que muita gente daquela região ainda se lembra do sorriso e da ajuda dos soldados brasileiros, e que até hoje a população se diz agradecida a cada um deles.

O convidado lembrou, por fim, os esforços dos chamados “soldados da borracha”, que enfrentavam a Amazônia para prover as forças aliadas com aquele importante produto, destacando que alguns estimam em até 60 mil mortos ou 60 mil mortes, ocorridas por malária em função da exploração da borracha na floresta.

Essa reunião foi presidida por S. Ex^a, o Sr. Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta Comissão. Na oportunidade, eu me esqueci de encaminhar à Comissão este aparelho, que é um telégrafo, que me foi oferecido quando visitei Pistoia, como Presidente da República, pelo pai do Sr. Mário Pereira Júnior, o Sr. Mário Pereira, que tomava conta do cemitério de Pistoia e que era um ex-pracinha. À época da guerra, o Sr. Mário Pereira era

2º Sargento Radiotelegrafista, e foi por intermédio desse telégrafo que ele comunicou às autoridades brasileiras o fim da Segunda Guerra Mundial. É, portanto, algo histórico, que ele me ofereceu e que hoje faz parte do meu acervo de ex-Presidente da República.

Aqui, ele deixou para esta Comissão uma flâmula da Força Expedicionária Brasileira, em que consta o nome de todas as batalhas que as forças brasileiras enfrentaram: em Camaiole, Monte Prano, a batalha de Monte Castello, que foi a mais renhida delas, Castelnuovo, Montese, Zocca, Collecchio e Fornovo. Deixou, também, o diário do Sr. Miguel Pereira, que vai do dia 12 de outubro de 1944 a 24 de novembro de 1944.

10.13
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(01/12/11 – 59ª reunião)

Ação das Forças Armadas em nossas fronteiras.

Neste exato momento em que estamos aqui participando desta reunião, mais de 6.500 homens e mulheres das três Forças Armadas combatem ilícitos nas fronteiras com Bolívia, Paraguai e Peru. Coordenadas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, as operações Ágata 3 e Cadeado cobrem 6.900 quilômetros entre as cidades de Dourados, em Mato Grosso do Sul, e Tabatinga, no Amazonas. É preciso ressaltar que cerca de duzentos homens da Força Nacional de Segurança, Funai, Ibama, Ministério da Agricultura e das polícias estaduais, Federal e Rodoviária Federal participam do esforço interagências, que integra o Plano Estratégico de Fronteiras, lançado pela Presidência da República em junho deste ano.

No domingo, encerrou-se a Operação Boiadeiro, que objetivou impedir a entrada no país de rebanhos oriundos de países onde persistem focos da febre aftosa. Durante três meses, cerca de 400 homens do Exército cobriram os acessos entre os países vizinhos e os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná.

O Ministério da Defesa realizou, na semana passada, a primeira reunião do Comitê Executivo de Aeronáutica e Complexo da Defesa, criado no âmbito do Plano Brasil Maior (PBM), do Governo Federal. Lançado em agosto, o programa visa aumentar a competitividade da indústria nacional, a partir do incentivo à inovação tecnológica e à agregação de valor. O evento ocorreu na sede do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em Brasília. O grupo é responsável também por consolidar propostas de políticas públicas e acompanhar a contribuição dos demais atores envolvidos, inclusive da iniciativa privada, nessas agendas setoriais.

10.14
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(15/12/11 – 61ª reunião)

Posse da Presidente Cristina Kirchner.

Inicialmente, o primeiro item da pauta é um informe a respeito da visita da Senhora Presidente da República Dilma Rousseff à Argentina para cerimônia de posse da Presidente Cristina Fernandes de Kirchner, em Buenos Aires, 10 de dezembro de 2011.

A Presidenta Dilma Rousseff participou da cerimônia de posse da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, em 10 de dezembro, em Buenos Aires. A cerimônia ocorreu no plenário do Congresso Nacional, onde a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner fez juramento constitucional, seguido de discurso à nação. Em seguida, foi realizada cerimônia na Casa Rosada, em que a Presidenta argentina recebeu os cumprimentos dos Chefes de delegações estrangeiras.

Hoje, o Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina. Em 2010, o intercâmbio bilateral chegou a US\$ 33 bilhões. De janeiro a novembro de 2011, o volume do comércio cresceu 23,5% em relação ao mesmo período de 2010 e chegou a US\$ 36,5 bilhões, o que já garante a 2011 o recorde da série histórica do comércio bilateral. As projeções indicam que o comércio este ano deverá ultrapassar os US\$ 40 bilhões sendo que mais de 80% do intercâmbio entre o Brasil e a Argentina é composto por bens industrializados.

A imprensa argentina dedicou ampla cobertura à presença da Senhora Presidenta da República, destacando a corroboração da aliança prioritária entre os dois países e a boa relação pessoal que se estabeleceu entre as duas Presidentas.

Nos momentos iniciais de seu discurso no Congresso, a Presidenta argentina fez sentida referência à foto, publicada há pouco pela imprensa internacional, que mostra a Presidenta Dilma Rousseff, no início dos anos

70, sendo interrogada por militares. Depois de relacionar a foto à situação dos Direitos Humanos na Argentina durante a última ditadura, Cristina Fernández de Kirchner ressaltou que a jovem que nela aparece “amiga, companheira e Presidenta”, está hoje à frente “de um dos países mais importantes do mundo”.

Primeira Chefe de Estado a apresentar cumprimentos à Presidenta argentina, na Casa Rosada, a Presidenta Dilma Rousseff foi também, segundo registro da imprensa, a que maiores atenções recebeu da anfitriã.

Compareceram também à posse os Presidentes de Bolívia, Chile, Uruguai, Paraguai e Honduras, além do Príncipe herdeiro da Espanha, bem como numerosas outras delegações.

Além das duas cerimônias oficiais, no Congresso e na Casa de Governo, a Senhora Presidenta da República reuniu-se com o Presidente de Honduras, Porfírio Lobo, a pedido deste. Ainda no dia 10, Vossa Excelência manteve encontro bilateral com o Chanceler da Nicarágua, Samuel Santos López.

A visita foi precedida de reunião, no dia 9 de dezembro, entre os Ministros do Desenvolvimento e Indústria do Brasil e da Argentina, Fernando Pimentel e Débora Giorgi, para discutir a implementação do Mecanismo de Integração Produtiva que as Presidentas haviam acordado no último dia 02/12/2011, em Caracas, à margem da reunião da CELAC. Após ser empossada pela Assembleia Legislativa, a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner tomou juramento ao seu gabinete ministerial. Em palavras dirigidas ao povo na Praça de Maio, sublinhou a importância tanto da juventude quanto do sindicalismo na base do governo. O Congresso da Nação foi convocado a sessões extraordinárias até 30/12. A Presidenta Cristina Fernández de Kirchner tomou juramento aos novos integrantes do seu gabinete no dia 10 de dezembro, após ser empossada pela Assembleia Legislativa.

3. Também prestaram juramento o Secretário-Geral da Presidência, Oscar Parrilli; o Secretário Legal e Técnico da Presidência, Carlos Zannini; o Secretário de Inteligência, Héctor Icazuriaga; o Secretário de Cultura, Jorge Coscia; e a Procuradora do Tesouro, Angelina Abbona.

4. Em seguida, a Presidenta Cristina Fernández de Kirchner dirigiu-se à multidão, congregada na Praça de Maio. Agradeceu os jovens, os movimentos sociais e os trabalhadores, qualificados de “vanguarda” do governo nos “momentos mais difíceis”.

5. Fez questão de sublinhar que “não há diferenças entre jovens e trabalhadores, todos lutam por um país mais justo, livre e igualitário”. Ao colocar em mesmo nível sindicalismo e juventude, buscou com certeza relativizar a percepção, evidente em seu discurso no Congresso, pouco antes,

de que prioriza a militância K em detrimento das estruturas sindicais do peronismo.

6. Por fim, após recordar o legado do ex-Presidente Nestor Kirchner, instou os argentinos a “virar a página da confrontação”.

7. Foi publicado no Boletim Oficial decreto presidencial que convoca o Congresso da Nação a sessões extraordinárias até o final do ano. A pauta legislativa contém quatorze projetos, dos quais os prioritários são: orçamento 2012; prorrogação das leis de emergência econômica e dos impostos aos cigarros e aos cheques; regulamentação da propriedade de terras por estrangeiros (ênfatisada pela Presidenta no discurso de posse); modificação da lei penal tributária para agravar as penas por evasão; alteração do Código Penal em matéria de lavagem de dinheiro e de atividades com finalidade terrorista; e declaração da fabricação de papel para jornal como de interesse público. Revigorado com a recuperação da maioria em ambas as Casas, o governo buscará ter esses temas aprovados até 30 de dezembro.

10.15
COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA
(15/12/11 – 61ª reunião)

Resultado da Conferência de Durban.

A 17ª Conferência das Partes (COP 17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática terminou às 6 da manhã do último domingo, dia 11 de dezembro, em Durban, na África do Sul, após 14 dias de árdua negociação.

As deliberações resultaram num documento insatisfatório, inconclusivo e francamente decepcionante. A assim chamada “Plataforma de Durban” tem como pontos principais:

a prorrogação dos compromissos do Protocolo de Quioto para além de 2012, por mais 5 (cinco) ou 8 (oito) anos, a ser negociado no ano próximo;

Acordo para a negociação de novo pacto global, mais abrangente. Os termos precisos da fórmula adotada foram “desenvolver um novo protocolo, outro instrumento legal, ou resultado acordado com força legal que será aplicado a todas as partes à convenção climática das Nações Unidas”. Este novo instrumento deverá ser adotado até 2015 e deverá ser implementado a partir de 2020; e,

Criação de um “Fundo Verde”, destinado a possibilitar que países mais pobres recebam recursos dos países desenvolvidos para mitigar e combater os efeitos da mudança climática. Foram declaradas intenções de doação de 40 milhões de Euros da Alemanha e 15 milhões de Euros da Dinamarca para “operacionalizar” o Fundo, mas não há nenhum compromisso assumido para o financiamento a longo prazo deste mecanismo.

E mesmo esse resultado pouco ambicioso só foi alcançado pelos denodados e incansáveis esforços da Delegação brasileira, liderados pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, Chefe da Delegação, e pelo

Negociador-Chefe, Embaixador Luiz Alberto de Figueiredo Machado. Não fossem eles e sua capacidade de construir consensos, as divergências entre os grupos antagônicos seria intransponível. A Conferência de Durban teria passado à História como a derrocada da causa ambientalista e de uma visão generosa para o futuro de nosso planeta.

Faltou aos negociadores dos principais países o descortino para reconhecer o sentido de urgência que o tema clama e exige. A atitude do Canadá de comunicar formalmente sua retirada do Protocolo de Quioto na segunda-feira seguinte ao fim da Conferência, é evidência irretorquível da incapacidade em superar as demandas do curto prazo. O imediatismo e a falta de estratégia de longo prazo não são, infelizmente, atributos exclusivos dos países desenvolvidos, mas recai também em países em desenvolvimento, inclusive em alguns de nossos parceiros no BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China).

Esta premência se faz especialmente aguda quando nos deparamos com a situação dos pequenos Estados-Ilhas, agrupados na “Alliance of Small Island States”. Para países como Tuvalu, Kiribati, no Pacífico Sul e as Maldivas, no Oceano Índico, trata-se de sua própria existência. O caso das Maldivas é exemplar, seu ponto culminante não ultrapassa 2,4 (dois metros e quarenta centímetros) e a altitude média é de meros 1,5 m (um metro e meio). Se a comunidade internacional não for capaz de impedir que o aumento da temperatura se fixe em menos de 2 graus Celsius acima do nível pré-industrial – índice em que diversos cientistas afirmam ser irreversíveis as consequências das mudanças climáticas – estes países simplesmente poderão deixar de existir.

A crise europeia, raiz da pior crise econômica mundial nos últimos cinquenta anos, certamente não é o melhor, nem o mais propício, dos cenários para negociar um acordo global para reduzir o processo de mudança climática. Mas é forçoso reconhecer que o que está em jogo não é salvar a economia de uns poucos países. A crise não é argumento bastante para protelar, procrastinar, na discussão séria da questão da mudança climática. Trata-se, afinal, da sobrevivência dos 7 bilhões de habitantes de nosso planeta.

Cumpre registrar, finalmente, que se bem o resultado da COP-17 não tenha sido dos mais auspiciosos, servirá no entanto para evitar que a agenda da Rio+20 seja “sequestrada” pela necessidade ineludível de preservação do arcabouço jurídico da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e dos compromissos assumidos no Protocolo de Quioto.

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA - 2011

SENADOR
FERNANDO COLLOR

DIPLOMACIA E DEFESA

Uma missão constitucional ativa do Parlamento

BRÁSILIA
2011

Capa: Paulo@ervinho

